

JULIANA GESUELLI MEIRELLES

*A Gazeta do Rio de Janeiro* e o impacto na circulação de idéias no  
Império luso-brasileiro (1808-1821)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento  
de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação  
da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Leila Mezan Algranti

Este exemplar corresponde à redação final da  
Dissertação defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora em    /    / 2006.

BANCA

Prof. Dr.<sup>a</sup> Leila Mezan Algranti (orientadora)

Prof. Dr.<sup>a</sup>. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (membro)

Prof. Dr.<sup>a</sup> Vera Hercília Pacheco Borges (membro)

Suplentes

Iara Lis Franco Schiavinatto (Unicamp)

Luis Carlos Villalta (UFMG)

FEVEREIRO/ 2006

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP**

**Bibliotecário: Helena Joana Flipsen – CRB-8ª / 5283**

|       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|-------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| M478g | <p>Meirelles, Juliana Gesuelli.</p> <p>A “<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i>” e o impacto na circulação de idéias no Império luso-brasileiro (1808-1821) / Juliana Gesuelli Meirelles. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.</p> <p>Orientador: Leila Mezan Algranti.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>1. <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i>. 2. Imprensa. 3. Brasil - História - D. João VI, 1808-1821. I. Algranti, Leila Mezan - II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p> |
|-------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Título em inglês: The *Gazeta* of Rio de Janeiro and it's impact on life and thought during the luso-brazilian empire (1808-1821).

Palavras-chave em inglês (Keywords): Press, Brazil - History - D. João VI, 1808-1821.

Área de concentração: História Cultural.

Titulação: Mestre em História.

Banca examinadora: Leila Mezan Algranti, Lúcia Maria Pereira das Neves, Vera Hercília Pacheco Borges.

Data da defesa: 13-02-2006.

**Para meus pais, Gilson e Joana.**

## RESUMO

Esta dissertação se propõe a repensar a importância da *Gazeta do Rio de Janeiro* para a monarquia luso-brasileira durante o período em que D. João VI residiu no Brasil (1808 -1821). A análise parte de uma perspectiva histórica transoceânica já que nesses anos o jornal circulou em ambos os lados do Atlântico. Uma vez que a *Gazeta do Rio de Janeiro* é considerada pela historiografia brasileira o marco da introdução da imprensa no país, pretendemos investigar a concepção de imprensa desse periódico e assim compreendermos a qual tradição de imprensa esse jornal estava vinculado. Para tanto, analisaremos os sentidos intrínsecos ao discurso do redator da folha, o papel do leitor na produção e recepção da notícia e a relação existente entre concepção de imprensa e as questões políticas vigentes no universo público no período joanino.

## ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to reexamine the importance of the *Gazeta do Rio de Janeiro* for the Luso-Brazilian monarchy during the years of D. Joao VI's residence in Brazil (1808-1821). The approach is transatlantic, in keeping with the fact that the newspaper was read on both sides of the Atlantic throughout this period. Because the *Gazeta do Rio de Janeiro* is considered by Brazilian historians to be the country's first newspaper, the dissertation investigates how it was thought of at the time and what this tells us about the journalistic tradition to which it belonged. To this end we identify what the paper's editorials tell us about the period, the role of the readers in the production and reception of the news, and the relationship between the understanding of the newspaper's role and the principal political issues that were publicly debated during D. Joao's regency.

## **ABREVIATURAS**

**ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo**

**BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa**

**BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**

**GRJ - Gazeta do Rio de Janeiro**

**GERJ - Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro**

**GL – Gazeta de Lisboa.**

## *Agradecimentos*

Ao expor a minha profunda gratidão a todos aqueles que contribuíram para a realização de uma longa jornada de trabalho e dedicação, quero, antes, registrar que parte da história da *Gazeta do Rio de Janeiro* presente nesta Dissertação de Mestrado é também um capítulo essencial da minha própria história de vida. Um trilhar de três anos que me proporcionou aprendizados incalculáveis, seja no universo da academia ou nas relações pessoais e profissionais que travei no decorrer dessa experiência.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), agradeço pelo financiamento de dois anos da pesquisa de Mestrado e pela autorização de saída do país para Portugal ainda na fase do Mestrado, um apoio fundamental para o avanço do trabalho.

Aos funcionários dos Arquivos e Bibliotecas visitados um agradecimento muito especial. Sem a paciência, interesse e competência desses profissionais, o que seria de nós, historiadores? Em particular, um abraço à Ema Franzoni do AEL(Unicamp), Maci (IFCH) e Manuela Pinho da Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), com as quais pude dividir as angústias próprias à pesquisa.

À Leila Mezan Algranti minha gratidão é eterna. Orientadora dessa Dissertação, sua dedicação, rigor e incentivo acadêmico constante para com os rumos da pesquisa foram decisivos do início ao fim do trabalho: do pensar sobre o projeto de mestrado até o ponto final que encerra uma visão possível da história da *Gazeta do Rio de Janeiro*, compreendi que paixão e profissionalismo são duas faces de uma mesma moeda; sentimentos que permearam a nossa relação de confiança e amizade por todos esses anos. Obrigada.

À Tiago C. P. dos Reis Miranda é até difícil expressar a sua importância neste trabalho. Minha gratidão, admiração e carinho ultrapassam os sentidos que damos às palavras. Historiador da Universidade Nova de Lisboa, Tiago acompanhou de maneira rigorosa e constantemente presente o trilhar das novas descobertas dessa pesquisa. Seu olhar inquieto e seu inestimável conhecimento da historiografia portuguesa ampliaram o diálogo sempre profícuo entre Brasil e Portugal. Com ele, aprendi que a perseverança e a paciência para decifrar novos códigos por detrás do horizonte são ingredientes fundamentais para a solidez de qualquer projeto de vida e pesquisa. Ao Prof. Dr. João Luis Lisboa, da Universidade Nova de Lisboa, agradeço a amabilidade e interesse com que recebeu o meu trabalho em Lisboa, ressaltando também que suas doações bibliográficas foram imprescindíveis para um maior entendimento acerca da complexidade que envolve o estudo da imprensa no raiar do século XIX.

À Profª Dra. Vera Hercília Pacheco Borges e ao Prof. Dr. José a. Freitas Neto agradeço as sugestões e comentários na banca de qualificação, com os quais pude refletir sobre a estrutura integral da

dissertação. À Prof. Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves agradeço por ter me elucidado em tantas questões com seu inestimável trabalho de pesquisa e também por ter aceito fazer parte desta Banca Examinadora.

À Cátedra Jaime Cortesão (FFLCH/USP) sou grata pelo financiamento da viagem e estadia em Lisboa durante dois meses. Aos professores Vera Ferlini e Pedro Pontoni, um agradecimento muito especial por terem acreditado comigo na viabilidade de minhas hipóteses de pesquisa.

Com os professores da Unicamp que me acompanharam desde a graduação devo, basicamente, minha formação. Célia Marinho, Edgar De Decca, Sidney Chalhoub, Leandro Karnal, Paulo Miceli e Izabel Marson foram interlocutores importantíssimos. Já Iara Lis C. Souza foi, para além de uma grande interlocutora, o elo que une as duas pontas dessa história. Sem ela, jamais saberia da oportunidade que tive de ir a Lisboa e ver a *Gazeta* por novos ângulos. Seu interesse se estende também para a leitura do trabalho como membro suplente. Muito obrigada!

Leonardo Pereira é um amigo inesquecível. Com ele fiz minhas primeiras sistematizações acadêmicas e aprendi que para sermos grandes temos de ser humildes. Jefferson Cano é uma das melhores criaturas que conheço. Amigo presente e leitor atento, esteve sempre disposto a me ajudar a discutir e estruturar a dissertação, a retroceder no meio do caminho e a rir comigo dos meus devaneios. Sem o seu constante interesse, certamente me sentiria mais só.

À Mariana Salles e Endrica Geraldo, agradeço pelo carinho e amizade consolidado durante esses anos. Sem elas o caminho teria sido muito mais árduo, pois foram amigas que rechearam de graça e amor muitos dos meus dias. Aos demais companheiros da pós-graduação, um abraço especial à Ludmila, Aline, Samuel e Livia.

Com os amigos da Graduação divido boas lembranças. Márcia Alvim, Eduardo Mantovani, Bianca Motta, Claudia Campos, João Paulo Hidalgo, Marli Naomi e Elisa Miranda são pessoas que se fizeram presente ao longo dos anos independente dos rumos da vida... Paula Habib e Rodrigo Miranda são dois casos especiais. Rodrigo é daqueles amigos prontos para o que der e vier. Um companheiro feliz que emana felicidade por onde passa, com quem aprendo sempre o valor de uma amizade sincera, a maior riqueza que conquistamos na vida. Paula é uma amiga do coração a quem devoto carinho e admiração pela amizade de todos esses anos e também pelo desprendimento com que me cedeu sua casa, seus pais, seu irmão e seu quarto para que eu pudesse melhor consolidar o meu trabalho. Sua família – Ceres, Aroldo e Lucas – me acolheram como poucos no Rio, dedicaram-me amor e confiança. Por isso, hoje, sou infinitamente grata por poder considerá-los minha família carioca, a quem tanto amo. Ainda no Rio, devo minha feliz estadia a Carol e Blanca, amigas sempre presentes. Larissa Luisi é um caso à parte. Literalmente, um daqueles anjos que atravessam nosso caminho. A ela desejo toda felicidade possível,

pois sem ela —com sua alegria intrínseca —, a caminhada teria sido bem diferente. Obrigada pela amizade, paciência, interesse e profissionalismo no trabalho de transcrição das fontes que você dividiu comigo, na Biblioteca Nacional do Rio, como se fossem suas.

Em Lisboa a estadia foi repleta de boas surpresas. Gláucia e Marcos são dois tesouros preciosos. Sem eles, não teria conseguido vencer os obstáculos mais simples. Obrigada pelo amor, amizade, atenção e dedicação. A dívida e o amor são eternos. Karla Pinho foi a amiga cearense com quem tive o prazer de dividir os meus dias na Biblioteca Nacional de Lisboa e também o laptop. Sua companhia foi fundamental. Max e Rosa foram elos importantes entre Brasil e Portugal e excelentes companhias na terrinha.

A todos os meus familiares, devo a solidez de minha estrutura emocional. Mais do que parentes, eles são parceiros, incentivadores e torcedores. Sem essa constante energia, essa Dissertação ainda seria um projeto. Obrigada, sempre! Em especial a Zilda, Gil, Débora, Neto, tia Lina, tio Osvaldo, Vô Jota, Olívia, Fátima, e Luís.

Aos meus amigos, dádivas da minha vida, só tenho que agradecer por existirem e pedir desculpas pelas ausências necessárias durante o processo de pesquisa e redação do trabalho. Heloísa e Ivan Capelato, Gilda e José Roberto Crege, Ângela e Roney de Luca, Márcia, Marcela, Milene, Mayra, Poliana, Vanessa, Eliane, Mônica, Marina, Tota, Ana, Eduardo, Cristiane, Carol, Guilherme, Christinne, Juliana, Taísa e João Eduardo, são a força, a alegria e a certeza de que a vida vale a pena. Vera, que além de amiga muito querida, também realizou com inestimável competência a revisão da dissertação, meu muito obrigada.

Há também aqueles que as palavras e sentimentos não cabem no papel. De filha única, hoje tenho uma legião de irmãos postiços. São as bênçãos de Deus no meu caminho. Camila, Júlio, Paula, Júlia e Bianca. Grandes amores. Vô Lia e Gabriel são as estrelas que me guiam ao longo da vida, são os caminhos a seguir quando tudo parece perdido.

Aos meus pais, a quem amo profundamente, dedico esse estudo. Por serem eles os responsáveis por eu existir. Por terem dedicado tanto de sua vida e amor à minha educação, ao meu crescimento emocional e espiritual, seja neste ou noutro plano de reprodução da vida. Eles são a luz, a esperança, a paz e a alegria que carrego comigo todos os dias para não me sentir só e ser capaz de doar o melhor de mim. Com eles aprendi que ao criar, crie com amor; ao dividir, divida com humildade...

Obrigada a todos.

Campinas, verão de 2006.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                     |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Introdução</b>                                                                                                   | 11  |
| <b>Capítulo 1.</b>                                                                                                  |     |
| <b>A Imprensa no Antigo Regime e a institucionalização da palavra impressa no Brasil</b>                            | 23  |
| 1. As <i>Gazetas</i> no Século das Luzes: Inglaterra e França                                                       | 23  |
| 2. A imprensa Portuguesa no século XVIII e a circulação de idéias na Colônia                                        | 36  |
| 3. A chegada da Corte no Brasil : a <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i>                                                 | 53  |
| <b>Capítulo 2.</b>                                                                                                  |     |
| <b>A circulação da palavra real nos dois lados do Atlântico: a arquitetura do discurso e as metas políticas.</b>    | 75  |
| 1. A retórica da <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> e o diálogo com os impressos portugueses                           | 75  |
| 2. A circulação da <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> em Portugal: um importante elo entre os portugueses e D. João VI | 85  |
| 3. Os usos da pena real: as críticas a Napoleão pela sustentação do Antigo Regime Português                         | 101 |
| 4. O discurso da imparcialidade das notícias e a relação com outros periódicos                                      | 117 |
| <b>Capítulo 3.</b>                                                                                                  |     |
| <b>Leitores e Leituras da <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> na Corte de D. João VI</b>                                | 131 |
| 1. Emissão e Recepção das notícias: práticas de leituras e mudança na concepção de imprensa                         | 131 |
| 2. Imprensa, Revolução do Porto e os ecos políticos no Rio de Janeiro (1817-1820)                                   | 158 |
| 3. As transformações na <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> e a demissão do redator régio                               | 180 |
| <b>Conclusão</b>                                                                                                    | 203 |
| <b>Fontes e Bibliografia</b>                                                                                        | 207 |

*O mundo talvez se admirará, que eu vá anunciar como uma grande novidade que se pretende estabelecer uma empresa no Brasil; mas tal é o fato. Começou o século 19, e os pobres Brasilienses não gozavam dos benefícios, que a imprensa trouxe aos homens; nem ainda agora lhes seria permitido esse bem, se o Governo, que lhe proibia, acossado, na Europa, se não visse obrigado a procurar um asilo nas praias da Lusitânia.*

*(...)*

*“Tarde, desgraçadamente, tarde: mas enfim aparecem tipos no Brasil; e eu de todo o meu coração dou os meus parabéns aos meus compatriotas Brasilienses.*

Hypólito da Costa

## Introdução

Há quase dois séculos, o Brasil via florescer a sua primeira tipografia. Uma absoluta novidade para a Colônia portuguesa que, por mais de trezentos anos, fora privada de um contato mais amplo com a palavra impressa, fosse através da livre circulação de livros, fosse pela leitura de periódicos estrangeiros que tivessem uma linha editorial crítica ao governo português. Já a partir de 1808, com a chegada de D. João VI no Brasil e a implantação da *Impressão Régia*, o país teve a possibilidade de adentrar em um universo já conhecido desde o século XVI no Velho Mundo e na América Espanhola, como exaltava Hipólito José da Costa, redator do *Correio Braziliense* (1808-1822).<sup>1</sup> Para além da produção de livros, a *Impressão Régia* foi responsável por fazer circular a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal institucional vigente em nossas terras. Produzido e editado por homens de estrita confiança do rei, a *Gazeta* manteve sob suas páginas um discurso que, por mais que expressasse uma visão oficial de mundo, também refletia toda uma gama de interesses coletivos, contribuindo para o enraizamento de novas práticas de leitura assim como para o debate de questões políticas no universo público.

Sede do governo português na América, o Rio de Janeiro sofreu profundas modificações na sua vida cultural em decorrência da vinda da família real portuguesa para o Brasil. Entre os anos de 1808 e 1821, D. João VI tomou medidas administrativas importantes para o bom funcionamento da burocracia estatal e manutenção da Monarquia, deste lado do Atlântico. Dentre as instituições aqui criadas, temos: Museu Real, Jardim Botânico, Academia Real da Marinha, Biblioteca Real e a *Impressão Régia* que, particularmente, nos interessa. O decreto de 13 de maio de 1808, que oficializava a criação da primeira tipografia brasileira, circunscrevia que “os prelos que se acham nessa capital, eram os destinatários para a Secretaria de Estados dos Negócios Estrangeiros e da Guerra”, ministério que se tornava responsável pela censura, produção e edição das notícias que, a partir de então, circulariam pela cidade. Esclarecia também que a *Impressão Régia* seria o local “onde se imprimam exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do meu real serviço; e se possam imprimir todas, e quaisquer outras obras.” Por fim,

---

<sup>1</sup> Ver epígrafe da dissertação. “Hypolito da Costa Pereira, *Correio Braziliense*, tomo I (1808) p.393. Em 1808 Hipólito da Costa lançava o *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, primeiro periódico português em circulação independente da censura régia, uma vez que era escrito para além dos domínios do Império luso-brasileiro. Hipólito da Costa é reverenciado pela historiografia como o fundador da imprensa brasileira, sobretudo da imprensa política em língua portuguesa. A temática da folha era, prioritariamente, voltada para assuntos do Brasil. De acordo com Carlos Rizzini, o jornal teve um total de 175 números, perfazendo 29 volumes. RIZZINI, Carlos *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*, Cia Editora Nacional, São Paulo, 1957, p. 19.

anunciava que a administração do Ministério dos Negócios Estrangeiros e de Guerra cabia à D. Rodrigo de Sousa Coutinho, influente ministro e conselheiro de Estado de D. João VI, ressaltando que sua atuação “procurará dar emprego da oficina a maior extensão, e lhe dará todas as instruções e ordens necessárias e participará a esse respeito a todas as estações que mais convier ao meu real serviço”<sup>2</sup>

Esse decreto real marcava definitivamente a chegada da imprensa no Brasil, com a *Gazeta do Rio de Janeiro*. A função da *Impressão Régia*, contudo, foram bem delimitadas no regimento de 24 de junho de 1808: competia à junta administrativa vigente “examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar para que nada se imprimisse contra a religião, a moral e os bons costumes.” Em uma ação complementar à dos administradores da tipografia, o intendente da polícia também tinha licença para prender aqueles que transgredissem a “segurança pública”, sob pena de multa de duzentos mil réis. Transgredir significava veicular publicações consideradas sediciosas como “obras, escritos estrangeiros, impressos, ou não impressos” ou mesmo circular manuscritos pela cidade com idéias contrárias ao governo. Todos viviam sob a constante atenção da polícia que admitia e incentivava denúncias em segredo.<sup>3</sup> No Brasil, portanto, a estruturação e o enraizamento da tipografia estavam intimamente associados a uma intrincada rede de poderes que, em última instância, tinham o objetivo de sustentar o absolutismo monárquico de D. João VI.

Responsáveis pelo *exame e seleção* dos livros e das notícias a serem impressas na *Gazeta*, seus “proprietários” – que compunham a Junta Diretora – realizavam a *censura prévia*, em primeira instância.<sup>4</sup> Quanto aos livros que seriam divulgados no periódico, a análise mais detalhada das obras destinadas à impressão era feita pelos censores<sup>5</sup>, que circunscreviam a censura em segunda instância. Por fim, as obras eram encaminhadas para a Mesa do Desembargo do Paço que, com a colaboração

---

<sup>2</sup> Decreto de 13 de maio de 1808 in *Relação dos Despachos Publicados na Corte pelo expediente A Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros e da Guerra no Faustíssimo Dia dos Anos de S. A. R. O Príncipe Regente* –N. S.

APUD CARDOSO, Maria Fachada Levy Cardoso, *A Gazeta do Rio de Janeiro: subsídios para a história da cidade (1808-1821)*, Dissertação de mestrado defendida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ), 1988, p.71.

<sup>3</sup> Instrução de 24 de junho de 1808, APUD RIZZINI, Carlos, “O livro, o jornal e a tipografia no Brasil.” Livraria Kosmos Editora, Rio de Janeiro, 1946, p. 317.

<sup>4</sup> D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, era responsável pela administração da *Gazeta*. Associado à Junta Diretora, compunha o quadro de diretores da *Impressão Régia*, cujos membros tinham o monopólio da informação. A diretoria do periódico foi, inicialmente, composta por três deputados: o oficial da Secretaria de Estado de Negócios e da Guerra, José Bernardo de Castro, e dois deputados da Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro e da Bahia, Mariano José Pereira da Fonseca e José da Silva Lisboa, este último também censor régio.

<sup>5</sup> “Os censores régios foram recrutados entre os membros da elite e, dos 13 nomeados, entre 1808 e 1819, 7 exerciam o sacerdócio, 5 dos quais eram regulares, tendo todos com exceção de um secular, alcançado mais tarde posição de destaque. Os leigos tinham-se formado pela Universidade de Coimbra, sendo um membro dos Reais Exércitos; dois médicos, e três advogados. Posteriormente, receberam também títulos de nobreza ou, pelo menos, mercês de ordens militares” SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Ed. VERBO, Lisboa, 1994, verbete CENSURA, p.158.

da intendência da Polícia do Rio de Janeiro, dava o último parecer neste processo censório sempre em consonância com a palavra real, já que eram instituições régias. Com amplos poderes, esses órgãos atuaram de maneira intensiva (e repressiva) durante o período joanino, já que a eles era permitido cercear a livre manutenção das incipientes manifestações de ordem pública no Brasil; razão pela qual controlavam as diversas publicações que imprimiam pela *Impressão Régia*, como os textos avulsos, livros e panfletos e a própria *Gazeta do Rio de Janeiro*.<sup>6</sup>

Com a Revolução do Porto em 1820, entretanto, a sustentação dessa rígida postura da Coroa Portuguesa transformou-se significativamente. De acordo com a historiadora Lúcia M. B. Neves, “para o mundo luso-brasileiro, foi de fato a Revolução de 1820 que provocou uma certa ruptura nessa sistemática, com os primeiros ensaios de uma relativa liberdade de imprensa.”<sup>7</sup> Vista pelos contemporâneos como um movimento político de “regeneração” das antigas estruturas do Império Português, os deputados convocaram Cortes Extraordinárias para elaborar uma constituição e abolir de vez o Antigo Regime em Portugal. Dentre as muitas reivindicações, os revolucionários portugueses exigiam a liberdade de imprensa, e o fim da censura, pois afirmavam que a liberdade de expressão era um direito inato aos homens.

Toda essa redefinição da estrutura política do Reino ecoou de múltiplas formas nos dois lados do Atlântico: através da documentação e de correspondências diplomáticas oficiais, na releitura dos ministros de D. João que o aconselhavam sobre o seu lugar no Império (ficar no Brasil ou partir para Lisboa), na tomada de decisão das províncias brasileiras em apoiar efetivamente o encaminhamento das Cortes e também através dos usos e discursos da imprensa sobre os acontecimentos. Tais transformações perpassaram as páginas da imprensa luso-brasileira da época, marcando o tom ideologicamente circunscrito e politicamente inflamado fosse a favor ou contra as mudanças em curso. É sob esse contexto histórico que vislumbramos mudanças importantes na concepção de imprensa da *Gazeta do Rio de Janeiro* que, a partir de 1821, já dividia com outros jornais seu espaço na cidade. Foi nesse contexto, portanto que, em 28 de agosto de 1821, veiculou-se um aviso real assinado pelo Príncipe Regente que decretava extinta a censura prévia no Brasil. Dizia o documento:

---

<sup>6</sup>Para uma melhor compreensão acerca da lógica da censura joanina e de sua estreita relação com a concepção política Antigo Regime, ver ALGRANTI, Leila Mezan, *Livros de Devoção, Atos de Censura: cultura religiosa na América Portuguesa*, Editora Hucitec /FAPESP, São Paulo, SP, 2004. Ver especialmente capítulos 4 e 7, em que a historiadora analisa os procedimentos da censura joanina e de sua atuação dos censores (cap.4) tanto quanto mostra as os sentidos e significados de ser censor na sociedade joanina do Antigo Regime, no Rio de Janeiro.(cap.7)

<sup>7</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos P. , “Um silêncio perverso: censura, repressão e esboço de uma primeira esfera pública de poder(1820-1823)”, in TUCCI, Maria Carneiro (org.), *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*, SP, Edusp, 2002, p.129.

Tomando S. A. Real em consideração o quanto é injusto que, depois do que acha regulado pelas Cortes Gerais Extraordinárias da Nação Portuguesa sobre a liberdade de imprensa, encontrem os autores ou editores inesperados estorvos à publicação dos escritos que pretendem imprimir. É o mesmo Senhor servido mandar que se não embarace pôr pretexto algum a impressão que se quiser fazer de qualquer escrito, devendo unicamente servir de regra o que as mesma Cortes têm determinado sobre este objeto.<sup>8</sup>

Dessa data em diante, sobretudo no biênio 1821-1822, surgiram no Brasil numerosos panfletos e jornais que colocavam a público questões de caráter eminentemente político através das quais emergiam conceitos importantes como a idéia de opinião pública. No que se refere à documentação oficial aqui citada – tanto o decreto de 13 de maio de 1808 que oficializava a introdução da imprensa no país quanto o aviso real de 28 de agosto de 1821 que suspendia a censura prévia em nossas terras – é patente que ambos os documentos evidenciam a importância que a imprensa adquiria no espaço urbano no Brasil, ao longo de treze anos. Cada aviso, porém, ressaltava as peculiaridades intrínsecas ao momento histórico vivido pelo poder real. Se em 1808 a censura de idéias e a ação repressiva da polícia e dos censores davam a tônica da vida sociocultural no Brasil, em 1821 a sociedade já prenunciava as primeiras manifestações de liberdade de expressão no universo público da Corte. É válido, portanto, investigar o papel da imprensa na sociedade joanina, no Rio de Janeiro e, em um âmbito mais amplo, compreender alguns dos significados da *Gazeta do Rio de Janeiro* no Império luso-brasileiro. Com essas preocupações, temos o intuito de refletir sobre o processo de estruturação do primeiro periódico brasileiro, bem como sobre a concepção de imprensa oficial no período joanino no Brasil, delineando seus aspectos discursivos e a relação entre os produtores das notícias e o público leitor do jornal.

Essas mesmas inquietações têm despertado o interesse não apenas dos historiadores brasileiros, mas também da historiografia internacional. Geralmente, tais pesquisas problematizam acerca do surgimento da imprensa e dos ecos produzidos pela circulação da palavra impressa em determinados contextos históricos. Apesar de a imprensa ser o objeto principal do estudo de muitos trabalhos acadêmicos, existem diferentes abordagens historiográficas que particularizam o sentido do enraizamento da tipografia e dos textos impressos em uma dada sociedade.

Os diversos enfoques circunscrevem, basicamente, três linhas de reflexão. Há aqueles que utilizam a imprensa para pensar a influência e o impacto no pensamento político e na cultura da sociedade que estudam, outros que se dedicam a analisar um periódico de forma específica, suas

---

<sup>8</sup> “Aviso de 28 de Agosto de 1821” APUD MIRANDA, Francisco Gonçalves, *Memória Histórica da Imprensa Nacional*, Comemoração do 1º Centenário da Independência do Brasil, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1922, p.29. Para uma análise mais apurada dos sentidos da crise do Antigo Regime e, conseqüentemente, das práticas de censura e pareceres dos censores acerca dos livros que adentravam no porto do Rio de Janeiro na sociedade joanina, ver ALGRANTI, op.cit., especialmente cap 7 (pp.223-253.)

vinculações ideológicas com o público leitor e, ainda, os que discutem a abrangência das múltiplas transformações da imprensa em uma dada sociedade através da longa duração. Geralmente essas análises são de grande amplitude e estabelecem “fases” para sistematizarem o desenvolvimento da tipografia.

Com relação à historiografia internacional, os trabalhos com os quais dialogamos trilharam essas três vertentes de análise: a primeira está preocupada em compreender o amplo sentido da história do jornalismo português, em uma macro-visão histórica, como é o caso do estudo de José Tengarrinha na obra *História da imprensa periódica portuguesa*.<sup>9</sup> A temática do livro aborda as transformações ocorridas de 1641, quando da primeira *Gazeta* portuguesa, ao século XX, com a organização do que denominou de imprensa industrial. Já as investigações da coletânea de artigos *Revolução Impressa: a imprensa na França (1775-1800)*,<sup>10</sup> organizada por Robert Darnton e Daniel Roche, centraram-se nas especificidades da imprensa francesa em um determinado momento histórico: o período revolucionário e os anos que antecederam a Revolução. Quanto à obra de Maria Lúcia Pallares-Burke, *The Spectator: o teatro das luzes*<sup>11</sup>, a investigação ficou restrita ao estudo de um único periódico, *The Spectator*, folha de grande sucesso na Inglaterra e em outras localidades da Europa durante o século XVIII.

Em *História da imprensa periódica portuguesa*, o historiador José Tengarrinha preocupou-se em reconstruir a trajetória do jornalismo português, concebendo a imprensa como fonte primária de investigação histórica, uma vez que a enxerga como um documento “de rara fecundidade para ao conhecimento das formas de sensibilidade, dos gostos dominantes, da atitude mental de certas camadas sociais e determinadas épocas”<sup>12</sup>, o pesquisador mapeou o amplo panorama da produção periódica portuguesa, dividindo-a em três fases: dos primórdios da imprensa em Portugal, a imprensa romântica ou de opinião e a organização da imprensa industrial.

Na coletânea de artigos *Revolução Impressa: a imprensa na França (1775-1800)*, diversos historiadores franceses analisaram a política editorial durante o Antigo Regime e o papel desempenhado pela imprensa durante o período revolucionário. Apesar de o enfoque dessas pesquisas dar-se em diferentes aspectos da atividade impressa, todos os autores conceberam o papel

---

<sup>9</sup> TENGARRINHA, José, *História da imprensa periódica portuguesa*, 2ªed., Editora Caminho, Lisboa, 1989.

<sup>10</sup> DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel, *Revolução Impressa: a imprensa na França (1775 - 1800)*, Edusp, São Paulo, 1996. O livro é uma coletânea de artigos que foi organizada e publicada na França, em 1989, com o intuito de comemorar o bicentenário da Revolução Francesa.

<sup>11</sup> PALLARES-BURKE, Lúcia Garcia, *The Spectator – o teatro das luzes: Diálogo e Imprensa no século XVIII*, Editora Hucitec, São Paulo, 1995.

<sup>12</sup> TENGARRINHA, José, *História da imprensa periódica portuguesa*, 2ªed, Editora Caminho, Lisboa, 1989, p.20.

da tipografia no período *não como um registro do que aconteceu, mas como um ingrediente fundamental do acontecimento*. Nesse sentido, os autores buscaram esclarecer o impacto e o significado da arte tipográfica na Revolução, ao compreenderem que, para além da sua força de transformação social, a prensa “ajudou a dar formas aos eventos que registrava”, sendo uma força ativa na história.<sup>13</sup>

*The Spectator – o teatro das luzes: Diálogo e Imprensa no século XVIII*, da historiadora Lúcia G. Pallares-Burke, analisa a força de um jornal específico na sociedade inglesa do século XVIII. Com o intuito de compreender a expressividade do *The Spectator* entre os britânicos, devido ao seu estrondoso sucesso na época, a autora o estudou como um todo, isto é, sem distinções autorais.<sup>14</sup> A pesquisadora preocupou-se em estabelecer o amplo sentido desse periódico e a relação com o espaço alcançado pelo jornalismo no *Século das Luzes*, na Inglaterra. Segundo a autora, para além de um projeto pedagógico e educacional, com base na ascensão da Ilustração britânica, o jornal – assim como o livro – se constituiu em um instrumento do “projeto iluminista de mudar a mentalidade das pessoas comuns.”<sup>15</sup> Portanto, Pallares-Burke enfocou a concepção de imprensa dos editores Addison e Steele, assim como os signos culturais com os quais dialogavam; e também a recepção da sociedade inglesa na relação com o periódico (através das assinaturas e das cartas de leitores, publicadas no *Spectator*), a fim de reconstituir uma gama de vínculos culturais presentes na sociedade londrina do século de Voltaire e Rousseau.

Já o estudo da imprensa brasileira no período colonial é uma preocupação da historiografia nacional desde a década de 1940. Até meados dos anos de 1960, entretanto, notamos que, apesar de termos algumas publicações importantes a respeito do tema, as pesquisas apresentadas deram apenas início às sistematizações acerca das características dos primeiros periódicos no Brasil, em especial a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Nas últimas décadas, sobretudo a partir dos anos 1970, a historiografia brasileira tem elegido a imprensa no período joanino como importante objeto de investigação histórica. Em geral, as pesquisas que privilegiam essa temática dividem-se, fundamentalmente, em três vertentes: estudos que enfocam a história da imprensa em geral, outros que investigam a implantação do prelo em suas origens no Brasil, e, ainda, aqueles que versam somente acerca da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Apesar das diferentes abordagens, todas as análises destacam a importância desse periódico no processo de implantação da palavra impressa na América Portuguesa. Tal cuidado

---

<sup>13</sup> DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel, op.cit., p15

<sup>14</sup> PALLARES-BURKE, Lúcia Garcia, *The Spectator – o teatro das luzes: Diálogo e Imprensa no século XVIII*, Editora Hucitec, São Paulo, 1995. O periódico *The Spectator* foi fundado por Joseph Addison e Richard Steele, em Londres, em 1711.

<sup>15</sup> PALLARES-BURKE, op.cit.p.15.

deve-se, justamente, por ter sido a *Gazeta do Rio de Janeiro* a primeira folha a circular no país e a ter caráter oficial.

Assim, em 1945, era lançada uma importante investigação sobre a imprensa no Brasil. A obra *O livro, o jornal e a tipografia*, do jornalista Carlos Rizzini, aparecia no cenário editorial como uma das primeiras sistematizações sobre a história da informação na América Portuguesa, especialmente no período joanino. O pesquisador explorou a imprensa desde seus primórdios com o objetivo de verificar a estruturação da tipografia na antiga Colônia portuguesa durante a permanência de D. João VI no Rio de Janeiro. Para o autor, o jornalismo teve três fases progressivas: as cartas particulares, as cartas profissionais e as *Gazetas* de assinaturas.<sup>16</sup>

O jornalista defende a tese de que a consolidação da imprensa é parte de um processo de transformações sociais profundas, conflitantes e de longa duração, entre o que intitula de minorias dirigentes e maiorias dirigidas.<sup>17</sup> Ao focar o papel da *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1821), Rizzini afirma que “apesar de possuir os requisitos ordinários do jornal, não exerceu a *Gazeta* a função social já então assumida no mundo pela imprensa.” Desse modo, circunscreveu suas peças jornalísticas como “enfadonhos róis de atos oficiais, convenientes apanhados de folhas européias e intermináveis ditirambos à família reinante”<sup>18</sup>, razão pela qual alegou a pouca visibilidade do jornal na época, uma vez que este estava sob a ação incessante da censura prévia que detinha todos os originais antes de publicá-los. O autor, portanto, defendeu que “até a suspensão da censura prévia, não era, naturalmente, possível desenvolver-se o periodismo no Brasil.”<sup>19</sup>

Na mesma vertente de Rizzini, o livro de Alexandre Passos *A Imprensa no período colonial*, de 1952, apresenta uma síntese da história da imprensa brasileira na fase que o autor denominou de implantação e adaptação, circunscrita entre os anos de 1808 e 1824. O capítulo intitulado *O Primeiro jornal do Brasil* é dedicado à estruturação da *Impressão Régia* na Corte e às características da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Ao examinar o periódico, Passos destacou as principais funções do jornal que, segundo sua visão, **não era oficial**. Apoiado em documentos do governo, o autor ressaltou essa assertiva através da leitura do discurso veiculado na seção de Avisos da *Gazeta* produzido pelos editores do

---

<sup>16</sup>RIZZINI teve como fonte de pesquisa as cartas de governantes, relatos de viajantes, obras literárias de época (livros e poesias) e, principalmente, os próprios *jornais*.

<sup>17</sup> De acordo com Rizzini, “Politicamente, a história da tipografia incorporou-se à tormenta história da sujeição das minorias organizadas às maiorias irregulares. Tão ferrenho quanto o individual, o instinto de conservação das minorias nada cede nem concede contra a sua integridade, fortuna e permanência. Mas a ação do pensamento vivo — na trova, na epístola, na *Gazeta* manuscrita, no papel de notícias, no periódico impresso, no livro e já agora na radiofonia, - vem marcando e transformando as minorias no seio das maiorias ano a ano engrossadas e esclarecidas.” RIZZINI, op.cit., p.118.

<sup>18</sup>Idem, p.332.

<sup>19</sup>Ibidem,, p.331.

periódico. A retórica dos “proprietários” (re)afirmava em diversas edições que, apesar de a folha pertencer por privilégio aos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, isto é, aos ministros de D. João VI, o governo respondia *apenas* pelos papéis impressos em seu nome.

Ainda sob a tendência inaugurada por Rizzini, surgia no mercado editorial, em 1966, *História da Imprensa no Brasil*<sup>20</sup>, do historiador Nelson Werneck Sodré. Na tentativa de compreender o processo de desenvolvimento da imprensa no Brasil, o autor concebe que o progresso do prelo está estritamente vinculado à história da expansão e enraizamento do sistema capitalista. Com uma extensa pesquisa sobre as produções jornalísticas consideradas de relevância para a história do país, o autor delimitou duas fases distintas da imprensa brasileira: a artesanal — quando ainda o país não tinha desenvolvido as forças capitalistas (políticas e materiais) suficientes para ter uma imprensa livre e independente — e a fase industrial — quando o capitalismo e a classe burguesa já estavam plenamente constituídos no Brasil. Sodré considera que o *problema da imprensa no Brasil era essencialmente político, uma vez que concebia a tipografia como sendo um produto do meio social, um reflexo das condições políticas*.

Quanto ao surgimento da imprensa no Brasil com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1808, Werneck Sodré considerou-o apenas em um sentido simbólico; sendo, para ele, um marco *cronológico* do início da fase áulica do jornalismo brasileiro. Diferentemente de Passos, Sodré classificou o periódico como uma produção jornalística **oficial**, pois era editado com a licença do monarca e pela tipografia real. Werneck Sodré ainda acrescentou que a folha não possuía nenhum atrativo para o público, já que, segundo afirma, esta não era a preocupação de seus editores. Portanto, para o autor, a *Gazeta do Rio de Janeiro* “não teve nenhum papel daqueles que são específicos do periodismo.”<sup>21</sup> Apesar do aparente menosprezo que concede à *Gazeta*, o historiador também valorizou a importância que a Corte concedeu a essa atividade, que correspondia à determinadas causas, não sendo gratuita. “Era agora necessário informar, e isso prova que o absolutismo estava em declínio”, afirma. Para o autor, a crise política da monarquia portuguesa foi a causa pela qual o poder utilizou-se da imprensa como arma de defesa de seus ideais e também como instrumento de combate das convicções que lhes eram contrárias.<sup>22</sup> Assim, por mais que qualifique a *Gazeta do Rio de Janeiro* “como um pobre papel impresso, preocupado quase que tão somente com o que se passava na Europa”<sup>23</sup>, o pesquisador não lhe tirou a importância como um meio de comunicação, cujos interesses ideológicos eram muito fortes.

---

<sup>20</sup> SODRÉ, Nelson Werneck, *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1966

<sup>21</sup> Idem, p.24.

<sup>22</sup> Ibidem, pp. 33-34.

<sup>23</sup> Ibidem, p.23.

Depois da publicação do clássico de Nelson W. Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, notamos a multiplicação de estudos que fizeram do papel da imprensa um importante objeto de investigação histórica no Brasil. A pesquisa de Juarez Bahia, de 1972, é nesse sentido, muito reveladora. Na obra *Jornal, história e técnica*, Bahia centrou a análise na relação entre a propagação do prelo e as condições materiais do país, buscando assinalar as características adquiridas pela imprensa brasileira ao longo do tempo, da fundação em 1808 ao século XX. Para tanto, o historiador dividiu a evolução do jornalismo em três fases: a inicial, a da consolidação e a moderna.

Diferentemente dos demais pesquisadores, Bahia considerou que a chegada da tipografia marcou uma transição política explícita no Brasil: com a instalação da família real, no Rio de Janeiro, o país abandonou o *status* de Colônia para ser sede do governo português. E, entre as peculiaridades desse processo, o pesquisador avaliou que o papel da *Gazeta do Rio de Janeiro* e da tipografia foi uma força material de relevância, mesmo considerando-a produto e signo do oficialismo no país. O historiador também concedeu um sentido *documental* ao jornal que, para ele, “podia refletir, de algum, modo, a sociedade da época, através dos comunicados oficiais e da propaganda de oferta e procura, dos editais, das notícias breves, sobre sucessos reais”<sup>24</sup>, além de ter ressaltado as características técnicas inauguradas pela folha, como o sistema de assinaturas e a regularidade na entrega dos exemplares destinados aos assinantes e à venda avulsa.

Ainda sob a ótica proposta por Rizzini de que a imprensa possui diferentes fases e marcos cronológicos, destacou-se a obra do historiador Wilson Martins *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*.<sup>25</sup> Com uma ampla pesquisa sobre as influências da palavra escrita na história européia e americana, o autor recapitulou o desenvolvimento da linguagem desde a pré-história do livro, a questões controversas como direitos autorais e o livro contemporâneo. Os capítulos 10 e 11, intitulados *A imprensa na América* e *A imprensa no Brasil*, respectivamente, deixam evidente sua concepção no que concerne ao desenvolvimento do prelo no mundo. Para o autor, “é quase possível afirmar que a América foi descoberta pela imprensa, ou, pelo menos, que a imprensa se reservou desde logo nessa descoberta, a parte que efetivamente lhe cabia”<sup>26</sup>, pois a arte tipográfica chegou no Novo Mundo ao mesmo tempo em que estava se difundindo na Europa.

Assim, ao mesmo tempo em que exaltou a precoce introdução da prensa na América Espanhola, referindo-se, por exemplo, a México e Peru, justificou a tardia implantação da mesma no

---

<sup>24</sup>BAHIA, Juarez, *Jornal, história e técnica*, 3ed., São Paulo, IBASA, 1972, p. 15.

<sup>25</sup>MARTINS, Wilson, *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*, 2ªed. Editora Ática, São Paulo, 1996.

<sup>26</sup>Idem, p. 289.

Brasil.<sup>27</sup> Como Hipólito da Costa, o autor mantém uma análise otimista quanto à institucionalização da palavra impressa em 1808. Para Martins, as publicações oficiais saídas da *Impressão Régia* convergiam “de maneira extraordinária para o progresso dos espíritos”<sup>28</sup>, diferentemente da *Gazeta do Rio de Janeiro* que, para ele, foi um periódico cuja importância foi *apenas* histórica, não influenciando sobre os negócios no Brasil.

Em um viés de análise radicalmente diferente dos trabalhos acima citados, a historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva publicou, em 1978, um estudo sobre a imprensa colonial baiana, intitulado *A Primeira Gazeta da Bahia: Idade d’ Ouro do Brasil*.<sup>29</sup> Ao conceber o periódico como *fonte documental* para a história cultural, a autora utilizou o jornal baiano como matriz principal de informação sobre a Bahia, no início do século XIX, investigando a partir das notícias do jornal e do discurso do redator –, tanto a vida sociocultural da província (atividades econômicas, grupos e relações sociais e a cultura), quanto as características da imprensa local, no que se refere, por exemplo, à constituição do corpo editorial, público leitor e, principalmente, à concepção da folha vigente no período em questão.

Já a historiadora Teresa Cardoso, na dissertação de mestrado intitulada *A Gazeta do Rio de Janeiro: subsídios para a história da cidade (1808-1821)*, também estudou o papel do primeiro periódico brasileiro como *fonte documental* para a compreensão da história cultural, cujo método de pesquisa muito se aproximou daquele proposto por Maria Beatriz Nizza da Silva. O trabalho objetivou acompanhar os aspectos relevantes da vida cotidiana da Corte através do estudo do periódico para, assim, refletir sobre as possíveis influências da *Gazeta* na sociedade, uma vez que dela originava-se a imprensa no Brasil. Segundo a autora, pela leitura do jornal é plausível reconstituir o universo urbano no período joanino, uma vez que concebeu a imprensa como reflexo e agente da transformação histórica do país, além de considerá-la responsável por mudanças no comportamento coletivo. Diferindo da análise de Nizza da Silva, todavia, a historiadora não dissociou o conteúdo das notícias veiculadas no jornal do contexto europeu, no caso, as guerras napoleônicas; causa principal da vinda da Coroa Portuguesa para o Brasil. Nesse sentido, a autora defende que a implantação da imprensa no Brasil veio preencher uma necessidade sobre as notícias de guerra que iniciara desde 1804 na Europa; quanto ao público leitor da *Gazeta*, Cardoso circunscreveu, principalmente, as pessoas que fizeram parte da comitiva da família real

---

<sup>27</sup> Para o pesquisador “o ‘espírito de autoridade e disciplina’ do jesuíta refreou (...) na América Portuguesa, o desenvolvimento do livre exame, do espírito de análise e de crítica, a paixão da pesquisa e o gosto da aventura intelectual (...) e que constituem a substância mesma da Imprensa. Isso explica porque o Brasil tenha sido o último país americano a possuir imprensa”, MARTINS, op.cit.p.293.

<sup>28</sup> Idem, p.310

<sup>29</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *A Primeira Gazeta da Bahia: Idade d’ Ouro do Brasil*, Editora Cultrix, São Paulo, 1978.

e “que haviam deixado em Portugal não só suas propriedades e negócios, como também parentes.”<sup>30</sup> Para a historiadora, portanto, o estudo da *Gazeta do Rio de Janeiro* possibilita a reconstituição da história do Rio de Janeiro, do Brasil e da Europa no início do século XIX, uma vez que revelava o universo mental de um grupo social luso-brasileiro: a classe dominante.

Ao sistematizarmos as produções historiográficas brasileiras que têm a imprensa como objeto primordial de investigação histórica, notamos que a maioria dos trabalhos centrou a atenção na importância da *Gazeta do Rio de Janeiro* como o primeiro periódico impresso no Brasil. Depreende-se, portanto, que a compreensão da macro-história da imprensa no país perpassa necessariamente, pelas simbologias intrínsecas a esse jornal, uma vez que a folha representou, pelo menos até fins de 1822, o modelo estético a ser seguido pelas novas produções jornalísticas do período. Ao reverenciarem-na – cada qual à sua maneira – os autores concederam um espaço de primazia à *Gazeta*, mesmo que esta estivesse vinculada aos interesses da monarquia portuguesa.

A contribuição desses estudos para as definições do olhar que depreendemos para o papel atribuído à *Gazeta do Rio de Janeiro* foi de inestimável importância. No entanto, desde as primeiras formulações do projeto de pesquisa, nossa proposta de trabalho estava centrada em um outro viés: buscava reconstruir a fronteira existente entre a dinâmica da vida sociopolítica no Império luso-brasileiro e a introdução da imprensa no Brasil no período joanino. Com isso, objetivávamos compreender o processo de estruturação da *Gazeta do Rio de Janeiro* no espaço urbano da Corte e verificarmos a qual tradição de imprensa a *Gazeta* estava vinculada para, assim, melhor redefinirmos suas origens e, conseqüentemente, os usos e sentidos dessa folha entre 1808 e 1821. Esta dissertação de mestrado, portanto, tem como proposta trabalhar as dimensões da concepção jornalística da *Gazeta do Rio de Janeiro* seja no seu aspecto discursivo – centrado, sobretudo, na fala do redator – que circulava publicamente pela cidade, seja em relação à participação do público leitor quando interagira com a palavra impressa de modo a constituir um novo espaço na sociedade.

No primeiro capítulo, discutiremos o papel exercido pela imprensa no Velho Mundo no século XVIII, especialmente em países como Inglaterra, França e Portugal, assim como centraremos a atenção na política cultural da monarquia portuguesa na circulação de idéias na Colônia, no mesmo período. Ademais, apresentaremos a *Gazeta do Rio de Janeiro* (seu nascimento, direção e as diferentes seções jornalísticas) circunscrevendo as relações existentes entre a tradição da imprensa oficial portuguesa – sintetizada na *Gazeta de Lisboa* –, e o tipo de imprensa que se estruturava no Brasil.

---

<sup>30</sup> CARDOSO, Teresa Maria Rolo Fachada Levy, *A Gazeta do Rio de Janeiro: subsídios para a história da cidade (1808-1821)*, Dissertação de mestrado defendida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1988, p.4.

Nesse sentido, pretendemos refletir sobre as aproximações e distanciamentos entre esses periódicos, pois, possivelmente, a *Gazeta do Rio de Janeiro* era herdeira da *Gazeta de Lisboa*.

O segundo capítulo versará sobre a circulação das idéias dos dois lados do Atlântico no período joanino e a particular inserção e importância da *Gazeta do Rio de Janeiro* no amplo processo de troca de informações entre Brasil e Portugal. Ademais, trataremos das particularidades da linha editorial do periódico, seja em relação à veiculação ou censura de outros jornais na Corte, seja em relação ao discurso jornalístico difundido pela direção da folha através da fala do gazeteiro, especialmente sobre os eventos políticos como, por exemplo, as guerras napoleônicas e seus desdobramentos para a Europa, entre os anos de 1808 e 1815. Desse modo, buscaremos melhor delimitar a concepção de imprensa vigente na Corte no início do Oitocentos.

No terceiro e último capítulo, trataremos em um primeiro momento, da relação existente entre os produtores das notícias e os anunciantes (e possíveis leitores do periódico), na seção de Avisos. Pretendemos mostrar como se delineava a interação das pessoas com o jornal e como se constituíram essas manifestações. Para tanto, procuraremos analisar os tipos de informações que eram publicadas e qual o sentido dessas inserções para os interlocutores da *Gazeta*, na tentativa de compreendermos o uso que este fez do jornal na seção denominada “Avisos”, cujos anúncios estavam relacionados, principalmente, aos múltiplos aspectos da vida cotidiana da cidade. Nesse contexto, visamos apreender esse gênero de expressão pública (a imprensa) quando relacionada aos interesses dos súditos de D. João VI. Também buscaremos compreender em que medida a Revolução do Porto, em final de 1820, influenciou nas mudanças ocorridas no discurso e na concepção jornalística da *Gazeta de Janeiro* - a partir de 1821 -, assim como no novo cenário da imprensa na Corte que, a partir de então, vivia sob as incipientes manifestações baseadas na liberdade de expressão; com o surgimento de outros jornais. Por fim, trataremos da demissão de Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, redator régio entre 1812 e 1821 e os sentidos que esse evento já pronunciava nas relações travadas no espaço urbano permeado pela palavra impressa.

# **Capítulo 1**

## ***A Imprensa no Antigo Regime e a institucionalização da palavra impressa no Brasil***

### **1. As *Gazetas* no Século das Luzes: Inglaterra e França.**

*Como os tipógrafos ou, pelo menos, os que compunham o texto, tinham de ser razoavelmente instruídos para executar seu trabalho, eles estavam entre os poucos artesãos que podiam fazer seus próprios relatos sobre a vida das classes trabalhadoras há dois, três ou quatro séculos. Com todos os seus erros de ortografia e falhas gramaticais, o relato de Contat é, talvez, o mais rico de todos. Mas não pode ser encarado como reflexo exato do que realmente aconteceu. Deve ser lido como a versão que Contat dá de um acontecimento, como sua tentativa de contar uma história. Como todas as narrativas, esta coloca a ação em uma estrutura referencial; supõe um certo repertório de associações e respostas, da parte de sua audiência, e proporciona uma forma significativa à matéria-prima da experiência.*

Robert Darnton<sup>31</sup>

O massacre de gatos ocorrido na gráfica de Jacques Vicent, em 1730, foi um episódio que rendeu boas lembranças dos operários do estabelecimento. O fato fora tão marcante que vinte anos depois – em 1750 – Nicolas Contat, um dos funcionários responsáveis pela façanha, utilizava sua pena na rememoração do dia em que ele e seu companheiro de ofício resolveram “endireitar esse estado de coisas desigual.”<sup>32</sup> A desigualdade ressaltada por Contat referia-se, à época, às péssimas condições de trabalho oferecidas pelos patrões a ele e Léville, seu colega na oficina. A alimentação, considerada pelo operário Contat “mortificante”, foi um aspecto de destaque em seu relato. De acordo com a narrativa, os operários tinham que comer os restos do jantar do chefe; o que acabava por não acontecer, uma vez que o cozinheiro as vendia e lhes destinava... a comida dos felinos –

---

<sup>31</sup>DARNTON, Robert, *O grande massacre de gatos e outros episódios da história francesa*, tradução de Sonia Coutinho, Ed Graal, 4ªed, Rio de Janeiro, 2001, p.107.

<sup>32</sup> Idem, p.104.

“velhos pedaços de carne podre que não conseguiam tragar e, então, passavam para os gatos que a recusavam.”<sup>33</sup>

Cansados de serem maltratados, Contat e alguns amigos tramaram em detalhes um plano: azucrinar o casal ao imitarem as miadas dos animaizinhos, durante a madrugada. O plano foi tão bem arquitetado que a própria senhora lhes pediu que acabassem com todos os gatos. Ao cumprirem a ordem da patroa, Contat e seus companheiros deram atenção especial a *grise*, sua gatinha de estimação, a quem mataram com doses de sadismo.<sup>34</sup> Além de extinguirem *grise* e seus amigos felinos, deixando a proprietária da gatinha em estado de choque, os tipógrafos passaram semanas encenando as consequências da passagem, em meio a piadas e boas doses de gargalhadas.

Ao ficcionalizar o episódio vinte anos depois, Contat narrava a sua *versão* dos fatos. É sob o seu olhar particular das reações de todos os participantes e o seu próprio referencial que a história do grande massacre dos gatos chegou à atualidade e nos é acessível. Contudo, como bem analisou Robert Darnton, devemos ler com *cuidado* a fala desse operário francês. Ela é apenas uma das múltiplas óticas pelas quais o mesmo fato poderia ser construído e/ou relatado, ao mesmo tempo em que é parte da cultura na qual ele estava inscrito. Neste caso, portanto, apesar de Contat ter respondido às suas próprias questões e ter valorizado as suas angústias individuais ao relatar um fato coletivo, ele teve muito significado para o grupo, uma vez que o episódio simbolizava a virada de jogo contra o patrão *burguês*.

A análise do historiador norte-americano do sentido que o “grande massacre de gatos” teve para os tipógrafos, e em especial para Contat, aponta trilhas aos historiadores que têm na *palavra impressa* a chave para o conhecimento do passado; muitas vezes, sua matéria-prima de trabalho. Na nossa investigação, em particular, a estrutura e o discurso da imprensa que nascia no Brasil, em meados de 1808, como consequência da vinda da monarquia portuguesa para o Rio de Janeiro, são o objeto de nosso olhar. Por mais que a narrativa jornalística não seja um relato ficcionalizado do real, ainda assim, cabe-nos salientar a importância da advertência de Darnton: as palavras do historiador guiam os sentidos que atribuiremos às falas dos editores e redatores da *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1821).

No século XVIII, os escritos *não ficcionais* como a imprensa, por exemplo, estavam associados às *descrições* do fato relatado. Tal característica, no entanto, não exclui as múltiplas possibilidades intrínsecas ao modo pelo qual o narrador *descreve* o episódio que lhe interessa publicar. Apesar da

---

<sup>33</sup> Ibidem,

<sup>34</sup> Ibidem, p.103-140.

complexidade da tarefa, Darnton ilumina uma das facetas dessa atividade: a nossa leitura das descrições dos atores sociais com os quais dialogamos deve focar que “[é] tão problemático para nós ler a descrição do nosso autor como foi para ele escrevê-la. Cada frase expressa uma consciência estranha tentando ordenar um mundo que não existe mais. Para penetrar nessa consciência, precisamos concentrar-nos mais nos modos de descrever do que nos objetos descritos.”<sup>35</sup>

Marc Bloch também é uma inspiração metodológica fundamental para o encaminhamento da história que buscaremos, ao longo destas páginas, desvendar: com o historiador francês compreendemos que, ao investigarmos o passado e os fatos humanos, o conhecemos através de *vestígios* deixados pelos personagens de outrora. Ao abordar a percepção do indivíduo na intrincada rede das relações sociais, Bloch salienta que “no imenso tecido dos acontecimentos, gestos e palavras de que se compõe o destino de um grupo humano, o indivíduo percebe apenas um cantinho estreitamente limitado por seus sentidos e sua faculdade de atenção; porque além disso ele nunca possui a consciência imediata senão de seus próprios estados mentais.”<sup>36</sup> Seja em Londres, Paris, Lisboa ou Rio de Janeiro é sob essas duas percepções históricas que trabalharemos os discursos impressos fabricados pelos produtores das notícias que circulavam pelas cidades, durante o século XVIII e início do XIX.

Precusores das idéias iluministas, França e Inglaterra foram países centrais na difusão desse pensamento na Europa do século XVIII, ocasião em que o jornalismo é “reconhecido já na época como a marca do século e como uma das mais recentes e felizes invenções.”<sup>37</sup> Porém, ambos os países consolidaram relações culturais díspares acerca das funções do jornal na sociedade. É sobre a força da arte tipográfica na Inglaterra e na França no denominado *Século das Luzes*, e os diferentes prismas pelos quais estas sociedades delineavam sua posição perante esta atividade –entendida aqui na acepção de Robert Darnton como uma *força ativa na história, um ingrediente do acontecimento*<sup>38</sup>, que incide, por ora, esta investigação. Interessa aqui esboçar alguns eventos e tendências nesses países, em alguns momentos específicos do século XVIII, para marcar quão *sui generis* pode ser o uso da imprensa em uma dada sociedade. Ademais, ao longo do século de Diderot e Voltaire também a imprensa portuguesa foi marcada por especificidades do discurso impresso, estruturando e consolidando os diferentes meios de informação, responsáveis por fazer circular a palavra impressa.

---

<sup>35</sup>Idem, p.144.

<sup>36</sup> BLOCH, Marc, *Apologia da História ou o ofício do historiador*, Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 2001, p.70.

<sup>37</sup> PALLARES-BURKE, Maria Lucia G. *The Spectator. O Teatro das Luzes: diálogo e imprensa no século XVIII*, ED. Hucitec, 1995, p.13.

<sup>38</sup> DARNTON, Robert, “Introdução”, in DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel, *Revolução Impressa: a imprensa na França (1775 - 1800)*, Edusp, São Paulo, 1996, p.15.

Circunscrever o lugar da fala da monarquia portuguesa no Velho Mundo, no século XVIII tem como objetivo marcar as peculiaridades dos discursos impressos portugueses em relação ao restante da Europa.

Na Inglaterra, sob a manutenção do poder político nas mãos de uma monarquia constitucional, discutiremos a importância do jornal *The Spectator* na sociedade iluminista inglesa e os ecos dessa original iniciativa pelo restante da Europa, no início dos setecentos. Já na França, nos centraremos nos momentos pré-revolucionários e enfocaremos as mudanças advindas durante os primeiros anos da revolução, entre os anos de 1789 e 1795. Por serem os principais pólos difusores de ideologias dominantes no continente europeu, sobretudo das idéias iluministas através do uso da tipografia, a reflexão acerca dessas nações é fundamental também para melhor situarmos o papel peculiar da tipografia em Portugal, sob o Antigo Regime, e conseqüentemente visualizarmos se há influências dessa estrutura na incipiente imprensa que nascia no Brasil, em 1808.

Em 1711 nascia um novo diário em Londres: *The Spectator*. Fundado por Joseph Addison e Richard Steele, homens de letras do período, *The Spectator* tinha como meta trazer a filosofia para a praça pública; para além da informação, o objetivo do periódico era *formar* o cidadão comum. Como um produto de seu tempo, a finalidade do jornal estava intimamente vinculada às questões de sua época e seus proprietários concebiam a força da palavra por uma ótica muito específica: ao se auto-intitular *educadores* da sociedade da qual faziam parte, Addison e Steele comungavam de uma ideologia que concebia um papel *moralizador* ao homem. “As ciências distinguem os homens dos animais (...) mas é a moralidade que nos deve tornar bons homens e promover a verdadeira felicidade nossa e dos demais. Nenhum conhecimento merece o nome de ciência se não tiver isso como finalidade”<sup>39</sup>, defendia um texto típico da época sobre educação.

Desse modo, filósofos, romancistas, pintores, jornalistas, cientistas, em suma, os pensadores do período colocavam sob sua inteira responsabilidade a tarefa de moralização da sociedade. Como esclarece a filósofa Hannah Arendt, na Europa do século XVIII, havia uma clara distinção entre intelectuais e homens de letras; diferença cuja expressão dava-se principalmente pelas atitudes que cada grupo evidenciava na atuação do universo público. De acordo com a autora, “os intelectuais deviam sua existência e notoriedade à sociedade da qual faziam parte, uma vez que governos pré-

---

<sup>39</sup> *The Reflector Representing Human Affairs, as they are; and may be Improved*, Londn, 1750, p.1-2. APUD PALLARES-BURKE, Maria Lucia G. *The Spectator. O Teatro das Luzes: diálogo e imprensa no século XVIII*, ED. Hucitec, São Paulo, 1995, p.16.

revolucionários, durante o período, necessitaram deles “e os usaram para a edificação” de um conjunto de conhecimentos e procedimentos especializados para o funcionamento cada vez mais complexo de seus governos. Já os homens de letras se educaram e cultivaram suas mentes em uma reclusão pela qual optaram livremente, colocando-se portanto a uma distância calculada, tanto do social como do político – dos quais de qualquer sorte, haviam sido excluídos –, a fim de observá-los em uma perspectiva apropriada.”<sup>40</sup> Dentre os *homme de lettres*, a figura do jornalista conquistava um importante espaço, sendo inclusive, “elevado à categoria de filósofo”<sup>41</sup> pelos ingleses: escritor cujas palavras destinavam-se à utilidade pública, ao falar e ser ouvido pela coletividade, o jornalista tinha uma preocupação própria à sua atividade: o trabalho com a *linguagem*.

Como percebeu Lúcia P. Burke, no jornal londrino *The Spectator*, em particular, a linguagem era concebida como uma criação social, cujos valores poderiam ser interpretados por todos, de maneira universal, para que redundasse “em um comportamento moral harmonioso.”<sup>42</sup> Nesse sentido, ainda de acordo com Burke, *The Spectator*, (ao lado de folhas político-partidárias e informativas da Inglaterra), representou uma nova e importante vertente: colocava em cena o jornalismo cultural – “uma produção híbrida e desvinculada de especializações em que o público se descobre ativo participante da cultura.”<sup>43</sup> A historiadora demonstrou ainda que a profunda difusão desse jornal na sociedade inglesa estava intrinsecamente associada ao papel que a folha direcionava ao seu público leitor. Para os editores do periódico, o *diálogo* era parte fundamental de sua missão educativa, cujo objetivo era estimular o diálogo e despertar o pensamento, atitude que marcava uma relação de simbiose entre os leitores e o periódico; explicitada nas *cartas do público* que constituíam um material de inestimável importância para os editores. As *falas cotidianas* das pessoas comuns eram concebidas como o principal ingrediente da prática educativa e o aprimoramento dos valores morais. Como afirmava uma edição da época, “Os exemplos vivos dos homens(...) o que os outros pensam, fazem, sofrem, vivem, desperta nossa reflexão e pode aprimorar a todos”, considerava o jornal.<sup>44</sup>

O sucesso do periódico não se restringiu à Inglaterra. Naquele período, a Europa passava por uma fase denominada *anglomania*, fenômeno social de grandes dimensões em que todo o continente estava a imitar o que invejavam da nação de John Locke, fato que possibilitou o nascimento de folhas análogas ao jornal inglês sem, contudo, ter o mesmo impacto alcançado por Addison e Steele.

---

<sup>40</sup> ARENDT, HANNAH, *Da Revolução*, SP, Ática-Brasília, Ed. da UnB, 1988, p.33-36.

<sup>41</sup> PALLARES-BURKE, op.cit., p.48.

<sup>42</sup> Idem, 63.

<sup>43</sup> Idem, p.17.

<sup>44</sup> Idem, Ibidem,,

Assim, como símbolo da “capacidade didática da imprensa como órgão de racionalidade”<sup>45</sup>, *The Spectator* foi traduzido em diversos países desencadeando todo um movimento no Continente – a “Questão *Spectator*”, cuja meta era inaugurar, de maneira aperfeiçoada, a imprensa educativa<sup>46</sup>.

O desejo dos outros países europeus de se aproximar dos valores ingleses, contudo, estava envolto em questões mais amplas, de foro político, uma vez que a Inglaterra fora o berço da liberdade de expressão e pensamento. Como é sabido, desde a segunda metade do século XVII, os cafés na Inglaterra já configuravam um importante *locus* de debates públicos, onde se consolidavam novos laços políticos e coletivos. Com a Revolução Gloriosa, em 1688, a Grã-Bretanha já vivia sob as auspiciosas possibilidades da liberdade de imprensa e o paulatino poder da opinião pública. Como sustentáculo do poder real mantido através do vínculo de confiança que o rei constituía com a pátria, a opinião pública conquistava espaço definitivo, sobretudo a partir de 1695, quando foi abolida a censura. Ao estimularem polêmicas, os jornalistas evidenciavam que os rumos da nação dependiam e, muito, do que as pessoas pensavam: assim ao exporem suas múltiplas percepções da realidade, davam seu inestimável apoio ao dinamismo e à vitalidade da imprensa britânica, pela ótica da capacidade pedagógica de difusão das Luzes<sup>47</sup>.

Como analisou Burke, tanto como observadores quanto como observados, o leitor tinha um papel ativo no *Spectator*: ao mesmo tempo em que participava do debate proposto pelo jornal, também contribuía com novos temas.<sup>48</sup> De acordo com a historiadora, ao compartilharem suas idéias, os leitores dividiam publicamente seus anseios, problemas e interesses, se sentindo parte de uma coletividade, cujas preocupações se assemelhavam entre si, mesmo quando as diversas vozes espelhavam dissonâncias. Assim, ao longo do século XVIII, a prática da liberdade de imprensa na Inglaterra e a tão estimada participação do leitor no universo público tornavam-se problemáticas de grande relevância entre os franceses e os europeus em geral. Ser livre para expressar a opinião, estimular debates, polemizar, questionar o poder, enfim praticar a cidadania era uma característica peculiar à sociedade inglesa, profundamente marcada pelo enraizamento das ditas revoluções

---

<sup>45</sup> Idem, p. 46.

<sup>46</sup> A “Questão *Spectator*” foi uma polêmica européia em torno do mundo das letras acerca dos significados do que era ser um jornalista, escrever e persuadir como um *Spectator*. Nessa discussão, Paris, Copenhague e Zurique foram os principais centros. Para uma análise mais aprofundada, ver PALLARES-BURKE, 1995, cap. 5.

<sup>47</sup> Na Inglaterra, no início do século XVIII, quando Addison e Steele decidiram promover um diálogo por meio do *The Spectator*, a Revolução Gloriosa e a *Royal Society* eram referências fundamentais das potencialidades do debate e da troca. Nesse sentido, Pallares-Burke ressaltou que as questões relativas à natureza e vida humana eram fundamentais pela abordagem do diálogo.

<sup>48</sup> Imparcialidade política, questões femininas e variedades do cotidiano eram os temas mais recorrentes da folha.

ocorridas no país, ao longo do século XVII, que redefiniam a relação entre o poder monárquico e a sociedade.

Durante a década de 1640, houve a aguda guerra civil que culminou com a decapitação do rei Carlos I, em 1649.<sup>49</sup> Após quase quarenta anos, depois de um longo período de profundos conflitos políticos, a Inglaterra viveu a Revolução Gloriosa, em 1688.<sup>50</sup> Nesse momento em que os Stuarts foram expulsos e o poder foi transferido para Guilherme de Orange e sua esposa Maria, os ingleses já haviam consolidado uma importante interação com o poder: para mantê-lo, seria necessário que a opinião pública vigorasse, reciprocamente, no país. “O soberano não tirava só de seu nascimento sua autoridade absoluta e indiscutível; ele a tirava da confiança da nação. Nascido da opinião pública, o poder real se viu obrigado a contar com ela; este trono que ele havia elevado, ele podia derrubar”, analisou A. Belijame, na clássica obra *Le Public et les Hommes de Lettres en Angleterre au Dix-Huitième Siècle*.<sup>51</sup>

Um século mais tarde, em meio às fortes convulsões sociais da Revolução Francesa, a Inglaterra já havia consolidado as feições de uma imprensa moderna: para além da prática da liberdade de imprensa, os jornais bem-sucedidos não mais se assemelhavam aos livros; ao contrário do que acontecia no início do século XVIII, os editores delimitavam claramente as características de cada bem cultural. Como afirma o historiador Jeremy D. Popkin, “os periódicos ingleses eram impressos em grandes fólhos, faziam usos extensivos de fios e de cabeçalho em vermelho para separar itens e, em alguns casos, empregavam títulos em tipo maior para identificar o assunto das matérias para que os leitores pudessem escolher os itens que lhes interessavam.”<sup>52</sup> No final do século XVIII, portanto, o uso de manchetes, anúncios e imagens eram recursos jornalísticos cotidianamente utilizados nas folhas britânicas cujo objetivo era atrair a atenção do leitor e facilitar a leitura, tornando-a mais prazerosa.

---

<sup>49</sup> Para uma maior compreensão dos conflitos políticos ocorridos na Inglaterra durante o século XVII, ver HILL, *A revolução inglesa de 1640*, 2ª ed., Editorial Presença, Lisboa, 1981. e HILL, Christopher, *O Mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa*, Cia. das Letras, 2ªed, São Paulo, 1991.

<sup>50</sup> Na clássica obra *Da Revolução*, Hannah Arendt faz referência ao fato de o termo *revolução* ter aparecido com conotações políticas durante o século XVII, quando em 1660 a monarquia foi *restaurada*. A Revolução de 1688 concedeu o mesmo sentido ao termo, quando os Stuarts foram expulsos e o poder foi transferido para Guilherme de Orange e sua esposa Maria. “A Revolução Gloriosa, o acontecimento em que, muito paradoxalmente, o termo encontrou guarida definitiva na linguagem histórica e política, não foi entendida, de forma alguma, como uma revolução, mas como reintegração do poder monárquico à sua antiga glória e honradez”, contextualiza a filósofa.

<sup>51</sup> *Le Public et les Hommes de Lettres en Angleterre au Dix-Huitième Siècle –1660-1744*, Paris, Librairie, Hachette et Cie, 1881, pp. 225-226. APUD PALLARES-BURKE, op.cit., p.38.

<sup>52</sup> POPKIN, Jeremy D., “Jornais: a nova face da notícia”, in DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel, *Revolução Impressa: a imprensa na França (1775 - 1800)*, Edusp, São Paulo, 1996, pp. .207-8.

Completamente diferente dos britânicos, a sociedade francesa viveu uma complexa relação com a palavra impressa durante o Antigo Regime. Sob a monarquia absolutista, a França conheceu uma forte vigilância sobre os impressores e os livreiros, cujo maior intuito era coibir a disseminação das idéias consideradas sediciosas. Como esclarece Daniel Roche, “o poder real estendia também sua intervenção às duas extremidades da cadeia que liga os escritores ao seu público: os leitores e os outros autores.”<sup>53</sup> No século XVIII, a censura existia com o objetivo de modificar e proibir os escritos “abomináveis” produzidos pelos franceses. Na prática, entretanto, mesmo com a censura prévia e a atuação da polícia, o governo real não tinha o total comando da situação, sendo inevitável o tráfico de livros proibidos, folhetos antimonarquistas, sátiras e canções. Com a crescente ascensão e influência das idéias iluministas, tais produções ganharam relevância na sociedade e, para evitar que esses escritos circulassem por vias clandestinas, o governo de Luís XVI estimulou as publicações impressas. Nesse cenário, o ofício dos censores tornava-se cada vez mais difícil. Embora não fosse uma ocupação de tempo integral, a atividade censória era malvista entre os homens de letras: além de exigir dos profissionais alto grau de responsabilidade pessoal, por ser associada a vínculos com o Estado, também envolvia o cerceamento do livre pensar.

Os censores eram também herdeiros do Iluminismo<sup>54</sup> e ao ocuparem cargos administrativos e culturais no serviço real tinham acesso até mesmo à máquina da fiscalização. Assim, eles próprios afirmavam uma ideologia denominada por Roche de “meio-termo”: meio filosófica, meio absolutista, em que predominava a tolerância para com as novas idéias e o estímulo à ousadia intelectual em um grau razoável. Para além dos censores, o Estado francês contava com a colaboração dos inspetores dos comércios de livros, uma divisão da polícia de Paris. Atividade surgida no início do século XVIII, esses profissionais mantinham o contato local com livreiros regionais, sendo agentes “eficazes e supervisores dedicados da indústria editorial bem como do comércio de livros.”<sup>55</sup> A freqüente relação com livreiros, impressores e tipógrafos permitia que eles mantivessem o domínio sobre as prensas e fontes de tipos, o que podia evitar a instalação de gráficas clandestinas.<sup>56</sup> Na prática, esses policiais reproduziam toda a norma de privilégios e permissões reais que lutava para

---

<sup>53</sup> ROCHE, Daniel, “A Censura e a Indústria editorial”, IN DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel, *Revolução Impressa: a imprensa na França (1775 - 1800)*, Edusp, São Paulo, 1996, p.21.

<sup>54</sup> Para uma discussão mais apurada sobre as bases da filosofia iluminista no século XVIII na Europa, ver: CASSIRE, Ernest. “A conquista do mundo histórico”, in: *A filosofia do Iluminismo*, ed. da Unicamp, Campinas, SP, 1992; MOUSNIER, Roland, LABROUSSE, Ernest, *O século XVIII: o último século do Antigo Regime*, E. Bretand Brasil; FALCON, Francisco José Calazans, *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*, 2ªed., Ed. Ática, SP, 1993.

<sup>55</sup> ROCHE, “A Censura e a Indústria editorial...” op.cit., p. 39.

<sup>56</sup> Idem, p.43.

excluir outras formas de atuação dos profissionais do ramo editorial senão aquelas concedidas pela Coroa<sup>57</sup>; além de produzirem arquivos sobre a população literária de Paris que figurava à margem do sistema.<sup>58</sup> Os *libellistes*, panfletistas constantemente perseguidos pela polícia, “escreviam as mais prejudiciais informações, em *libelles* e *Gazetas* manuscritas que circulavam às escondidas por toda a parte, na França”<sup>59</sup> e eram responsáveis pelas “falhas” que começavam a se tornar visíveis na rede de proteção real: “os panfletistas desgastavam, no público em geral, o respeito pelo Regime; e o perigo estava à espreita em toda a parte”, elucida Darnton.<sup>60</sup> A perseguição dos “sediciosos”, no entanto, contava com o trabalho perspicaz de espionagem, cuja eficiência dava-se, sobretudo, em manejar habilmente os conflitos internos do negócio. Presentes, principalmente, nos cafés e jardins públicos, os espões estavam rigorosamente atentos às notícias boca a boca que, por refletirem o efeito da opinião pública, sinalizavam a quantas andava o prestígio social do rei.

O outro lado da moeda, entretanto, mostrava que as redes de “solidariedade e cumplicidade” perpassavam todo o ramo editorial e chegavam até a própria censura<sup>61</sup>, o que provava quão instável era esse jogo de poder. O comércio clandestino de livros era tarefa complexa e exigia muito cuidado e astúcia, como mostra Darnton ao trilhar os obscuros caminhos da *Société Typographique* de Neuchâtel, uma das maiores editoras que contrabandeava livros proibidos. Ao circunscrever tal trajetória, o historiador aponta também para o conteúdo e a procura dos *best-sellers* clandestinos produzidos pelos sublitteratos, os quais, na maioria das vezes, enfatizavam a versão mais extrema do pensamento iluminista. Redes de solidariedade, conflitos, interesses políticos e, especialmente, lutas pela sobrevivência marcaram as cores do submundo literário francês, cujos principais personagens fizeram do iluminismo um negócio deveras lucrativo.<sup>62</sup>

Pelas ruas de Paris também circulavam os vendedores ambulantes, sujeito social presente na cultura francesa desde o século XVI. Como bem salientou Daniel Roche no clássico *O Povo de Paris*,

---

<sup>57</sup> Roche salienta que os infratores tinham severas punições: tinham que pagar 500 libras de multas – valor muito alto para a época. Já a reincidência podia resultar em penas físicas e morais: a perda do status de mestre, açoites, banimentos e prisões.

<sup>58</sup> Para uma análise mais sistematizada sobre a importância e os métodos de trabalho dos inspetores de livros, no século XVIII, ver DARNTON, Robert, *O grande massacre de gatos e outros episódios da história francesa*, trad., Ed Graal, 4ªed, Rio de Janeiro, 2001, p.191-246 (cap.4 “Um inspetor de polícia organiza seus arquivos: a anatomia da República das Letras.”)

<sup>59</sup> DARNTON op.cit., p.232.

<sup>60</sup> Idem, p.233. O historiador define as *libelles* como “virulentos ataques aos indivíduos que ocupavam as posições de prestígio e poder: ministros, cortesãos, membros da família real. Sua ênfase desabrida lembrava as *chroniques scandaleuses*, mas não eram desprovidas de mordacidade política. Abordavam aquela área nevrálgica em que a decadência privada virava tema público e, difamando torpemente os indivíduos, dessacralizavam todo o regime” DARNTON, op.cit., p.145.

<sup>61</sup> ROCHE, op.cit., p.45.

<sup>62</sup> DARNTON, op.cit., p.197-202.

ao venderem de tudo um pouco, os ambulantes difundiam uma literatura “onde o oficial e o clandestino se conciliam, onde o ocasional e o permanente se revezam para familiarizar o povo com horizontes novos.”<sup>63</sup> Apesar de os jornais serem, na época, ainda um produto de luxo, devido ao alto custo das assinaturas, podiam ser lidos nas tabernas ou em uma sala de fumar. “As notícias do mundo, as discussões sobre o futuro dos povos, a informação sobre o pão cotidiano e o trabalho, os *Cartazes* e *Avisos Diversos* eram consultados por todos, alcançando assim os meios populares”<sup>64</sup>, acrescenta Roche.<sup>65</sup> Com o enraizamento do cartaz na urbe, a sociedade francesa adquiriu o gosto pelo saber. Dessa leitura as pessoas captavam os múltiplos significados inscritos nas memórias em âmbito individual e coletivo. Ao compreender o profundo valor desse bem cultural para a sociedade francesa, o historiador sintetiza: “[o cartaz é] um livro que se lê e que muda a cada manhã, quando os quarenta afixadores autorizados chegam munidos de cola e pincel para oferecer ao público um novo adereço. O sagrado e o profano, a política e os lazeres disfarçam sucessivamente a nudez dos muros. Dois milhares de olhos contemplam os cartazes, milhares de vontades individuais podem perceber neles uma dimensão comum; comunicados de enterro e de casamento cadenciam o destino de todos.”<sup>66</sup> Ao tecerem cotidianamente o universo urbano parisiense, essas informações familiarizavam o povo com a leitura através de gestos espontâneos.

Pouco antes da Revolução, em 1789, porém, os funcionários do governo passaram a questionar o teor e a eficiência de suas ações. Os censores, por exemplo, sentiam-se prisioneiros do sistema: ao terem que proibir as obras que, enquanto leitores, aprovavam, flexibilizaram suas atitudes também porque passaram a dialogar com a opinião pública que, constantemente, divergia dos pareceres aplicados e apontava para a redefinição de caminhos. De acordo com a filósofa Marilena Chauí, no final do Setecentos, com a ascensão das idéias iluministas, a idéia de opinião pública passou a ser encarada de maneira positiva na Europa Ocidental: a valorização desse novo paradigma, contudo, estava estritamente vinculada ao trabalho incessante de pedagogos, filósofos, guias e juízes do povo, que atuavam em prol da estabilização dos costumes e da moral. Segundo a filósofa, a

---

<sup>63</sup> ROCHE, Daniel, *O Povo de Paris, ensaios sobre a cultura popular no século XVIII*. Trad. de Antonio de Pádua Danesi, EDUSP, SP, 2004, p.291.

<sup>64</sup> ROCHE, op.cit., p.293. (grifo original).

<sup>65</sup> Segundo o historiador, a imagem também constituía uma forma diversificada de informação popular. Quadros, estampas, gravuras, cartazes, tabuletas e os nomes de rua compunham um leque de cultura familiar amplamente difundidos. Dentre essas manifestações culturais, o cartaz teve uma importância singular. Mesmo sendo de caráter oficial, monárquico e transmitir uma ampla comunicação legal (leis, regulamentos municipais e de polícia, as interdições, os avisos de execução etc.), o cartaz referia-se aos afazeres da vida cotidiana do povo: das convocações às assembleias aos aumentos dos preços, perpassando pelas notícias, os espetáculos teatrais e pelas festas, ao mesmo tempo em que esse diálogo era uma manifestação do poder, permitia “uma transformação das atitudes para com a cidade, uma mudança dos hábitos, uma modificação dos costumes, uma familiaridade de todos com a informação escrita”, analisa Roche.

<sup>66</sup> ROCHE op.cit., p.303.

“força [da opinião pública] não provém do discurso desses homens e sim de que seja aceita e assimilada pelo público esclarecido. A opinião pública é o encontro entre a razão e o povo esclarecido, torna-se lugar da verdade e o seu poderio depende de conseguir impor-se aos homens no poder.”<sup>67</sup> Como observou a autora, era o critério da noção de verdade que se transformava, deixando, “ser [um conceito] meramente teórico para tornar-se eminentemente prático.” Para o cientista político Norberto Bobbio, no entanto, o conceito de opinião pública “não coincide com a verdade precisamente por ser opinião, por ser *doxa* e não *episteme*; mas na medida em que se forma e fortalece no debate, expressa uma atitude racional, crítica e bem informada.”<sup>68</sup> Ademais, o pesquisador define a existência da opinião pública como um fenômeno da época moderna em que “pressupõe uma sociedade civil distinta do Estado, uma sociedade livre e articulada, onde existam centros que permitam a formação de opiniões não individuais”, como jornais, revistas, clubes, partidos políticos e associações.<sup>69</sup> Nesse contexto histórico, portanto, a opinião pública foi concebida como um *direito* do homem; uma arma na defesa da liberdade de exprimir-se, mormente a partir da Revolução Francesa.

Até o início da Revolução, a França só havia conhecido um único jornal diário, o *Journal de Paris*. Com notícias voltadas muito mais para o aspecto cultural do que para o político, a folha – juntamente com os denominados periódicos semi-oficiais – simbolizava algumas das vanglórias do Antigo Regime. De acordo com Robert Darnton, os jornais na França “representavam importante fonte de renda para uns poucos privilegiados, no sentido literal da palavra. Privilégios reais reservavam certos assuntos para periódicos semi-oficiais como o *Mercur*, a *Gazette de France* e o *Journal des Savants*, que exploravam esse monopólio de notícias sem o aborrecimento de competidores.” Como ressalta Darnton, a entrada e circulação dos periódicos estrangeiros eram permitidas “desde que fossem discretos, acatassem a censura e pagassem compensação a um jornal privilegiado.”<sup>70</sup> Ademais, o governo entregava parte da receita a escritores nomeados pelo rei: era esse tripé, portanto, que compunha a estrutura da informação durante o reinado de Luís XVI. De acordo com Popkins, para o Estado, ver que “os periódicos pré-revolucionários mais importantes tinham todos sido editados no exterior e

---

<sup>67</sup> CHAUI, Marilena, “Os Intelectuais e a Política” In *Opinião pública e Revolução: aspectos do discurso político na França revolucionária*, Ed. Nova Stella, EDUSP, SP, 1989, p.15.

<sup>68</sup> BOBBIO, Norberto (Org.) *Dicionário de Política*, Ed. Universidade de Brasília, 2ª edição, Brasília, 1986, verbete OPINIÃO PÚBLICA, p.842.

<sup>69</sup> Idem.

<sup>70</sup> DARNTON, Robert, *Boemia Literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*, São Paulo, Cia das Letras, 1989, p.22

importados para o país”<sup>71</sup> era motivo de orgulho, pois na ótica de Luís XVI isso sinalizava a força da monarquia.

Com o desenrolar dos acontecimentos, no entanto, a situação da prensa na França mudaria radicalmente. A *Declaração dos Direitos do Homem*, de 1789, tinha como uma das premissas básicas a liberdade de expressão: o documento tentava assegurar a livre comunicação de idéias concebendo-a como um dos direitos mais preciosos do homem. Assim, em meio aos profundos conflitos, houve a explosão de muitos jornais por Paris. Apesar de a maioria dos periódicos terem vida efêmera, houve também aqueles que com ideologias pró-revolucionárias ou monarquistas se consolidaram, como o *Ami du Peuple*, de Marat, o *Patriote français*, de Brissot ou o absolutista *Ami du roi*, do abade Royou.<sup>72</sup> Como bem observou o historiador J. Popkins, as produções impressas refletiam o momento caótico pelo qual a sociedade passava e, por isso, não permitiam que as folhas tivessem grandes inovações técnicas ou estabelecessem uma rotina segura. Assim, se por um lado a liberdade de imprensa se tornava realidade, por outro a impressão de jornais foi uma atividade perigosa e de alto custo durante toda a Revolução.<sup>73</sup> Todo empreendimento bem-sucedido atraía rivais que freqüentemente procuravam conquistar seu público, empregando o mesmo título e estilo.

Como importante instrumento de atuação revolucionária, a imprensa foi o meio por excelência da instituição da soberania popular pois permitira o debate público em uma escala nacional, o que possibilitava o esclarecimento dos eleitores por parte dos líderes. Da intervenção dos mais diversos jornalistas, a imprensa tornava-se o intermédio entre os legisladores e o povo. E dentro desse universo de múltiplas visões é que a França constituía a prática da liberdade de imprensa. Como apontou Roche, ao atingir o povo o jornal ganhava novos contornos: a folha impressa “molda-lhes a consciência na perspectiva de uma moralização cristã, mas também os ajuda a avaliar a personalidade dos indivíduos.”<sup>74</sup>

---

<sup>71</sup> POPKINS, op.cit., p.195.

<sup>72</sup> Para uma análise detalhada acerca da trajetória de Brissot e Marat durante a Revolução, ver DARNTON, *Boemia Literária e Revolução...*, cap. 2 “Um espião na boemia literária”, pp.50-76.

<sup>73</sup> De acordo com Popkin, eram necessárias de oito a dez prensas para imprimir 11.000 exemplares por dia da *Gazette universelle*, importante periódico, em 1792. Além disso, tais empreendimentos contavam com outras finanças: os empregados com várias funções da gráfica e os vendedores de rua, que distribuíam as tiragens diárias. O autor ressalta, ainda que “as dificuldades em estabelecer e operar um empreendimento jornalístico não eram apenas tecnológicas e organizacionais. A imprensa da Revolução desenvolveu-se num vácuo institucional. Não havia definição legal do que constituía a propriedade num jornal, nenhuma proteção da propriedade literária, nem regras claras quanto aos direitos dos jornalistas e dos editores.” POPKINS, op.cit., p. 202.

<sup>74</sup> ROCHE, op.cit.,p.296.

Teoricamente, a liberdade de imprensa tinha como objetivo “tornar transparente a administração pública, dando ao povo acesso às informações.”<sup>75</sup> Em plena Revolução Francesa, porém, a experiência desse ideal se fez de maneira conflituosa, já que os debatedores digladiavam-se para impor a sua opinião. Nesse campo de batalhas a palavra, o discurso persuasivo era o foco principal, motivo pelo qual “os homens de letras não podem deixar de *dizer* a verdade e de gostar de dizê-la, para que se desencadeie o movimento de formação dos quadros militantes”<sup>76</sup>. A arte do convencimento foi a nova forma de se fazer política em arena pública. Segundo Popkins, porém, apesar do amplo alcance dos jornais revolucionários, estes nunca chegaram a se tornar um meio genuíno de comunicação de massas devido, sobretudo, “às limitações sociais, como o nível de alfabetização, e tecnológicas, como a permanente dependência de prensas manuais de madeira, impossibilitaram tal alcance.” Apesar disso, os jornais foram a principal forma impressa com a qual a luta revolucionária articulou a legitimidade política.<sup>77</sup>

Dessa *práxis*, ficava patente que se de um lado a liberdade de imprensa permitia a circulação do livre pensar, de outro complicava a ação dos filósofos. Obrigados a conviver com a diversidade das proposições de inúmeros sujeitos sociais, a fala desses pensadores também passava a ser submetida ao julgamento público: a luta pela sobrevivência estava associada à superemacia do discurso que parecesse, à maioria, o mais verdadeiro. Portanto, o ofício do jornalista, como homem de letras, ganhava uma nova dimensão: passava para o universo da luta ideológica. “[A] ideologia se caracteriza por conferir imaginariamente universalidade àquilo que é realmente particular. A particularidade constitutiva da opinião, elevada à condição de verdade pelos grupos em luta, rouba-lhes a marca fazendo-a submergir na marca da verdade, isto é, na pretensão à unidade e a universalidade”, analisa Chauí.<sup>78</sup>

A esfera ideológica do discurso jornalístico que se tornava central na fala dos letrados franceses do final do século XVIII teve seus contornos também visíveis na imprensa portuguesa do período. Mesmo estruturada em um rígido aparato censório, as manifestações impressas em Portugal foram marcadas por peculiaridades discursivas que, indiretamente, dialogavam com as transformações ocorridas na Europa, em meio às convulsões revolucionárias. Perseguir a trilha dessas singularidades

---

<sup>75</sup> CHAUÍ, op.cit.,p. 15.

<sup>76</sup> NASCIMENTO, Milton Meira, *Opinião pública e Revolução: aspectos do discurso político na França revolucionária*, Ed. Nova Stella, EDUSP, SP, 1989, p.65. (grifo meu).

<sup>77</sup> POPKINS, op.cit., p.199.

<sup>78</sup> CHAUÍ, op.cit., p. 15-16.

faz parte do ofício: com essas pistas compreenderemos muito dos traços iniciais da estruturação da imprensa no Brasil, cujo principal símbolo foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Para a realização de tal tarefa, no entanto, é necessário que primeiro perpassemos por duas importantes histórias: a trajetória da *Gazeta de Lisboa* e de outras produções jornalísticas impressas em Portugal ao longo do século XVIII e a circulação de notícias na Colônia, ao final do Setecentos. Ao delinearem a política cultural da monarquia absoluta portuguesa, no período, marcavam que a sustentação do Antigo Regime português, em certa medida, dependia do cerceamento da palavra impressa em ambos os lados do Atlântico.

## 2. A imprensa portuguesa no século XVIII e a circulação de idéias na Colônia

Primeiro periódico Setecentista no país, a *Gazeta de Lisboa* começou a circular em 10 de agosto de 1715. No frontispício lia-se o ideal do periódico: “[fazer a] História Anual Cronológica e Política do Mundo e Especialmente da Europa.” Ou seja, para além do intuito de publicar notícias nacionais e estrangeiras além das diversas nomeações do governo português, a *Gazeta* nascia sob os tentáculos da Monarquia lusa, em consonância com a tradição europeia que, desde meados do século XVII, possuía periódicos oficiais.<sup>79</sup> A Península Ibérica pertencia à periferia na Europa da edição, no que Chartier denominou de “antigo regime tipográfico”<sup>80</sup>, cujos centros estavam situados na Europa do Norte, mormente na França, Alemanha, Holanda e Suíça. De acordo com a análise do historiador André Belo, a aproximação à debilidade ibérica do ponto de vista tipográfico, com efeito, manifestava-se também no tardio aparecimento e lento desenvolvimento das publicações periódicas impressas na península, em especial ao longo do século XVIII.<sup>81</sup>

Entre os anos de 1715 e 1760, a redação da *Gazeta de Lisboa* ficou a cargo de José Freire de Montarroio Mascarenhas, sendo o privilégio exclusivo da tradução e impressão de todas as notícias e dos papéis políticos oriundos da Europa, de responsabilidade de Antonio Correia Lemos.<sup>82</sup> Ao longo desse período a folha manteve o mesmo aspecto: era impressa em formato *in quarto* e circulava às

---

<sup>79</sup> TENGARRINHA, José, *História da Imprensa Portuguesa*, Ed. Caminho, Lisboa, 1989, p.43.

<sup>80</sup> “É um conceito que parte da identificação de uma continuidade essencial na produção e comercialização dos livros entre o século XVI e o início do século XIX. Em tal regime, que cessa com a entrada da imprensa na era industrial, a empresa da edição é, sobretudo um ramo do comércio, estando a atividade tipográfica submetida no essencial aos mercadores de livros, os quais freqüentemente são também impressores.” BELO, André, *As Gazetas e os Livros: a Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*, Lisboa, 2001, p.30.

<sup>81</sup> Idem,

<sup>82</sup> Tal privilégio foi concedido por alvará régio em 29 de maio de 1715. Para maiores informações sobre o privilégio de impressão depois da morte de Lemos, ver BELO, op.cit., pp.35-38.

quintas-feiras.<sup>83</sup> As edições eram reagrupadas em volumes anuais, o que permitia a leitura retrospectiva em formato de livro, constituindo o que Belo denominou de conjunto de relatos históricos; sendo também vendida em forma de folheto. “Montarroiio escrevia a *Gazeta* seguindo um <<método não só histórico, mas Cronológico e Geográfico>>. Com isso fazia-se referência ao modo particular de as notícias serem ordenadas no periódico, divididas por Reinos ou regiões européias e por ordem cronológica”<sup>84</sup>, avalia o historiador.

O aspecto gráfico da *Gazeta de Lisboa*, durante o governo de D. João V (1706-1750) explicitava os vínculos entre imprensa e o poder absoluto da monarquia portuguesa, expressada na simbologia real. A inserção da grafia (carimbo) real – o símbolo da monarquia portuguesa – tendo os dizeres **“Com o Privilégio de Sua Magestade”** (sic) situa-se no centro da página, com muito destaque, o que singularizava o periódico ao se referir diretamente à *persona* do Rei.<sup>85</sup>



*Gazeta de Lisboa* de 27 de agosto de 1743.

N°35

<sup>83</sup> “Inicialmente de quatro páginas, o corpo do periódico conheceu, até a década de 50, um aumento progressivo: oito páginas logo no ano de 1717 e doze páginas a partir de 1734.” De 1742 em diante, a folha passou a produzir o Suplemento da *Gazeta* de Lisboa, que saía às terças-feiras e dava periodicidade bi semanal ao jornal.” BELO, op.cit., p. 37-38.

<sup>84</sup>BELO, op.cit., p.40. O historiador analisa também as diferenças entre a produção da *Gazeta de Lisboa* e dos livros. Para maiores detalhes ler p.42-44

<sup>85</sup> Utilizo aqui a noção de *persona* defendida pela historiadora Iara Lis C. de Souza. Segundo a autora “Este conceito, historicamente formulado, além de abarcar o foro íntimo, a personalidade do indivíduo, molda-se pelo artifício com que sua figura é externamente elaborada, ou seja, aquilo que de fora lhe confere sentidos sociais, políticos, eficácias num jogo de representações e anseios políticos.”SOUZA, Iara Lis Carvalho, *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*,Ed. da Unesp, São Paulo, 1999, p. 36.

Politicamente, o Governo de D. João V foi caracterizado pela continuidade ao processo de centralização política, iniciado por seu pai, sendo “fortemente influenciada pela administração e pela corte francesa do “Rei Sol”, Luis XIV.”<sup>86</sup> No entanto, apesar desse diálogo com o absolutismo francês, indago: o que de fato era o absolutismo português na época em questão? Vejamos a análise do erudito Luis Fernand de Almeida:

Embora assumindo-se como absoluta, a realeza não dispunha dos meios para que a sua atuação se sentir, de forma plena, à sociedade que pretendia governar. As (...) insuficiências da burocracia régia levavam-na a recorrer à rede concelhia, delegando nas câmaras alguns dos seus poderes e para elas transferindo parte da administração que de outro modo não poderia assegurar.<sup>87</sup>

Para o autor, na relação direta com a sociedade, a acentuada autonomia das câmaras no exercício administrativo local fazia-se sentir com mais força do que a distante figura do monarca e seu poder político concebido como absoluto. Nesse sentido, para se fazer presente perante todo o corpo social a quem representava e assim exacerbar suas virtudes morais, era fundamental que a simbologia real fosse estampada em todas as publicações da *Gazeta* oficial. Uma maneira de se fazer lembrado, referenciado, lisonjeado, já que na lógica monárquica da época, o destino do Reino dependia das virtudes do Rei. Era a palavra real em toda a sua plenitude que estava sendo veiculada para os súditos; o que reforçava a “concepção organicista do poder encarnado no corpo do rei, que, em si, resume toda a coletividade.”<sup>88</sup> Uma vez que em meados do século XVIII o nascer da esfera pública estava muito ligado ao âmbito das *representações*, tentava-se manter, simbolicamente, a unidade da Coroa que, na prática, estava dispersa “por uma constelação de pólos relativamente autônomos”, nas palavras do historiador Antonio Manuel Hespanha.<sup>89</sup>

Na época, a atividade jornalística não era valorizada socialmente tanto que o termo *jornalista* era ausente do vocabulário português, sendo o redator comumente chamado de *gazeteiro*. Como redator, Montarroio omitia opiniões, o que mostra a tendência “informativa” do periódico, uma vez que o profissional “devia respeitar na *Gazeta* uma forma de escrever sem reflexão crítica explícita.”<sup>90</sup> A particularidade de seu ofício era regida por critérios muito específicos, sobretudo em relação às

---

<sup>86</sup> VAINFAS, Ronaldo (direção), *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)* Ed. Objetiva, Rio de Janeiro, 2000, verbete D. João V, p.167.

<sup>87</sup> Almeida, Luis Fernand de, *Páginas dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995, p.196.

<sup>88</sup> SOUZA, Iara, op.cit.,p. 23. Para melhor compreender o papel do rei na sociedade portuguesa do período, ver cap.1.

<sup>89</sup> HESAPANHA, A. M, *As vésperas do leviatã. Instituições e poder político.Portugal –século XVII*, Livraria Almeida, Coimbra, 1995, p.197.

<sup>90</sup>BELO op.cit.,p. 45.

notícias por ele veiculadas: a concepção de novidade ou notícia, como afirma Belo, tinha que ter um caráter histórico para ser apreciada e, então, publicada. Segundo a descrição de João Luís Lisboa,

Montarroyo never had great political or social relevance in Lisbon, or in the Academy (where he failed to be elected). This corresponds to the low cultural status given to news work. But he had a central position among those who devoted themselves to the task of consuming and spreading the latest reports. He received foreign newspapers, and selected his own material from them. The fact that he had information that he did not publish in the gazette gave him a certain authority. He also had acquaintances at the court and was part of the most important newsletter networks in the capital.<sup>91</sup>

De acordo com Belo, a credibilidade do impresso estava circunscrita a canais especiais de informação como as folhas estrangeiras, as correspondências e os relatos de políticos ilustres do Reino. Por volta de 1749, quando o privilégio de impressão já estava nas mãos de Luís José Correia de Lemos<sup>92</sup> e o propósito do periódico era o lucro e a vulgarização, o redator passou por conflitos no que se refere à edição das notícias. Como salienta o historiador, “segundo o que Montarroio escreve nas suas cartas, a versão da *Gazeta* que era enviada ao Desembargo do Paço para ser censurada era, uma vez aprovada, sujeita a alterações no caminho para o prelo. Obtidas as licenças, os impressores faziam nela acrescentos, à sua própria maneira.”<sup>93</sup> Nesse sentido, vemos como a concepção da folha estava associada à idéia de privilégios; característica intrínseca ao Antigo Regime Português, que mostra quão filtradas eram as informações que chegavam aos leitores.

Observamos, portanto, que a simplicidade do trabalho de produção de uma folha como a *Gazeta de Lisboa* é só aparente. Confeccionar as notícias pela ótica do recebimento de algumas *Gazetas* estrangeiras, traduzir artigos escolhidos, censurar as obras consideradas sediciosas, anunciar livros de interesse, receber e selecionar anúncios, informar a entrada e saída de navios eram atividades que englobavam processos complexos e envolviam diversos atores sociais. Ao estudar tais singularidades do periódico, no início do século XVIII, o grupo de pesquisadores portugueses João Luís Lisboa, Tiago C.P. dos Reis Miranda e Fernanda Olival, mostra-nos que um periódico dessa grandeza fazia parte de uma “rede de correspondentes de que podemos definir vários centros”<sup>94</sup>: redator, correspondentes, tradutores, personalidades políticas, impressores, leitores. Esse circuito de informações tornava-se cada vez mais complexo uma vez que se destinava a diversos fins que “não

---

<sup>91</sup> LISBOA, João Luís Lisboa, “News and newsletters in Portugal” IN *Enlightenment, Revolution and the periodical press*, Voltaire Foundation, Oxford, 2004, p.42.

<sup>92</sup>Luís José Correia de Lemos era filho de Antonio Correia de Lemos, a quem pertenceu o privilégio de impressão desde 1715.

<sup>93</sup>BELO op.cit.,p.58.

<sup>94</sup>LISBOA, op.cit., p.15.

apenas da informação [mas também] negócios, encaminhando pedidos, encomendas, nomeadamente de livros”<sup>95</sup>, pondera João Luis Lisboa.

Desse exame circunscreviam-se pólos de interesses que ao se cruzarem nas práticas de composição e transmissão da notícia singularizavam a *natureza* de uma *Gazeta* oficial. A *periodicidade* era, particularmente, um aspecto importante: o periódico era escrito em dias certos “seja pela organização das atividades semanais do correspondente, seja pela eventual regularidade das actividades de que se fala, seja pelos ritmos de chegada e partida dos correios.”<sup>96</sup> Assim, na vida cotidiana, a confluência dessas múltiplas tarefas era empreitada árdua, pois todos esses agentes sociais tinham de lidar com o *imprevisto*: das prováveis falhas no sistema de correspondência, à frustração dos leitores na expectativa das notícias que não foram publicadas. Na leitura dessas fontes, portanto, “o historiador deve sempre ter em vista que os sujeitos vivem a história como indeterminação, como incerteza, como necessidade cotidiana de intervir para tornar real o devir que lhes interessa”, como elucida os historiadores Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira.<sup>97</sup>

Além das folhas estrangeiras a *correspondência* (especialmente entre os nobres) era também considerada uma *fonte* de muita confiabilidade no período: a partir delas noticiavam-se acontecimentos ocorridos na Corte e nas demais localidades do Reino. Mais uma vez João Luis Lisboa destacou a singularidade das correspondências no processo de circulação das notícias, ressaltando o mútuo interesse existente entre o redator e os intelectuais da província; uma relação passível de estabelecer um “*esquema de reciprocidades*, quer no que diz respeito a informações, a livros, a produções literárias variadas, a objectos de colecção, ou a *favores*.”<sup>98</sup> Se as relações se constituíam na base das *reciprocidades* e dos *favores*, interessa-nos saber quais informações eram consideradas valiosas para ambas as partes. É o que esclarece Lisboa: “Nesta cadeia de reciprocidades, pode-se trocar uma história curiosa por um testemunho de actualidade, mas também notícias dos movimentos de exércitos, intrigas da corte, escalas de navios, bens que se trocam por odes medievais, registros sepulcrais, genealogias ou curiosidades antigas.”<sup>99</sup> Por todas essas razões, além de ser um produto caro e de acesso restrito, a *Gazeta de Lisboa* era já na época considerada um periódico desinteressante, sendo desvalorizada como veículo de transmissão de notícias, quando comparada aos informativos manuscritos.

---

<sup>95</sup> Idem,

<sup>96</sup> Ibidem,,

<sup>97</sup> CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org), *A História Contada: capítulos de História social da literatura no Brasil*, Ed. Nova Fronteira Rio de Janeiro, 1998, p.9.

<sup>98</sup> LISBOA, João Luis, “*Gazetas feitas à mão*” In João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis, e OLIVAL, Fernanda, *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*, Vol. 1 (1729-1731), Edições Colibri, Lisboa, 2002, p.26. (grifo meu).

<sup>99</sup> Idem,p.26.

Se à primeira vista somos tentados a classificar o mundo das letras impressas portuguesas como *originais* quando comparadas ao universo dos países do norte europeu, nem por isso a sociedade lusa deixava de expressar, na prática cotidiana, a complexidade do *locus* onde se produzia a palavra escrita. Em uma relação de complementaridade, a *Gazeta de Lisboa* convivia com a circulação de manuscritos, sobretudo durante a primeira metade do século XVIII. De acordo com o historiador português João Luís Lisboa “quando falamos da multiplicidade de imagens, situações e participantes é porque o espaço da informação política e social periódica não começa com a *Gazeta* nem se limita ao tipo de publicação que é o dela, enquanto existe, mesmo referindo apenas a informação que circula por escrito. Nesse espaço de notícia, têm um papel fundamental os manuscritos.”<sup>100</sup> A classificação dos diversos tipos de manuscritos, entretanto, é uma tarefa difícil. Ao historiador que pesquisa a dimensão do universo mental do período e lida com esse tipo de fonte, faz-se fundamental trabalhar com as nuances e nebulosidades próprias daquele tempo, sobretudo quando observamos as especificidades da sociedade portuguesa, no século XVIII.<sup>101</sup>

Sob o reinado de D. João V a sociedade lisboeta viveu uma situação muito complexa. No aspecto religioso e cultural, a cidade era toda efervescência. No Róssio, a “sala íntima da cidade”<sup>102</sup>, as novidades eram de todo tipo: protestos, espetáculos, autos de fé, procissões, paradas militares etc. ocorriam diariamente no coração de Lisboa, cuja tradição era vibrante e comunicativa. A fé movia o povo em suas manifestações.<sup>103</sup> Economicamente, contudo, o reinado de D. João não privilegiou a melhoria de vida urbana.

O mísero estado da ribeirinha, tinha freqüentes réplicas no interior da cidade. À Câmara escasseavam os recursos para as obras de grande ou mesmo de pequeno porte. A reedificação do Terreiro do Pão, em 1709 ajudara a empobrecer-la. As ruínas atulhavam a cidade. Caía aos bocados em 1712 a muralha junto à Nossa Senhora da Graça. Os desmoronamentos das velhas construções eram freqüentes e o Senado via-se a perros em constantes pleitos com os privilegiados quando intentava qualquer obra (...) E os anos iam correndo, e as casas envelheciam, desaprumavam-se e caíam. O Caracol da Penha era uma ruína. Nem se podia passar por lá. O Açogue do Terreiro do Paço, desfazia-se em 1745.<sup>104</sup>

---

<sup>100</sup> LISBOA, João Luís, op.cit., p.13.

<sup>101</sup> Para uma discussão mais aprofundada dos diversos tipos de *Gazetas* manuscritas, como classifica-las e compreender as redes de interlocução e constituição desta fonte, ver LISBOA, João Luís, “*Gazetas feitas à mão*” In João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis, e OLIVAL, Fernanda, *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*, Vol. 1 (1729-1731), Edições Colibri, Lisboa, 2002 e MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis, “Proveniência, autoria e difusão”, in LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis, e OLIVAL, Fernanda, *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*, Vol. 2 (1732-1734), Edições Colibri, Lisboa, 2005.

<sup>102</sup> Essa expressão é de SEQUEIRA, Gustavo de Matos, “A cidade de D. João V”, in: *D. João V. Conferências e estudos comemorativos do segundo centenário da sua morte (1750-1950)*, Lisboa, Publicações Culturais da CML, 1952, p.46.

<sup>103</sup> SEQUEIRA, op.cit., p.46. Com o terremoto de Lisboa, em 1755, acabou com essa região da cidade que foi completamente deslocada e desfigurada no governo de Pombal. (1750-1777).

<sup>104</sup> Idem, p.47.

A descrição do historiador Gustavo Sequeira de Matos aponta-nos que entre as décadas de 1710 e 1740 as condições de vida em Portugal agravavam-se a cada dia. “A fome era negra (...) havia muita religião, mas pouca educação; e o desprestígio criado à magistratura judiciária pelas demasias e violências de certos fidalgos contribuía para a indisciplina social crescente”, complementa Julio Dantas.<sup>105</sup> Apesar das constantes dificuldades da maioria da população, Lisboa também possuía uma outra face, o esplendor da riqueza. O reverso dessa medalha podia ser apreciado nas redondezas onde habitavam a nobreza e a realeza. Nos arredores do palácio real vivia-se com esplêndida grandiosidade, que delineava a duplicidade de ambientes. Lisboa “tinha realmente outra cidade dentro de si, escondida nas suas insuficiências urbanas.”<sup>106</sup> Essa parte deslumbrante da capital era a cidade de D.João V.

Não obstante os problemas sociourbanos, os anos entre 1708 e 1750 também foram de crescente enriquecimento, advindo do ciclo do ouro no Brasil. Como analisou Sequeira, dos cofres reais, alimentados pelo caudal de ouro dos Quintos das Minas Gerais, houve muito financiamento: o rei valorizou a construção de monumentos religiosos, as Artes, a Ciência e as Letras. Foi nesse período que se fundou a “Academia Real de História, organizaram-se Academias Militares, defenderam-se os Monumentos e as obras de arte, condenando-se os destruidores à pena dos falsificadores, protegeram-se e sugeriram-se as fundações de uma série de Academias Literárias.”<sup>107</sup> O próprio rei estimulava o gosto pelas novidades científicas, especialmente quando estivessem circunscritas à dimensão do espetáculo, como as atividades empíricas, sobretudo em cursos extraescolares da Física Experimental.<sup>108</sup> Incentivou-se também o estudo da astronomia, da matemática e da cartografia, tendo o desenvolvimento da indústria particular atenção.<sup>109</sup>

Toda essa multiplicidade de acontecimentos era tema constante das *Gazetas* manuscritas da primeira metade do século XVIII, informativos que não estavam sujeitos à mesma censura das folhas impressas. Nesse sentido, tudo podia ser dito tendo particular destaque os boatos e escândalos, quer ocorridos no Paço ou nos soalheiros da cidade. Como afirmou Julio Dantas,

desde a reportagem dos crimes que se cometiam, até as informações noticiosas da corte e da cúria patriarcal, desde os anúncios e comunicados tanto por linha, até as notícias da sociedade e às indiscrições mundanas, de tudo se encontra nesses arqui-avós setecentistas de hemerografia moderna, tão interessante também para a história do jornalismo em Portugal.<sup>110</sup>

---

<sup>105</sup> DANTAS, Júlio, “Os jornais manuscritos do século XVIII”, *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, N° 4, 1941, p. 41.

<sup>106</sup> SEQUEIRA, op.cit.,p.:49.

<sup>107</sup> Idem, p. 61

<sup>108</sup> VILLALTA, Luiz Carlos, *Reformismo ilustrado e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*, tese de doutorado, USP, 1999, p. 55-56.

<sup>109</sup> Neste período criaram-se oficinas de curtumes e de fabricação de pólvoras, sob a proteção real.

<sup>110</sup> DANTAS, op.cit., p. 37.

Tais folhas manuscritas eram muito apreciadas pelos leitores do tempo e os redatores tinham especial interesse em divulgar o *escândalo*, cujo intuito era aguçar a curiosidade pública e aperfeiçoar a profissão, cuja marca era a indiscrição e a “malícia jornalística.”<sup>111</sup>

Diferentemente dos anos de D. João V, o alvorecer da segunda metade do século XVIII já demarcava as peculiaridades do período em Portugal: com a morte do monarca subia ao trono D. José I (1750-1777) e, com ele, o primeiro ministro Sebastião de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal. Figura central no governo de D. José, Pombal realizou inúmeras reformas com base nos princípios iluministas. Principal expoente do que a historiografia denominou de *Despotismo Esclarecido*, “Pombal empenhou-se em fortalecer o poder do Estado, em firmar a supremacia da Coroa face à nobreza e à igreja –incluindo-se, aqui, os jesuítas – e em reformar a economia, com vistas a tirar Portugal da inferioridade em relação às potências europeias.”<sup>112</sup>, defende Villalta. Apesar de a política pombalina ter tido múltiplas vertentes, restringiremos nosso olhar à atuação do ministro no que concerne à veiculação das idéias impressas e a forte censura que predominou no período, sobretudo depois do alvará de 18 de maio de 1768, quando Pombal estruturou a Real Mesa Censória, com jurisdição própria e submetida *exclusivamente* ao poder Régio.

Entre 1751 e 1800 a imprensa portuguesa conheceu um acentuado crescimento. Nesse período foram concebidas 54 novas publicações, sendo que muitas delas “refletem preocupações estéticas, acadêmicas, filosóficas, literárias, econômicas ou mesmo religiosas.”<sup>113</sup> Como afirma José Tengarrinha, durante a administração pombalina foram veiculados 15 novos periódicos. A maioria, no entanto, não era de caráter noticioso, mas *satírico*, e divulgava conhecimentos úteis e de cultura geral, o que estava estritamente associado à “severidade do poder pombalino, que obrigava ao refúgio do domínio da fantasia ou de uma deliberada frivolidade”, assegura o historiador.<sup>114</sup> A marca das produções noticiosas, ainda de acordo com Tengarrinha, era a prudência e reserva nas opiniões políticas, pois os editores estavam cientes do risco que corriam: caso levantassem alguma discussão ou controvérsia no universo público referente à política de D. José poderiam acabar na cadeia. Desse modo, *Gazeta de Lisboa*, *Gazeta Extraordinária de Londres* e o *Hebdomadário Lisboense*, as três folhas de

---

<sup>111</sup> Essa expressão é de Julio DANTAS, op.cit., p.48. Neste artigo o autor estuda os pormenores das características de dois jornais manuscritos da época, o *Folhetos de Lisboa* (1740-1743) e o *Mercúrio de Lisboa* (1744-1745) apontando as principais temáticas e a atividade dos redatores.

<sup>112</sup> VILLALTA, *Reformismo Ilustrado...*, op.cit., p. 141.

<sup>113</sup> ARAUJO, Ana Cristina, *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*, Livros Horizonte, Lisboa, 2003, p.68.

<sup>114</sup> TENGARRINHA op.cit., p. 46.

caráter noticioso tentavam circunscrever a escrita à órbita da objetividade jornalística, voltando muitas vezes, o foco das notícias para o exterior.

A partir da instituição da Real Mesa Censória, em 1768, Pombal redobrou sua atenção à censura de periódicos, não permitindo que se fundasse ou publicasse nenhum jornal em Portugal. Na prática, essa extrema repressão de idéias podia ser notada desde 1762, quando o ministro decretou a suspensão da *Gazeta de Lisboa*, que voltaria a circular apenas em 1778.<sup>115</sup> Este caso é exemplar: além de ter sido suprimida, o então redator Correia Garção foi preso, acabando por “morrer mais tarde nas prisões pombalinas.”<sup>116</sup> Nesse período houve o silenciamento de escritores que, coagidos pelo sistema, eximiram-se de “julgar o destino dos povos e a natureza dos seus governantes.”<sup>117</sup> A coerção de novas produções impressas foi concomitante com o auge de sua política cultural, o que apontava para um claro paradoxo. De acordo com Ana Cristina Araújo,

A morte lenta do jornalismo português coincide, assim, com o período áureo da política cultural pombalina, assente na expulsão dos jesuítas (1759), na criação da Directoria Geral dos Estudos (1759), na reorganização da censura (1768), na criação da Imprensa Régia (1769) e na instauração de um programa nacional de educação, abrangendo o ensino elementar, prático ou técnico, universitário (1759-1772) e nobiliárquico (1766).<sup>118</sup>

Nesse sentido, a historiadora sinaliza para o conflito intrínseco à obra reformadora de Pombal que, na prática, redundava em um importante impasse crítico: ao mesmo tempo em que o a ideologia do Estado estava calcada na censura, a imprensa periódica se via cada vez mais permeável às novidades estrangeiras. O periódico *O Anónimo* (1752-1754), por exemplo, “foi concebido a imagem e semelhança do quotidiano *The Spectator* de Steele e Addison (1711-1712), [e] integra-se na rede europeia de difusão do jornalismo filosófico, instrutivo e moralizante de inspiração londrina”<sup>119</sup>, cujo formato era o mesmo do original britânico. Como primeiro hebdomadário português, *O Anónimo* procurou estimular o gosto pelo saber, o cultivo das artes e das letras, da ciência e também da indústria; ao exaltar o valor da razão, Bento Morganti, o editor, tinha o intuito de combater a ignorância e a superstição da sociedade lusa. Crítico da política pombalina, porém ciente da atuação da censura, o jornal optou por ocultar suas fontes. “Aliando a defesa das artes à emergência de um modelo de

---

<sup>115</sup> Desde 1761 que o privilégio da produção da *Gazeta de Lisboa* estava sob a concessão dos oficiais da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, cujo reator era o poeta português Antonio Correia Garção.

<sup>116</sup> TENGARRINHA, op.cit., p. 47.

<sup>117</sup> ARAUJO, op.cit., p. 77.

<sup>118</sup> Idem, p.68.

<sup>119</sup> Ibidem, p.69.

civilidade urbana e burguesa, o redator do *Anónimo* oculta, deliberadamente, a sua fonte porque sabe que ela consta dos índices proibidos de 1744, 1757, 1763”, reitera Araújo.<sup>120</sup>

Já a *Gazeta Litterária ou notícia excata dos principaes escriptos modernos, cofórme a analyse que delles fazem os melhores críticos, e diaristas da Europa*, foi fundada no Porto em 1761, por Bernardo de Lima. A folha pertencia aos denominados “jornais-biblioteca”, publicação de grande difusão na Europa das Luzes, cuja vertente era o jornalismo enciclopédico e literário. Desse modo, representava um espaço reservado às discussões públicas acerca do pensamento iluminista e ajustava-se às expectativas da reforma pedagógica pombalina, uma vez que repetia as máximas do absolutismo esclarecido de D. José I. Como apontou a autora, o noticiário pautava-se pelo critério da *atualidade* das notícias, dialogando largamente com as obras estrangeiras. Se aparentemente o periódico poderia ter boa aceitação real, na prática a relação com a censura mostrou-se conflituosa, uma vez que Bernardo de Lima mantinha constante contato com os “principais centros de impressão da Europa – que garantiam a importação ilegal de alguma literatura clandestina”, advinda do contato com as editoras de grande vulto como a *Société Typographique* de Neuchâtel, com quem sustentava um sistema de correspondência.<sup>121</sup> Para além dessas controvérsias, que acentuavam as divergências com a censura pombalina, a folha defendia abertamente a bandeira da liberdade de imprensa e, conseqüentemente, o fim da censura prévia.

Com a morte de D. José I, a queda de Pombal e a ascensão da rainha D. Maria I, Portugal entraria em uma nova fase da vida impressa e literária, cujos principais contornos deram-se, sobretudo, durante o período da Revolução Francesa. Por essa época, circulava no Reino uma curiosa reflexão anônima. Vejamos:

A grande opressão que padecem neste Reino os que escrevem tira o gosto a muitos que o desejam fazer. É mesmo razoável que os papéis que impressos sejam revistos e examinados por que neles se não introduza alguma cousa contra a fé, contra os bons costumes ou contra os interesses da Coroa. Mas o estilo e o método dos escritores sempre se lhes deu livre. Não tem liberdade o autor das *Gazetas* porque nem isso lhe deixam.<sup>122</sup>

Definido por José Tengarrinha como o “protesto enérgico de um jornalista, pelos fins do século XVIII”<sup>123</sup>, o escrito acima é um importante relato sobre a experiência dos homens de letras em Portugal. Ao expor publicamente seu ponto de vista, o escritor questionava os métodos de

<sup>120</sup> ARAÚJO, op.cit., p.:70.

<sup>121</sup> Idem, pp. 73-74. De acordo com a historiadora, “[o editor] tinha correspondentes e mantinha contactos regulares com directores e redactores de cerca de 40 jornais estrangeiros: alemães, italianos, ingleses, franceses, espanhóis, suíços e escoceses.” (p.74).

<sup>122</sup> ANTT, *Ministério dos Negócios Ecclesiásticos e de Justiça*, M. 163.

<sup>123</sup> TENGARRINHA, op.cit., p.110.

atuação da censura lusitana, denunciando algumas das consequências para o universo das letras portuguesas: o silenciamento de novas produções e idéias fosse no campo da literatura ou no domínio da imprensa.

O final do século XVIII foi especialmente significativo em Portugal. Entre os meses de agosto e setembro de 1789, a *Gazeta de Lisboa* informava aos seus leitores todos os pormenores da Revolução Francesa. Como observou Lúcia Neves, os “comentários situavam-se entre o entusiasmo e a ingenuidade, revelando um misto de admiração e espanto diante dos sucessos que iriam selar a ruína do Antigo Regime francês.”<sup>124</sup> A partir de 1792, com a ascendência dos Jacobinos no poder e a execução de Luís XVI, em 1793, contudo, as autoridades portuguesas passaram a olhar com repúdio para as possíveis consequências dos “abomináveis princípios franceses” em Portugal. A partir de então, o governo intensificou as medidas repressivas em Lisboa, sobretudo no que circunscrevia a atuação da polícia e à entrada de livros considerados perigosos.<sup>125</sup> Para a Coroa, a “extraordinária e temível Revolução Literária e Doutrinal”, ao propagar novos princípios nos mais vastos campos do saber – política, filosofia, teologia e também no âmbito jurídico –, era uma fortíssima ameaça para “as opiniões estabelecidas”, sobretudo na esfera religiosa e política. Nesse contexto, as idéias francesas consideradas ímpias eram vistas como um agente capaz de abalar os alicerces da tradição do Antigo Regime. Era necessário, portanto, cercear a força das palavras no universo público.<sup>126</sup> Assim, a partir de 17 de dezembro de 1794, a Monarquia portuguesa ordenava o restabelecimento da censura tríplice. Ou seja, revogava-se a censura unificada, quebrando o “compromisso com a legislação pombalina”<sup>127</sup> e o controle de livros e escritos no país retrocedia às antigas instâncias de

---

<sup>124</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos P., *As Representações Napoleônicas em Portugal: imaginário e política*, Tese como requisito ao concurso público para obtenção do título de professor titular, UFRJ, 2002.p. 41.

<sup>125</sup> Diogo Inácio de Pina Manique, célebre intendente da polícia no período, iniciou uma política de perseguição contra a infiltração de propaganda das idéias francesas em solo português. A maçonaria, os franceses residentes em Portugal e os portugueses suspeitos de partilhar as idéias jacobinas foram os alvos mais perseguidos. Maiores detalhes, ver NEVES: *As Representações Napoleônicas em Portugal...*, op.cit., p.42.

<sup>126</sup> VILLALTA, Luis Carlos, “Censura literária e inventividade dos leitores no Brasil Colonial”, in TUCCI, Maria Carneiro (org.), *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*, SP, Edusp, 2002, p.61.

<sup>127</sup> TENGARRINHA, op.cit., p.104. Durante a administração pombalina a censura foi submetida *exclusivamente* ao poder Régio, com o alvará de 18 de maio de 1768, que estruturou a Real Mesa Censória, sujeita à autoridade real e com jurisdição própria. Como afirma a historiadora Leila Mezan Algranti, “Com a criação da Real Mesa Censória, em 1768 Pombal retirou do Tribunal do Santo Ofício e do Ordinário a prerrogativa de responsáveis pela censura religiosa, e passou-a para a ação do Estado.” Assim, a Real Mesa Censória estava única e exclusivamente submetida a autoridade real, cabendo a este órgão fiscalizar a impressão e circulação de todos os livros do Reino e também aqueles que eram direcionados às Colônias. ALGRANTI, Leila Mezan, “Censura e comércio de livros no período de permanência na corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1999, p. 633.

poder: a Inquisição, o Ordinário e a Mesa do Desembargo do Paço, cada qual com distintas funções.<sup>128</sup>

Preocupados em tolher as produções literárias e jornalísticas, com receio de que houvesse “contágio dos escritos ilustrados franceses, que eram sempre ímpios, sediciosos, inflamatórios e de uma execranda obscenidade, diretamente compostos e destinados para abalar e subverter o trono, o altar e os bons costumes”<sup>129</sup>, os censores tinham uma atividade um tanto paradoxal: ao mesmo tempo em que defendiam a adoção de idéias ilustradas, com o intuito de reestruturar a sociedade, temiam que tais conhecimentos os intentasse para ideais revolucionários, ecoados do solo francês. Essa complexidade na atuação do trabalho censório era intrínseca à concepção filosófica portuguesa de *Reformismo Ilustrado*<sup>130</sup> que, segundo Villalta, “procurava manter entre a assimilação do pensamento crítico das Luzes e a contenção de efeitos contestatórios do absolutismo e do sistema colonial.”<sup>131</sup>

Se o *Reformismo Ilustrado* foi a política por excelência do Reinado de D. José I (1750-1777), com suas especificidades e paradoxos<sup>132</sup>, nem por isso perdeu sua importância no governo de D. Maria I (1777-1792). Durante a administração da rainha, ao mesmo tempo em que houve continuidade ao que lhe antecedeu – no caso o *Reformismo Ilustrado* – também foram tomadas medidas para alterar alguns rumos que não lhe eram aprovados. E, sob a regência de D. João VI, foram nítidos os resquícios dessa concepção política: mesmo que o recuo à censura tríplice tenha sido um “retrocesso” deu-se a continuidade do “predomínio laico na medida em que o Desembargo do Paço desempenhava um papel central (e final) no processo censório.”<sup>133</sup> Nesse sentido, a atividade desses profissionais era capital na sociedade do Antigo Regime, uma vez que “se tratava de

---

<sup>128</sup> D. João VI, em nome de D. Maria I, sancionou em 30 de julho de 1795 um alvará que regulamentava os novos critérios de censura de livros, sendo que a Inquisição, o Ordinário e o Desembargo do Paço passavam a ter funções distintas. As especificidades dos três órgãos régios são descritas por Villalta que afirma que “Em primeiro lugar estabeleceu-se que a Igreja podia fazer o exame dos livros religiosos, mas era o estado que avaliava os livros sobre assuntos laicos e, ademais, que podia baixar a proibição ou não de todos os livros, fossem eles civis ou religiosos. E com isso a Coroa se sobrepunha à instituição eclesiástica. Em segundo lugar, determinou-se que os três tribunais possuíam esferas distintas de atuação: ao Ordinário, da diocese em que os livros fossem impressos, autorizava-se a censuras as doutrinas religiosas e referentes à disciplina eclesiástica; a Inquisição, sendo um tribunal encarregado de zelar pela pureza doutrinária e, conseqüentemente, cabendo-lhe reprimir as heresias, poderia censurar apenas os “erros, contra cujos Autores, ou Sectários tiver Direito de proceder, na conformidade de seu novo Regimento de 1774”; e, por fim, o Desembargo do Paço se reservaria a examinar e a censurar as doutrinas que “corrompessem os costumes públicos da Nação, as leis e os direitos da Coroa, e que perturbassem a “tranqüilidade geral do Estado, e particularmente” dos vassallos.” VILLALTA, Luis Carlos, “Censura literária e inventividade dos leitores no Brasil Colonial”, IN TUCCI, Maria Carneiro (org.), *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*, SP, Edusp, 2002, p.62.

<sup>129</sup> APUD NEVES, *As representações Napoleônicas ...*, op.cit., p. 92

<sup>130</sup> Para uma definição precisa de Reformismo Ilustrado no período, ver VILLALTA, op.cit.p54.

<sup>131</sup> VILLALTA, “Censura literária e inventividade...”, op.cit., p 56.

<sup>132</sup> A idéia de paradoxo está desenvolvida em MAXWELL, Kenneth, *Pombal :paradox of the enlightenment*, Cambridge University Press, Cambridge, 1995.

<sup>133</sup> VILLALTA, “Censura literária e inventividade...”, op.cit., p 61.

um mundo no qual se recebiam *graças* do monarca, e que todo o sistema de censura apoiava-se integralmente na sua vontade e nos seus deveres para com os súditos, baseados em princípios e poderes sustentados pelo absolutismo”<sup>134</sup>, ressalta a historiadora Leila M. Algranti.

No “diálogo” com a censura, portanto, o apelo do escritor, em fins do século XVIII, ganhou uma nova dimensão. Diante da estrutura do aparelho censório português e dos trâmites legais a ele intrínsecos (seja na publicação de escritos de qualquer natureza seja na circulação de livros, ordenados pela Coroa em ambos os lados do Atlântico), a natureza do olhar do documento acima transcrito, revela-se radical uma vez que ele ousa *contestar* publicamente o que considerava falho em uma dada instituição real, responsável por inibir, segundo ele, inclusive a liberdade de estilo e método de escrita e pensamento. Indiretamente, o jornalista fazia também uma crítica ao tipo de jornalismo oficial praticado na Corte, sobretudo em relação à *Gazeta de Lisboa*.

Se ao longo da segunda metade do século XVIII a monarquia portuguesa reafirmou sua estrutura coercitiva dentro das limitações do Reino, na Colônia manteve-se uma sistemática vigilância e controle no que concernia à veiculação de impressos que não fossem estritamente vinculados aos interesses reais. Ainda sob o reinado de D. João V, um caso particularmente curioso ocorreu em julho de 1747: o rei enviava uma importante provisão ao governador da capitania do Rio de Janeiro na qual mandava seqüestrar as letras impressas pela tipografia de Isidoro da Fonseca e remetê-las ao Reino. No documento, o monarca além de deixar claro que era expressamente proibida a arte da impressão na Colônia, ainda ressaltava as estruturas da censura real que ordenava o confisco do material produzido ao mesmo tempo em que impunha penas legais para os infratores, no caso ser submetido à Inquisição e ao cárcere.

Antonio Isidoro da Fonseca foi um impressor português que tinha implantado a “segunda tipografia”<sup>135</sup> no Rio de Janeiro, em fevereiro daquele ano. Conhecido em Lisboa pela publicação de muitas obras de vulto e autores célebres, Fonseca residia no Brasil. Mesmo que as razões de sua vinda sejam ainda obscuras e haja controvérsia na historiografia sobre o marco das primeiras letras impressas no Brasil, o fato, como afirmou Rubens Borba de Morães, “é que Isidoro da Fonseca publicou no Rio de Janeiro um folheto de vinte e duas páginas e alguns avulsos”<sup>136</sup> e a Coroa exigiu

---

<sup>134</sup>ALGRANTI, “Censura e comércio de livros...”, op.cit., p 638.

<sup>135</sup>MORAES, op.cit.,p.62. Ao denominar de “segunda tipografia” seu empreendimento tipográfico, Fonseca fazia referência àquela existente em Portugal, para ele, a primeira.

<sup>136</sup> De acordo com Moraes, os títulos saídos da tipografia de Isidoro são: o folheto denominado Relação da entrada que fez o excellentissimo e reverendissimo senhor JD. Fr. António do Desterro Malheiro bispo do Rio de Janeiro' em o primeiro dia deste ano de 1747 e duas folhas avulsas: 1) Em applauso do Excellentissimo e

o recolhimento dos papéis mandando-os diretamente para o Reino, juntamente com o tipógrafo.<sup>137</sup> Fonseca não desistiu da empreitada e, em 1750, requeria ao Rei sua volta ao Brasil, dessa vez, com as devidas licenças legais. Mais uma vez, lhe foi negado o direito da iniciativa de instalar prelos na Colônia e ser reconhecido, oficialmente, como o primeiro a produzir letra impressa na América Portuguesa.<sup>138</sup>

Apesar de a ausência da arte tipográfica ter sido uma constante no Brasil durante toda a segunda metade do século XVIII, Portugal desenvolveu uma política de incentivo à cultura na Colônia; sobretudo no governo pombalino cujas diretrizes estavam em consonância com os valores das Luzes. Sob o governo de Pombal, a Coroa motivou os estudantes da elite rural brasileira a aperfeiçoar seus conhecimentos em Coimbra. A partir de 1770, a monarquia portuguesa dava vazão a uma política cultural de fomento à ciência, sobretudo no campo das ciências naturais; tendo sobre esta um olhar pragmático. Como analisa a historiadora Maria Odila da Silva Dias, “o papel da política do Estado nesse movimento de estudiosos, dedicados em sua maioria às ciências naturais, merece realce natural por suas múltiplas implicações, tanto na orientação dos estudos como na mentalidade dos principais políticos da independência.”<sup>139</sup>

Nesse período, o desenvolvimento de matérias-primas visando a industrialização de Portugal, era uma preocupação da Coroa. A autora ressalta que Pombal dirigiu pedidos de estudos da flora brasileira aos governadores das principais capitanias da Colônia, sempre enfocando o interesse comercial dos produtos ainda inexplorados da região.<sup>140</sup> Além disso, chegou a conceder bolsas de estudos, em 1799, a alguns bacharéis brasileiros formados em Coimbra, que “acumulavam uma

---

Reverendíssimo Senhor D. Frei António do Desterro Malheiro, Digníssimo bispo desta cidade. e 2) Conclusiones Metaphysicas de Ente Reali, do padre jesuíta Francisco de Faria.

<sup>137</sup> MORAES op.cit.p.65. Para um aprofundamento da discussão historiográfica sobre o tema ver AZEVEDO, M. D. Moreira d., “Origem e desenvolvimento da Imprensa no Rio de Janeiro”, Revista do Instituto Histórico Geográfico e Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo XXVIII, 4º trimestre 1865, MORAES, Rubens Borba de, *Livros e Bibliotecas no Brasil colonial*, São Paulo, Livros Técnicos e Científicos, 1979. HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, 26 ed. São Paulo, Cia das Letras, 1995, MARTINS, Wilson, *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*, 2ªed. Editora Ática, São Paulo, 1996, RIZZINI, Carlos, “O livro, o jornal e a tipografia no Brasil” Livraria Kosmos Editora, Rio de Janeiro, 1946.

<sup>138</sup> Há também uma discussão na historiografia sobre a introdução de uma tipografia em Pernambuco, no início do século XVIII, em 1706. Para controvérsia ler para além dos autores citados na nota anterior, o trabalho de FERLINI, Vera Lúcia Amaral “Uma *Gazeta* Manuscrita no Brasil” IN *Anais do Museu Paulista*, T. XXXIII, 1984.

<sup>139</sup> DIAS, Maria Odila da Silva, “Aspectos da Ilustração no Brasil”, *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Brasileiro*, Rio de Janeiro, vol.278, 1968, p.112.

<sup>140</sup> A partir de 1796, com D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro da rainha D. Maria I, houve uma política de importantes projetos e reformas em torno da veiculação das informações sobre agricultura e introdução de novas técnicas rurais. De acordo com a historiadora Maria Odila da Silva Dias, “Dentro da orientação oficial recebia o governador da Capitania de São Paulo folhetos e memórias sobre as árvores açucareiras em geral, sobre os tipos de açúcar fabricados no Rio, sobre a cultura da batata, do anil, do café (...) [enfim] sobre uma variedade de assuntos que refletiam a amplitude de projetos e do surto de desenvolvimento ensaiado neste período.” DIAS, op.cit.,p.121

literatura de viagem curiosamente integrada no espírito da que se desenvolvia na mesma época no resto do mundo.”<sup>141</sup> Deste lado do Atlântico também houve importantes iniciativas e desde o início dos anos 1770 que o então vice-rei Marquês de Lavradio em parceria com Luis de Vasconcelos e Sousa colocavam em prática as determinações reais.<sup>142</sup>

Em 1772, por exemplo, foi fundada a Academia Científica do Rio, voltada para o estudo das ciências naturais, física, química, agricultura, medicina cirúrgica e farmácia, constituindo, na ótica de Silva Dias, um “fenômeno inteiramente revolucionário, se o confrontamos com os moldes do ensino jesuítico que predominava até o momento.”<sup>143</sup> Objetivos e pragmáticos, os ilustrados “brasileiros” traduziam os estudos europeus sempre com a finalidade de encontrar soluções apropriadas e específicas à realidade tropical do Brasil. Esse esforço intelectual não visava importar as idéias européias, tinha, sim, o objetivo crítico de dialogar com as novas possibilidades da ciência para aplicá-las no meio em que viviam. Importante ressaltar que a fundação da Academia Científica do Rio, que duraria até 1779, foi concomitante com a Reforma da Universidade de Coimbra (cuja orientação privilegiava as ciências naturais e a experimentação) e com a lei pombalina de 6 de novembro do mesmo ano, que ampliava ao maior número de súditos o ensino elementar público e gratuito; uma reforma pedagógica considerada vanguarda em toda a Europa.<sup>144</sup> Em 1786, a antiga Academia Científica do Rio foi reaberta pelo vice-rei Luis de Vasconcelos e Sousa e foi denominada de Sociedade Literária do Rio de Janeiro, sendo liderada pelo poeta Manoel Inácio da Silva Alvarenga.<sup>145</sup> Durante o ano de 1794, os membros foram denunciados e acabaram, por fim, presos. De acordo com Kury e Filho os estudiosos eram acusados de “professarem contra a religião, a monarquia e a favor da República francesa.” Ressaltam ainda que as razões dessa denúncia “ao que

---

<sup>141</sup> Idem, p.128.

<sup>142</sup> Maiores detalhes ver DIAS op.cit., p.115-125.

<sup>143</sup> DIAS, op.cit., p.115. Importante ressaltar que o marquês de Pombal realizou uma política sistemática de perseguição aos jesuítas, expulsando-os do Reino, nos dois lados do Atlântico, ao valorizar o ensino laico. Maiores detalhes sobre a atuação do ministro nesta área ver sobretudo DIAS, Maria Odila da Silva, “Aspectos da Ilustração no Brasil”, *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Brasileiro*, Rio de Janeiro, vol.278, 1968, ARAUJO, Ana Cristina, *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*, Livros Horizonte, Lisboa, 2003. MAXWELL, Kenneth, *Pombal: paradox of the enlightenment*, Cambridge University Press, Cambridge, 1995, FALCON, Francisco José Calazans, *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*, 2ªed., Ed. Ática, SP, 1993; VILLALTA, Luiz Carlos, *Reformismo ilustrado e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*, tese de doutorado, USP, 1999., VILLALTA, Luiz Carlos, “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura” in SOUZA, Laura de Melo e (org.), *Cotidiano e vida privada na América Portuguesa, História da vida privada no Brasil*, São Paulo, Cia das Letras, 1997. pp.331-385.

<sup>144</sup> VILLALTA, *Reformismo Ilustrado...*, op.cit.,p.143.

<sup>145</sup> De acordo com o arquiteto Nireu Oliveira Cavalcanti, a presidência da academia coube ao físico José Henrique Ferreira, autor de vários trabalhos científicos. CAVALVANTI, Nireu Oliveira, “A livreria do Teixeira e a circulação de livros na cidade do Rio de Janeiro em 1794”, IN *ACERVO, Revista do Arquivo nacional*, v.8, jan/dez de 1995, p.185.

tudo indica (...) ocorreram por motivos pessoais, devido a ganância de um rábula local.”<sup>146</sup> Os principais acusados eram Silva Alvarenga, Jacinto José da Silva e Marianno José Pereira da Fonseca, futuro membro da Junta Diretora da *Gazeta do Rio de Janeiro* e censor régio, a partir de 1808.

Ainda que as acusações nunca tenham sido provadas, um forte indício apontava para um clima de sedição, na ótica do conde de Rezende: os “inconfidentes” tinham a posse de muitos livros, alguns dos quais rigorosamente proibidos pela censura. A biblioteca de Marianno José Pereira da Fonseca, por exemplo, contava com 96 títulos de obras francesas, com destaque especial para *Émile*, de Rousseau, *Historie philosophique*, do abade Raynal e *Os direitos do Cidadão*, de Mably. O contato com essas obras deu-se durante seus estudos na Universidade de Coimbra que difundia as idéias ilustradas, depois da reforma pombalina. Quando estudante, Marianno “provavelmente leu e participou de discussões sobre as novas idéias políticas vindas da França e da Inglaterra e adquiriu obras proibidas, trazendo-as consigo”<sup>147</sup> na volta ao Rio de Janeiro, em 1794. Pela ótica oficial, portanto, a situação era grave. Uma vez que a remessa de livros vindos do Reino estava em crescente ascensão em toda a Colônia, sobretudo no Rio de Janeiro e Minas Gerais, entre os anos de 1794 a 1799, era mister redobrar a atenção tanto para o tipo de impresso que entrava nos portos coloniais quanto para as formas de leitura que os súditos cotidianamente teciam pelas cidades afora.<sup>148</sup>

Em espaços privados ou semipúblicos, liam-se, inclusive, jornais estrangeiros como *O Mercúrio* francês e *O Correio de Londres*, facilmente contrabandeados.<sup>149</sup> “Não devia ser pequeno o número de pessoas que compravam livros e *Gazetas* dos marinheiros que tocavam nos portos

---

<sup>146</sup> KURY e FILHO, KURY, Lorelai Brilhante e a FILHO, Oswaldo Munteal, “Cultura Científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro” IN *ACERVO*, revista do Arquivo nacional, v.8, jan/dez de 1995, p.112. De acordo com a historiadora Leila Mezan Algranti “(...) o centro da atenção e o foco de toda questão foi uma carta anônima recebida por Baltazar da Silva Lisboa – irmão do futuro visconde de Cairu, o qual como este era formado em Coimbra e funcionário do estado metropolitano ” Op.cit., p.216.

<sup>147</sup> ALGRANTI, *Livros de devoção, atos de censura...*, op.cit., p.246.

<sup>148</sup> Luis Carlos Villalta circunscreve, particularmente, o ambiente intelectual no Rio de Janeiro em meados de 1794 que, segundo afirma, tinha um efervescente clima literário. “Em vários espaços, leram-se, discutiram-se e emprestaram-se livros, em especial sobre a situação política da França, Espanha, Portugal e Brasil”<sup>148</sup>, os quais eram lidos em diversas circunstâncias: do universo público perpassando a vida privada (e salientando o que Villalta denominou de locais semipúblicos), os habitantes letrados – principalmente do Rio e da Bahia - praticavam a leitura no cotidiano. Importantes centros graças “ao papel que assumiram de sedes de governos e bispados, bem como de núcleos urbanos mais desenvolvidos, com presença de academias e de seminários para a formação de clérigos”, como ressalta Leila M. Algranti, essas províncias compunham o *locus* privilegiado da presença de leitores.

<sup>149</sup> VILLALTA, “O que se fala e o que se lê...”, op.cit., p.382. O autor ressalta que a leitura era feita “primeiro em locais propriamente públicos, como o cais, a praia, os adros de igreja, as escadas de hospício e a academia literária. Em segundo lugar, em ambientes privados como as residências. Por fim em espaços que ficavam entre uma e outra categoria, como lojas, boticas, casas de professores régios e mestres-escola, os quais de um lado por serem por serem propriedade particular, inscreviam-se no privado, e por outro, por permitirem a afluência indiscriminada de pessoas, fregueses ou alunos, não garantindo a privacidade, vinculavam-se ao público.”

brasileiros. Silva Alvarenga explicou na devassa da Inconfidência do Rio de Janeiro que obtivera um volume do abade Mably de um marinheiro e *Gazetas* proibidas de um viajante inglês”, como circunscreveu Rubem Borba de Morães.<sup>150</sup> A veracidade da situação foi corroborada pelo conde de Rezende, em 1795, quando escrevia que os brasileiros obtinham “notícias e *Gazetas* estrangeiras para o que já haviam estabelecido uma sociedade.”<sup>151</sup>

Como podemos notar, a circulação de livros e impressos também foi uma atividade importante na Colônia e foi uma faceta da política portuguesa de incentivo à cultura e à ciência. Advinda desde a época de Pombal, a ação foi sendo, contudo, marcada, por claras especificidades vinculadas à atuação da censura real. Cabe lembrar que alguns escritos científicos eram incentivados entre os agricultores. Em 1800, Melo Castro, o governador da capitania de São Paulo, escrevia a D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre a falta de compradores para os impressos que chegavam de Lisboa. ...” não há quem se anime a comprar um só livro, de maneira que muitos dos que se têm espalhado, têm sido dados por mim”, reclamava o político<sup>152</sup>, que aconselhava as autoridades a distribuí-los gratuitamente, para minimizar os prejuízos da Real Fazenda. “Em alguns ofícios de 1802, queixava-se D. Rodrigo do pouco resultado que tinham tido tantos livros e folhetos mandados imprimir por S.A.”<sup>153</sup>, acrescenta Maria Odila da Silva Dias.

No Rio de Janeiro, o mercado livreiro estava em ascensão devido, principalmente, ao dinâmico ambiente cultural da cidade que comportava alguns estabelecimentos voltados para a cultura, entre eles a Casa de Pássaros, o Jardim Botânico e a própria Sociedade Literária do Rio de Janeiro, fundados durante a segunda metade do século XVIII.<sup>154</sup> Mesmo não tendo muitas oficinas de livreiros<sup>155</sup>, a cidade possuía uma loja onde se vendiam livros, como constatou o arquiteto Nireu Oliveira Cavalcanti. Seja durante o governo de Pombal ou sob o reinado mariano a questão é que

---

<sup>150</sup> MORAES op.cit.,p.44.

<sup>151</sup> APUD RIZZINI, *O livro e o jornal ...*, op.cit., pp. 264-266.

<sup>152</sup> *DI*,v.30, p.37. Dias enumera os títulos que pertenciam ao governador e chama a atenção para a temática dos livros, na maioria voltados para a cultura de grãos, entre eles açúcar, café, batata, cravo, canela etc.

<sup>153</sup> «Memória apresentada ao Governador de S. Paulo António José da Franca e Horta pelo seu antecessor António Manuel de M. Castro e Mendonça, a 28 de dezembro de 1802» (*DI*, vol. 44, p. 142).

<sup>154</sup> Para uma melhor compreensão do processo censório referente aos livros ver NEVES, Lúcia M<sup>a</sup>. Bastos P. das, “Comércio de livros e censura de idéias: a atividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)” IN *Ler História*, 23, 1892, p.61-78, NEVES, Lúcia M<sup>a</sup>. Bastos P. das & FERREIRA, Tânia M<sup>a</sup> T. Bessone, “O medo dos abomináveis princípios franceses: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil”, IN *Acervo*, Rio de Janeiro, vol.4., ALGRANTI, Leila Mezan, *Livros de Devoção, Atos de Censura*, op.cit

<sup>155</sup> O Almanaque do Rio de Janeiro de 1792 e 1794 registram apenas uma loja enquanto o de 1799 registra duas. Para os anos de 1792 e 1794 ver ALMANAQUES da cidade do Rio de Janeiro IN *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol.266. Para 1799 ver ALMANAQUE histórico da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro IN *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol.21.

por essas terras sempre fora proibida a instalação de casas impressoras ou mesmo a livre comercialização de livros da Colônia com outras nações, senão Portugal. Nesse contexto “o público leitor do Rio de Janeiro e da Colônia como um todo encontrava-se limitado a um universo bastante restrito em termos do que poderia ler”, o que, na prática, não significava um pequeno fluxo no comércio de obras legais entre Portugal e Brasil, esclarece a historiadora Leila M. Algranti.<sup>156</sup>

Para além da venda de livros, ser “livreiro” englobava outras funções no período. Nas palavras de Borba de Moraes, também “designava as pessoas que exerciam o ofício de encadernador, dobrador de folhas tipográficas e até bibliotecário.”<sup>157</sup> Na prática, o mercador de livros era um homem de negócios. Teixeira – o proprietário da “livraria” – tinha uma ampla variedade de objetos à venda, característica que marcava o estilo das transações comerciais no fim do século XVIII no universo urbano. De acordo com Cavalcanti, a loja de Teixeira convivia perfeitamente com outras fontes de abastecimento de livros que podiam ser adquiridos através dos laços de familiaridade ou amizade. Recorrer “a um amigo ou familiar que morasse no Reino ou que daí se deslocasse para o Rio de Janeiro, como fez o jovem médico Cláudio Grugel do Amaral que escreveu, em 1679, do Rio para um amigo de Lisboa solicitando-lhe que comprasse até 70\$000 réis em livros segundo a lista que lhe enviara” era, segundo o autor, a maneira mais tradicional de se tornar proprietário de obras impressas. O comércio livreiro, a censura real e a introdução da tipografia na Colônia, a partir de 1808, delineariam outras feições ao território, já que a monarquia portuguesa arquitetava mais de perto as práticas de controle da circulação e leitura de livros e periódicos.<sup>158</sup>

### **3. A chegada da Corte no Brasil: a *Gazeta do Rio de Janeiro***

Ao longo dos quatorze anos de permanência da Monarquia na sede de seu mais importante território, o Rio de Janeiro viu florescer uma nova sociedade. Com a transferência da Corte Portuguesa para a América, em meados de 1808, as transformações ocorreram em inúmeros aspectos: do âmbito administrativo a profundas mudanças em termos culturais e econômicos, perpassando por medidas régias de suma importância (com a abertura dos portos às nações

---

<sup>156</sup> ALGRANTI, *Livros de Devoção, Atos de Censura ...*, op.cit.,p.166.

<sup>157</sup> MORAES, op.cit.,p.13.

<sup>158</sup> Nesse sentido, o Desembargo do Paço ganhava maior visibilidade pelo fato de representar o ápice do sistema judicial e ser o órgão central da estrutura burocrática do império. Cabia a este organismo de poder assessorar o monarca nos assuntos administrativos, como a censura de livros e periódicos.

amigas<sup>159</sup>), até o nítido crescimento da cidade, o Brasil vivenciou um momento raro em toda a história da colonização da América: entre 1808 e 1821, os súditos fluminenses conviveram cotidianamente com D. João VI e sua Corte, cenário em que se delineava a estruturação do governo português deste lado do Atlântico.

De acordo com a historiadora Leila M. Algranti, a absorção da família real e de seus acompanhantes causou um total reordenamento no Rio. Enquanto o Paço tornou-se o local onde se “tomavam as grandes decisões e se encontravam instalados os principais órgãos administrativos do império luso”, a recém-criada Intendência da Polícia, ressalta Algranti, tinha como função gerenciar “os problemas causados pelo impacto da chegada da corte e governava a cidade, atuando como uma espécie de prefeitura.”<sup>160</sup> Na prática, a Monarquia Portuguesa vivia uma situação inusitada e sem antecedentes, do ponto de vista da reorganização do poder político: sendo o Rio de Janeiro a nova sede do Estado, todas as decisões partiam agora da Colônia americana para todo o Império, em uma clara inversão de papéis, no *locus* do antigo *status* de Metrópole e Colônia.<sup>161</sup>

As transformações socioculturais da Corte ganhavam uma outra dimensão: era o *modus vivendi* da realeza portuguesa que se fazia presente. A freguesia de Santana, por exemplo, foi um lugar politicamente privilegiado. Nessa região se concentravam os órgãos públicos, as atividades comerciais (como o comércio varejista e as manufaturas) além dos cortiços e casebres da gente pobre. Como afirma a historiadora Iara Lis C. Souza, devido à essa ampla diversidade social, a freguesia de Santana tornou-se “local de paradas militares e das maiores festas reais e aí foi construída a varanda da aclamação de D. João e D. Pedro. Para lá afluía a população diversificada da cidade. Logo, eleger este Campo uma área de festas oficiais e da realeza significava também assegurar que a maior parte da população as assistisse e dela participasse.”

A partir de 1808 impunha-se um novo calendário oficial no Rio de Janeiro cujas datas comemorativas entremeavam os dias santos da religião católica aos fatos políticos da monarquia. Quase todo o mês era praticado um rito: dias de santos, celebrações, cortejos reais. Nessas comemorações predominava-se o viés lúdico sendo que cada festejo tinha uma maneira particular de

---

<sup>159</sup> A partir de 28 de janeiro de 1808 era permitida a importação de gêneros e mercadorias estrangeiros, sobretudo das potências que mantinham boas relações com a Coroa Portuguesa. A lei referia-se, na prática, ao acordo com a Inglaterra, principal aliada de Portugal no âmbito da diplomacia européia, em meio às guerras napoleônicas e rompia *definitivamente* com o Pacto Colonial ou exclusivismo Metropolitano. “O momento era propício, uma vez que o comércio brasileiro abria-se, justamente na época em que a maioria dos mercados tradicionais se fechava para a Grã-Bretanha”, afirmam Lília M. Schwarcz, Paulo César de Azevedo e Ângela Márquez da Costa, *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*, Cia das Letras, SP, 2002, p.231.

<sup>160</sup> ALGRANTI, *Livros de Devoção, Atos de censura...*, op.cit., p.223.

<sup>161</sup> DIAS, Maria Odila Silva, “A Interiorização da Metrópole (1808-1853) in MOTA, Carlos Guilherme, 1822: *Dimensões* São Paulo, Ed. Perspectiva, 1972.

evocar a fé dos indivíduos. O *Corpus Christi*, por exemplo, foi uma festa especial. Segundo Iara Lis C. Souza, “D. João ocupava o pátio e seguia junto ao corpo de Cristo, intercambiando os seus signos, forjando uma unidade e semelhança mútua, comemorando o corpo do Senhor e a Eucaristia.”<sup>162</sup> Intrinsecamente, a associação entre Jesus e o Príncipe tinha objetivos bem delimitados: durante o cortejo, ressaltava-se a aura sobrenatural do monarca evidenciando sua natureza “divina”, colocando em prática a pedagogia do poder monárquico. “Era fundamental que os signos e sentidos da realeza circulassem pelo tecido social, fossem *comunicados* e, de alguma forma, apreendidos”<sup>163</sup>, elucida a historiadora.

Para além da convivência com a figura do Príncipe Regente e de seus cortesãos, cerca de quinze mil pessoas a mais passaram a habitar o Rio de Janeiro.<sup>164</sup> Os negociantes da terra, os escravos, as sinhás, enfim toda a sociedade fluminense do período teve que se habituar a uma outra realidade, sobretudo no que se refere à vida cultural. Em 13 de maio de 1808, D. João VI sacramentava a primeira oficina tipográfica, a *Impressão Régia*. O documento não colocava a introdução da imprensa no Brasil como um fato extraordinário, mas antes como uma atividade administrativa necessária para o estabelecimento da Coroa deste lado do Atlântico. Ao analisar o fato pela ótica real, Borba de Moraes observou que “tudo se passou como se tratasse de dar novas funções a uma repartição existente, a Secretaria dos Negócios Exteriores (SIC) e da Guerra. Na verdade era o que acontecia. A administração não fora interrompida com a mudança da Corte para o Brasil. Continuou a funcionar sem interrupção com as mesmas praxes e rotinas.”<sup>165</sup> O Brasil passava, então, a ter a sua primeira tipografia, na Rua do Passeio. “A casa em que se instalou, de início, a *Impressão Régia*, foi a própria residência do conde da Barca (Antonio de Araújo), o mesmo que fizera o transporte para o Rio de Janeiro”<sup>166</sup>, sendo depois fixada na rua dos Barbonios. De acordo com Valle Cabral,

---

<sup>162</sup>SOUZA, Iara Lis Carvalho, *Pátria Coroadada: o Brasil como Corpo Político Autônomo 1780-1831*, Ed. Unesp, São Paulo, 1999, p. 208.

<sup>163</sup>Idem, p. 53. (grifo meu).

<sup>164</sup> O grande número de funcionários da Coroa, a população interna da cidade, a grande quantidade de escravos e o afluxo de estrangeiros de diversas nacionalidades, foram, decisivamente, os fatores preponderantes no crescimento e desenvolvimento da Corte, no período joanino. De acordo com o censo de 1821, analisado pela historiadora Leila Mezan Algranti, se em 1808 a população total da cidade girava em torno de 60.000 habitantes, em 1821 o Rio de Janeiro abrigava 79.321 residentes, sendo a constituição social da cidade 45,6% de população escrava e 54,4% de população livre. O resultado foi a triplicação da área da cidade, assim como o aumento da população escrava, à medida que a capital se expandia. ALGRANTI, Leila Mezan, *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1822)*. Petrópolis, Vozes, 1988, p. 30.

<sup>165</sup> MORAES, Rubens Borba de, *Livros e Bibliotecas no Brasil colonial*, São Paulo, Livros Técnicos e Científicos, 1979, p. 100.

<sup>166</sup> MARTINS, Wilson, *A palavra impressa: história do livro, da imprensa e da biblioteca*, 2ª ed., ed. Ática, São Paulo, 1996, p. 307.

O principal fundamento da *Impressão Régia* deveu-se a alguns prelos e tipos que de Portugal havia mandado buscar a Londres para a sua Secretaria de Estado nos negócios estrangeiros e da guerra, e que, achando ainda encaixotados em Lisboa, quando a corte portuguesa passou a [residir no] Brasil, foram então conduzidos ao Rio de Janeiro. Trouxe-os Antonio de Araujo Azevedo, depois conde da Barca na nau *Meduza*, que fazia parte da esquadra que transportou a família real e toda a corte.<sup>167</sup>

As funções da *Impressão Régia* foram bem delimitadas no decreto real de 13 de maio de 1808: era sua função imprimir *exclusivamente* todos os papéis ministeriais e diplomáticos do real serviço, incluindo aí não só os documentos da Secretaria de Negócios Estrangeiros e da Guerra, mas de todas as outras repartições, imprimir obras de particulares e produzir e fazer circular o primeiro jornal institucional do Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*.<sup>168</sup> A *Impressão Régia* foi uma excelente editora, publicando dezenas de livros de grande valor cultural, cuja qualidade do material não deixava a desejar a nenhuma tipografia européia. Segundo Borba de Moraes, “muito raramente, na verdade, a tipografia atingiu um padrão tão alto de elegância e beleza, sendo as produções impressas “comparáveis e dignas dos grandes renovadores da tipografia, os Didot, os Bodoni.”<sup>169</sup>

Já a primeira *Gazeta* brasileira nascia, no início do século XIX, com características semelhantes à *Gazeta de Lisboa*, folha oficial portuguesa originada em 1715. A *Gazeta do Rio de Janeiro* seguia a dimensão padrão dos jornais estrangeiros (19 X 13,5) com formato *in-quarto* e também publicava notícias vindas de periódicos europeus, que chegavam no cais do Porto, no Rio, via comunicação marítima. Geralmente, as informações eram de caráter político e se centravam sempre no setor denominado por Teresa Maria Rolo Fachada Levy Cardoso, de “Setor Noticioso.”<sup>170</sup>

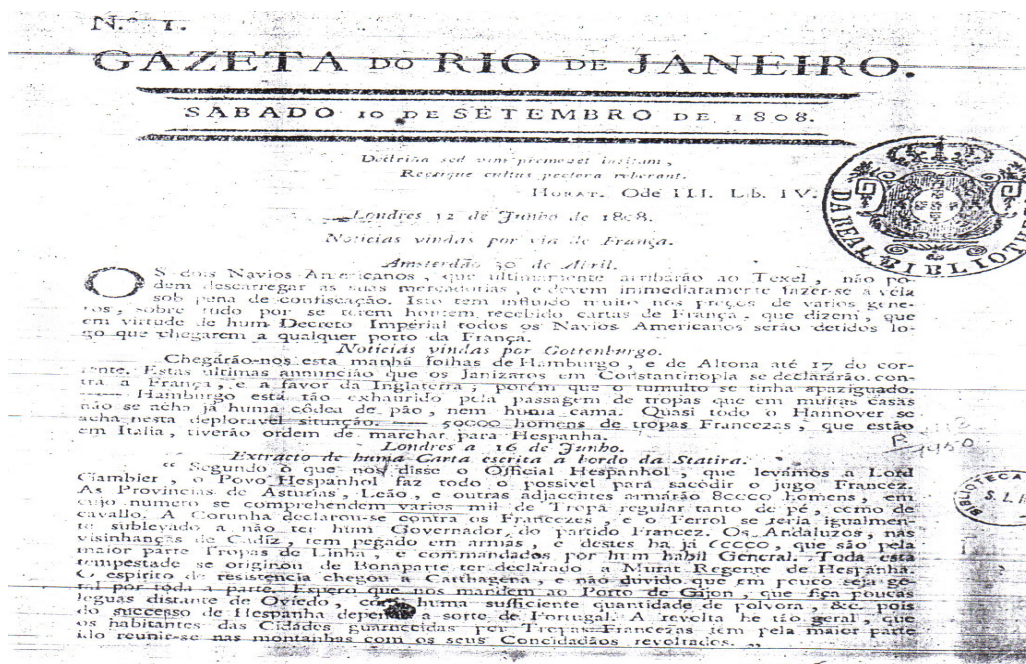
---

<sup>167</sup> CABRAL, Alfredo do Valle, *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1821*, Tip. Nacional, Rio de Janeiro, 1881, p. XIII.

<sup>168</sup> CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubens Borba de, *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*, Edusp, São Paulo, 1993, p.XVIII.

<sup>169</sup>MORAES, Rubens Borba de, *Livros e Biblioteca no Brasil Colonial...*, op.cit., p.122.

<sup>170</sup> *A Gazeta do Rio de Janeiro: subsídios para a história da cidade (1808-1821)*, Dissertação de mestrado defendida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1988. Metodologicamente, a historiadora dividiu a *Gazeta do Rio de Janeiro* com base em dois critérios: 1) em seções - noticiosa e de avisos e 2) divisão temporal (duas fases : 1808 a 1816 e 1817 a 1821). Apesar de minha abordagem sobre a *Gazeta do Rio de Janeiro* ser muito diferente da ótica da pesquisadora fluminense, concordo com a divisão em seções feita por Teresa Cardoso, uma vez que esta é a estrutura do jornal ao longo do tempo. Em relação ao aspecto temporal, não mantenho a mesma concepção da historiadora. A nossa pesquisa concebe a produção da *Gazeta do Rio de Janeiro* pela sua concepção particularizada de imprensa que, acreditamos, esteve estritamente vinculada às questões políticas que permeavam a condução do Império Português ao longo do período joanino, tais como: as guerras napoleônicas, a elevação do Brasil a Reino Unido, a Revolução Pernambucana e, ao final do período, a Revolução do Porto, de 1820.



*Gazeta do Rio de Janeiro* N.º 1. Publicada pela *Impressão Régia* em 10 de Setembro de 1808

A *Gazeta do Rio de Janeiro* estava estruturada em duas partes: *seção noticiosa* e de *anúncios*. No primeiro campo, a folha circunscrevia a fala do redator, incluía artigos escolhidos de diversos jornais europeus, apresentava cartas de militares e políticos de relevância no período, inseria informações burocráticas – como o balancete financeiro da Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro – e também noticiava o cotidiano da realza: das graças do monarca para seus súditos civis e militares como, por exemplo, a distribuição de títulos de nobreza às diversas festividades do calendário real, como os aniversários do príncipe regente e as peças de teatro. A prestação de serviços também era o foco do jornal e estava destinada à seção dos anúncios. Neles incluíam-se as publicações que se relacionavam ao universo cultural da cidade: informações marítimas, saídas de correio, vendas de livros e periódicos, mapas, vendas de escravos e imóveis, leilões etc. eram constantes e delineavam a relação existente entre a imprensa e a sociedade joanina no Rio de Janeiro, no início do século XIX.<sup>171</sup> Com particularidades e lógicas distintas, a conexão entre esses espaços marcava a unidade da folha, pois ao integrarem-se, confeccionavam o caráter geral das notícias da primeira *Gazeta* brasileira.

<sup>171</sup> Para análise mais aprofundada dessas relações ver CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy, *A Gazeta do Rio de Janeiro: subsídios para uma história da cidade (1808-1821)*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, RJ, 1988 (mimeo), SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *A Primeira Gazeta da Bahia: Idade d' Ouro do Brasil*, Editora Cultrix, São Paulo, 1978. NEVES, Lúcia Mª. Bastos P. das, "Comércio de livros e censura de idéias: a atividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)" in *Ler História*, 23, 1892, p.61-78, SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, Cia Nacional, São Paulo, 1978.

O amplo processo de comunicação foi marcado por uma complexa rede de relações existentes entre as características do trabalho do redator (a triagem das diferentes fontes e notícias a serem publicadas e o enfoque particularizado ao comentá-las) e sua íntima ligação com os interesses políticos da realeza portuguesa. Nessa intrincada teia estava circunscrita a atividade censória, o contato dos editores com os correspondentes ingleses (e conseqüentemente a importância da *periodicidade*), as delimitações das notícias consideradas de *confiabilidade* e a própria concepção de *Gazeta* durante o governo de D. João VI no Brasil. Todos esses aspectos apareciam pelas páginas do periódico e estavam circunscritos a esses dois setores. Nesse sentido, ambas as seções foram responsáveis pelo enraizamento e circulação de notícias no Rio de Janeiro, constituindo a dinâmica própria da folha, no período joanino.

Para Armitage, um viajante do período, a *Gazeta* foi um pobre papel impresso, sem grandes utilidades: “por meio dela só se informava ao público, com toda fidelidade, do estado de saúde de todos os príncipes da Europa e, de quando em quando, as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício (...) A julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado nenhum queixume.”<sup>172</sup> Se para alguns contemporâneos a estrutura e o conteúdo da *Gazeta* podem ter soado como um jornal sem atrativos, é imperativo ressaltar que essa ótica não foi monolítica. Para muitos personagens do período, a folha representou um importante veículo de institucionalização da palavra impressa, cuja existência era crucial para seus interesses: das entradas e saídas dos navios à possibilidade da publicação de anúncios particulares, era patente a participação e o interesse do público leitor pelas informações dos dois lados do Atlântico.<sup>173</sup>

Uma importante ressalva: o conceito de notícia no início do século XIX abrangia uma gama ampla e peculiar de sentidos bem distinta do que hoje concebemos.<sup>174</sup> Notícia, portanto, era compreendida pelos luso-brasileiros como “Informação, conhecimento: notícia ao *público*” além de

---

<sup>172</sup>ARMITAGE, APUD SODRÉ, Nelson Werneck, *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1966,p.23.

<sup>173</sup>A multiplicidade de anúncios e como parte dos usos e costumes da sociedade presente na seção de Avisos será analisada no terceiro capítulo dessa Dissertação.

<sup>174</sup> Na definição contemporânea de notícia temos: “**notícia** – Puro registro dos fatos, sem opinião. A exatidão é o elemento-chave da notícia, mas vários fatos descritos com exatidão podem ser justapostos de maneira tendenciosa. Suprimir ou inserir uma informação no texto pode alterar o significado da notícia (...)Ineditismo, improbabilidade, interesse público, apelo e empatia são os critérios elementares para definir a importância de uma notícia.” *Novo Manual da Folha de S. Paulo* São Paulo, 1992, p.156.

abarcando o mundo da “erudição, [da] leitura”<sup>175</sup> e, na altura, reproduzia a estrutura da *Gazeta*. Desde o nascimento da *Gazeta de Lisboa*, no século XVIII as “notícias reuniam-se sob um título de publicação, com o registro de datas agrupadas em secções e seguindo uma determinada periodicidade”<sup>176</sup>, aspecto que encontramos presente também na imprensa nascente no Brasil e que aponta para as particularidades no modo de produzir a palavra impressa no universo luso-brasileiro.

Desse modo, saltam-nos aos olhos questões fundamentais sobre a *natureza* do trabalho do redator como profissional da imprensa. Vinculado à arena pública, qualquer escolha editorial que fizesse estava fadada a ser alvo de comentários e reflexões dos leitores do periódico. A partir da segunda metade do século XVIII, a conscientização da sociedade portuguesa em relação ao uso público que as pessoas privadas faziam da sua capacidade de julgamento permitiu que os indivíduos soubessem diferenciar a “opinião espontânea ou a mera discussão de posições diferentes” da nova atitude coletiva perante os fatos políticos então ocorridos, analisa a historiadora Ana Cristina Araújo que investiga o universo da imprensa portuguesa nesse período.<sup>177</sup>

Nesse sentido, era essencial saber dirigir e focar o olhar para as fontes estrangeiras que circulariam pela cidade, uma vez que o periódico constituía monopólio senão da Coroa, dos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. O privilégio exclusivo da *Impressão Régia* pelos ministros do monarca já era uma das bases estruturais da imprensa oficial portuguesa desde 1752.<sup>178</sup> Nesse sentido, é importante notarmos que D. João VI apoiou-se nessa tradição para implantar a primeira tipografia no Brasil. “O governo não tinha só receio das obras publicadas na *Impressão Régia*, mas até de todo e qualquer papel em que se achassem exarados os caracteres de

---

<sup>175</sup> SILVA, Antonio de Moraes, *Dicionário de Língua Portuguesa Recopilado*, Tipographia Lacerdina, 1813, p.348, v.2 (grifo original).

<sup>176</sup> LISBOA, João Luis, “*Gazetas feitas à mão*” In João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis, e OLIVAL, Fernanda, *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*, Vol. 1 (1729-1731), Edições Colibri, Lisboa, 2002, p.17.

<sup>177</sup> ARAÚJO, Ana Cristina, *A cultura das Luzes em Portugal: temas e problemas*, Livros Horizontes, 2003, p.67. Em relação ao universo letrado a autora explicita dados importantes, aferidos das escrituras testamentárias. Em Lisboa, em 1790, apenas 50% dos testadores são capazes de subscrever a sua declaração. Em comparação ao que denomina classes laboriosas (lojistas e artífices) estes apresentam ganhos substanciais em matéria de alfabetização, se partirmos de 1730 como parâmetro. Por fim, no que concerne às mulheres houve uma maior aproximação com a cultura escrita: 36% têm capacidade de escrita e leitura, em 1815. (Araújo, p.68-9). Ao estudar os processos censórios na América Portuguesa, no período joanino, a historiadora Leila M. Algranti questiona o fato vigente na historiografia em relação ao alto índice de analfabetismo, uma vez que havia uma considerável circulação de livros na Corte. Maiores informações ver ALGRANTI, Leila Mezan, “Política, religião e moralidade: a censura de livros no Brasil, IN TUCCI, Maria Carneiro (org.), *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*, SP, Edusp, 2002.

<sup>178</sup> Em Portugal, a partir de 1752, com a morte de Montarroyo, a posse da *Gazeta de Lisboa* passou, também por privilégio real, para os oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, cuja redação era de responsabilidade de Pedro Antonio Correa Garção, famoso membro da Arcádia. Quanto a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o periódico já nascia como propriedade desses oficiais. Essa **tradição** foi mantida no Brasil, no início do século XIX com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, uma vez que já chegava deste lado do Atlântico como periódico pertencente aos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.

Guttemberg”<sup>179</sup>, motivo pelo qual a Junta Diretora reunia-se duas vezes por semana decidindo (a “pluralidade” de votos todos) os objetos relativos ao que seria publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro*.<sup>180</sup> Ler, resumir, traduzir e inserir as notícias das folhas européias no jornal era a atividade profissional do redator. Portanto, as *escolhas editoriais* e a circunscrição do conceito de *veracidade* eram intrínsecas às questões políticas do Império Português e, particularmente, associadas à sensibilidade dos editores do periódico, sobretudo o redator quando colocava sua pena e energia a favor da realeza.

A Junta Diretora era composta por homens ilustrados de estrita confiança de D. João VI. José Bernardes de Castro, além de diretor da *Impressão Régia* durante o período joanino, foi deputado das mesas de inspeção do Rio de Janeiro e da Bahia e colaborador d’*O Patriota*; primeira revista literária fundada no Rio de Janeiro por Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, em 1813.<sup>181</sup> O então negociante Marianno José Pereira da Fonseca teve uma trajetória conturbada antes de 1802, quando foi chamado à vida pública.<sup>182</sup> Bacharel formado em matemática e filosofia pela Universidade de Coimbra, Fonseca serviu na Junta do Comércio, foi administrador tesoureiro da fabrica de pólvora, e censor régio. Também foi senador do Império e, em 1821, foi eleito deputado da Junta Provisória criada no Rio de Janeiro, em meio à resolução das Cortes.<sup>183</sup> Já José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, era bacharel em direito canônico e filosófico. Especialista em retórica exerceu a cadeira de Filosofia Racional e Moral da Bahia por mais de vinte anos. Entre 1808 e 1821, foi professor de economia política, deputado da Junta do Comércio, desembargador da Relação da Bahia e também censor régio.<sup>184</sup>

Nota-se que os primeiros administradores exerciam cargos públicos e tinham, antes de tudo, uma função fiscalizadora. Ao analisar os meandros da censura joanina e a relação dos censores com o monarca, Leila M. Algranti destacou que “o cargo público no estado absolutista dignificava os indivíduos, e sempre foi uma forma de conquista de *status*, de prestígio e até de título de nobreza por

---

<sup>179</sup> CABRAL, Alfredo do Valle, *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1898 a 1821*, Tip. Nacional, Rio de Janeiro, 1881, p.XVIII.

<sup>180</sup> Idem, p.XXI.

<sup>181</sup> Dicionário Bibliographico Portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva, V. 4, Imprensa nacional, Lisboa, 1860, p.272

<sup>182</sup> Ao chegar no Rio de Janeiro, vindo de Portugal, tornou-se membro da *Academia Scientifica*, fundada em 1772 pelo vice-rei Marquez de Lavradio. Quando do fechamento do estabelecimento em 1794 pelo vice-rei conde de Rezende, Marianno da Fonseca foi preso por quase três anos. Ao sair da prisão em 1797, retomou a atividade de negociante, e ingressou na vida pública em 1802. MACEDO, Joaquim Manoel de, *anno Biographico Brasileiro*, vol. II, Typ. E litographia do imperial Instituto artístico, Rio de Janeiro, 1876, p. 69-73;

<sup>183</sup> MACEDO, op.cit., p. 69-73., Dicionário Bibliographico Portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva, V. 16, Imprensa nacional, Lisboa, 1860, p.369.

<sup>184</sup> Para maiores detalhes sobre a vida de Lisboa no período tanto quanto sua atuação como censor régio ver ALGRANTI, *Livros de Devoção, Atos de Censura...*, op.cit., especialmente cap. 4 e 5.

parte daqueles que o ocupavam.” Algranti ressalta ainda que esses funcionários tinham perspectivas “de atrair a estima do rei, além de recompensas generosas pelos bons serviços prestados.”<sup>185</sup> Desse modo, os leais servidores de D. João não poupavam esforços para conquistar sua confiança que, na prática, significava um importante reconhecimento público além de chamar para si a estima e recompensa por parte do soberano.

Em uma relação explícita com o público leitor, o redator já noticiava, no primeiro número da folha, a ordem que caracterizaria o periódico dali por diante: preço, periodicidade, local de venda, sistema de assinaturas. Todas essas informações sintetizadas na página 4 do jornal evidenciavam tanto a estrutura do periódico quanto a *intencionalidade* de seus proprietários, de consolidá-lo como o veículo de comunicação na cidade:

Faz-se saber ao Público: *Que a Gazeta do Rio de Janeiro deverá sair todos os Sábados, pela manhã: Que se vende nesta Corte na em casa de Paulo Martin, Filho, Mercador de Livros, no fim da Rua da Quitanda a preço de 80. r.s: Que as Pessoas , que quiserem ser Assinantes , deverão dar aos Seus nome, e moradas, na Sobredita Casa pagando logo os primeiros Seis meses a 1: 900 r.s; e lhes Serão remetidas as folhas a Suas Casas no sábado pela manhã: Que na mesma Gazeta se porão quaisquer anúncios , que se queiram fazer ; devendo enviar na 4ª feira no fim da tarde na Impressão Régia*

N.B. *Esta Gazeta, ainda que pertença por privilégio aos Oficiais da Secretaria de Estado de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, não é com tudo Oficial; e o Governo somente responde por aqueles papeis, que nela mandar imprimir em Seu nome.*

Neste primeiro aviso, o letrado fez questão de esclarecer a quem pertencia o periódico, isto é, denominar os “proprietários.” Para além dessa declaração, importava aos diretores da *Gazeta* fazer a publicidade da folha, explicitando que o objetivo de atingir a “imparcialidade” na política de inserção de documentos a serem publicados estava mais vinculado a uma idéia vigente de neutralidade, no sentido de não mencionar um viés opinativo das notícias, do que simplesmente desvincular as relações com o poder político real. Na época, não fazia sentido haver uma corte sem uma *Gazeta*, já que esta cumpria um importante papel na instituição monárquica: era, antes de tudo, um instrumento de afirmação da realeza. Já quando comparada ao modelo até então presente na *Gazeta de Lisboa* – que evidenciava um estilo seco e estritamente informativo, em que vigorava um tipo específico de notícias (como as questões diplomáticas e as movimentações da corte) – a *Gazeta do Rio de Janeiro* apresentava uma importante peculiaridade: desde o início os comentários do redator realçavam um

---

<sup>185</sup> Idem, pp.225-226.

viés opinativo, o que marcava a contradição com o tradicional modelo de *Gazeta* oficial portuguesa.<sup>186</sup>

Na prática, portanto, a produção do jornal brasileiro circunscrevia sua **oficialidade** pelo fato de os “proprietários” do periódico pertencerem ao alto escalão governamental. Para além disso, esses intelectuais emprestavam seus talentos a um projeto em que acreditavam, sendo também homens de absoluta confiança do Rei. Para os editores, porém, parecia ser fundamental dissuadir o público leitor da idéia da folha ser oficial, para que assim tentassem evitar associações arbitrárias entre os fatos e notícias veiculadas e a ótica dos valores monárquicos. Nesse sentido, a criação da idéia de imparcialidade da pena desta Junta Diretora foi uma importante preocupação da *Gazeta* que se manteve ao longo do período joanino, mesmo que esse ideal fosse baseado por uma vertente explicitamente comprometida com o poder.

Fundamental, nesse sentido, é percebermos que se atualmente o discurso de isenção, neutralidade e imparcialidade constituem-se um dos mais valiosos atributos éticos da imprensa periódica moderna,<sup>187</sup> é mister lembrarmos que o nascimento dessa idéia tem suas raízes na eloquência da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Ademais, a partir da leitura dessa folha, notamos que ao longo do tempo o periódico vai se constituindo como um veículo de comunicação que, por mais que mantivesse vínculos estritos com o poder, apresentava seus objetivos que extrapolavam a simples veiculação de informes restritos aos interesses reais nos dois lados do Atlântico.

Na época, esse posicionamento foi marcado especialmente pela transformação na dinâmica cultural das Luzes, ocorrida em Portugal em fins do século XVIII.<sup>188</sup> Nesse período, o universo público recriou novas formas de sociabilidade da vida literária. Ou seja, se antes a atividade intelectual da elite mundana e letrada estava restrita as academias, clubes ou assembléias, agora se

---

<sup>186</sup> Nesse particular, agradeço ao Prof. Dr. João Luís Lisboa importante contribuição dada ao trabalho. Muito dessa reflexão deveu-se a reunião que tivemos em Lisboa, cuja temática versou sobre a importância dos valores jornalísticos vigentes na sociedade portuguesa do século XVIII e XIX.

<sup>187</sup> Importante ressaltarmos que, atualmente, os valores da grande imprensa voltados para a idéia de imparcialidade estão intrinsecamente associados ao modo como o jornalista relata o fato jornalístico. É essencial que o profissional da imprensa encare o fato com distanciamento, frieza e exatidão, aspectos que compõem o rigor da informação calcado na crítica. Também o apartidarismo político é fundamental já que o veículo de informação jornalística busca constantemente a credibilidade diante do leitor. *Manual da folha de S. Paulo*, op.cit., verbetes objetividade (p.19), distanciamento (p.31) e importância da notícia (p.35)

<sup>188</sup> Para uma melhor compreensão do período ver SCHWARCZ, Lilia Mortiz, *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*, São Paulo, Cia das Letras, 2002., TENGARRINHA, José, *História da imprensa periódica portuguesa*, 2ªed, Editora Caminho, Lisboa, 1989., VALENTIM, Alexandre, *Os sentidos do Império: Questão nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamentos, Lisboa, 1993., VILLALTA, Luiz Carlos, *Reformismo ilustrado e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*, tese de doutorado, USP, 1999., ARAUJO, Ana Cristina, *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*, Livros Horizonte, Lisboa, 2003.

ampliavam os espaços de discussão: “Botequins, cafés e lojas de bebidas que proliferaram nas grandes cidades, sobretudo na capital” compunham o novo *locus* de debate, afirma Araújo.<sup>189</sup> Todas essas mudanças refletiam-se na maneira de os indivíduos enxergarem seu papel na sociedade, uma vez que se redefiniam os laços com o universo público e o poder político. Nesse sentido, “o uso público que estes homens e mulheres fazem da sua *razão* relega para segundo plano as diferenças de estado e de condição que os separam na sociedade.”<sup>190</sup> Assim, depreendiam um novo sentido ao poder exercido pelo rei em suas vidas. Por essa ótica, portanto, compreendemos a fala supostamente imparcial dos editores da *Gazeta*.

O discurso dos diretores, contudo, dissociou-se da prática cotidiana do periódico: pelas páginas noticiosas da folha, a pena do redator direcionava-se quase que exclusivamente para as notícias da vida monárquica e da Corte: os diversos festejos públicos<sup>191</sup>, aniversários reais, falecimentos de nobres cortesãos portugueses que aqui estavam, a chegada de militares e políticos ingleses, visitas de artistas europeus entre tantas outras notícias davam o tom da *Gazeta*.

Apesar da pretensão a imparcialidade do discurso, a *Gazeta do Rio de Janeiro* estampava em suas páginas uma epígrafe de Horácio em latim: “*Doctrina sed vim promovet isitam, Rectiques cultus pectora roborante*”, em português “A doutrina promove a força inata e os cultos corretos fortalecem os peitos”, idéia que sinalizava tanto para os vínculos existentes entre a folha e o Estado, quanto para os limites interpretativos que seriam estabelecidos na relação da Junta Diretora com seus leitores. A morte da rainha D. Maria I, por exemplo, em março de 1816, foi extensamente noticiada na *Gazeta do Rio de Janeiro*. Em 23 de março, três dias após o falecimento, a folha publicava um editorial que congratulava a nação com a augusta soberana. O redator, ao falar pelo povo português, realçava a ufania de “havermos sido governados por uma mãe carinhosa, que procurava desvelada a prosperidade de seus filhos, e que teve a prudência de consegui-la em um reinado prudente e dilatado.”<sup>192</sup> No exemplar de 27 de março descrevia as honras fúnebres feitas à rainha fidelíssima e, um mês depois, em 27 de abril, a *Gazeta* publicava notícia relativa à missa solene feita em sua memória e homenagem. Segundo o memorialista Alexandre de Melo Moraes, D. João decretou um

---

<sup>189</sup> ARAÚJO, op.cit.,p.92.

<sup>190</sup> Idem, (grifo nosso).

<sup>191</sup> Para uma análise aprofundada do significado dos festejos na Corte Joanina, ver LOPES, Emilio Carlos Rodrigues, *Festas Públicas, Memória e Representação: um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro:1808-1822*, Humanitas, São Paulo, 2004. (especialmente cap.1).

<sup>192</sup> GRJ, 23/03/1816, N.º24.

luto extremamente rigoroso para os padrões reais, que durou seis meses, de “modo que nem nos dias de gala se tirava o luto.”<sup>193</sup>

Ao sintetizar o ponto de vista de uma *Gazeta* oficial portuguesa, na primeira metade do século XVIII, Lisboa enfatiza: “uma *Gazeta* não descreveria manifestações de insubordinação, ou sinais de tensão social dirigida contra as autoridades portuguesas em geral, e contra membros da família real em particular”<sup>194</sup>, outro aspecto que também assemelhava as características discursivas da *Gazeta do Rio de Janeiro* à *Gazeta de Lisboa*. Apesar disso, a própria fala do redator evidenciava, em muitos momentos, os espinhos intrínsecos a essa atividade. Ao comentar sobre a inserção de papéis folhas inglesas antigas, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, então redator, circunscrevia um aspecto do seu ofício:

(...) não acham inútil o trabalho, a que se sacrifica um Redator, quando oferece a esta escolhida porção de leitores os fundamentos e objetos; que tendem de comum acordo ao bem do Estado, e á glória da Nação. Algumas vezes tem sido este o nosso fito e, por ventura temos conseguido o nosso intento.<sup>195</sup>

Ao apontar as trilhas do caminho que seguia, o profissional das letras no período não foi nem vassalo, nem crítico: foi um letrado que colocava a público as vitórias, angustias, ansiedades e medos da profissão que exercia.<sup>196</sup> Esse atributo era intrínseco aos “homens de talento” da época que, como súditos do rei, eram “movidos por sentimentos como honra, orgulho e estima, os quais provocavam grandes turbulências e conflitos no meio em que viviam”, reitera Leila Algranti.<sup>197</sup>

Nesse contexto, os diferentes sujeitos históricos; cada qual com o seu poder de intervenção na mensagem impressa que circulava pela cidade, fossem eles os “proprietários” do periódico, os

---

<sup>193</sup> Alexandre José de Melo, *Dados sobre a chegada ao Rio de Janeiro da Família Real, problemas de habitação para a comitiva, vida social e política, hábitos da família real, volta para Portugal, falecimento de D. João VI e Pedro I como imperador*, S.l, s.d, Original (transcrição feita por Cecília Coelho, maio de 2001), p.115.

<sup>194</sup> LISBOA op.cit., p.17.

<sup>195</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*, 16/03/1814, N° 22.

<sup>196</sup> Ao analisar a ascensão da sociedade iluminista no século XVIII e dos valores que permearam a elite ilustrada na com o estado absolutista, o historiador Reinart Koselleck circunscreve um papel fundamental à crítica. Para o historiador, o papel do crítico foi fundamental para a emergência dos valores iluministas, sobretudo em França, Inglaterra e Alemanha. “O crítico julga todo homem virtuoso ‘como homem virtuoso, mas como homem’. Julgar criticamente é nivelar tudo, reduzir até mesmo o rei (...) à condição de cidadão”, afirma o autor (p.105). Uma vez que a crítica é a arte de julgar, e a sua atividade tem como práxis interrogar a autenticidade e a verdade de um fato, incluindo nesse ofício a conduta moral do rei, os redatores da *Gazeta do Rio de Janeiro*, mesmo tentando exercitar a arte da distinção, característica intrínseca à crítica, julgando o que era autêntico ou inautêntico, verdadeiro ou falso, o belo e o feio e estarem, nesse sentido, em consonância com valores de um mundo dualista então vigente, eram – antes de tudo – súditos do Rei e buscavam sustentar a já frágil estrutura do seu poder absoluto. Para uma análise mais refinada ver Koselleck, Reinart, *Crítica e Crise*, ed. da Uerj, Rio de Janeiro, 1999, pp.88-110.

<sup>197</sup> ALGRANTI, *Livros de Devoção, Atos de Censura...*, op.cit., p.245.

censores, os impressores, o redator, os leitores<sup>198</sup> e inclusive D. João VI, explicitam que todos estavam envolvidos nesse difícil processo de consolidação da imprensa no espaço urbano: mesmo que suas ações alcançassem graus díspares nessa atividade, eram eles produtores das notícias além de leitores responsáveis pela *construção de uma versão* (das múltiplas possíveis) da realidade veiculada pela ótica da *Gazeta do Rio de Janeiro*. A Junta Diretora da tipografia real tinha o “o encargo de examinar os papéis e livros que se mandassem publicar livros e de fiscalizar que nada se imprimissem contra a religião, o governo e os bons costumes.”<sup>199</sup> Desde o início, o estabelecimento utilizou-se do trabalho de aprendizes de fundição de tipos: uma atividade desenvolvida por meninos perfeitamente alfabetizados, desembaraçados e espertos e que tivessem interesse em aprender a arte tipográfica. Também contavam com os cargos de escriturário, de escrevente, de apontador, de tesoureiro além dos tradutores e do redator.

Da 1ª publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro* em 10 de setembro de 1808 ao último número em 29 de dezembro de 1821, houve um total de 1617 exemplares contando as publicações extras, que eram intituladas *Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro*. Enquanto a folha saía aos sábados e quartas-feiras; as *Gazetas Extraordinárias* não tinham dias específicos da semana para serem veiculadas, cujas publicações se tornaram, desde o início, prática comum na Corte. Essa estrutura do jornal foi mantida até julho de 1821, quando o periódico passou a ser trisemanal, saindo às terças e quintas-feiras e aos sábados. Na prática, a *Gazeta* tornou-se quase uma folha diária.<sup>200</sup>

Desde a primeira edição, a identidade do redator foi omitida nas matérias publicadas na *Gazeta do Rio de Janeiro*, aspecto mantido até o último exemplar, em 29 de dezembro de 1821. Não assinar o nome nos comentários editoriais<sup>201</sup> cotidianos foi uma prática do jornal, independente de quem fosse o jornalista.<sup>202</sup> Tal característica da folha, no entanto, não sinalizava somente para os limites estritamente informativos demarcados nas páginas da *Gazeta*. Ao contrário disso, ao serem impressas no setor noticioso na seção intitulada **“Rio de Janeiro”**, as falas do redator apareciam *antes* dos

---

<sup>198</sup> Ao nos referirmos aos leitores estamos circunscrevendo a sua participação na seção de “Avisos”, espaço onde além da publicação dos anúncios particulares, havia uma importante interação entre os leitores e as notícias cotidianas da cidade como a venda e sumiço de escravos, compra de livros e imóveis, leilões, etc.

<sup>199</sup> CABRAL, op.cit., p. XVI

<sup>200</sup> Entre 1808 e 1821 foram publicadas 1413 edições da *Gazeta do Rio de Janeiro*, e circularam 204 números extras, as já denominadas *Gazetas Extraordinárias*.

<sup>201</sup> Expressão utilizada por DARNTON em *O grande massacre de gatos...*, op.cit., p. 212, ao abordar o trabalho narrativo de D’Heremy, inspetor da polícia de Paris, no século XVIII.

<sup>202</sup> Entre os anos de 1808 e 1821 a *Gazeta do Rio de Janeiro* teve três redatores: de 1808 a 1812: Frei Tibúrcio José da Rocha ; de 1812 a 1821: Manuel Ferreira de Araújo Guimarães e de 09/1821 a 12/1822 Francisco Vieira Goulart.

artigos que escolhia publicar e eram eminentemente *opinativas*. Vejamos um típico exemplo do período, em 1813:

*Rio de Janeiro 6 de Fevereiro*

PELO (SIC) transporte *Inglês*, chegado a este porto com 50 dias, recebemos muito agradáveis notícias da *Rússia*. Não sendo possível inserir neste N<sup>o</sup> o que referem as *Gazetas*, nos contentamos em anunciar que *Bonaparte* foi batido em toda a parte, e com o resto da cavalaria fugiu para *Smolensk*, onde se achava. Esta interessantíssima notícia não pode deixar de animar as esperanças; e por isso ainda em falta de mais circunstanciada relação, nos apressamos a congratular-nos com os nossos Leitores.<sup>203</sup>

Peça fixa durante todo o período, **“Rio de Janeiro”** era geralmente veiculada com a data da edição do jornal – como vemos no exemplo acima –, porém, esse aspecto não foi uma constante da seção no periódico, podendo este ser publicado apenas sob o título de **“Rio de Janeiro”**. De extrema importância, a seção **“Rio de Janeiro”** era parte privilegiada da folha: nela as nuances dos dizeres do redator apontavam para as delimitações das atividades jornalísticas o que circunscrevia o encaminhamento do trabalho de edição das notícias. Além disso, era nesse espaço que o redator fazia seus comentários sobre os inúmeros fatos políticos (ocorridos na Europa e/ou no Brasil), bem como sobre os assuntos cotidianos da cidade. Como já dissemos, pelas páginas noticiosas da folha, a pena do redator direcionava-se quase que exclusivamente para as notícias da vida monárquica e da Corte: os diversos festejos públicos, aniversários reais, falecimentos de nobres cortesãos portugueses que cá estavam, a chegada de militares e políticos ingleses, visitas de artistas europeus, a chegada de navios com *Gazetas* européias, as cartas de personagens políticos e militares do período entre tantas outras notícias davam o tom da *Gazeta* e singularizavam esse campo do jornal.

**“Notícias Estrangeiras”** foi uma seção que apareceu no jornal pela primeira vez em 16 de janeiro de 1811. O espaço, contudo, não era permanente e aparecia de maneira ocasional no periódico. A partir de 10 de setembro de 1817, entretanto, teve grande visibilidade e importância, uma vez que se tornava uma peça jornalística fixa da *Gazeta do Rio de Janeiro* até dezembro de 1821. Tratava-se de um campo que informava o leitor acerca dos fatos políticos ocorridos em diversos países europeus, através da publicação de artigos que o redator *escolhia* das *Gazetas* européias que chegavam ao porto do Rio, como depreendemos do discurso do redator veiculado na folha. Primeiramente, em 1811, quando a seção foi concebida, serviu para suprir as notícias *adicionais* das guerras napoleônicas ocorridas nos países invadidos. Já em 1817 sua função tornou-se mais específica uma vez que a folha já mantinha uma seção intitulada **‘Brasil’**, veiculada a partir de 10 de

---

<sup>203</sup> GRJ, 6/02/1813, N<sup>o</sup>11.

agosto de 1816 até o final de 1817, quando desapareceu do jornal. Geralmente, as notícias de **‘Brazil’** faziam apologia à Monarquia Portuguesa. Na estréia, por exemplo, exaltaram-se a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e as comemorações populares ocorridas em São Paulo.

Na edição de 5 de março de 1817 as notícias da *Gazeta do Rio de Janeiro* foram todas incluídas na seção **‘Brazil’** e ressaltavam duas temáticas principais: os assuntos privados da vida monárquica e episódios políticos das províncias da Bahia e Pernambuco. O ineditismo desse número está no fato de que pela primeira vez o periódico foi destinado *apenas* às notícias nacionais, não contendo nenhuma informação sobre a situação européia, o que apontava tanto para um enraizamento da *Gazeta* em terras brasileiras quanto para um crescente interesse editorial voltado aos temas internos.

A seção **“Notícias Literárias”** apareceu em 15 de outubro de 1817 e discutia mineralogia, geografia e também as belas letras francesas. Nesse número, foi veiculada uma pequena resenha sobre o trabalho de Madame de *Stael*, importante escritora da República das Letras francesa, na qual tratava das obras de Rousseau. O curioso dessa publicação é o fato de o redator ter citado Rousseau, um autor estritamente proibido pela censura joanina. Ao referenciar a produção de *Stael*, inimiga de Napoleão, entre os anos de 1795 a 1798, o jornalista denominou o período de uma “época desgraçada.”<sup>204</sup> Nos anos subseqüentes, o espaço desapareceu da folha até que, em meados de 1821, teve destaque no periódico em duas edições do mês de janeiro.<sup>205</sup> Desse modo, **“Notícias Literárias”** não foi um campo de muita valorização, uma vez que sua periodicidade ficou restrita a três publicações.

A *Gazeta do Rio de Janeiro* publicava também notícias da cidade que, provavelmente, eram de interesse da sociedade fluminense. Em 1811, por exemplo, a construção do Real Teatro de S. João teve grande destaque na folha; já o Balanço financeiro trimestral do Hospital da Misericórdia da Corte foi veiculado, principalmente entre os anos de 1814 e 1815. Muito provavelmente, esses informes eram destinados à elite letrada da cidade que, possivelmente, compunha o público leitor do jornal, sendo que muitos desses indivíduos eram membros da Irmandade da Misericórdia.<sup>206</sup> As biografias e notícias sobre falecimentos de pessoas ilustres da corte tinham também seu espaço garantido no periódico.

---

<sup>204</sup> GRJ, 15/10/1817, N.º.84. Madame de Stael é considerada uma das primeiras formuladoras do liberalismo político francês e defendia a constituição de uma monarquia constitucional de caráter moderado, na linha da Constituição Francesa de 1791. MOREL, Marco, *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial*, Editora Hucitec, São Paulo, 2005, p.48-49.

<sup>205</sup> Há inserção desta peça jornalística também nos exemplares da *Gazeta* de 10/01/1821 e 13/01/1821.

<sup>206</sup> BOXER, Charles Ralph, *O Império Colonial Português*, trad., Edições 70, 2ªed, Lisboa, 1969.

Quanto à vacinação da população local da cidade – cujo enfoque dos comunicados era a saúde pública – foram notificações veiculadas durante todo o período joanino. Artigos de cunho científico e cultural compuseram o leque informativo do periódico que desempenhou inclusive o papel de divulgador do saber científico. De acordo com o historiador José Carlos de Oliveira,

no período joanino a *Gazeta* noticiou cerca de 120 itens de vendas de livros, compêndios, leis e textos relacionados à ciência, (...)perfazendo em média 10 títulos por ano.(...) No entanto é preciso considerar que essas notícias atingiam um público maior do os (SIC) imediatamente interessados nos fatos de ordem científica extravasando a cidade do Rio de Janeiro e atingindo outras regiões.<sup>207</sup>

O enfoque dos artigos científicos propagados pela folha possuía um caráter *prático*. Na maioria das vezes, as matérias abordavam as *utilidades* de produtos como o sabão, café, anil, zinco, grãos, contribuindo para a instrução dos leitores em temáticas cujas preocupações faziam parte da sociedade em geral. “Essas matérias certamente elucidavam ou contribuía para dar solução de alguns problemas práticos com relação a esses casos”, esclarece Oliveira.<sup>208</sup> Tais escritos expressavam, na prática, o viés iluminista do Antigo Regime Português, calcado na experiência e no pragmatismo das ciências.<sup>209</sup> Como salienta Oliveira, a *Gazeta do Rio de Janeiro* não foi a forma exclusiva de os especialistas dos diversos ramos do saber terem acesso às notícias científicas. O contato com as últimas produções nesse campo, dava-se, provavelmente, “pelas relações de contato pessoal e a conseqüente troca de informações nesse evento” que desempenhavam, acrescenta, “um papel preponde na difusão da produção de saber científico”, razão pela qual tais informações extrapolavam o universo fluminense e atingiam outras áreas do país.<sup>210</sup>

Com relação ao aspecto cultural, a *Gazeta* privilegiava, sobretudo, os universos literário, religioso e geográfico. Entre as temáticas literárias, encontramos em 24 de junho de 1809, por exemplo, uma matéria sobre os Prêmios Nacionais de Poesia e eloqüência de Saragoça (Espanha); uma outra intitulada “Notícias da Cultura Egípcia” foi publicada em 8 de janeiro de 1820 e na edição de 15 de janeiro de 1820, foram inseridos alguns comentários sobre a *Iliada*, de Homero. Quanto à

---

<sup>207</sup> OLIVEIRA, João Carlos de, *A cultura científica no paço de D. João: o orador do deus da ciência*, dissertação de mestrado defendida pela UFRJ, 1999, p.175.

<sup>208</sup> Idem, p.179. “Noções sobre o Annil” (Descrição/utilidade). Artigo publicado em partes entre os dias 8/04/1812; 11/04/1812; 15/04/1812 e 18/04/1812; “Nota sobre o Zinco: da aplicação deste metal para formar navios...” publicado em 18/09/1816, Uso do azeite na cura dos empestados. Fonte: GL, 28/04/19. (enfoque: saúde pública); “Extrato do Panorama do mês de março: método para conhecer a falsificação do azeite de Oliva”, de 12/07/1820 são alguns dos artigos que selecionamos para mostrar como a preocupação cultural e científico-tecnológica perpassou as páginas do periódico durante o período joanino.

<sup>209</sup> No clássico artigo “Aspectos da Ilustração no Brasil”, *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Brasileiro*, Rio de Janeiro, vol.278, 1968, a historiadora Maria Odila da Silva DIAS analisa as características da Ilustração Portuguesa no Brasil, salientando o viés pragmático das luzes portuguesas.

<sup>210</sup> OLIVEIRA, op.cit., p.175.

geografia, a viagem de Spix e Mauritius (SIC) ao Brasil, por exemplo, foi divulgada na edição de 4 de junho de 1817. Informações mais gerais como “Notícias de um Vulcão”, saíram em 24 de dezembro de 1817; “Notícias sobre a Groelândia”, com enfoque para religião, mitologia e natureza, apareciam em 1º de agosto de 1818. Alguns fatos acerca da “Imigração de colonos suíços para a região de Nova Friburgo” também foram matérias de destaque do periódico que as publicava em 1º e 19 de dezembro de 1819. O artigo “Egito”, extraído, segundo consta, da Revista Enciclopédica em 6 de janeiro de 1821, foi também tema de interesse dos editores da folha.<sup>211</sup> Citar as fontes dos artigos, como no caso de “Egito”, não era uma característica padrão na *Gazeta do Rio de Janeiro*. Muitos textos eram publicados sem qualquer referência bibliográfica, o que mostra que, apesar de a fonte ser citada na folha esporadicamente não havia a preocupação dos editores em reverenciar as produções impressas que lhes forneciam o material veiculado. É importante ressaltar que, todas essas matérias de cunho cultural foram publicadas sem vinculações com a estrutura formal da *Gazeta*, ou seja, **não** estavam inseridas em alguma seção especial como “**Notícias Literárias**”, por exemplo; foram, antes, artigos considerados pelos editores dignos do espaço do periódico e da curiosidade do público leitor cujo destaque dava-se esporadicamente pelas páginas do jornal.

O jornal também produziu “**Notícias da América**”, no mês de agosto de 1818. Seção “relâmpago”, “**Notícias da América**” saiu nas edições dos dias 12/08 e 29/08, sendo nesta última uma subdivisão das “Notícias Estrangeiras.” Nesse caso, o intuito era delimitar as diferenças de enfoque das informações dos diferentes continentes, a Europa e a América. Não foi uma seção fixa no periódico. A partir de 1821, a *Gazeta do Rio de Janeiro* sofreu importantes alterações, começando pelo *layout*, que se tornava mais conciso em seus caracteres. Quanto à periodicidade, como já dissemos, a folha tornou-se trisemanal, a partir de 20 junho de 1821, quando passou a circular às terças e quintas-feiras e aos sábados. Imprimiu novas características às seções que compunham o jornal e criou peças jornalísticas que seriam fixas durante todo o ano, como as seções denominadas ‘Lisboa’, ‘Correspondência’ e ‘Advertência’.<sup>212</sup> Importante salientarmos que, exceto pelas seções “**Rio de Janeiro**” e “**Notícias Marítimas**” a *Gazeta* não possuiu uma linha permanente de espaços jornalísticos fixos, sendo a maioria, dessas peças veiculadas de forma esporádica, sem uma regularidade que fosse mantida durante todo o período.

---

<sup>211</sup> Neste artigo o redator faz pequeno comentário enfocando a importância do artigo em relação às novas luzes dadas à História e à Geografia

<sup>212</sup> As principais mudanças ocorridas durante o ano de 1821 tanto no âmbito político quanto aquele referente à estrutura da *Gazeta do Rio de Janeiro* serão tratadas exaustivamente no capítulo 3 desta dissertação.

Antes da Seção dos Avisos, era publicada cotidianamente a peça **“Notícias Marítimas”** inaugurada em 6 de julho de 1811. Na edição de 15 de junho, a seção de Avisos noticiava essa mudança, a ser inserida no segundo semestre. Dizia o redator:

[para]a *Gazeta* ser mais interessante; porque se ingerirão nela todos os despachos que expedirem pela secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, logo que os decretos baixarem a Real assinatura; e outrossim hum parágrafo com o título de *Notícias Marítimas*, no qual se demora os nossos se poderão informar dos navios que entrarem neste porto , das suas cargas, portos donde sairão, e em que tocarão, navios a quem falarão notícias que derem, dias de viagem etc. e também dos navios que saírem as suas cargas.<sup>213</sup>

A seção comunicava as entradas e saídas de navios e embarcações e manteve essa estrutura até 1821, informando todos os detalhes: data, local, produto, o mestre e o tipo da embarcação eram noticiados em todas as edições. De acordo com a historiadora Tereza Cardoso, esse espaço do jornal refletia também uma mudança no espaço sociocultural da cidade, depois da chegada da realeza, uma vez que se constituía em um “instrumento importante para o desenvolvimento das atividades comerciais.”<sup>214</sup>

---

<sup>213</sup> GRJ, 15/06/1811, N.º10.

<sup>214</sup> CARDOSO, Teresa Maria Rolo Fachada Levy, *A Gazeta do Rio de Janeiro: subsídios para a história da cidade (1808-1821)*, Dissertação de mestrado defendida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ), 1988, p.63.

## NOTÍCIAS MARITIMAS.

### ENTRADA S.

*Dia 2 de Agosto.* — De Santa Catharina, 19 dias; B. Flajante; M. Ricardo Lima Cardoso; C. a varios; madeira, milho, feijão, e teija. — Rio Grande, 17 dias; B. Atrevido; M. Vicente José Pacheco; C. a Miguel Ferreira Gomes; trigo, carne, e couros. — Penque S. Caetano; 21 dias; M. Ignacio José da Rocha; C. a varios; carne, e couros. — Monte Video, 24 dias; B. Valleda; M. Francisco de Mello Magalhães; C. ao mesmo; lastro. — Rio de S. Francisco do Sul, 8 dias; S. Belisario; M. José Ignacio Simões; C. ao mesmo; madeira. — Rio de S. João, 6 dias; L. Boa Viagem; M. João Baptista Duarte; C. a Francisco Correa Machado; madeira. — Benavente, 9 dias; L. Sama Rua; M. José d'Almeida; C. ao mesmo; madeira.

*Dia 3 dito.* — Rio Grande, 10 dias; B. Canavente; M. Manoel Cardoso; C. a varios; trigo, carne, e couros.

*Dia 4.* — O Paquete Inglez, vindo de Flammouth em 54 dias.

*Dia 5.* — Cutter Colombo, arribado com agoa aberta, e mastro grande rendido (Vêde as noticias de 30 de Julho). — Cabo Frio, 2 dias; L. Conceição; M. Antonio Vicente (da Pescaria). — Maiorca, por Serra Leoa; G. Hespanhola; Santa Rosa; M. Mauricio la Planeta; vinho, azeite,

azeitonas, e mais generos. (Não se mencionão os dias de viagem.)

### SAHIDAS.

*Dia 2 de Agosto.* — Para a Bahia; L. Desengano; M. Manoel Pereira de Castro; vinho, e couros. — Campos; L. Bom Jesus; M. Antonio Ignacio Lisboa; lastro, e 42 escravos. — Londres; Carter Inglez; Tyger; M. Robert Starling; couros, e cobre.

*Dia 3 dito.* — S. Sebastião; L. Graça Divina; M. Claudio José da Silva; sal, e 3 escravos.

*Dia 4.* — Rio Grande; B. Bom Jardim; M. José Pedro Rodrigues; vinho, vinagre, açúcar, aguardente, fumo, e louça. — Taguahy; L. Conceição; M. João de Oliveira; lastro. — Goratiba; L. Conceição; M. Feliciano Pereira; sal, e carne.

*Dia 5.* — Lisboa; G. Santo Antonio Brilhante; M. Francisco Gonçalves de Lima; fazendas da India. — Pernambuco; B. de Guerra Gavião; Com. o Capit. Ten. João Leal Ferreira. — Ilha Grande; S. Flor do Mar; M. João Baptista dos Santos; lastro. — Campos; L. Conceição; M. João Pereira dos Santos; lastro. — Gorparim; L. Bom Jesus; M. João de Souza; carne, queijos, e toucinho. — Caninéa; L. Conceição; M. José Furtado; lastro. — Cabo Frio; L. Santa Rita; M. Francisco Sochete; lastro.

Sahio á luz: Alvará de 13 de Julho de 1811; Declarando o S. H. do Alv. de 28 de Abril de 1809, a favor da isenção dos Direitos d'Entrada nos Portos do Brazil, e Dominios Ultramarinos, das mercadorias de manufactura Portugueza, &c. Vende-se nas Casas do costume a 120 réis.

### AVISOS.

A' manhã, Quinta feira 8 do corrente mez, haverá Gazeta Extraordinaria, n. 19, que conterá duas folhas, e por isso o seu preço sera 160 réis.

Os Redactores do novo jornal Literario e Politico, intitulado: *Investigador Portuguez em Inglaterra*; participação ao respeitavel Público, que as subscripções se fazem nesta Côrte em casa de João Martins Barroso, e Francisco José Fernandes Salazar, aos Quartels de Bragança, n. 4: na Bahia, em casa de Francisco Saraiva da Fonseca; em Pernambuco, na de João Pires Ferreira; no Maranhão, na de João Ignacio de Figueiredo. — Participação igualmente, que a subscripção annual he de 11\$340 réis; e que os Números que mensalmente fôrem sahindo, serão sem falta mandados pelos primeiros Navios que sahirem de Londres, ou Liverpool, e serão entregues aos Senhores Assignantes sem despeza alguma mais. — Outrossim, os Senhores que quizerem ser assignantes, e por algum inconveniente não poderem ir ás casas mencionadas; poderão dirigir huma carta em que declarem seu nome, e lugar, onde morão. — Não se exige por ora o importe da assignatura, e só sim no acto da entrega dos primeiros Folhetos, cuja chegada se fará saber pela Gazeta immediatamente.

Quem quizer comprar huma morada de Casas terreas de duas portas, sitas na rua do Riobão, indo para o Campo á direita, n. 24; falle com José Antonio Gonçalves de Amorim, morador na esquina da rua de S. Pedro na Quitanda, n. 52.

Pela Administração geral do Correio Maritimo desta Côrte se faz publico, que no corrente mez sairão para o Rio Grande as Embarcações seguintes: a 11, o Penque Amor Divino, M. Fructoso José da Silva; e a 15, a S. S. Lourenço, M. Manoel José da Silva. As cartas serão lançadas no Correio até ás 4 horas da tarde do dia antecedente.

RIO DE JANEIRO NA IMPRESSÃO REGIA.

A página 4 era o local em que eram publicadas as notícias cotidianas da cidade. As seções Notícias Marítimas, as vendas de livros e os Avisos dos residentes na Corte podiam ser encontrados ao fim de cada edição da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

A rua Direita foi um campo essencial de sociabilidade e exemplo deste desenvolvimento das atividades comerciais. Como aponta Cardoso “Na Rua Direita encontramos os estabelecimentos do alto comércio, além das casas de câmbio, companhias de navegação e importantes prédios públicos, como o Armazém do Selo da Alfândega, a Casa dos Contos e a Junta da Real Fazenda”<sup>215</sup>. Assim, o espaço tornava-se um trecho de amplos significados na cidade: era o local de partida e chegada de todas as mercadorias e passageiros, além de ser um espaço onde transitavam os negros de ganho, negras doceiras, comerciantes, estrangeiros, enfim era um ponto de encontro diário de parcela significativa da sociedade local.

Essas manifestações sociais eram perceptíveis na seção de **Avisos** do jornal. Nesse local era veiculada uma extensa produção literária que passou a circular na Corte. A venda de variados gêneros literários foi uma constante na *Gazeta*: de temas do âmbito moral à literatura infantil e obras de grandes escritores do período, perpassando obras de discussão política. No mesmo espaço também havia avisos referentes à educação (alfabetização, aulas particulares, ensino de línguas), sendo também comuns os anúncios referentes à subscrição semestral da *Gazeta do Rio de Janeiro*, a venda e subscrição de outros periódicos como *O Patriota* (durante os anos de 1813-1814), veiculado na corte e além de folhas portuguesas como *O Investigador Português em Inglaterra* e *o Jornal de Coimbra*.

Com o decorrer do tempo, a seção “**Avisos**” foi marcada pela maciça participação dos leitores que a utilizaram como um meio privilegiado de expressão, no sentido de pulverizar pela imprensa as múltiplas necessidades da vida cotidiana como, por exemplo, a compra e venda de imóveis, anúncio de escravos fugidos, chegada de mercadorias, busca por profissionais especializados, oferecimentos de serviços etc. Esses “usos da imprensa” pela sociedade delineavam o constante interesse e atenção do público leitor na relação com o jornal sobretudo no que reverenciava a relação existente entre imprensa e sociedade.<sup>216</sup>

Como vimos, cada setor à sua maneira tornava a *Gazeta do Rio de Janeiro* o veículo de comunicação por excelência na cidade ao longo dos treze anos de permanência do rei na Corte, ao mesmo tempo em que consolidava práticas que marcariam a história da imprensa brasileira. Desde do início os membros da Junta Diretora do periódico preocuparam-se em estabelecer parâmetros editoriais na relação com seu público leitor. Desse modo, a *Gazeta do Rio de Janeiro* já chegou aos leitores com preços fixos tanto para os exemplares avulsos quanto para o sistema de assinaturas, que eram pagos adiantadamente. O jornal também declarava gratuita a inserção de anúncios e seus

---

<sup>215</sup> Idem, p.42.

<sup>216</sup> Todas as características e as transformações ocorridas ao longo do período joanino nesta seção são enfocadas no terceiro capítulo dessa dissertação.

entregavam a um agente a responsabilidade de distribuição, descentralizando os serviços e, além de estabelecer a distinção entre o jornal propriamente e a tipografia denominada *Impressão Régia*.

Nos três primeiros anos, por exemplo, o periódico foi redigido em uma coluna. A partir de 3 de julho de 1811, porém, a *Gazeta do Rio de Janeiro* passou a ser dividida em 2 colunas: foi a primeira mudança de *layout* da página que, ao se manter ao longo de todo o período, tinha o intuito de melhorar a leitura, além de ser uma estratégia para atrair mais leitores. Além disso, como vimos, a folha contou com a inserção de diversos outros campos presentes no setor noticioso.

N.º 83.

# GAZETA DO RIO DE JANEIRO.

SABBADO 31 DE OUTUBRO DE 1812.

*Doctrina . . . vim promoveat instanti,  
Religie cultus pectora roborant. H O R A T.*

Rio de Janeiro 31 de Agosto.

**N**OS numeros precedentes havemos tido a satisfação de annunciar acontecimentos tão estrondosos, que farão época na Historia. A nossa alma trasbordou em alegria, quando referimos a gloriosa Victoria, que deu principio á liberdade da *Hespanha*, e seguiu a independencia de *Portugal*. Expostosmos cheios de ufania os prodigios de valor, que obraram os *Portuguezes poucos quanto fortes*; vimos renascer os seculos affortunados, em que a victoria seguiu as Suas bandeiras em todas as partes do Orbe, ainda pugnando contra inimigos superiores em numero, aguertidos, e vencedores de outros contrarios: referimos o plano acizado, as medidas acertadas, e a intrepidez constante, com que o *Heróe Britannico*, o Inculto *WELLINGTON*, projectou, dispoz; e effeitou hum denodado ataque, o qual, prosperado pelo valor e constancia dos Illustraes Generaes e estorçadas tropas do seu commando, derrotou as barbaças dividas, guiadas pela ambição a usurparem alheio throno, assolarem estranhos paizes, levar em estrago e a devastação a povos, que briosamente engeitarão os ferros.

Superando nossas forças, havemos multiplicado as folhas, e bem que o seu numero seja consideravel em proporção ao tempo, ainda nos ficava o pezar de que não fôsse possível communicar de hum vez toda a enchente do nosso justo regozijo.

O soberbo exercito, que devia (segundo as expressões do seu Chefe) dissipar os *Inglezes* da *Península*, como o temporal espalha a poeira; e como o raio, tudo aterrar e consumir; os nossos o virão destroçado, fugitivo e quasi anniquilado. O celebre General, que veio substituir o Anjo da Victoria, leva em seu proprio corpo bastante sinais da sua derrota, e se julgaria muiro feliz se hum braço fosse toda a sua perda. Os Generaes seus subalternos, ou

forão sacrificados á frenetica sede do tyranno, ou pñsioneiros realção a nossa gloria. As aguias, que se devião plantar em *Lisboa*, fugirão de *Madrid* espavoridas. Hum Rei de Comedia acabou o seu papel, e saltando de hum em outro lugar, treme de cahir nas mãos do Heróe, que restabeleceu o Legitimo Governo sobre as ruínas do intruso.

Contentes de que os nossos trabalhos tenham sido adoptados por motivos tão consoladores, e que estivesse reservado á nossa penna a participação de tão felices noticias; em quanto outros gloriosos acontecimentos não chamão outra vez nossas fadigas, offerecemos á attenção dos Leitores artigos interessantes, que á cerca da *Hespanha* contém as ultimas Gazetas de *Lisboa*, que havemos recebido, e cujas datas chegão a 31 de Agosto.

*Lisboa 17 de Agosto.*

Extracto de hum Officio de S. E. o *Marechal General Marquez de Torres Pedras*, escrito ao Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senhor D. Miguel Pereira Forjaz, do seu Quartel General de Cuellar em data do 1.<sup>o</sup> de Agosto de 1812.

O Exercito Francez denominado do centro, depois de ter passado o Porto de *Guadarrama*, e chegado a vanguarda até á venda de *S. Rafael*, voltou para *Segovia*, a cuja Cidade chegou o Rei *José* na noite do dia 27 de Julho.

O objecto deste movimento apparentemente era para divertir a attenção das tropas Alliadas, e impedir-las que perseguissem o Exercito denominado de *Portugal*, e proporcionar-lhe por este meio, que podesse permanecer sobre o *Douro*, o que sem embargo não conseguirão. A sua retaguarda ficou em alguma força nos dias 28, e 29 sobre a esquerda do *Douro*; mas, havendo as Divisões Ligeiras 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> a cavallaria, passado os Rios *Erennas*, e *Cega* naquelle ultimo dia, a retaguarda inimiga se retirou passando o *Douro*, e seguindo os movimentos do

*Gazeta do Rio de Janeiro*, 19/10/1812, N.º83. Em 1812 a folha real já havia padronizado seu modelo jornalístico. Desde junho de 1811 que o jornal era publicado e veiculado em duas colunas. Jornalisticamente, essa mudança teve o intuito de atrair mais leitores, tornando a leitura mais fácil e prazerosa.

Dentre todas as seções da *Gazeta*, “**Rio de Janeiro**” sugere-nos aspectos importantes no que concerne, sobretudo, à fala do redator. Espaço fixo no periódico durante todo o período, “**Rio de Janeiro**” era parte privilegiada no periódico. Era nesse campo que a produção discursiva desse ator social ganhava visibilidade e ele destacava suas opiniões, muitas vezes apontando, inclusive, para alguma das funções inerentes à sua atividade dentro da redação. O gazeteiro, ao estar cingido a fortes vínculos existentes entre o cultivo desse novo saber – a escrita institucionalizada e veiculada na arena pública – e as questões políticas intrínsecas ao poder real português de D. João VI, apontava um possível perfil da profissão de jornalista, até então desconhecida no Brasil, ao mesmo tempo em que balizava para uma provável concepção de imprensa vigente no período.

Nesse sentido, a leitura e a pesquisa da história da *Gazeta do Rio de Janeiro* evidenciavam muitos aspectos da vida fluminense no tempo de D. João VI no Brasil: os conflitos de poder dentro da redação, as particularidades de cada um dos espaços que compunham a estrutura da folha, as relações sóciopolíticas e culturais da Corte, os interesses da monarquia e a interação da imprensa com a sociedade fluminense redesenhavam os códigos de sociabilidade no Rio de Janeiro, na época.<sup>217</sup> Todas essas questões permeavam o universo da vida jornalística na Corte nas esferas pública e privada e assim delineavam uma concepção particularizada de imprensa. A reconstituição dos primeiros conflitos de poder e sistematizações da vida impressa no Rio, entre os anos de 1808 e 1821, mesmo que tarefa difícil é, contudo, exercício mui prazeroso: permite-nos visitar uma nova e complexa realidade em que nos é dado conhecer o retrato de um tempo cujas cores ainda que bem vivas também possuíam nuances obscuras por detrás de suas sombras, as quais nos cabe elucidar.

---

<sup>217</sup> “A estada de dom João no Rio de Janeiro viria a deflagrar, assim, duas ordens de transformações. Essa primeira, de reordenamento político-jurídico do país, e outra intrinsecamente ligada a ela: a dos resultados do encontro de duas configurações sociais distintas, a sociedade de corte portuguesa migrada com a família real e a sociedade fluminense que a recebeu, que tinham o ápice de sua hierarquia social os comerciantes de “grosso trato”, envolvidos no comércio intercontinental de gêneros tropicais e no tráfico negreiro – e que estendiam suas redes por outras atividades, como o abastecimento interno e o sistema de crédito.” MALERBA, Jurandir, *A corte no exílio: civilização e poder às vésperas da independência (1808-1821)*, Cia das Letras, São Paulo, 2000, p.21.

## Capítulo 2

### *A circulação da palavra real nos dois lados do Atlântico: a arquitetura do discurso e as metas políticas.*

#### 1. A retórica da *Gazeta do Rio de Janeiro* e o diálogo com os impressos portugueses

*O Glorioso ato de Aclamação do Senbor Dom JOÃO SEXTO, Nosso Augusto Soberano, a Modelo dos Monarcas do Universo, anunciado na Gazeta precedente, vai hoje fixar as mais sérias atenções dos nossos Leitores e ser objeto de nossa narração ingênua e singela; desejando e rogando que a imperfeição do estilo supram a aqueles generosos sentimentos, que tão brilhantemente ostentaram no Dia 6 do corrente.*<sup>218</sup>

*Aos generosos e constantes vivas, com que o povo aplaudira a S. M. Desde o afortunado momento, e, que O viu entrar na magnífica Varanda, Teatro de Sua Aclamação, vivas espontâneos e universais que demonaram aquela Augusta cerimônia e que com dificuldade se contiveram enquanto ela durou, sucederam brilhantes iluminações, e cenas mais tocantes que sabemos melhor sentir do que expressar.*<sup>219</sup>

As festas públicas da monarquia portuguesa, ocorridas no período joanino no Rio de Janeiro, foram eventos que circunscreviam um espaço destinado ao debate político e à interlocução social. Cada festejo constituía-se um momento único recriado sob condições particulares cujo intuito era enraizar os valores absolutistas legitimando o poder do rei. Nesse espaço de exteriorização das práticas monárquicas em que estavam intrínsecos os projetos políticos da realeza, a Aclamação de D. João VI teve importante destaque. A montagem da festa, afirma o historiador Emilio Carlos Rodrigues Lopes, “visava seduzir a população por meio da figura paternal do Rei, explorando a face amorosa do soberano”<sup>220</sup> em meio à sua fragilidade decorrente dos movimentos revolucionários ocorridos em 1817 em Pernambuco e em Lisboa. Minuciosamente descrita pelos contemporâneos da época, essa festa foi também amplamente divulgada na

<sup>218</sup> GERJ, 10 /02/1818, N.º2 (grifo nosso).

<sup>219</sup> GERJ, 16 /02/1818, N.º4.

<sup>220</sup> LOPES, Emilio Carlos Rodrigues, *Festas Publicas, Memória e Representação: um estudo sobre manifestações na Corte do Tio de Janeiro (1808-1822)*, Ed. Humanitas FFLCH/USP, São Paulo, 2004, p.165. Nesse estudo o historiador Emilio C. R. Lopes analisa os sentidos da Aclamação de D. João VI para a vida política da Corte pelo discurso da *Gazeta do Rio de Janeiro* e os relatos de Debret e Padre Perereca.

*Gazeta do Rio de Janeiro*, em fevereiro de 1818, uma vez que tinha o propósito de marcar o momento de renovação do acordo entre o rei e seus súditos.<sup>221</sup>

Assim como a Aclamação de D. João VI, a leitura da *Gazeta do Rio de Janeiro* mostra-nos que a comunicação dos inúmeros dias festivos era um tema particularmente contemplado na folha. Como podemos notar, o redator descrevia em detalhes os fatos: os sentidos da festa, as ocorrências cotidianas, os “usos” que fazia da pena e, principalmente, o olhar que ele esperava ser depreendido pelos súditos aos festejos reais. Segundo seu discurso, os vassalos participavam sempre de bom grado, reverenciando a força do rei e exaltando a monarquia. O que não esclarecia, no entanto, era que a presença dos vassalos nesses encontros públicos era obrigatória e tinha significados políticos. De acordo com Lopes, o luxo dos festejos públicos deveu-se à participação de diferenciados setores sociais tanto na organização quanto no financiamento e, na prática, “significava a possibilidade de ascensão social e de enobrecimento, além de consolidação e ampliação de espaços de poder já conquistados, como no caso da família Carneiro Leão e de outras famílias de nobres emigrados ou de negociantes de grosso trato que aqui residiam.”<sup>222</sup>

Além do mais, na regulamentação das Câmaras previam-se multas e punições para aqueles que não comparecessem aos festejos, o que gerava muito descontentamento. Os moradores eram forçados “a caiar e pavimentar as suas casas, por onde passariam os cortejos e procissões”<sup>223</sup>, sendo fiscalizados pelo Senado da Câmara.<sup>224</sup> A importância dos festejos públicos era tamanha que a *Gazeta do Rio de Janeiro* produzia descrições minuciosas de cada evento, ocupando grande espaço em suas páginas. A prática de iluminar as residências nessas datas também era uma obrigação social dos súditos do rei e indicava, pela ótica da *Gazeta do Rio de Janeiro*, a forte e maciça adesão do povo. Cotidianamente enfatizadas no periódico, “o redator procurava valorizar não a obrigatoriedade dessa participação nos festejos, mas o caráter “espontâneo” das manifestações.”<sup>225</sup> Base constante desses eventos, as luminárias não se reduziam a uma simples iluminação dos principais pontos da cidade; simbolizavam, antes de tudo, um ambiente de adesão, lealdade e fidelidade ao rei. Ao comentar a publicidade da *Gazeta do Rio de Janeiro* para os festejos públicos, Lopes salienta que dessa forma o

---

<sup>221</sup> Souza, Iara Lis Carvalho, *Pátria Coroada...* op.cit.. Para a historiadora, o “poder do rei se constituiu na discussão política, no processo pelo qual o pacto e a soberania se elaboraram, nas práticas sociais e nos debates jurídicos, mas também implicou uma dimensão litúrgica, na qual festas, músicas, fogos, desfiles, não são apanágios ou tem um peso menor.” Op.cit., p.36.

<sup>222</sup> LOPES, op.cit., p.46.

<sup>223</sup> Idem, p.50.

<sup>224</sup> Para análise de episódios na Corte, que mostram as controvérsias entre o Rei e a sociedade na realização das festas e o papel da imprensa na divulgação dos eventos, ver LOPES, op.cit., p. 47-73.

<sup>225</sup> LOPES, op.cit., p. 52.

redator contribuía na promoção da figura do soberano. “A imagem de Bom Pai, zeloso da felicidade de seus súditos, surge com muita força, pois o próprio Soberano reconhecia a importância das festas e preocupava-se em manter o ‘seu povo’ entretido e fiel a ‘Sua Pessoa.’”<sup>226</sup>

Diferentemente das exaltações sociais, os protestos e resistências populares eram silenciados pela folha. A *Gazeta do Rio de Janeiro* jamais noticiava a indiferença e as ausências dos súditos nas festividades, ou mesmo as quebras de luminárias como a ocorrida em Portugal durante as comemorações pela Aclamação de D. João VI, em 1818.<sup>227</sup> Os fatos que ameaçavam a estabilidade do Império Português e/ou não retratassem a imagem idílica que a monarquia desejava veicular não eram divulgados pela *Gazeta do Rio de Janeiro* e compuseram, ao longo do tempo, uma omissão fundamental no leque informativo do periódico. Especialmente no que concerne à atuação da Polícia no Rio, é fato a decisiva influência desse órgão público na cidade que, para além de organizar as rondas noturnas e patrulhas da Corte que ocorriam todos os dias, ainda controlava com especial atenção a vida dos moradores e os passos dos escravos. Como relata Leila Mezan Algranti, “logo depois de assumir a chefia da Intendência da Polícia, Paulo Fernandes mandou fazer uma relação dos habitantes em todos os bairros da Corte, recomendando que se vigiassem com especiais cuidados as ocupações dos habitantes ‘para se descobrir as pessoas sem ofício e suspeitosas.’”<sup>228</sup> Tais medidas eram cotidianamente relatadas ao Príncipe Regente, com quem o intendente se encontrava três vezes por semana.<sup>229</sup> Segundo o memorialista Alexandre de Melo Moraes, D. João VI

Às 9 horas da manhã recebia o Intendente Geral da Polícia (...) e com ele se entretinha horas inteiras a conversar sobre objetos. Este lugar era antigamente de alta consideração; e tinha um poder imenso. O Intendente geral da Polícia era uma autoridade terrível, e muito mais tendo o valimento (sic) do rei, como acontecia com Paulo Fernandes Viana, de quem o rei era muito amigo, e em quem tinha a mais decidida confiança.<sup>230</sup>

Nesse contexto, fatos como a ação repressiva da Intendência da Polícia, as perdas do exército português durante as guerras napoleônicas, a Revolução Pernambucana, em 1817, a Revolução do Porto, de 1820, a adesão dos súditos e políticos à monarquia constitucional antes de 26 de fevereiro de 1821, as festas e revoltas escravas, a atuação dos capoeiras, entre tantos outros episódios importantes da esfera política e social eram acontecimentos que não perpassavam as páginas do

---

<sup>226</sup> LOPES, op.cit., p. 65.

<sup>227</sup> Idem, p. 53.

<sup>228</sup> ALGRANTI, Leila, *O feitor Ausente...*, op.cit., p.76.

<sup>229</sup> BNRJ, Divisão de Manuscritos, II-30, 23, 6,7. MORAES, Alexandre José de Melo, *Dados sobre a chegada ao Rio de Janeiro da Família Real, problemas de habitação para a comitiva, vida social e política, hábitos da família real, volta para Portugal, falecimento de D. João VI e Pedro I como imperador*, S.l, s.d, Original (transcrição feita por Cecília Coelho, maio de 2001), p.116.

<sup>230</sup> Idem, p.116-117.

jornal, senão quando as conseqüências políticas já se faziam presentes para além dos domínios limitados pela realeza. Tal é o caso da Revolução Pernambucana que, apesar de ter tido início em 25 de março de 1817, só teve ressonância na folha em 14 de maio do mesmo ano. Vejamos como foram publicados os fatos:

Temos demorado por longo tempo a comunicar os nossos leitores quanto nos constava dos desastrosos sucessos, acerca da revolta de *Pernambuco*, não tanto pelo horror que sentíamos em semelhante acontecimento, ainda que bem desejaríamos não manchar com tal atrocidade as páginas da *História Portuguesa* (...) mas para não adiantar fato, ou circunstancia alguma em coisa por sua natureza tão odiosa(...) <sup>231</sup>

Compreender a lógica e as controvérsias discursivas da *Gazeta do Rio de Janeiro*, explicitando as falas dos redatores do periódico e seus múltiplos sentidos, é mergulhar em um outro tempo, cujos paradigmas eram perpassados por valores e simbologias intrínsecos à ideologia do Antigo Regime Português. Tempos de guerra contra Napoleão, tempos de restauração do poder absoluto do rei na Europa, tempos de sufocar rebeliões nas províncias... Tempos também em que exaltar o monarca, reafirmando a natureza do seu poder foi extremamente necessário, mas não o suficiente a ponto de perpetuar suas raízes absolutas. Tempos, em suma, de repensar a estrutura do Império Português e também tempo de sugerir mudanças.<sup>232</sup> Com vínculos oficiais, a *Gazeta do Rio de Janeiro* teve contribuição fundamental nesse processo e em todos esses “tempos.” Mergulhemos, então, nos dizeres dos gazeteiros do periódico cuja responsabilidade era tecer os sentidos da palavra impressa que pouco a pouco se institucionalizava na cidade.

Ao final de setembro de 1808, saía a público uma das primeiras edições do periódico, a qual já sistematizava algumas das feições que a folha assumiria:

*Rio de Janeiro 29 de Setembro*

As notícias, que vamos apresentar ao Público, são extraídas das *Gazetas Leal Portugues e Minerva Lusitana* publicadas, a primeira na cidade do Porto, a segunda na de Coimbra, as quais trouxe o Navio *S. José Americano*, vindo do Porto em 54 dias, e que aqui chegou segunda feira passada. Nós congratulamos os nossos Leitores de bom êxito, que vai tendo a Restauração de Portugal. O exemplo e esforços de nossos Compatriotas, e da nossa Irmã Espanha, salvaram a Península e a Europa inteira.<sup>233</sup>

Ao tentar justificar a validade e a importância das notícias presentes no segundo número da *Gazeta Extraordinária*, Frei Tibúrcio José da Rocha, então redator da *Gazeta*, utilizou-se da *descrição*

---

<sup>231</sup> GRJ, 14/05/1817, N.º39.

<sup>232</sup> Durante o período joanino, muitos foram os fatos políticos que compuseram o quadro de transformações sociopolíticas e culturais do Antigo Regime Português na sociedade luso-brasileira: a redefinição da natureza do poder real e os meios mais viáveis da condução do Império perpassavam os questionamentos dos súditos: a Revolução Pernambucana de 1817, a revolta de *Gomes Freire* em Lisboa no mesmo período e a Revolução do Porto, em 1820 demonstravam a insatisfação dos súditos e a fragilidade do sistema absolutista.

<sup>233</sup> GERJ, 29/09/1808, N.º2.

para sustentar seus argumentos. Para o letrado, explicitar a origem das fontes publicadas (sobretudo pelo fato de serem extraídas de *Gazetas* portuguesas) bem como mapear a trajetória interatlântica das notícias, a fim de que os “fatos” chegassem ao conhecimento de seus leitores, parece ter sido uma forma de legitimar a informação que, a partir de então, tornava-se pública. Nesse sentido, ao difundir na *Gazeta do Rio de Janeiro* a versão sobre os desdobramentos das guerras napoleônicas em solo português, Frei Tibúrcio apontava também para a constituição de um saber que marcaria a natureza das informações propaladas pelo periódico, durante o período joanino: a *parcialidade* da pena nos fatos políticos que envolviam a nação portuguesa, esta sempre exaltada, bem como o diálogo que procurou estabelecer com seus leitores, de forma a consolidar uma relação mútua de confiança.

A prática da escrita parcial da pena estava em evidente contradição com o discurso do periódico que defendia uma fala imparcial, como veremos mais adiante. Já em relação ao diálogo com os leitores, este foi feito de diferentes maneiras entre os anos de 1808 e 1821. Responsável pela confecção das notícias, o profissional das letras explicitava essa interlocução ao anunciar as informações que denominava de interesse público ou que “atendiam a curiosidade do leitor.” Em geral, sua fala centrava-se em descrever suas atividades e escolhas editoriais, avisando sobre a chegada dos navios que traziam novas folhas européias, informando quais as *Gazetas* e artigos estavam sendo editados e também explicando as razões da ausência de determinadas notícias, que seriam, muitas vezes, inseridas nos números subsequentes. Vejamos:

*Rio de Janeiro 18 de Outubro*

Por um Navio *Inglês* vindo ultimamente de *Liverpool*, recebemos uma folha de 29 de Julho contendo os dois Boletins *Franceses*, que se seguem. Nós os ingerimos (sic) neste Número para satisfazer a curiosidade pública, não obstante irem desacompanhadas dos fatos precedentes, que os fizeram existir, e que ignoramos completamente mas que supomos ser uma Batalha citada no Boletim 28º com o nome de *wagram*, que receamos fosse funesta aos *Austríacos*, pois os fez assinar o Armistício com algumas condições onerosas

(...)

Advirtam os nossos Leitores que essas notícias são inteiramente *Francesas*, e que em todo o caso, para decidir nosso juízo, é mister ouvir os *Austríacos*. Esperamos com ansiedade essas notícias.<sup>234</sup>

Ao descrever o percurso e a natureza das informações fornecidas pela fonte inglesa e ressaltar que nelas estavam publicados boletins franceses, o redator direcionava o olhar dos leitores alertando-os de que os inseria “*somente* com o intuito de saciar a *curiosidade* do público.” Para além de focar a atenção em um determinado sentido, sua fala também assumia a ignorância sobre os fatos políticos ocorridos; na prática uma atitude plenamente justificável tanto para a *Gazeta* enquanto periódico quanto para seus interlocutores que viviam no Brasil: uma vez que as artimanhas militares se

---

<sup>234</sup> GRJ, 18/10/1809, N°115.

delineavam do outro lado do Atlântico, não era possível conhecer todos os detalhes dos conflitos, nem tampouco publicar os documentos que comprovavam os acordos da guerra.

Marcar posição diante dos fatos *supostamente* sucedidos era uma estratégia absolutamente pertinente aos objetivos da folha até porque esse era um dos aspectos que a qualificava como fonte jornalística. Na acepção da época, o sentido de curiosidade estava intrinsecamente associado à idéia de “cuidado, e diligência particular”, com o propósito de “saber, de ver para fazer bem a alguma coisa”, esclarece Moraes e Silva.<sup>235</sup> Assim, ao pressupor o interesse dos interlocutores pela ótica da curiosidade, Frei Tibúrcio objetivava restringir as múltiplas interpretações que podiam ser extraídas dos documentos franceses e, implicitamente, convidava os leitores a fazer uma leitura cuidadosa. O “bom resultado” dessa atividade significava, no caso, um julgamento parcial a favor da fala dos ingleses.

Se a fala do redator foi cotidianamente impressa nas páginas da *Gazeta* sendo uma ponte importante no delineamento do tipo de diálogo que travava com seus leitores, é fundamental advertirmos que o exercício da oratória e da retórica teve papel fundamental nesse processo. Como bem definiu Nizza da Silva, a oratória foi uma arte que ocupava um lugar privilegiado no Rio de Janeiro no início do século XIX, expressando-se, sobretudo, na preleção religiosa e política, cuja finalidade era a persuasão do interlocutor.<sup>236</sup> De acordo com a historiadora, o “discurso político recorria, portanto, aos variados artifícios da retórica clássica e fazia-o de forma consciente, a fim de facilitar a comunicação, e também de forma *natural*, pois no sistema cultural de então não se concebia uma linguagem política sem o uso constante da linguagem figurada. A expressividade era o objetivo a alcançar, e só o domínio da arte retórica garantia um discurso político expressivo.”<sup>237</sup>

A prédica jornalística da *Gazeta do Rio de Janeiro* utilizava-se de muitos recursos da eloquência política para “dialogar” com seus leitores. A descrição, a interrogação, o ornato da linguagem, a personificação e a comparação constituíam aspectos importantes dessa técnica no discurso do jornal, cujo objetivo era sustentar a estrutura argumentativa em prol do convencimento. Geralmente, porém, o discurso do redator tentava deixar a cargo dos leitores a responsabilidade acerca da imagem

---

<sup>235</sup> SILVA, Antonio de Moraes, *Dicionário de Língua Portuguesa Recopilado*, Tipographia Lacerdina, 1813, p.505, v.2.

<sup>236</sup> Em 1818 foi publicado no Rio de Janeiro o *Breve exame de pregadores, pelo que pertence a arte da retórica*, extraído da obra *O pregador instruído nas qualidades necessárias para bem exercer o seu ministério*, de autoria do Padre Inácio Felizardo Fontes. Para uma análise sistemática da obra, ver NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz, *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, Cia Nacional, São Paulo, 1978, p.173.

<sup>237</sup> NIZZA DA SILVA, op.cit., p.179.

que fariam dos fatos. Ou seja, como “formador de opinião”,<sup>238</sup> o gazeteiro também mantinha uma astuciosa estratégia de persuasão: mesmo colocando-se *parcialmente* diante das fontes, tentava consolidar a idéia de que era importante ouvir as outras versões dos acontecimentos; no caso os *inimigos* franceses e os *aliados* austríacos, que desde outubro de 1808 pediam subsídios aos ingleses para endossar a guerra contra a França.<sup>239</sup>

Nesse contexto, é mister lembrarmos que todos os redatores da *Gazeta do Rio de Janeiro* eram profundos conhecedores da arte retórica. Frei Tibúrcio José da Rocha, primeiro editor da *Gazeta*, era franciscano; Manuel Francisco de Araújo Guimarães, seu sucessor, além de professor e matemático tinha grande aspiração para a carreira política;<sup>240</sup> e Francisco Vieira Goulart, último editor da *Gazeta* no período estudado, era cônego, docente de humanidades e bibliotecário. A habilidade discursiva desses três homens de letras provavelmente balizou a escolha de D. João VI ao nomeá-los para este exercício de tamanha responsabilidade. De 1808 a 1821, coube a esses três letrados a tarefa de transmitir com impacto as informações que o rei desejava que fossem veiculadas para seus súditos.

Em 29 de abril de 1809, a *Gazeta do Rio de Janeiro* publicava um curioso artigo. Intitulado *Discurso sobre a utilidade dos Papéis públicos na presente guerra*, o extenso texto dissertava sobre a natureza dos escritos públicos e a importância que esse tipo de “papel” adquiria no Império Português em meio às convulsões políticas provocadas pelas guerras napoleônicas na Europa, particularmente, em Portugal e Espanha.

(...) uma Nação, que não conhece o seu estado político, nem suas forças nem recursos ordinários, e extraordinários, e que não está intimamente persuadida da Sabedoria e do Patriotismo de seus Chefes, quase nunca deixa de ser vencida: por outras palavras, quando os Escritos públicos e o mesmo Governo não sabem fazer da Guerra, em que se luta, uma guerra nacional tudo se faz à força e mal.

(...)

Estes mesmos princípios se devem atualmente aplicar a *Portugal*, e a *Espanha*: é preciso, que os Escritos periódicos dessas duas Nações desmascarem os crimes, e as intrigas do inimigo comum: é necessário que instruam os povos acerca da sua verdadeira situação, e da sua força, e recursos irresistíveis, mas é igualmente necessário que ao mesmo tempo lhes digam, que estes grandes recursos e esta força não é irresistível, senão quando as Nações tenham uma confiança cega, e inteira no seu Governo, e nos seus Chefes (...)<sup>241</sup>

---

<sup>238</sup> Utilizamos um termo contemporâneo por falta de outra expressão que contenha o mesmo sentido da atividade de redator no período joanino que também tinha por objetivo contribuir para o debate de questões políticas, formando opiniões.

<sup>239</sup> Para melhor compreensão da participação da Áustria no conflito durante as Guerras Napoleônicas ver GODECHOT, Jacques, *Europa y América en la época napoleónica* (1800-1815), Ed.Labor, Barcelona, 1969,p.116.

<sup>240</sup> Sobre os aspectos biográficos de Araújo Guimarães, em relação à sua carreira política sabemos que ele “tomou assento na constituinte brasileira como deputado da Bahia em 1823, e serviu na comissão de marinha e guerra. Foi nomeado deputado da Junta de Direção da Academia Militar, em 1823; deputado de inspeção da Tipografia Nacional, em 1824, e tomou de novo a redação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, informa-nos Sacramento Blake. Dicionário Bibliográfico Brasileiro *Sacramento Blake*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1900, vol.6, p.75.

<sup>241</sup> GRJ, 29/04/1809, N° 66.

Em um explícito diálogo com os súditos de D. João VI, o teor do documento refletia sobre os rumos necessários que o Império Português deveria seguir para se sair vitorioso da guerra contra Napoleão e os invasores franceses. Escrito por Soares Franco, professor de medicina em Coimbra e então redator da *Gazeta de Lisboa*, esse texto já era de conhecimento no Reino, pois fora publicado no periódico oficial, em 6 de janeiro de 1809.<sup>242</sup> No artigo, Franco esclarecia seus leitores acerca da necessidade de transformação das relações de natureza política entre o poder público e a nação: defendia uma batalha coletiva de caráter nacionalista, ressaltando que a absoluta confiança dos súditos em seus dirigentes era a base dessa luta.

O alcance desse objetivo que deveria se tornar comum a todos que vivessem sob o Império Português perpassava, necessariamente, pela redefinição do papel da imprensa, que ganhava uma nova dimensão: como explicitava o autor, os periódicos e escritos públicos tinham agora a função de informar e instruir o povo sobre as condições de guerra para que, “cientes” da direção dos acontecimentos, defendessem tenazmente o território português e a Monarquia. Nesse sentido, notamos que a imprensa oficial portuguesa tornava-se um importante sustentáculo político da Coroa, passando a circunscrever um espaço original de reflexões, uma vez que a *Gazeta de Lisboa* era tradicionalmente considerada uma folha de pouca credibilidade.<sup>243</sup> De acordo com o historiador João Luís Lisboa, essa transformação da imprensa oficial vinha ocorrendo desde a década de 1790, sobretudo depois da Revolução Francesa, quando os textos políticos ganhavam uma outra dimensão:

De instrumentos de transmissão de experiências e conhecimentos para círculos restritos, os textos políticos transformavam-se em meios de agitação e mobilização, quer se tratasse de levantar os ânimos dos súditos europeus contra os “monarcómacos” e republicanos franceses, quer se tratasse de iniciativa de caráter preventivo interno.<sup>244</sup>

Para o historiador, esse momento teve dois sentidos: tanto para o publicista “que descobre a importância e mesmo o perigo da opinião pública” quanto para os leitores que – com os acontecimentos da revolução – começam a ter uma nova percepção do universo da política e se

---

<sup>242</sup> *Gazeta de Lisboa*, 1º Supl. ao nº.1, 06.01.1809. Soares Franco foi redator da *Gazeta de Lisboa* entre dezembro de 1808 a junho de 1812.

<sup>243</sup> De acordo com a historiadora Sandra Ataíde Lobo, “Era consensual nos círculos ilustrados coevos que a imagem da *Gazeta de Lisboa* como periódico de baixíssima qualidade que, emanado do poder, ou pelo menos a ele submetido, trabalhava no ocaso do antigo regime para a alienação de um mundo em mudança. Conjugava-se a ela com a realidade de redatores anônimos, sem direito a opinião, ou sequer a emergir do palco dum noticiário estritamente controlado pelo rigor censório” LOBO, Sandra Ataíde, “A *Gazeta* de Francisco Soares Franco: um redator em guerra”, in Cadernos de Cultura, nº4, tema: *Gazetas: informação Política nos finais do Antigo Regime*, Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa,, Lisboa, 2002, p.75.

<sup>244</sup> LISBOA, João Luís, *Ciência e Política. Ler nos finais do Antigo Regime*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1992, p.162.

interessam por “ler e informar-se sobre o que se passa.”<sup>245</sup> Se no final do século XVIII, as modificações no ato de conceber o texto e a leitura política já se faziam presentes em Portugal, a Guerra Peninsular só veio contribuir para essa situação, uma vez que o período “é uma zona de explosão do interesse febril pelo texto político.”<sup>246</sup> Nesse contexto, segundo o pesquisador, fazia-se mister também a re-interpretação do poder real para com essas questões que passava a concebê-las de maneira a englobar o apoio da sociedade agora mais incisivamente pelo uso da palavra. Era a autonomização do político por parte do Antigo Regime, que dessacralizava esse tipo de leituras elevando-as à categoria de “assunto de “a Nação” de cujos interesses, naturalmente o Príncipe faria a síntese”, sendo que nessas circunstâncias o monarca, muitas vezes, necessitava “de apoios mais expressos por parte da comunidade e de estar a construir a convicção do papel político da Nação, nomeadamente interessando-se e lendo material sobre a vida política.”<sup>247</sup>

Tal situação pode ser evidenciada também na leitura *Gazeta de Lisboa* durante as guerras napoleônicas, como atesta a historiadora Sandra Ataíde Lobo. Segundo a pesquisadora, entre os anos de 1808 e 1812, sobretudo, os temas referentes a Portugal tornaram-se proeminentes no periódico oficial português e o redator passou a compreender o seu papel como um “compromisso com a verdade, e tendo por missão ilustrar o ‘espírito público’.”<sup>248</sup> Com isso seus escritos tinham um viés opinativo e interativo com o leitor, em uma clara postura parcial e interventora diante dos fatos políticos e militares do Império.<sup>249</sup> Como ressalta Lobo, “o esforço de renovação empreendido pelo professor Conimbricence é perceptível tanto pela análise dos conteúdos do jornal, como pelos anúncios, insertos no corpo ou publicados em forma de prospectos, com os quais ia notificando os assinantes, habituais e potenciais dos planos para o futuro.”<sup>250</sup>

---

<sup>245</sup> Idem, p.162. Joel Serrão faz uma síntese da imprensa portuguesa no fim do século XVIII: “A medida que se avançava no último quartel do século XVIII crescia a fermentação revolucionária, que mais se agravou após a Revolução Francesa. Como meio de agitação e esclarecimento das idéias, a literatura panfletária assumia grande importância. Por isso sofria sucessivos e duros golpes da repressão (...) Mas a vigilância, por muito apertada que fosse não podia abafar o influxo das idéias revolucionárias e o poder e o interesse crescente da imprensa pelos problemas da governação pública.” SERRÃO, Joel, *Dicionário de História de Portugal*, Livraria Figueirinhas, Porto, vol.III, verbete “Imprensa”, p.251.

<sup>246</sup> Idem, p.164

<sup>247</sup> Ibidem, p.163

<sup>248</sup> LOBO, op.cit.p.77.

<sup>249</sup> Idem, pp.76-82. Ao analisar as transformações ocorridas na leitura e no universo da imprensa portuguesa a partir da década de 1790, o historiador João Luís Lisboa afirma: “A partir do momento em que os jornais passam a fornecer opiniões e informações aprofundadas sobre assuntos do governo e da administração, da orientação fiscal e econômica, definindo conceitos e linguagens próprios, já não é normal considerar como “político”, um periódico que preferencialmente se ocupe das notícias de cortes. Contudo, trinta anos antes a *Gazeta de Lisboa* era considerada um órgão político por esse mesmo motivo” LISBOA, *Ciência e Política ...*, op.cit.p.195.

<sup>250</sup> LOBO, op.cit., pp.82-83.

Como vimos, tais aspectos podem ser observados também no tipo de imprensa praticada pelos diretores da *Gazeta do Rio de Janeiro*.<sup>251</sup> Era política do periódico os editores notificarem seus assinantes na seção de “Avisos” sobre as datas de renovação do jornal, abrindo espaço para que estes expusessem suas possíveis insatisfações referentes ao serviço prestado durante o semestre.<sup>252</sup> Ao publicar em abril o mesmo artigo veiculado pela *Gazeta de Lisboa* em janeiro, sobre a importância dos papéis públicos, a *Gazeta do Rio de Janeiro* demonstrava que além de comungar das mesmas idéias de Soares Franco, ainda possuía uma vertente editorial semelhante à do periódico português.<sup>253</sup> Entretanto, diferentemente do periódico português, a *Gazeta do Rio de Janeiro* já nascia com tais características, apontando que essa concepção de imprensa já vinha sendo gestada desde o final do século XVIII. Em 1803, por exemplo, em meio às discussões da política externa, Lúcia Neves observou que D. Rodrigo de Souza Coutinho “aconselhava a preparar a opinião pública para a proximidade de uma guerra, através de ações de propaganda ‘nos púlpitos, nos confessionários’, ‘pelos magistrados’ e por diversos ‘folhetos’ impressos em forma de ‘gazetas ou papéis volantes’”<sup>254</sup>, com o objetivo de retratarem os mais obscuros ideais dos franceses. Com o rei habitando as possessões americanas, e com Souza Coutinho à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra até 1812, repartição à qual pertencia a propriedade da *Gazeta do Rio de Janeiro*, a atenção e a confecção da palavra oficial do Estado Português tinham de ser bem arquitetadas uma vez que o periódico circularia em ambos os lados do oceano com objetivos bem delimitados pelos ministros de Estado e a realza.<sup>255</sup>

---

<sup>251</sup> A estrutura do periódico foi detalhadamente apresentada e discutida no Capítulo 1 dessa Dissertação. No capítulo presente e também no capítulo 3 trabalharemos a estrutura discursiva e os conteúdos abordados pela *Gazeta do Rio de Janeiro* e as relações a ele intrínsecas.

<sup>252</sup> “Devendo principiar em Julho do presente ano a nova assinatura para a *Gazeta do Rio de Janeiro*, faz-se saber ao Público, que ela se fará pelos últimos meses de Julho até Dezembro inclusive, segundo a prática geral a semelhante respeito as pessoas que quizerem assinar, dirigir-se-ão á Loja da *Gazeta*, onde farão sabidos seus nomes e moradas, e darão logo o preço de 5000 reis, devendo continuar a receber tanto as *Gazetas* ordinárias, como Extraordinárias. Os Senhores assinantes que possam ter algum motivo de queixa sobre a entrega regular dos Números, ou alguma outra razão, dirigir-se-ão a dita loja, para se lhe darem as convenientes providencias.” GRJ, 27 /06/1810, N.º 51. Esse informe foi utilizado como modelo pelo jornal durante todo o período joanino.

<sup>253</sup> De acordo com Lúcia Neves, a veiculação desse texto em Lisboa, para além de refletir a opinião do poder, tinha o claro objetivo de “transformar a imprensa em instrumento de poder, mas destinado a propagar valores pautados na proposta de uma monarquia de Antigo Regime.” NEVES, op.cit.,p.187.

<sup>254</sup> APUD NEVES, op.cit.,p.188.

<sup>255</sup> De acordo com Valle Cabral, em 1809, construiu-se um prelo de madeira no Rio especificamente para a *Impressão Régia*. Com o objetivo de perpetuar a memória dessa obra de arte, era impressa no dia de sua estréia a seguinte inscrição, no alto das armas portuguesas: “A IMMORTALIDADE DO REAL E SEMPRE AUGUSTO NOME DO PRINCIPE REGENTE N.S HE DEDICADA A ESTREA DO PRIMEIRO PRELO CONSTRUIDO DA AMÉRICA DO SUL NO RIO DE JANEIRO NO ANNO DE M.DCCC. IX.” Valle Cabral, op.cit.,p.XIX-XX. Inscricção esta que sintetizava a relação de compromisso e benevolência do rei para com os seus súditos, ao introduzir a imprensa no Brasil.

## 2. A circulação da *Gazeta do Rio de Janeiro* em Portugal: um importante elo dos portugueses com D. João VI

Com a vinda da monarquia para o Brasil, Portugal ficou sob o comando político de um Conselho de Governadores, composto por nobres e magistrados da estreita confiança de D. João VI, que acreditava serem eles todos fervorosos combatentes das idéias francesas.<sup>256</sup> Entre os anos de 1808 e 1809, o país vivenciou intensos conflitos de ordem militar e política, tendo – nesse período – que enfrentar duas invasões francesas. Ao analisar a primeira invasão francesa, em 1808, a historiadora Lúcia Neves ressalta que a relação dos portugueses com o invasor, em um primeiro momento, foi circunscrita através da imagem de proteção, sendo Junot saudado “por meio de uma deputação constituída por personalidades da Regência e por alguns membros da Maçonaria, homens de idéias liberais, com o objetivo de assegurar uma aliança.”<sup>257</sup> Essa inicial cordialidade dos portugueses para com os franceses, contudo, não significava aceitação ou passividade ao domínio de Junot. De acordo com a historiadora Ana Rosa Cloet da Silva, houve significativa resistência popular, já que o povo estava ferido no seu orgulho nacional.<sup>258</sup>

Nesse contexto, ao mesmo tempo em que o general francês tentava conquistar “o apoio de alguns segmentos da sociedade portuguesa”, buscando estabelecer “uma política de compromissos entre as forças francesas e portuguesas (...) os governantes portugueses procuravam manter uma aparência de legitimidade para seu próprio poder, por meio de um colaboracionismo consentido ou imposto.”<sup>259</sup> Apesar da intensa vigilância francesa, houve a proliferação de impressos clandestinos. Segundo Tengarrinha, “em Lisboa, conspirava-se por toda a parte: nas casas, nas ruas, no Passeio Público, no Rossio; os cafés do Cais do Sodré, dos Remolares e do Rossio se transformam em

---

<sup>256</sup> De acordo com o historiador Joaquim Veríssimo Serrão, “Eram eles o Marquês de Abrantes, D. Francisco da Cunha de Meneses, tenente-general do exército, o principal Castro da Igreja patriarcal que servia de regedor das Justiças, Pedro de Melo Breyer. Que detinha a presidência do Real Erário, e o tenente general D. Francisco Xavier de Noronha, presidente da Mesa de Consciência e Ordens. (...) Para as secretarias de Estado foram escolhidos o conde de São Paio, que mais tarde abraçou o partido francês, e D. Miguel Pereira Forjaz, que na pasta da Guerra prestou ao país, no período das invasões os mais altos serviços. Do conselho fazia ainda parte, nas funções de secretário, o doutor João Antonio Sales de Mendonça, desembargador do Paço e procurador da Coroa.” SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal: a instauração do liberalismo (1807-1832)*, vol. VII, Editora Verbo, 3ªed., Lisboa, p.20.

<sup>257</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos P., op.cit.p. 61.

<sup>258</sup> SILVA, Ana Rosa Cloet da, *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros no crepúsculo do Antigo Regime Português: 1750-1822*, Tese de Doutorado, Unicamp, 2000, p.201.

<sup>259</sup> Idem, p.62. Para uma análise pormenorizada sobre o governo de Junot em Portugal, medidas e estratégias de poder ver SILVA, Ana Rosa, pp.61-69.

centros conspiratórios contra os franceses.”<sup>260</sup> Em novembro de 1808, dois meses depois de ocorrida a Restauração, a *Gazeta do Rio de Janeiro* publicava o seguinte comentário sobre o domínio dos franceses no Reino:

Temos recebido algumas *Gazetas* Portuguesas, cujo conteúdo é mais interessante que importante. Tão exata tem sido a vigilância dos Franceses, que se tem conseguido privar-nos das notícias de quase tudo que tem acontecido em Lisboa, e suas vizinhanças, há umas poucas de semanas, mas não obstante sabemos com prazer que o patriotismo daquelas povoações é tão forte como o de qualquer outra parte em Portugal.<sup>261</sup>

Ao comunicar a extrema diligência francesa em coibir a circulação de impressos, razão que causava a falta de informações sobre a situação beligerante em que viviam os portugueses, o redator da *Gazeta* exaltava a coragem e o amor dos súditos do rei pela pátria em uma explícita valorização daqueles que haviam permanecido em terras européias. Importante ressaltarmos que as notícias demoravam em torno de um a três meses para chegarem ao Rio, serem editadas na *Gazeta* e se tornarem públicas.

A Restauração fora alcançada ao final de setembro de 1808; sendo a vitória obtida, em parte, pela intervenção militar inglesa.<sup>262</sup> Como observa Neves, “as tropas inglesas foram aclamadas como vitoriosas pela população. E, em fins de setembro, Lisboa proclamava a Restauração completa do reino, em meio a festas e celebrações, que reconheciam Wellington e Beresford como libertadores de Portugal.”<sup>263</sup> O ano de 1809, contudo, foi de pura efervescência política no Reino. Em março os Governadores “eram surpreendidos por um novo ataque francês ao norte do país, sob o comando do general Soult”<sup>264</sup>, contido pela atuação de lord Beresford, militar inglês que teve o maciço apoio da sociedade portuguesa e dos soldados ingleses.<sup>265</sup> Apesar disso, o cenário era de uma verdadeira

---

<sup>260</sup> TENGARRINHA, op.cit.p.60.

<sup>261</sup> GRJ, 12/11/1808, N° 18.

<sup>262</sup> “Por intermédio de D. Rodrigo de Sousa Coutinho [os portugueses] recorreram à ajuda militar britânica, a qual, sob o comando de Wellesley, mostrou-se pronta e eficaz levando a expulsão dos franceses (...) ainda que a custo de uma completa subordinação do exército nacional.” SILVA, Ana Rosa, op.cit., p.202. Maiores detalhes sobre as questões militares do período e a política externa portuguesa, ver ALEXANDRE, Valentim, *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na Crise do Antigo Regime Português*, Edições Afrontamento, Lisboa, 1993, pp.167-260.

<sup>263</sup> NEVES, Lúcia, *As representações Napoleônicas...*, op.cit.p.71. A importância e a valorização de Wellington foram tão exaltadas pelos portugueses que, em 1813, a *Gazeta do Rio de Janeiro* contemplava-o, novamente, publicando uma carta do Príncipe regente ao General inglês. Ao inseri-la, o discurso o redator assemelhava-se àquele veiculado pela sociedade lisboense nos últimos anos. Vejamos: “Na grande mingua de notícias, que atualmente sofremos, tomamos o partido de assoalhar a glória do invicto Lord *Wellington*, libertado da *Península*, ajuntando os mais honrosos testemunhos do seu incomparável merecimento.” GRJ, 13/11/1813, N° 18.

<sup>264</sup> SILVA, Ana Rosa, op.cit., pp.202-203.

<sup>265</sup> William Carr Beresford, de origem irlandesa, nasceu em 1771. Entrou para a carreira militar aos 14 anos de idade e, aos 23 já tinha alcançado o posto de tenente-coronel, sendo segundo João Medida, o “exemplo de oficial inglês que viu sua carreira dilatada aos serviços de interesse de Inglaterra, contra a França revolucionária.” Durante a segunda invasão francesa foi escolhido para disciplinar o exército inglês na Península, sendo nomeado o generalíssimo do exército português. Para além das funções militares, Beresford tentou intervir diretamente na

anarquia social, situação esta que delineava uma ótica particularizada dos Governadores do Reino. Como destaca Ana Rosa C. da Silva, “era pela perspectiva de uma ‘autoridade precária’ – resultante da *ausência real* e ameaçadora do próprio absolutismo – que os Governadores do Reino vislumbravam a crise política a qual, impondo-se desde o fim do século XVIII, agravava-se pelos efeitos da invasão francesa.” Para a autora, tal problemática estava intimamente associada à essência da monarquia absolutista uma vez que nesse sistema eram fortíssimos os vínculos políticos entre a figura da majestade e a idéia de soberania, que – naquele momento – se mostrava comprometida devido à ausência do monarca.<sup>266</sup>

A situação foi tão aguda que durante a segunda invasão francesa houve uma explosão de impressos pela cidade: criaram-se 24 periódicos em Lisboa, revelando um surto surpreendente para a época que só foi possível “pela relativa liberdade que os poderes públicos deram à imprensa.”<sup>267</sup> A temática da maioria dessas folhas se restringia quase que exclusivamente às notícias da guerra peninsular que eram freqüentemente traduzidas de folhas espanholas e inglesas ou publicavam artigos e comentários mais ou menos apaixonados contra os invasores. Apesar das diferenças de enfoque, esses jornais tinham uma característica em comum: *combater* a influência e domínio do inimigo em solo português pela força da palavra.

Mais acessível financeiramente e com uma linguagem mais popular que os periódicos, os panfletos políticos emergiram com grande força no período, sendo – juntamente com o jornal – um importante meio de expressão das idéias contra Napoleão. Como mostra o historiador Antonio Pedro Vicente, “qualquer indivíduo vazava os seus pensamentos e sentimentos em papéis impressos em que corriam em profusão nos maiores centros populacionais.”<sup>268</sup> Ao optarem pelo uso do anonimato ou do pseudônimo, os autores circunscreviam uma postura específica perante as circunstâncias do momento político: faziam diversas caricaturas de Napoleão, retratando-o como um personagem monstruoso, uma figura maléfica.<sup>269</sup>

---

política geral de Portugal, o que resultou em conflito com os políticos do Reino. Foi um personagem constantemente reverenciado na *Gazeta do Rio de Janeiro* pelos redatores do jornal, sobretudo entre os anos de 1808 e 1815. Mais detalhes ver VICENTE, Antonio Pedro, *Panfletos anti Napoleão*, in MEDINA, João, *História de Portugal: dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Ediclube, Lisboa, pp.87-90.

<sup>266</sup> Idem, p.204.

<sup>267</sup> TENGARRINHA, op.cit.p.61.

<sup>268</sup> VICENTE, Antonio Pedro, *Panfletos anti Napoleão*, in MEDINA, João, op.cit., p.49.

<sup>269</sup> Como esclarece Lúcia Neves, “A tendência maior da literatura panfletária, sobretudo em Portugal e Espanha, era reforçar o lado maléfico e monstruoso de Napoleão Bonaparte, o causador de tantas desgraças (...)Nessa luta simbólica, retomava-se a visão bíblica das origens do mundo em que Deus é bom e a qualificação negativa provém dos sucessivos eventos humanos, especialmente da história de Adão e Eva com o surgimento do pecado original. Assim, ao indagar-se a procedência de Bonaparte – a resposta dos panfletos era uma – “do inferno e do pecado”” NEVES, op.cit.pp.90-91.

Ao analisar a expressividade e os sentidos políticos do folheto para a história da imprensa portuguesa, João Luís Lisboa ressalta que nesses impressos “se retiram não apenas as fábulas e moralidades que nelas encerram os seus autores, mas o testemunho de um mundo e de uma lenta transformação” em que a comunicação tornava-se de massas, uma vez que o contato diário com as informações extrapolava círculos restritos e a oralidade atingia muitas léguas. Com uma eficácia massiva e uma função claramente política, o panfleto inscrevia-se “na torrente de intervenção e mobilização das massas para um confronto nacional.”<sup>270</sup> Ao lançar o *Diário Lisbonense* em 1º de maio de 1809, Brocard, o redator, utilizava sua pena de modo a contribuir nessa empreitada:

#### POLÍTICA

A Longa e sanguinolenta guerra, que tem dilacerado o continente, vai a pôr termo; ela se não pode estender a mais do verão do ano que vem de 1810: as mudanças extraordinárias, a perda do equilíbrio e as perfídias usurpações que tem derrubado uma grande parte dos Tronos fez conhecer de uma vez à Europa os seus interesses e obrigar a lançar mão das Armas para repelir a ambição da França (...)<sup>271</sup>

Meses depois do lançamento do *Diário Lisbonense*, a imprensa foi protagonista dos acontecimentos em Lisboa. Em 1º de setembro de 1809, houve o primeiro ato restritivo à relativa liberdade de imprensa vigente em Portugal em um pequeno espaço de tempo, entre a primeira e a segunda invasões francesas. Ao mesmo tempo em que nasciam quatro jornais de caráter noticioso na cidade - *Novo Diário de Lisboa*, *O mensageiro*, *Journal de Lisboa* e o *Mapa Político* – era proibida a circulação do periódico *Correio da Tarde*, sob a alegação do delegado apostólico de ter publicado notícias *falsas* a seu respeito. O governo, ciente do aparecimento de novas folhas, publicou um aviso oficial à *Impressão Régia* de Lisboa: exigia-se o *não-consentimento* de licenças para a circulação de novos periódicos. A *Impressão Régia*, no entanto, ao desobedecer ao governo interino, quando permitiu a publicação do n.º.2 da folha *Lanterna Mágica* e o n.º.3 do *Suplemento do Correio de Londres* alegando que a permissão a vigência de tais escritos fora dada pelo Desembargo do Paço, gerou um agudo conflito político com o poder.<sup>272</sup> Em março de 1810, esses acontecimentos eram relatados em carta oficial e enviados ao monarca pelo Navio “Brilhante Mestre Francisco Glã de Lima.” Além das notícias de final de setembro, o Bispo João Antonio V. de Mendonça colocava D. João a par dos últimos “incidentes” da vida impressa:

---

<sup>270</sup> LISBOA, op.cit.,p.165-166. Ao contabilizar a produção geral dos folhetos anti-napoleônicos, entre os anos de 1808 e 1811, Antonio Pedro Vicente afi

Ao analisar a expressividade e os sentidos políticos do folheto para a história da imprensa portuguesa, João Luís Lisboa ressalta que nesses impressos “se retiram não apenas as fábulas e moralidades que nelas encerram os seus autores, mas o testemunho de um mundo e de uma lenta transformação” em que a comunicação tornava-se de massas, uma vez que o contato diário com as informações extrapolava círculos restritos e a oralidade atingia muitas léguas. Com uma eficácia massiva e uma função claramente política, o panfleto inscrevia-se “na torrente de intervenção e mobilização das massas para um confronto nacional.”<sup>270</sup> Ao lançar o *Diário Lisbonense* em 1º de maio de 1809, Brocard, o redator, utilizava sua pena de modo a contribuir nessa empreitada:

#### POLÍTICA

A Longa e sanguinolenta guerra, que tem dilacerado o continente, vai a pôr termo; ela se não pode estender a mais do verão do ano que vem de 1810: as mudanças extraordinárias, a perda do equilíbrio e as perfídias usurpações que tem derrubado uma grande parte dos Tronos fez conhecer de uma vez à Europa os seus interesses e obrigar a lançar mão das Armas para repelir a ambição da França (...)<sup>271</sup>

Meses depois do lançamento do *Diário Lisbonense*, a imprensa foi protagonista dos acontecimentos em Lisboa. Em 1º de setembro de 1809, houve o primeiro ato restritivo à relativa liberdade de imprensa vigente em Portugal em um pequeno espaço de tempo, entre a primeira e a segunda invasões francesas. Ao mesmo tempo em que nasciam quatro jornais de caráter noticioso na cidade - *Novo Diário de Lisboa*, *O mensageiro*, *Journal de Lisboa* e o *Mapa Político* – era proibida a circulação do periódico *Correio da Tarde*, sob a alegação do delegado apostólico de ter publicado notícias *falsas* a seu respeito. O governo, ciente do aparecimento de novas folhas, publicou um aviso oficial à *Impressão Régia* de Lisboa: exigia-se o *não-consentimento* de licenças para a circulação de novos periódicos. A *Impressão Régia*, no entanto, ao desobedecer ao governo interino, quando permitiu a publicação do n.º.2 da folha *Lanterna Mágica* e o n.º.3 do *Suplemento do Correio de Londres* alegando que a permissão a vigência de tais escritos fora dada pelo Desembargo do Paço, gerou um agudo conflito político com o poder.<sup>272</sup> Em março de 1810, esses acontecimentos eram relatados em carta oficial e enviados ao monarca pelo Navio “Brilhante Mestre Francisco Glã de Lima.” Além das notícias de final de setembro, o Bispo João Antonio V. de Mendonça colocava D. João a par dos últimos “incidentes” da vida impressa:

---

<sup>270</sup> LISBOA, op.cit.,p.165-166. Ao contabilizar a produção geral dos folhetos anti-napoleônicos, entre os anos de 1808 e 1811, Antonio Pedro Vicente afirmou dentre os 1500 folhetos existentes no período cerca de um sexto da produção total era saído da *Imprensa Régia* que, juntamente com as tipografias particulares de Coimbra e Porto, objetivavam combater os ecos dos ideais franceses.

<sup>271</sup> *Diário Lisbonense*, 1/05/1809, n.1.

<sup>272</sup> Para aprofundar a discussão ver TENGARRINHA, op.cit;p.70-71.

Senhor,

1. Com a feliz Restauração do Governo de V.A.S entraram a aparecer vários papéis periódicos impressos com licença da junta da *Impressão Régia*; sem intervenção alguma dos governadores, e tolerados pelas extraordinárias circunstâncias do tempo, em que a Nação toda deseja saber individualmente todas as notícias do Continente, e com especialidade as da Península; sendo necessário estimular por todos os modos o patriotismo e patentear a perfídia, e crueldade do inimigo comum. Pelas mesmas razões, e até para poder dirigir a opinião pública nas províncias do Norte *o governo foi obrigado a deferir* as representações do chanceler do Porto, e vice reitor da Universidade de Coimbra para autorizar a continuação da *Gazeta* de uma e outra cidade, introduzidas no princípio da mesma restauração(...)

Na mesma carta, o bispo também comunicava fatos recentes, referentes à tradução e circulação em Lisboa de um folheto “sedicioso” de Sevilha, em meados de fevereiro:

5. (...) Chegou no Correio do dia 4 do Corrente mês o folheto *Idéia Abreviada da Revolução de Sevilha* n.º10; e logo na manhã do dia seguinte apareceu traduzido, e impresso com a licença da mesma junta. O governo não pode ver com indiferença divulgado em Portugal nesta capital um papel, que nas circunstâncias atuais é muito impolítico, e sedicioso, porque *ensina* o povo rude o modo de por em execução o motim e tumultos (...)<sup>273</sup>

Nessa comunicação ficava patente a política impressa do governo interino português entre os idos de 1809 e 1810. Pela fala do eclesiástico, notamos que da mesma forma que havia uma tolerância oficial com determinados impressos, considerados um meio necessário e eficaz de o governo controlar a opinião pública, também enfrentavam problemas intrínsecos à “liberdade” de imprensa que imperava no país, em meio às conseqüências advindas das “circunstâncias do tempo.”<sup>274</sup> Com isso, o bispo desejava mostrar ao rei que, apesar das dificuldades enfrentadas em meio à guerra, existia uma diretriz política referente ao uso da palavra impressa e, mesmo quando a situação parecia extrapolar os limites do “aceitável”, eram tomadas atitudes “severas” para que as informações consideradas perigosas não circulassem no país.

O interessante desse episódio, contudo, foi a reação do trono português do outro lado do Atlântico. Do Rio de Janeiro, em 16 de agosto de 1810, D. João VI juntamente com o apoio da Mesa do Desembargo do Paço ordenava que o governo interino português tomasse providências que julgasse corretas “a fim de que não corram senão aqueles escritos que puderem concorrer para a

<sup>273</sup> ANTT, *Ministério do Reino*, Governadores do Reino. Carta n.37, L.314, f.114.

<sup>274</sup> Ao compreender a concepção e o nascimento da opinião pública na emergência do Iluminismo na Europa Ocidental, em meados do século XVIII, o historiador R. Koselleck afirma: “O que o *judgement* dos cidadãos estabelece nos diferentes países como vício ou virtude não é decisivo para a legalidade da moral; conforme a época, o lugar e as circunstâncias dadas podem declarar a virtude como vício ou o vício como virtude. A legalidade de suas opiniões morais consiste, antes, no juízo dos próprios cidadãos (...) Cada ato de julgar dos cidadãos, a distinção que fazem entre o que deve ser considerado como bem ou mal torna-se legal pela própria distinção. As opiniões privadas dos cidadãos são elevadas às leis em virtude de sua censura imanente. Por esta razão Locke também chama a lei da opinião pública de Law of Private Censure.” KOSELLECK, op.cit.,p.52.

salvação do Estado e de nenhum modo os que forem capazes de perverter os cidadãos bem intencionados.”<sup>275</sup> O resultado foi a extinção da direção e administração da Imprensa Régia de Lisboa e a transferência dos exames das obras a serem publicadas para João Guilherme Cristiano Muller e João Pedro Ribeiro, censor e desembargador real, respectivamente, de estrita confiança do rei.

A circulação de informações entre Brasil e Europa foi uma atividade constante entre os anos de 1808 e 1821, sendo um dos grandes focos de preocupação da Monarquia Portuguesa. Da mesma forma que no Brasil aportavam paquetes contendo jornais e documentos europeus, é mister destacarmos que *Gazeta do Rio de Janeiro* também chegava aos portos lusitanos, circulava no país e fazia parte do rol de jornais considerados de interesse para os gazeteiros portugueses e a sociedade em geral.

Primeiro periódico de publicação diária em Portugal<sup>276</sup>, o *Diário Lisbonense* foi uma folha concisa dividida em quatro páginas e duas colunas, veiculada de maio de 1809 a maio de 1813. Para além das notícias de guerra, manteve um constante interesse nas informações vindas do Brasil, especialmente aquelas referentes a ação da Monarquia na Corte. Já nos primeiros números, em 1809, ao noticiar a estruturação da burocracia portuguesa do outro lado do Atlântico, anunciava também o nascimento da imprensa, refletindo sobre seus benefícios para a sociedade brasileira. Vejamos:

(...) Facultou a imprensa, e mandou ir uma de Inglaterra, a fim de se imprimirem os Decretos e mais Ordens e satisfazer aos Brasileiros, que até então sempre foram privados de uma semelhante regalia, e com cuja falta se tem perdido muitos escritos famosos, produzidos de talento Americano, e com os quais assás (sic) o Estado teria utilizado: mas graças á Bondade de sua alteza ficaram os povos satisfeitos.<sup>277</sup>

Neste discurso, o redator reportava os objetivos do governo ao introduzir a tipografia no Brasil. Ao exaltar a iniciativa do rei como uma ação necessária e, também circunscrevê-la no campo das qualidades pessoais do regente, não deixava de criticar os inconvenientes da política real destinada à Colônia até então, e as conseqüências dessa atitude para a vida sociocultural de um povo. Nesse sentido, ao fazer um jogo dúbio de palavras, dava o seu recado: mostrava quão forte podia ser o diferencial da circulação de uma *Gazeta* na sociedade, apontando que o monarca para além de estar consciente dessa função, visava realizar essa nova empreitada no Novo Mundo de modo a satisfazer “culturalmente” a sociedade luso-brasileira.

---

<sup>275</sup> BNL, Cód. 9223, p.119.

<sup>276</sup> O jornal circulava de segunda-feira a sábado, não tendo publicação aos domingos.

<sup>277</sup> *Diário Lisbonense*, 6/05/1809, n.6

A partir de então, o *Diário Lisbonense* fez diversas inserções das notícias difundidas no Brasil, utilizando a *Gazeta do Rio de Janeiro* como fonte de informação e realizando um explícito processo de edição do jornal brasileiro, durante todo o período em que circulou no Reino. Em agosto de 1810 comunicava o casamento das altezas reais, a princesa Maria Theresa com o Infante D. Pedro Carlos de Borboun e Bragança ocorrido no Rio de Janeiro. O interessante dessa veiculação é que o redator explicitou suas escolhas editoriais, citando a fonte com a qual dialogava:

O seguinte artigo é extraído da Gazeta do Rio de Janeiro, e que nos pareceu a propósito transcrever, por conter a relação da solenidade com que se celebrou naquela Corte o casamento de Suas Altezas.<sup>278</sup>

O foco das notícias não se limitava aos festejos e às datas comemorativas do calendário real. Ao final de 1810, o jornal publicava “Cartas Régias” e “Decretos” de D. João VI<sup>279</sup>, em uma clara referência aos desígnios políticos do monarca, cujo intuito era informar o público leitor sobre a estruturação político-administrativa da Monarquia em terras americanas. Mesmo que os informes do Brasil fossem esparsos durante o ano de 1811, ainda assim foram mais constantes quando comparados aos anos anteriores. Em fevereiro, por exemplo, a folha extraiu da *Gazeta* uma reportagem sobre as forças militares em Macau que ocupou 9 colunas do periódico<sup>280</sup>; em maio inseria novamente uma inusitada ajuda dos portugueses contra piratas chineses, considerada pelo redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* um fato de interesse para o povo português.

Tendo recebido uma *Gazeta do Rio de Janeiro* de 25 de fevereiro deste ano, na qual se faz menção de uma importantíssima vitória que os Portugueses alcançaram contra uma poderosa armada de piratas que infestavam os mares de Macau, e Cantão na China, nós transcrevemos fielmente a dita Gazeta extraordinária do Rio de Janeiro.<sup>281</sup>

---

<sup>278</sup> *Diário Lisbonense*, 4/08/1810, n.174

<sup>279</sup> *Diário Lisbonense*, 9/11/1810, n.254.

<sup>280</sup> *Diário Lisbonense*, 25/02/1811, n.113. Neste número o jornal veiculou informações presentes na *Gazeta* sem, contudo, citá-la como fonte de referência.

<sup>281</sup> *Diário Lisbonense*, 20/05/1811, n.113. Apesar de ser uma notícia considerada inusitada, por não ser comum à *Gazeta* relatar fatos ocorridos no Oriente, o redator descreveu o circuito informativo de maneira minuciosa, exaltando a chegada de cartas vindas da China para a Inglaterra, que foram *traduzidas* para o inglês pelo jornal *Mirror* e, posteriormente, para a língua portuguesa pelos editores da folha brasileira. Vejamos: “Já em nosso N° 12 anunciávamos em resumos os sucessos obtidos pelas forças em Macau, contra os Piratas Chineses, porém como agora obtivemos uma Folha e Bombaim em data de 29 de Setembro de 1810, que dá uma idéia circunstanciada dos fatos, e este é um objeto nacional que interessa a todos os Portugueses, julgamos não ser fora de tempo, nem de propósito comunicar aos nossos Leitores uma Tradução fiel da dita folha que nos faz lembrar daquele dourado século de quinhentos em que a Nação bem aventurada florescia com tanta majestade, assim nas armas como nas letras, e senhoreava aqueles *mates da China*, e mesmo do Japão. N.B. O artigo que se segue vem ingerido na Folha de Bombaim com o título *Calcutá 5 de setembro*. Em a última folha chamada *Mirror* (Espelho) se mencionava, que as cartas vindas da China com o Navio *Mornington*, davam a agradável notícia da extinção dos formidáveis piratas (...)”GERJ, 25/02/1811, N°3 (grifo original)

No final do ano o *Diário* reverenciava o estabelecimento da tipografia baiana em uma seção intitulada “**Rio de Janeiro.**”<sup>282</sup> Se em 1811 a vida da monarquia na Corte ganhava progressivamente um espaço no jornal, o enfoque da maioria das informações na imprensa ainda se restringia a um universo estritamente político sendo, na maioria das vezes, veiculado os decretos, alvarás, cartas de ministros de Estado, casamentos, aniversários de pessoas ilustres e, como vimos, festejos reais.

Já a partir de 1812, a presença da *Gazeta do Rio de Janeiro* havia se tornado uma prática consolidada no *Diário Lisbonense* sendo, inclusive, ampliada a gama de interesse temático: para além da esfera política, o noticiário sociocultural passava também a ser valorizado pelo recorte editorial do periódico. Do nascimento real da filha de d. Maria Tereza e D. Pedro<sup>283</sup> ao uso da vacina<sup>284</sup>, no mês de fevereiro de 1812 encontramos também fatos sobre a prisão e a soltura de jacobinos no Rio<sup>285</sup>, bem como as ações do governador de Mato Grosso cuja abordagem relatava o avanço da comunicação e desenvolvimento entre as províncias brasileiras.<sup>286</sup> No início de março, o *Diário Lisbonense* estampava em primeira página as notícias militares veiculadas na *Gazeta* de 12 de outubro de 1811 cujo tema versava tanto sobre a promoção profissional de Luiz Antonio Salazar Moscozo ao cargo de brigadeiro e chefe do regimento à linha de Recife quanto acerca de um alvará real alusivo ao tráfico e ao comércio dos gêneros por via marítima.<sup>287</sup> Em maio, por exemplo, a folha valorizou extratos da *Gazeta* referentes à impressão do folheto “Observações acerca do capim de Angola” e “cravo da índia”<sup>288</sup>, sobre os índios Botocudos<sup>289</sup> e a tradução da obra de Mr. La Croix para alunos da academia militar<sup>290</sup>, evidenciando a diversidade de assuntos abordados.

O uso da primeira página como forma a destacar as notícias produzidas pela *Gazeta do Rio de Janeiro* foi uma prática do *Diário Lisbonense* particularmente durante o ano de 1812. Esse viés editorial, contudo, não era gratuito. Como ressaltou Tengarrinha, é importante lembrarmos que a confecção e a circulação do *Diário Lisbonense* estavam vinculadas a uma concepção de imprensa oficial, uma vez

---

<sup>282</sup> *Diário Lisbonense*, 7/11/1811, n.251.

<sup>283</sup> *Diário Lisbonense*, 18/02/1812, n.40.

<sup>284</sup> *Diário Lisbonense*, 19/02/1812, n. 40.

<sup>285</sup> *Diário Lisbonense*, 27/02/1812, n. 47.

<sup>286</sup> *Diário Lisbonense*, 28/02/1812, n. 48.

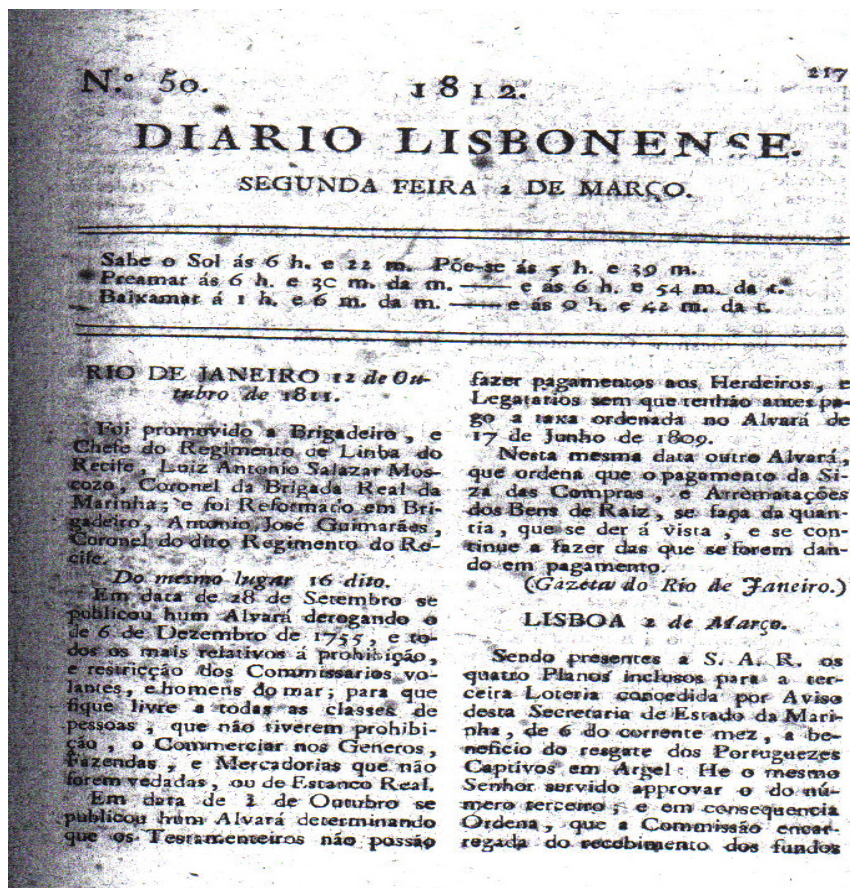
<sup>287</sup> *Diário Lisbonense*, 2/03/1812, n.50. Em 28 de agosto de 1812, n.190 e 9 de setembro de 1812, no n.199, o jornal imprimia mais uma vez em primeira página as notícias veiculadas na *Gazeta do Rio de Janeiro*. Enquanto na edição de final de agosto a temática referiu-se aos despachos da Secretaria do Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, alvarás e publicações reais, o número de 9 de setembro enfocou uma temática que girava em torno do príncipe regente. Quase o número todo é dedicado ao Rio

<sup>288</sup> *Diário Lisbonense*, 5/05/1812, n.100.

<sup>289</sup> *Diário Lisbonense*, 6/05/1812, n.101

<sup>290</sup> *Diário Lisbonense*, 27/05/1812, n.117.

que era “impresso em Lisboa, na *Impressão Régia*”<sup>291</sup>, com a devida licença real. Tal conjuntura justifica, mais uma vez, esse amplo empenho em reverenciar os acontecimentos sobre a vida da monarquia e da corte portuguesa no Rio sem fazer qualquer tipo de comentário ou crítica ao material impresso fabricado pelos editores da *Gazeta* deste lado do Atlântico.<sup>292</sup> Nesse sentido, constatamos que, para além de a *Gazeta* ter espaço garantido no *Diário Lisbonense*, era ainda, possivelmente, a única fonte impressa brasileira em Lisboa.



*Diário Lisbonense*, 2/03/1812, N.º 50. Nesse período o jornal português já havia consolidado a prática de publicar a *Gazeta do Rio de Janeiro* na primeira página. Como podemos ver, o periódico brasileiro além de inserido era também citado como fonte de informação do Brasil.

<sup>291</sup> TENGARRINHA, José, *História da imprensa periódica portuguesa*, 2ª ed, Editora Caminho, Lisboa, 1989, p.57.

<sup>292</sup> Durante o mês de abril, os n.ºs de 73 a 77 da folha lisbonense publicaram consecutivamente notícias da *Gazeta do Rio de Janeiro*. No exemplar do dia 3/04/1812, n.º 73, o periódico utilizou-se da página 2 e 3 quase na íntegra sendo o tema da notícia o batizado do infante recém nascido de D. Maria Tereza (festejos) e despachos reais. Em relação aos n.ºs de 74 ao 77 – o assunto sendo principal referia-se aos despachos reais. Ao editar as notícias da *Gazeta* que seriam inseridas na sua folha, na maioria das vezes o redator as circunscrevia ao universo social da corte e da Monarquia: aniversários reais, patentes e mercês para nobres da órbita de D. João, falecimentos de políticos e pessoas ilustres eram os temas que mais pareciam interessar aos editores do periódico quando citavam a *Gazeta*.

Assim como a maioria dos jornais da época, o *Diário Lisbonense* também contribuiu para o enriquecimento do debate sobre as características de uma imprensa considerada, na época, de credibilidade.

Corre notícia, e firmada com alguma autenticidade por dizer-se que veio por uma mixiriqueira inglesa, de que a esquadra francesa saída de Toulon, fora batida pela Inglaterra do Almirante Collinwood, perdendo a inimiga uma nau de linha, duas fragatas, e 19 Navios de transportes (...) Esta notícia tem geralmente grassado como certa não só entre os Portugueses como ingleses, e estes a publicam. Eu não posto asseverar (sic) por não ter dados para isso, mas julgo que a esquadra francesa uma vez saída, há de ser batida infalivelmente apesar de todas as diligências e sagacidades francesas; e isto porque sempre a experiência nos tem mostrado.<sup>293</sup>

Independente da averiguação do fato jornalístico importava ao *Diário* verificar se tais acontecimentos já haviam sido publicados por outras folhas estrangeiras. Sobretudo quando veiculados em fontes impressas de natureza britânica, dava-se crédito às informações tanto pela consolidação da liberdade de imprensa na Inglaterra como pelo fato de esta ser a principal aliada de Portugal. Apesar de essas informações serem um importante filtro de análise e confiabilidade da maioria dos periódicos do período (1809-1814), havia também aqueles que discordavam do encaminhamento da veiculação dessas notícias, como foi o caso do *Novo Diário de Lisboa* (1809), que debateu essa questão no editorial de 1º de setembro de 1809:

Damos a este periódico o título de *Novo Diário de Lisboa* para se distinguir do outro, que se intitula *Diário Lisbonense* (...) Era este o lugar de prometer aos amadores do Periódico fartura de notícias havidas de discretas correspondências, refinado escrupulo na averiguação dos graus de crédito que merecem, e extrema brevidade na sua publicação; porém estas promessas por muito repetidas, e quase nunca desempenhadas, só servem de provocar a mofa e, nós somos pouco inclinados a escrever palavras supérfluas.<sup>294</sup>

A *tradução* de documentos oficiais também foi um aspecto importante do debate em questão. Folha de circulação diária, *O Mensageiro* (1809) foi um jornal de destaque na época, cujo redator assumia-se como assinante de periódicos estrangeiros: afirmando fazer a tradução fiel de folhas inglesas, exaltava a importância desse processo especialmente quanto aos papéis oficiais. Esse viés sinalizava também para outra face da mesma discussão: a *tradução* de folhas estrangeiras e a preocupação com a “fidelidade a esse processo.” Desse lado do Atlântico tal atividade era constantemente reverenciada pelo redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* que tinha, entre outras tarefas, a

---

<sup>293</sup> *Diário Lisbonense*, 21/11/1809, n.165.

<sup>294</sup> *Novo Diário de Lisboa*, 11/09/1809, n.1. A BNL possui apenas esse exemplar do periódico, razão pela qual não temos como conferir a atuação dos editores nas questões referidas, apenas ressaltamos a dimensão do debate na época.

função de *traduzir* “fielmente” as *Gazetas* estrangeiras e publicá-las na folha fluminense.<sup>295</sup> Notamos, portanto, que o tipo de imprensa praticada na Corte durante o período joanino (1808-1821) dialogava com as questões e preocupações vigentes no tipo de imprensa que se formava em Portugal. No caso d’ *O Mensageiro*, em particular, a problemática ganha ênfase, uma vez que o periódico era impresso pela *Impressão Régia*, com as devidas licenças reais.

Em setembro de 1809, o editorial de estréia do *Journal de Lisboa ou Folha Diária* dialogava diretamente com a *Gazeta de Lisboa*. Ao tentar marcar suas diferenças com o periódico real, centrando-se na idéia da sua **não oficialidade** e **interagindo com o leitor**, circunscrevia o papel do novo periódico e de seu redator. Apesar de ser produzido pela *Impressão Régia*, tal tentativa tinha o claro intuito de mostrar que, apesar de o jornal estar vinculado à tipografia real, era possível haver pluralidade de opiniões. Para tanto, argumentava que o objetivo do jornal era combater o erro e degradar a ignorância, triunfo que apenas pertencia à verdade.

(...)A sede insaciável de novidades que o Público diariamente deseja não poderá ser satisfeita, porque não é possível, nem o seu acontecimento sucessivo, nem o pronto conhecimento delas, apesar dos melhores meios que temos procurado conseguir dar ao Público: entretanto a verdade mais aproximada aparecerá neste Periódico, e não consternaremos o espírito Cidadão honrado com notícias fabulosas, ou pelo menos sem aquele exame, que a crítica menos apurada exige (...)

Não espere porém a antecipação das notícias oficiais porque elas privativamente pertencem á *Gazeta* do Governo, legítimo canal por onde se devem transmitir ao Público, comprometermos-nos a semelhantes anúncios seria desmentir o nosso plano, principiando pela impostura, e ilusão, que desterramos deste Periódico. Desta maneira pois esperamos pois a aceitação do Público e seremos satisfeitos.<sup>296</sup>

Dois outros periódicos, ambos confeccionados pela *Impressão Régia*, o *Correio da Tarde* (1809) e o *Correio de Lisboa* (1812), assim como os demais que circulavam sob a licença real, também utilizaram a *Gazeta do Rio de Janeiro* como fonte de informação das notícias veiculadas no Brasil.<sup>297</sup> Vejamos a edição n.58 do *Correio da Tarde*:

Ontem entrou neste porto o paquete *Boaventura*, vindo do Rio de Janeiro, donde saiu a 6 de Maio. Traz a continuação da legislação daquela Corte, e as *Gazetas* até a época saídas de 3 de maio.

*Rio de Janeiro 3 de Maio.*

Extrato de uma carta recebida nesta Corte, em que se dá notícia do sucedido ao Navio Carrasco no encontro que teve com uma fragata francesa (...).<sup>298</sup>

Na edição de 1º de agosto de 1809, n.59 publicava-se um decreto de D. João VI, datado de 20 de janeiro do mesmo ano, referente às questões alfandegárias cuja entrada de mercadorias estrangeiras nos portos brasileiros elevava os impostos aos produtos portugueses para 16% e dos

<sup>295</sup> Essa questão será discutida nesta Dissertação ainda neste capítulo.

<sup>296</sup> *Journal de Lisboa ou Folha Diária*, 1/09/1809, n.1.

<sup>297</sup> Os exemplares do *Correio da Tarde* de 1809 que citam a *Gazeta* são os n.ºs 58, 59, 60 e 61.

<sup>298</sup> *Correio da Tarde*, 31/07/1809, n.58.

demais países, exceto Inglaterra, para 24%.<sup>299</sup> Em 2 de agosto, no n.60, o *Correio* veiculava um importante artigo publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 29 de Abril de 1809: o “*Discurso sobre a utilização dos papéis públicos na presente guerra*” que, como vimos, foi um documento fundamental para a compreensão da concepção de imprensa do periódico brasileiro, sobretudo no período das guerras napoleônicas. Por fim, em 3 de agosto, no n.61, o periódico inseria um ofício endereçado ao Infante D. Pedro Carlos, extraído da *Gazeta* de 11 de março de 1809.

Ao final da segunda invasão francesa, o governo interino português dava claros sinais de que desejava restringir a abundante produção de jornais no país e acabar com a relativa liberdade de imprensa então incentivada. Já em 1810, o nascimento de novos jornais caía vertiginosamente, sobretudo quando comparada com o intenso ritmo assinalado em 1809. Por essa época, a média anual de criação de periódicos no país desceu para 3 sendo que entre 1810 a 1819 surgiram apenas 32 novos jornais.<sup>300</sup> Apesar disso, a *Impressão Régia* deu continuidade à produção de novos periódicos, como no caso do *Correio de Lisboa* que, ao nascer em outubro de 1812, também fazia a inserção e edição da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Em 5 de novembro de 1812, n.31, publicava –em primeira página –, informações da *Gazeta* de 15 de Julho, cuja temática referia-se à circulação de um inusitado impresso chegado de Buenos Aires, em que anunciava controvérsias políticas – desmentidas publicamente pelo redator – entre o príncipe regente e o governo do Rio da Prata.<sup>301</sup> Ao final do mês, em 20 de novembro de 1812, no n.44, privilegiava, novamente, os extratos da *Gazeta*, agora datados de 21 de agosto de 1812. Diferentemente do n.31, o assunto tratado foi a entrada de uma fragata espanhola nos portos do Rio.

Saído da imprensa da Universidade de Coimbra, por Ordem do Governo, a *Minerva Lusitana* foi um jornal de quatro páginas que durou três anos, de julho de 1808 a julho de 1811. De acordo com Tengarrinha, a folha teve tanta procura que “alguns números foram reimpressos mais de uma vez”, a fim de satisfazer o interesse público.<sup>302</sup> Irregular em suas edições, que variavam conforme as notícias, foi comum circular três exemplares em dias consecutivos ou um número ter espaço de até quatro dias em relação à última edição. No Rio, a *Impressão Régia* demonstrou interesse pelo estilo e

---

<sup>299</sup> Importante ressaltar que, a partir da abertura dos Portos às Nações Amigas, na prática significava a quebra do Pacto Colonial, as mercadorias inglesas passavam a ter privilégios alfandegários, sendo cobrados 15% para entrarem no país.

<sup>300</sup> TENGARRINHA, op.cit.p.72.

<sup>301</sup> Para melhor compreensão dos conflitos políticos na região platina ver LIMA, Oliveira, *D. João VI no Brasil*, 3ª ed., Topbooks, 1996, cap VII “As intrigas platinas” (pp.191-220).

<sup>302</sup> TENGARRINHA, op.cit.p.61.

teor desse jornal, fazendo sua subscrição e anunciando-a na *Gazeta do Rio de Janeiro*, na Seção de “Avisos”:

*João Gomes Barroço*, morador da rua *Direita*, n.30, adiante da Rua de *S. Pedro* faz saber ao Público que ele vende em sua casa *Gazetas da Minerva Lusitana* desde o n.º1º até 42, pelo preço de 2000 reis. Essas *Gazetas* tem muita aceitação pelo arranjo do Editor.<sup>303</sup>

A *Minerva Lusitana* também pautava as discussões da época sobre as características e a concepção de imprensa que estavam sendo geridas em Portugal. As edições do jornal de número 140 e 141 discutiam a confiabilidade das notícias, elevando a *Gazeta de Lisboa* como uma fonte **confiável** de informação.<sup>304</sup> Essa temática foi de grande relevância para a época, não só porque a Europa vivia sob tempos de guerra e forte instabilidade política, mas especialmente pelo fato de Portugal estar delineando traços fundamentais na história da tipografia do país, período em que se estruturavam alguns dos valores éticos que acompanhariam a vida jornalística luso-brasileira por todo o período joanino, como as noções de *confiabilidade*, *veracidade* e *imparcialidade* das notícias que seriam inseridas e veiculadas pelas folhas impressas. Esse debate público foi tão importante para os redatores e editores dos periódicos que durante a Revolução do Porto, em 1820, o *Correio do Porto* exaltaria publicamente as desconfianças das notícias vindas de Lisboa.<sup>305</sup> O Brasil também fez parte do foco editorial da *Minerva Lusitana*, tendo constante atenção de seus editores. O que notamos, no entanto, é que o acesso às informações que chegavam da Corte em Coimbra dava-se de maneira deveras diferenciada das veiculadas em Lisboa. Geralmente, as publicações eram extraídas de *Gazetas* inglesas, o que evidencia a existência de uma importante rede de correspondentes entre Portugal e Inglaterra nesse circuito interatlântico de trocas de informações impressas (como cartas, documentos oficiais e, principalmente, periódicos) e suscita a forte hipótese de que a *Gazeta do Rio de Janeiro* também circulava senão em toda a Inglaterra, pelo menos em Londres.<sup>306</sup> Vejamos alguns exemplos:

---

<sup>303</sup>GRJ, 29/11/1809, N.º127.

<sup>304</sup> *Minerva Lusitana*, 1/09/1809, n.140.

<sup>305</sup> “O *Correio do Porto* não acredita com fé implícita, tudo quanto de Lisboa se escreve para esta Cidade: pelo contrário, desconfia da maior parte das notícias que aqui chegam; e que apenas chegam entram logo a circular, como verdadeiras; sem se refletir que muitas vezes estão umas com outras em perfeita contradição.” *Correio do Porto*, 16/10/1820, N.º17.

<sup>306</sup> Ao comentar a posição do *Correio Braziliense* em uma controvérsia político-militar das fronteiras continentais do Brasil, Carlos Rizzini cita que o periódico ficou três meses “limitando-se a publicar papéis oficiais e extratos da *Gazeta do Rio de Janeiro*” fato que sinaliza para a circulação da folha brasileira em território inglês, uma vez que o *Correio* era produzido em Londres. RIZZINI, Carlos, *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*, Cia Editora Nacional, São Paulo, 1957, p.134.

POR ORDEM DO GOVERNO  
*Coimbra, Terça Feira 6 de Dezembro de 1808*

GRÃO BRETANHA, Londres 1 de Novembro de 1808

A semana passada chegou ás Donas um navio vindo do *Rio de Janeiro*. As cartas que traz chegam a 24 de agosto, e já então se sabia no Brasil a feliz mudança das coisas na Espanha, que ali foi celebrada com iluminações, públicos regozijos. *Sir Sidney Smith* fez luzidas funções com a Nau *Londres* em que arvorou a sua bandeira.

*8 de Novembro*

Recebemos Diários da *França, e da Holanda* dos últimos dias do mês de Outubro até 2 de Novembro, e um *Monitor* em que se lê o discurso, que se diz, *Bonaparte* recitara...<sup>307</sup>

POR ORDEM DO GOVERNO  
*Coimbra. Sexta Feira 4 de Agosto de 1809.*  
*Notícias Extraídas das Gazetas de Londres*

Chegaram Navios do *Brasil à Inglaterra* (...) Entre as cartas do *Rio de Janeiro*, vinha uma, em data de 8 de Abril, cuja continência é a seguinte: 'A população desta cidade tem-se aumentado muito depois da chegada da Corte, e o comércio tem feito progressos, talvez menos com razão desta circunstancia, do que por uma consequência natural do espírito de indústria e de emulação, que anima os habitantes, depois do concurso de tão grande em umero de *Europeus*. O baixo preço e a variedade de mercadorias, que os *ingleses* tem importado e posto em venda, atraem os compradores, sendo iem umeráveis os que vêm do interior do País fazer empregos mais avultados, que d' antes. Os que maior porção de mercadorias levam do *Rio de Janeiro* são os habitantes de *S. Paulo, Santos, S. Catarina, S. Sebastião, S. Salvador de Campes, Ciudad-Goiazes, Rio grande e Porto Alegre*.<sup>308</sup>

Notícias extraídas das *Gazetas de Londres*  
*Londres 15 de Setembro.*

A fragata *Francesa* que chegou ultimamente ao *Rio de Janeiro* destinava-se originalmente para *Guadalupe*, mas achando esta Ilha bloqueada por uma esquadra *Inglesa*, foi para o *Rio de Janeiro* e o capitão adotou o expediente de se revestir de caráter diplomático para com o Príncipe Regente, a fim de não cair nas mãos de seus inimigos. Este artifício foi-lhe inútil, e ela foi tomada como boa presa.<sup>309</sup>

Nesse contexto, sobretudo depois do Tratado de Aliança e Amizade de 1810, em que se consagravam as vantagens comerciais britânicas sobre a economia luso-brasileira,<sup>310</sup> a circulação e o monopólio dos paquetes tornavam-se uma questão fundamental para os portugueses, sendo inclusive discutida na imprensa da época, em meio às eminentes controvérsias da guerra.<sup>311</sup> Em 29 de agosto de 1811, o *Diário Lisbonense* publicava uma peça ministerial denominada “Convenção para o

<sup>307</sup> *Minerva Lusitana*, 6/12/1808, n.67. Importante atentarmos que essa citação de *8 de Novembro* refere-se às informações publicadas na *Gazeta*.

<sup>308</sup> *Minerva Lusitana* 4/08/1809, n.135.

<sup>309</sup> *Minerva Lusitana*, 7/10/1809, n.151.

<sup>310</sup> Para uma análise mais detalhada da influência inglesa no Brasil, ver MANCHESTER, A. L, *Preeminência inglesa no Brasil*, editora brasiliense, 1973. Uma abordagem inovadora sobre a influência inglesa na abolição do tráfico de escravos no Brasil no início do século XIX ver SCANAVINI, João Eduardo Finardi Álvares, *Anglofilia e Anglofobia: percursos historiográficos e políticos da questão do comércio de africanos (1826-1837)*, Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 2003, no prelo.

<sup>311</sup> Os paquetes eram embarcações comerciais que tinham como principal função transportarem as correspondências diplomáticas, os periódicos estrangeiros e também as mercadorias inglesas importadas pelo Brasil.

arranjo dos pacotes entre S.M. [Britânica], e S.A.R., o Príncipe Regente de Portugal” em que se discutiam os “princípios da exata Reciprocidade, que as duas Coroas tem havido adotar por Base de suas mútuas relações.”<sup>312</sup> Entre os treze artigos publicados desse acordo com os artigos I, IV, VI e XI são especialmente significativos:

**Art.I.** Sairá de Falmouth para o Rio de Janeiro um pacote em cada mês. S.A.R. o Príncipe Regente de Portugal se reserva o direito de para o futuro estabelecer pacotes entre outros portos do Brasil e a Grã Bretanha, se o estado do comércio o requerer.

**Art.IV.** Os pacotes serão por agora embarcações Britânicas, navegadas conforme as leis da Grã Bretanha. Porém S.A.R., o Príncipe Regente de Portugal se reserva o direito de estabelecer para o futuro pacotes brasilienses ou portugueses.

**Art.VI.** As duas altas partes contratantes se obrigam reciprocamente a fazer todos os esforços para prevenir (...) quanto for possível, a ilegal coleção e condução de Cartas.

**Art.XI** Depois da chegada do pacote ao Rio de Janeiro, o enviado ou ministro de Sua Majestade Britânica fixará o dia em que o referido pacote voltará para a Inglaterra (...) E os pacotes durante sua estada nos portos ou baías de sua Alteza o Príncipe Regente serão considerados como debaixo da especial proteção do enviado ou ministro se sua Majestade Britânica, da mesma forma como seus correios ou expressos.<sup>313</sup>

A problemática dos pacotes tangenciava uma questão extremamente relevante para a sobrevivência e sustentação da monarquia portuguesa que perpassou o debate dos estadistas durante todo o período: a determinação do lugar do poder no mundo imperial português. De acordo com a historiadora Ana Rosa C. da Silva, a ausência do rei atingia em cheio os “fundamentos da estrutura política do Antigo Regime e da própria unidade de Império.”<sup>314</sup> Para a autora, a forte preeminência inglesa nos assuntos de âmbito político e econômico da vida luso-brasileira também foi um tema controverso. Apesar de a presença e de a ajuda britânica serem consideradas politicamente necessárias “à defesa do Reino e dos direitos da Monarquia”, depois do Tratado de 1810, sua crescente influência econômica contribuía para agravar a fragilidade do Império Português. “A invasão do mercado português por manufaturas inglesas representava um forte fator de desequilíbrio econômico para este país, cujos efeitos foram amplamente denunciados nas diversas correspondências enviadas à Corte pelos Governadores do Reino” contextualiza a autora.<sup>315</sup> Tão expressiva foi essa questão que a própria *Gazeta do Rio de Janeiro* punha em dúvida a confiabilidade das notícias que chegavam à Corte por pacotes não registrados, mesmo quando essas eram favoráveis aos portugueses.

---

<sup>312</sup> *Diário Lisbonense*, 29/08/1811, n.192.

<sup>313</sup> “Convenção para o arranjo dos Pacotes entre S.M.B. e S.A.R., o Príncipe Regente de Portugal, assinada no Rio de Janeiro aos 19 de Fevereiro de 1810”, in *Diário Lisbonense*, 29/08/1811, n.192, pp.1-3.

<sup>314</sup> SILVA, ANA Rosa, op.cit., p.222.

<sup>315</sup> Idem,

Entrou no dia 11 neste Porto o Brigue *Ulysses*, Mestre *José Nunes de Sousa*, vindo de Buenos Ayres, ao qual participa que Sexta feira passada falara a um correio *Espanhol*, que vinha de *Cádiz* com 40 dias de viagem, ia para *Monte Vídeo*, e dava por notícia que o Exército *Francês* se tinha retirado de *Portugal*, e nada mais se pode dizer por causa do tempo. É preciso bastante cuidado com essas notícias de navios que se encontram nas viagens, e não são registrados; porque as mais das vezes se provão falsas por equivocação de palavras, mui principalmente se o navio a quem se fala está a sotavento.<sup>316</sup>

Ademais, o governo sob a liderança de D. Rodrigo de Sousa Coutinho praticava uma política de contratação de contínuos empréstimos ingleses que visavam à implementação de medidas estruturais que dessem sustentação à monarquia na América. “Se este já era um procedimento comum anteriormente à transferência da Corte, agora ganhava centralidade enquanto alternativa voltada para a provisão dos recursos necessários às despesas extraordinárias do Reino”, acrescenta a historiadora.<sup>317</sup>

Para além das questões de ordem econômica, o conhecimento dos fatos d'além mar com a chegada dos paquetes também sinalizavam, em ambos os lados do Atlântico, para novos delineamentos do diálogo político entre a monarquia e seus súditos, tanto quanto a formação de uma nova faceta do Império Português no período joanino que agora decidia seu destino das terras americanas.<sup>318</sup> Dessa maneira, ser português exilado na América e também na Europa, especificamente no período joanino, produzia consigo fortes conotações: da vivência na Corte o desamor e a representação de si próprios, ambos afastados de sua realidade e ameaçados por uma cidade na qual eles agora viviam subjugava-os a uma nostalgia pela fidelidade a Portugal. Da experiência da guerra e da permanência em Portugal, os súditos também cultivavam um sentimento de orfandade e abandono por parte do rei, o que produzia uma visão mitificada do regente, sob a constante expectativa de seu regresso.

---

<sup>316</sup> GRJ, 13/03/1811, N° 21.

<sup>317</sup> SILVA, Ana Rosa, op.cit., p.215. Do lado britânico, a estruturação de um grupo comercial inglês para melhor organizar suas transações no Brasil, depois de 1808, é detalhada pelo historiador Alan K. Manchester: “(...) o comércio inglês com o país ganhou vida nova depois de 1808. Uma ordem publicada nos jornais de Londres pelo Ministro português, exortava todos os comerciantes daquela cidade que pretendiam fazer negócios com o Brasil a se reunirem a 25 de junho para considerar os meios de melhorar seus lucros. Cento e treze comerciantes londrinos uniram-se à associação que foi organizada naquela data (...) Esse grupo de comerciantes, com sua organização efetiva, tornou-se um fator importante nas relações comerciais anglo-brasileiras.” Manchester, Alan K, *Preeminência Inglesa no Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1973, p.78. Para compreensão dos bastidores do Tratado de Aliança e Amizade de 1810, ver capítulo.IV (pp.73-104).

<sup>318</sup> Para uma análise mais detalhada sobre essas questões ver: LIMA, Oliveira, *D. João VI no Brasil*, 3ª ed., Topbooks, 1996; LOPES, Emílio, *Festas Públicas, Memória e Representação: um estudo sobre manifestações na Corte do Tio de Janeiro (1808-1822)*, Ed. Humanitas FFLCH/USP, São Paulo, 2004, SCHUKTZ, Kirsten, *Tropical Versailles: empire, monarchy, and Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro 1808-1821* ROUTLEDGE, New York London, 2001 e SILVA, Ana Rosa Clotet da, *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros no crepúsculo do Antigo Regime Português: 1750-1822*, Tese de Doutorado, Unicamp, 2000.

É também sob esses novos ângulos da realidade política e social da vida luso-brasileira que devemos compreender o discurso dos diretores da *Gazeta do Rio de Janeiro*, que visava contribuir para a relação dos vassallos para com as suas raízes. Assim como os redatores dos periódicos portugueses a primeira folha jornalística brasileira também utilizou sua pena para dialogar com as questões políticas do Velho Mundo.

Nesse sentido, ao fazer da palavra um combate tenaz contra Napoleão, entre os anos de 1808 e 1815, considerado inimigo da civilização que assolava a ordem e o equilíbrio europeu pela força de seu exército e pelo emprego da imprensa como um poderoso instrumento de propaganda, a fala do redator também demonstrava um viés hierarquizado nas escolhas e enfoques temáticos publicados na *Gazeta*, cuja conexão estava fortemente associada aos anseios, angústias e esperanças dos portugueses que viviam no Rio e também no Reino. Dessa leitura, nota-se que os produtores das notícias também estiveram extremamente focados nas definições dos padrões jornalísticos (discursivos) que delineassem as bases ideológicas da imprensa que desejavam produzir, para assim constituírem uma interlocução “profícua” com as vicissitudes intrínsecas à crise da monarquia portuguesa.

### **3. Os usos da pena real: as críticas a Napoleão pela sustentação do Antigo Regime Português**

A primeira edição da *Gazeta do Rio de Janeiro* em 10 de setembro de 1808 já estampava em suas páginas notícias sobre os fatos políticos ocorridos em Portugal, então dominado pelo exército francês. Segundo uma carta de Londres, o general Junot havia se refugiado no Castelo de São Jorge onde tinha arvorado a bandeira portuguesa.<sup>319</sup> Daí por diante até meados de 1815 a folha de circulação bisemanal debateria uma temática política específica em suas páginas: as guerras napoleônicas e a quebra da ordem européia sob o nefasto poderio de Napoleão no Velho Mundo. A chegada dos paquetes ingleses era ansiosamente aguardada pelos novos habitantes e, sempre que aportavam novas informações referentes aos rumos da guerra na Europa, eram rapidamente editadas pelos produtores das notícias veiculadas na *Gazeta* e expostas ao público no jornal, sempre com a recepção filtrada pela fala do redator:

---

<sup>319</sup> GRJ, 10/09/1808, N°1

Em nossas mãos pára somente folhas de Londres até 31 de Maio, e de Lisboa até 21 dito, as quais temos publicado gradualmente, e não de estouro a fim de sempre ir tendo que comunicar. Em tal esterilidade de notícias julgamos acertado publicar duas *Gazetas* dobradas<sup>320</sup> esperançados em que brevemente venham embarcações que aumentem o nosso Capital de periódicos, por ver que quanto mais se demora a sua publicação, tanto menos interesse vão tendo. Essas notícias em que se descrevem vários pequenos combates, e que aos olhos de alguns pareçam frívolas, tem muito peso aos olhos de Bonaparte, e senão remetemos a quem duvidar disso para o elegantíssimo Artigo de Cuenta na página 6<sup>a</sup>.<sup>321</sup>

Como podemos notar, para além da intenção de manter os leitores a par dos fatos políticos e militares que, muitas vezes, poderiam lhes parecer desinteressantes ou sem importância histórica, o redator desenhava um diálogo com as folhas européias impressas que cá entravam. Na prática, a interação da *Gazeta do Rio de Janeiro* e a definição dos limites e fronteiras do *diálogo* do periódico na relação com as fontes européias se constituíram de maneira *diferenciada*, sobretudo quando eram publicadas folhas de natureza francesa e inglesa.<sup>322</sup> Enquanto o olhar da *Gazeta* para os jornais franceses de Napoleão era de ataque e repúdio, para os periódicos ingleses trilhava-se o caminho inverso: muito apreciados, os impressos britânicos eram considerados fontes de grande estima, valorização e credibilidade.

Tal posicionamento deu-se por duas razões: a primeira refere-se ao fato de a Monarquia Portuguesa estar imersa em uma questão geopolítica de suma importância – a guerra peninsular –, período que teve profundo impacto na história de Portugal. De acordo com o historiador francês Jean Tulard, um dos maiores especialistas do período napoleônico, houve uma intensa propaganda inglesa contra Napoleão durante a guerra peninsular. Para o especialista, o regime parlamentar e a liberdade de imprensa vigente no país foram as principais razões do sucesso dessa empreitada, cujos ecos tiveram ressonância na Europa a partir de Portugal: “Através de Portugal, a propaganda inglesa penetra no Continente. Ela favoreceu o levantamento do povo português contra o ocupante francês.”<sup>323</sup> A segunda está estritamente vinculada ao discurso da imprensa portuguesa na época que por se conceber como uma poderosa arma de combate contra o invasor francês, debateu exaustivamente essas questões de modo a melhor visualizar e contribuir nos rumos do Império Português. Nesse sentido, é compreensível o discurso da *Gazeta*, uma vez que a folha também circulava no Reino, o que evidencia o quanto o periódico participava da discussão política interatlântica. Demonstrava também que mesmo ausente de Portugal, D. João VI dialogava com

---

<sup>320</sup> Apesar da minuciosa pesquisa no periódico e nas obras historiográficas que se referem à estrutura da *Gazeta do Rio de Janeiro*, não foi possível circunscrevermos o que vinha a ser “*Gazetas* dobradas.”

<sup>321</sup> GRJ, 5/09/1810, N° 71.

<sup>322</sup> A *Gazeta* também publicou durante todo o período diversos artigos de outra natureza européia: fontes espanholas, italianas, alemãs, holandesas etc. apareciam pelas páginas do periódico. Mesmo que em menor escala, as fontes impressas da América espanhola e da América do Norte (EUA) também eram valorizadas.

<sup>323</sup> TULARD, Jean, *L'Anti-Napoléon*, Paris, 1965, p.41.

seus súditos de além mar, mostrando-lhes que o combate contra o inimigo era uma batalha comum, incessante, e estava sendo delineada a partir das duas margens do Atlântico; em uma específica percepção do contexto histórico vivido tanto de sua parte enquanto monarca e chefe supremo do Estado quanto pelos seus ministros, cujas “*visões de mundo* e os *limites de suas consciências* acerca do momento final do Antigo Regime e [também] dos elos entre os projetos de Império luso-brasileiro e Império brasileiro”<sup>324</sup> eram claramente expostos e defendidos pelas páginas do jornal. Segundo Oliveira Lima, D. João VI “presidiu [o governo] com muito mais intervenção pessoal do que se poderia à primeira vista esperar do seu temperamento apático, plena responsabilidade das decisões tomadas e perfeita consciência da trajetória percorrida”,<sup>325</sup> comentário que mais uma vez reitera a nossa percepção de que a folha possuía ideais e estratégias políticas detalhadamente circunscritas.

Como analisou Lúcia Neves, durante o império francês, Napoleão Bonaparte faria da imprensa e da propaganda uma arma a seu favor, ao manter sob seu controle os jornais da época; atitude que contribuiu decisivamente para suas vitórias militares.<sup>326</sup> A historiadora observa: “Filho das Luzes, Napoleão Bonaparte, compreendera, desde cedo, o papel da opinião pública na construção da imagem de um soberano e reconhecia na espada e no intelecto os dois poderes do mundo, admitindo que, na maioria das vezes, aquele era vencido por este.”<sup>327</sup> Apesar dessa concepção, o imperador teve grandes dificuldades em controlar os jornais das regiões ocupadas, sobretudo em Amsterdã e Bruxelas, uma das principais regiões da Europa no que se referia à arte jornalística.<sup>328</sup> Na Itália, por exemplo, os movimentos de rebelião contra a dominação francesa perpassavam, constantemente pelo uso da pena, em uma intensa multiplicação de impressos em língua francesa,

---

<sup>324</sup> SILVA, Ana Rosa, op.cit., p.19. Sobre a idéia de contexto histórico minha inspiração teórica está vinculada ao historiador inglês Quentin Skinner. Como historiador do pensamento político e da história intelectual, Skinner ressalta a importância de compreendermos “as idéias em contexto”, isto é, articulando contexto e intertextualidade. Ao referir-se à leitura de textos de época, como documento histórico, o intelectual faz uma importante reflexão: “(...)há muitas coisas importantes sobre os textos que precisam ser estudadas, além dos próprios textos se se quer efetivamente compreendê-los; caso contrário não seria possível compreender quais haviam sido suas motivações, a que eles se referiam e se estavam, por exemplo, satirizando, repudiando, ridicularizando ou aceitando outras idéias e argumentações.” SKINNER, Quentin, IN PALLARES-BURKE, Maria Lúcia García, *As muitas faces da história*, Editora Unesp, São Paulo, SP, 2000, p.315.

<sup>325</sup> LIMA, Oliveira, op.cit., p.341.

<sup>326</sup> NEVES, *As Representações Napoleônicas*, op.cit., pp. 15-16.

<sup>327</sup> Lúcia Neves informa-nos que “Ao controlar os jornais da época, Napoleão contribuiu decisivamente para suas vitórias, transformando o *Bulletin de la Grande Armée*, iniciado em 5 de outubro de 1805, e que perdurou ao longo do consulado e do Império no instrumento mais importante dessa propaganda.” Op.cit., pp.15-16.

<sup>328</sup> TENGARRINHA, op.cit., p.63. Como mostra a historiadora Raquel Stoini, no mesmo período também era construída e veiculada uma contra-imagem do Imperador, como o texto de Rougemaitre de Dieuze, de 1814, *L’Ogre de Corse*. “O Ogro, imagem produzida na contra-corrente das representações oficiais do Imperador, a partir de 1809, como crítica à exigência de um número cada vez maior de jovens para os exércitos napoleônicos, fazia de Napoleão um sanguinário monstro devorador de pessoas, uma espécie de bicho-papão” STOIANI, Raquel, *Da Espada à Águia: construção simbólica do Poder e Legitimação Política de Napoleão Bonaparte*, Dissertação de Mestrado, USP, 2002, p.16.

mesmo sob a intensa propaganda napoleônica e a supressão da liberdade de imprensa.<sup>329</sup> Ao analisar as representações oficiais da figura de Napoleão Bonaparte e o uso que o Imperador fez da propaganda, Raquel Stoiani ressalta que as imagens das guerras foram sempre focadas através de relatos e representações favoráveis e idealizadas, símbolo de um produto oficial. Nas palavras da historiadora “há, com frequência, um diálogo ambíguo, complementar ou divergente entre a descrição e a representação oficial dos fatos e a sua real ocorrência, resultante da decisão de trazer a público apenas a interpretação que é de interesse do governo, tendo como consequência a idealização, a celebração ou mesmo a supressão de certos fatos. O discurso oficial, através de gestos, palavras, objetos ou imagens, acompanha e justifica as novas medidas governamentais, apresentando vários sentidos: ruptura, continuidade, estabilização, conservação, mudança, restabelecimento.”<sup>330</sup>

A definição de Stoiani nos ajuda ainda a compreender o tipo de discurso produzido pela *Gazeta do Rio de Janeiro* que também concebia de maneira particularizada a palavra e as representações que idealizava para a memória coletiva. Napoleão Bonaparte foi personagem capital da *Gazeta do Rio de Janeiro*, entre os anos de 1808 e 1815. Nesses anos, o periódico fez cotidianamente “críticas contundentes a Bonaparte e aos princípios franceses”, o que fortalecia a constituição de uma “linha editorial explicitamente anti-napoleônica: seja transcrevendo as notícias dos jornais europeus que “divulgavam as derrotas francesas ou a opinião do público do além-mar contra os desvarios do imperador”<sup>331</sup> seja desqualificando o conteúdo informativo das folhas francesas, ou mesmo anunciando a publicação de livros e folhetos contra Napoleão, o que Maria Beatriz Nizsa da Silva denominou de “ciclo napoleônico”,<sup>332</sup> o fato é que a *Gazeta* contribuía para a formação de uma imagem mitificada de Bonaparte como a encarnação do Anti-Cristo ao mesmo tempo em que usava sua força para desenhar a figura de D. João como redentor do Novo Mundo. Vejamos:

---

<sup>329</sup> GODECHOT, op.cit.,p.118.

<sup>330</sup> Idem,p.13.

<sup>331</sup> NEVES, *As Representações Napoleônicas ...*, op.cit., p.74. A partir de 1808 houve uma constante preocupação em prender franceses ou suspeitos de francesia. Para tanto, a entrada de franceses no Rio de Janeiro era sistematicamente controlada pelo intendente da polícia, Paulo Fernandes Viana. Maiores detalhes ver NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, *As Representações Napoleônicas em Portugal: imaginário e política*, tese como requisito ao Concurso Público para Professora Titular, UFRJ, Rio de Janeiro, 2002, p. 74.

<sup>332</sup> “O auge de tais publicações foi atingido entre os anos de 1808 e 1809, mas o interesse prolongou-se em até 1815, e a lista das obras anunciadas pelos livreiros do Rio de Janeiro permite a compreensão do fenômeno que poderemos denominar “ciclo napoleônico.” Muitos desses folhetos são diretamente contra Napoleão, outros contra os seus mais célebres generais, outros finalmente, contra os franceses em geral.” *Cultura e Sociedade...*, op.cit.,p.215. Neste capítulo intitulado “Ciclo Napoleônico” (pp.215-224), a historiadora fez um minucioso estudo sobre a entrada e circulação dos folhetos napoleônicos no Brasil, através de um sistemático levantamento dos principais títulos produzidos e impressos pela *Impressão Régia*. Para além dessa circunscrição das obras, Nizsa da Silva também analisou as características e ressonâncias desses papéis na sociedade fluminense, comentando o conteúdo de alguns folhetos da época.

*Rio de Janeiro 7 de Janeiro*

Publicamos em nosso Número precedente um extrato da fala de *Bonaparte* ao Corpo Legislativo cheia de afirmações falsas com que pretende ganhar partido, e continuar a iludir a *França*, e a *Europa*, a fim de agora pormos a par de um veneno tão sutil, para lhe servir de antídoto, a interpretação verdadeira de seu dizer, fundando-nos na experiência dos fatos.<sup>333</sup>

*Rio de Janeiro 22 de Julho*

Apresentamos ao Público os dois boletins, publicados pelo inimigo da independência da *Europa*, e do Mundo todo, e sentimos grandemente não estarmos inteirados desses acontecimentos senão pelos seus papéis em que de certo há demasia exageração (...) Uma prova da má fé de *Napoleão*, que evidencia ser ele mui capaz de forjar patranhas aos centos para medentar (sic) os povos, que não presenciam os fatos tem os nossos Leitores o 2º Boletim (...) <sup>334</sup>

Esses enfoques opinativos exemplificam bem a composição do discurso anti-napoleônico da *Gazeta* ao longo dos anos em que o imperador francês dominou militarmente a Europa. A questão do tipo de ascensão militar no período foi uma das principais controvérsias entre os representantes do Antigo Regime e a figura e poderio de Napoleão. Como analisa Stoiani, a ascendência napoleônica pode ser compreendida “e justificada levando-se em conta o embate social pelo mérito (fruto dos tempos revolucionários), tão bem exemplificada pela própria ascensão de Napoleão, e a sobrevivência do respeito à procedência pelo nascimento (típica do Antigo Regime) que dominava a Europa pós-revolucionária.”<sup>335</sup> Ao estudar as posturas dos ministros de Estado de D. João VI em relação à política externa, a pesquisadora Ana Rosa C. da Silva salientou que suas perspectivas eram sempre “formuladas sob uma *apreensão global do Império*, interessadas na *projeção soberana da Monarquia absolutista*”<sup>336</sup>, também quando direcionavam as questões militares que perpassavam a defesa do território nacional.<sup>337</sup>

Considerando que as notícias eram fabricadas por homens do rei e que estava ocorrendo, na visão de Silva, a “conformação de perspectivas transatlânticas *diferenciadas* sobre o processo [político e econômico] em curso”<sup>338</sup>, compreendemos que a *Gazeta do Rio de Janeiro* ao formular essa imagem de Bonaparte a concebia como um poderoso instrumento político do poder real, que buscava manter a já então distante aliança entre o regente e seus súditos portugueses. A partir dessa perspectiva, podemos compreender uma inusitada reflexão de Frei Tibúrcio que, em meio a

---

<sup>333</sup> GRJ, 7/01/1809, N° 34.

<sup>334</sup> GRJ, 22/07/1809, N° 90.

<sup>335</sup> STOIANI, op.cit.,p.18.

<sup>336</sup> SILVA, Ana Rosa, op.cit.,p.199. (grifo original).

<sup>337</sup> “Portugal não é senão um vasto campo de operações cujos interesses se deveriam subordinar a imperativos mais vastos; para Bernardim Freire de Andrada, chefe de um exército nacional, o primeiro objetivo é a defesa do país, das suas cidades e dos seus habitantes, passando a luta contra os franceses por essa defesa, necessariamente” ALEXANDRE, Valentim, op.cit.,p.184. Para maiores detalhes sobre a organização e defesa militar de Portugal ver pp.167-260.

<sup>338</sup> Idem,p.224. (grifo nosso)

inúmeras notícias de guerra, publicava os melhoramentos ocorridos no interior do Brasil, em 13 de dezembro de 1809, ressaltando a diligência e o cuidado do monarca em promover a civilização no Novo Mundo. Tal ação circunscrevia uma outra vertente do perfil do governo de D. João que circularia no Brasil e em Portugal.

Sendo o fim da Sociedade dos Homens suprir sua fraqueza individual, e promover de mãos dadas a mútua felicidade, quaisquer meios conducentes a tão importante objeto são indubitavelmente preciosos, e dignos de um acertado governo. Essa insigne verdade conhece mui a fundo S. A. R. o Príncipe Regente (...) As provas desta asserção fazem-se mais que evidentes nos sábios arbítrios adotados neste Novo Mundo para melhoramento, e perfeição de tão vasto continente como o do Brasil. Por vezes em nosso Periódico temos sido afortunados órgãos de publicação destas incontestáveis verdades, que todos vêem, sentem, e admiram, e agora aproveitamos esta nova ocasião para os confirmar mais e mais, participando aos nossos Leitores as seguintes Notícias do Interior.<sup>339</sup>

Para além da delimitação de uma representação mitificada da figura individual de D. João VI, em múltiplos aspectos, e da circunscrição de uma tenebrosa caricatura de Bonaparte, por diversas vezes a folha opinou sobre a estrutura e concepção das notícias veiculadas nos jornais franceses. Acompanhemos o que dizia Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, então redator da *Gazeta*, em 16 de junho de 1813:

(...) nos pareceu acertado **entreteter** hoje a atenção dos nossos Leitores com o quadro, que o Monitor apresenta da situação das tropas *Francesas*. Não custará muito a perceber a impostura que faz o caráter daquele servil periódico, combinando as mesmas ações, que já descrevemos, segundo relações oficiais, notando a manha com que se saltam as desairosas, calam-se as tomadas das praças, e se impõe aos crédulos com um aparato militar superior (...) Consta-nos, sem dúvida da saída das suas tropas, que o Monitor confessa, mas a sua substituição é talvez uma invenção *francesa*. Nós suspendemos as nossas reflexões, convencidos de que o Leitor as fará para si mesmo, como cumpre.<sup>340</sup>

Ao final do mesmo ano, em meados de dezembro, Guimarães sintetizava sua opinião sobre os papéis franceses:

Nas últimas *Gazetas* havemos **entretido** os nossos leitores com lisonjeiras, e verídicas notícias, extraídas dos periódicos mais acreditados da *Europa*, agora, para fazer o contraste, daremos alguns extratos dos jornais de *França* bem próprios para mais e mais nos convenceremos do pouco, ou nenhum crédito que merecem as notícias que nos vem por tão má parte. Como é possível faltar a verdade com tanto descaramento? Persuadir-se-ão por ventura aqueles noveleiros, que ainda podem adormentar a *Europa* com fantásticos e pomposos contos? Felizmente para ela, já lá vai o lamentável tempo de prestígios!<sup>341</sup>

---

<sup>339</sup> GRJ, 13/12/1809, N° 131.

<sup>340</sup> GRJ, 16/06/1813, N°48. Godechot faz uma minuciosa análise sobre a censura em França, ressaltando o papel do Monitor: “Em el dominio intelectual aumentó la opresión. El decreto del 3 de agosto de 1810 decidió que no habrá mas que umas que um periódico “político” por cada departamento. Se le imponia la obligación de reproducir los artículos publicados en el oficial *Moniteur*. El decreto del 4 de fevrero de 1811 dejó em Paris sôo quatro periódicos: *Le Moniteur*, *Le Journal de Paris*, *Le Journal de l'Empire* y la *Gazette de France*. Los escritores fueron sometidos a uma censura cada vez mais enojosa”, op,cit.,p.132.

<sup>341</sup> GRJ, 08/12/1813, N°98.

Note-se que, em ambas as falas, o periodista se apropriou do verbo *entreter* para qualificar o teor das informações filtradas pela ótica francesa. Importante ressaltarmos que a idéia de entretenimento na época abrangia uma ampla série de sentidos. “O que entretém diverte”, podendo estar estritamente associado à “conversação” e /ou “leitura.” A atividade também podia ser concebida como “o artifício com que entretemos alguém, metendo tempo em meio, delongando, pairando, com alguém.”<sup>342</sup> Ao entreter os interlocutores, o periódico tinha também o objetivo de “deter alguém [fazendo-o] esperar com promessas; demorar com esperanças, com boas palavras” para que a consideração dos fatos fosse delineada através das emoções, uma vez que, ao focar a atenção nesse determinado sentido, os leitores seriam *crentes* nas profecias que eram veiculadas. Entretenimento abarcava também o campo das atividades militares, podendo ser compreendido como uma meta específica de estratégias de guerra: entretendo “tropas ou um exército” era possível “deter o ímpeto dos inimigos” e se fazer vitorioso senão na realidade dos fatos militares, pelo menos no plano ideológico.<sup>343</sup>

Quando entretido, portanto, o leitor estaria convencido da veracidade e validade das interpretações e informações, uma vez que para além de uma leitura “emocional” tinha-se “demonstrado” – no sentido de uma prova documental – a existência dos fatos relatados. Ser “noveleiro” também tinha um sentido muito peculiar: era aquele que escrevia novelas,<sup>344</sup> que contava patranhas, era o amigo da novidade, do embusteiro<sup>345</sup> ou seja, o contador de fábulas, que apreciava a inverdade e fazia da trapaça, profissão. É sob essa gama de sentidos e interpretações que o redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* enxergava os profissionais da imprensa francesa: como homens que tentavam persuadir a Europa com *estórias* mirabolantes, jamais *informações*; razão esta que legitimava a fala ideológica do redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* já que tinha profunda consciência da importância de suas ações ao tentar desconstruir o discurso francês, utilizando sua palavra como arma de guerra.

O oposto acontecia com a recepção dos impressos ingleses. Tradicional aliada de Portugal, a Inglaterra manteve importantes laços com a monarquia portuguesa, sobretudo durante o conflito militar travado com Napoleão Bonaparte (1807-1814). Evidente também no campo da troca de informações, esta aliança transpareceu nas páginas da folha: jornais como *Courier*, *The Times*, *The*

---

<sup>342</sup> SILVA, Antonio de Moraes, *Dicionário de Língua Portuguesa Recopilado*, Tipographia Lacerdina, 1813. VERBETES: ENTRETENIMENTO, ENTRETER E ENTRETIDO, p.717, v.1.

<sup>343</sup> Idem,

<sup>344</sup> NOVELLA, s.f. Conto fabuloso de sucessos entre os homens, para se dar instrução moral: patranha, coisa fabulada, inventada.” SILVA, Antonio de Moraes, *Dicionário de Língua Portuguesa Recopilado*, Tipographia Lacerdina, 1813, p.349, v.2

<sup>345</sup> Idem,

*Morning Chronicle*, eram sempre citados na *Gazeta* e exaltados como periódicos de grande credibilidade. Ainda que obscura, a atuação dos correspondentes ingleses foi prática corrente no período, já que estavam interessados em oferecer seus diversos jornais para serem lidos pelos portugueses radicados na América. Mas as folhas inglesas, apesar do alto grau de confiabilidade que se pretendia passar para os leitores da *Gazeta*, também foram alvo de questionamento por parte de seus editores.

Em 19 de novembro de 1808 o redator publicava uma “cópia” do jornal inglês *The Times* na qual advertia o leitor para as “injúrias” ditas pelo jornalista britânico sobre a Convenção de Sintra<sup>346</sup>, ressaltando que, para publicá-lo, tinha feito uma seleção das notícias. Nessa crítica, Frei Tibúrcio exaltava as utilidades públicas da censura jornalística, uma vez que, para o periódico, a liberdade de imprensa causava “pequenos inconvenientes”<sup>347</sup>, como era o caso ao qual se referia. Vejamos:

Temos relatado as expressões de diferentes papéis públicos Ingleses para darmos idéia do que neles se contém sobre a convenção de *Cintra*; nós porém nos absteremos entretanto de dar o nosso parecer sobre essa matéria por nos faltarem os fundamentos necessários para dela julgarmos cabalmente: não fomos testemunhas de vista do estado das cousas antes, e depois da batalha, nem ouvimos todas as razões que os Generais Ingleses tem a dar para a justificação de sua conduta. A justiça dos Tribunais Britânicos é bem conhecida; e esperamos pelo resultado do Conselho de Guerra, que, segundo dizem as notícias, a Nação está para fazer aos seus Generais, se com tudo o merecerem; suspendamos até então o nosso raciocínio, lembrando-nos a este respeito de uma das principais máximas da Constituição de *Inglaterra*: “Ninguém é culpado, senão depois de se provar que o he.”<sup>348</sup>

Rico em detalhes, o discurso acima sinaliza tanto para aspectos sobre a concepção da imprensa nascente no Rio de Janeiro quanto para o tratamento dado às notícias que chegavam à redação via comunicação marítima. Autenticar os fatos pela divulgação de documentos públicos foi uma prática comum no periódico. Contudo, por mais que o intuito fosse o de confirmar a veracidade das notícias, a iniciativa não produzia um efeito de total confiabilidade. Conforme já foi mencionado, era feita uma primeira triagem dos artigos que interessavam. Dessa escolha os editores/redator do jornal faziam a tradução para o português para, só então, publicá-los. Ao atentarmos para essa atividade, nota-se quão complexo era o processo de edição jornalística já naquela época, além de saltar aos

---

<sup>346</sup> Assinada em 30 de agosto de 1808, a Convenção de Sintra foi um acordo de guerra que, ao expulsar o exército francês de Portugal, estipulava, entre outros artigos, a “entrega de todas as praças e fortes no Reino de Portugal ao exército britânico (Art.1) excluindo desse modo os portugueses das decisões políticas e militares a ser decidida em meio à guerra. A convenção provocou contestação generalizada dos portugueses que pediam maior contemplação e respeito com a sua alteza e o governo que a representava. Para maiores detalhes sobre o acordo ver, ARAÚJO, Ana Cristina de, “As invasões francesas e a afirmação das idéias liberais” in MATTOSO, José, *História de Portugal: o liberalismo*, vol.5, Editora Estampa, Lisboa, 1994, pp. 17-44.

<sup>347</sup> GRJ, 19/11/1808, N°20.

<sup>348</sup> GRJ, 19/11/1808, N°20.

olhos um importante aspecto referente à *natureza* das informações que circulavam na cidade: o limite entre o fato *real* e o que poderia ser *forjado* pelos editores, tradutores e redator.<sup>349</sup> Vejamos:

Eis acabadas as notícias ultimamente vindas de Londres, que oferecemos aos nossos respeitáveis Leitores com a maior prontidão possível. Já depois de estar na impressão a precedente série de traduções dos jornais estrangeiros recebemos as *Gazetas* de Lisboa até 16 de setembro. As notícias que encerram, como não são de grande importância, nós as iremos dando segundo a ordem cronológica.<sup>350</sup>

Nesse informe, o redator expôs algumas das etapas que davam feição às notícias da *Gazeta do Rio de Janeiro*: de um lado, o fato de as informações de periódicos ingleses ter se esgotado; de outro, o processo de tradução e a chegada de novas folhas. Para além da descrição, notamos que Frei Tibúrcio se dirigia aos leitores de maneira “zelosa”, aproveitando o espaço para ressaltar a presteza e eficiência com que realizava seu ofício. Como bem avaliou Leila Mezan Algranti, na sociedade de corte os súditos teciam uma relação muito particularizada com o rei: agiam sempre com o intuito de se “valorizarem frente ao monarca, fazendo de seu saber um instrumento de autopromoção, buscando sempre que possível meios para demonstrá-lo, na esperança de serem bem vistos e estimados.”<sup>351</sup> Nesse sentido, o redator trabalhava para ganhar a credibilidade tanto do Rei quanto de seus leitores, ao se colocar diante do público (em suas atividades), expressando os códigos de sociabilidade do Antigo Regime. Assim, ao valorizar tais responsabilidades circunscrevia a importância da *cronologia*, um importante pilar da concepção de imprensa da folha em que atuava, em uma estreita relação com a visão tradicional preservada pela *Gazeta de Lisboa* como periódico de caráter histórico, designado na época também pelo viés de folha política e noticiosa.<sup>352</sup>

De acordo com o jornalista Carlos Rizzini<sup>353</sup>, existem algumas cartas de Frei Tibúrcio, em que ele comenta sobre o método de tradução dos textos de periódicos estrangeiros.<sup>354</sup> Segundo Rizzini,

---

<sup>349</sup> No caso específico da Convenção de Sintra, Valentim Alexandre destaca que as “em meados de novembro não havia ainda [no Rio de Janeiro] comunicação oficial do ajuste de paz feito na antiga metrópole: tudo o que se sabia era por notícias particulares ou pelos jornais de Londres – fato que só por si marcava bem o grau de marginalização a que o governo britânico votara o do Rio, nas decisões sobre Portugal.” ALEXANDRE, Valentim, op.cit., p.187.

<sup>350</sup> GRJ, 23/11/1811, N°94. A publicação em ordem cronológica foi um dos pilares da concepção de imprensa do período. Apenas quando os fatos políticos eram “extremamente” relevantes era justificável a quebra dessa importante regra. Vejamos um típico exemplo: “Ansiosos de comunicarmos ao Público os grandes acontecimentos em França, saltamos algumas notícias importantes as quais cumpre agora transcrever, ainda que sejam em datas anteriores as já anunciadas. As circunstâncias que iremos expondo darão mais realce aos gloriosos resultados que fizeram objeto de nossos votos” GRJ, 29/06/1814.

<sup>351</sup> ALGRANTI, *Livros de Devoção, Atos de Censura...*, op.cit., p. 237.

<sup>352</sup> Esse aspecto da *Gazeta de Lisboa* é discutido no primeiro capítulo desta dissertação. Para uma análise mais profunda acerca da concepção de imprensa oficial portuguesa, no início do século XVIII, ver BELO, André, op.cit.

<sup>353</sup> RIZZINI, Carlos, *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil*, RJ, KOSMOS, 1946, p.331. Procuramos essas cartas tanto em arquivos brasileiros como portugueses mas, infelizmente, não as conseguimos localizar. Instituições a

os documentos eram lidos primeiramente pelo Príncipe Regente e revisados depois pelo Conde de Linhares, Ministro da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e, posteriormente ao seu falecimento em janeiro de 1812, pelo então Ministro da Marinha, Conde de Galveias. Tal assertiva propõe que os conteúdos das notícias propagadas pela *Gazeta* eram sujeitos a interpretações muito particulares, acionadas durante o processo de elaboração do discurso a ser divulgado no periódico, o que podia provocar uma total revisão e criação dos fatos.

Muitos dos acontecimentos comentados no jornal desenrolavam-se do outro lado do Atlântico ou nas demais províncias do país. Como eram locais distantes da Corte, a presença *in loco* do jornalista (para apurar os fatos e ouvir as falas dos envolvidos) não era possível; o que lhe permitia maior liberdade de opinião. Já os fatos ocorridos no Rio eram *descritos* com riqueza de detalhes, e o enfoque informativo equilibrava-se ao interpretativo, até porque o redator acompanhava os acontecimentos, quer fossem de teor político quer eventos de todo tipo, como os cortejos e aniversários reais, a chegada de artistas e personalidades políticas, os decretos, odes e panegíricos em homenagem à família real.

Como porta-voz da folha em que trabalhava, o redator da *Gazeta* visava transmitir confiança ao leitor e tentava imprimir publicamente a força de sua opinião. Profissional responsável pela *qualidade* das notícias veiculadas, ele era também observado pela sua particular capacidade crítica em ler as *Gazetas* que aportavam no Brasil. Nesse sentido, a escrita do jornal precisa ser vista a partir do que é dito, mas, principalmente, levando-se em conta o que esta *cala*, isto é, os silêncios, os não-ditos, as mensagens implícitas ao discurso vigente. No caso citado, o questionamento da folha inglesa e da conduta do seu redator foi concebido pela ótica vista “de cima”, isto é, em consonância com os

---

saber: BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA, ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA e BIBLIOTECA D’AJUDA. Não as encontramos. Rizzini sugere que as cartas foram publicadas no livro de Melo Moraes, *Corografia Histórica*, vol. 5 em que também não as encontramos uma vez que nos arquivos portugueses citados há a coleção dessa obra apenas até o vol. 4 e a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui apenas os dois primeiros volumes.

<sup>354</sup> Ao comentar o acesso do bibliotecário real Luis Joaquim dos Santos Marrocos aos periódicos estrangeiros, a historiadora Kirsten, Schuktz afirma que muitas folhas estrangeiras já chegavam aqui traduzidas do inglês e do espanhol. Vejamos: “As a royal archivist, Marrócos had easy and regular access to “all the Periodicals . . . from different parts of the world,” including those sent to Rio de Janeiro from expatriates in London, where more than one Portuguese-language newspaper was published. Beyond the palace, book dealers also offered a selection of the two thousand books, pamphlets, flyers, proclamations, and engravings published in Portugal, including translations of Spanish, , and English works on the Napoleonic conflict and, according to police reports, unauthorized works that slipped by censors at the customs house.”, Op.cit., p.71.

ideais monárquicos. Notamos a proposição, sobretudo quando Frei Tibúrcio ressalta os “benefícios” da ausência de liberdade de imprensa.

Já entre o fim de 1813 e início de 1814, o esfacelamento do Império napoleônico era uma realidade: naquele momento, dava-se início ao reequilíbrio das forças políticas na Europa. Pelo protocolo de 29 de janeiro de 1814, os adversários de Napoleão decidiram que as fronteiras francesas estariam, novamente, reduzidas ao que eram em 1792. Apesar do contínuo processo das operações militares, Napoleão se encontrava sozinho sendo, inclusive, abandonado por seu irmão, José Bonaparte, tenente general do Império, que deixava Paris, em fins de março de 1814. Essa atitude apressou as autoridades francesas em instituir imediatamente um governo provisório para que, tão logo quanto possível, fosse restituído o poder a Luís XVIII, cujo retorno era patrocinado pela Inglaterra.<sup>355</sup>

Se essas notícias tiveram um grande impacto em toda Europa, no Brasil sua recepção foi de aclamação e reverência aos fatos, interpretados como a vitória da soberania do Antigo Regime e o fim do despotismo napoleônico. A alegria e o júbilo eram tão grandes que os diretores da *Gazeta do Rio de Janeiro* produziram um exemplar *extraordinário* para “contextualizar” seus leitores dos acontecimentos ocorridos no Velho Mundo, exaltando:

Finalmente foi concluída a grande obra da independência da *Europa*. O tirano foi precipitado do trono, a que subira sobre montões de vítimas inocentes: e a Real Casa de *Bourbon* foi reintegrada naquele Solio (sic) que os *Luízes* e os *Henriques* tão dignamente ocuparam. Eis aqui o alvo a que tenderão tantos sacrifícios, que a Onipotência abençoou; eis a Coroa de tantos sofrimentos e de tão desastrosas calamidades. O pranto da França se converteu em alegria; e aos dolorosos gemidos de um povo consternado sucederam os festivos e alvoroçados vivas de uma nação libertada. Este grande acontecimento, preparado há tantos anos, e que jamais cessamos de pressagiar, ocupa de tal maneira o nosso espírito, que desejaríamos ainda acelerar mais (se possível fora) a publicação desta folha.<sup>356</sup>

Ao saudarem o fim de uma Era “maldita”, os diretores do periódico expressavam as vanglórias de um novo futuro para a Europa que seria definitivamente *promissor* na medida em que o poder dinástico das monarquias européias, este sim *legítimo*, era *restituído ao seu* “verdadeiro” lugar no jogo das lutas políticas. Se os reis haviam sido atingidos por um furacão revolucionário por mais de vinte anos, era chegada a hora de todos exultarem, pois a liberdade do Velho Continente voltava a reinar para “todo o corpo social” pelos olhos, ouvidos e boca do rei esclarecido, símbolo máximo da antiga ordem. Ser livre naquele contexto era não estar sujeito a imposição alguma, sem maiores constrangimentos políticos. “Salvos do perigo”; isentos das obrigações impostas por Bonaparte<sup>357</sup>,

---

<sup>355</sup> GODECHOT, op.cit.,p.170.

<sup>356</sup> GERJ, 14/06/1814, N°5.

<sup>357</sup> SILVA, Antonio de Moraes, *Dicionário de Língua Portuguesa Recopilado*, Tipographia Lacerdina, 1813.

“todos” – rei e súditos - se sentiam agora *absolvidos* pela História, pois se com a Revolução tinham ocupado o papel de réus o tempo mostrava que, na verdade, os “Luízes, Henriques e Joãos” eram as principais *vítimas* do despotismo de um “louco”, cuja insanidade era posta em xeque–mate pela providência de Deus Pai e a consciência dos homens “zelosos da ordem e da paz.”<sup>358</sup>

Depois da notícia sobre a derrota de Bonaparte, as informações subseqüentes da *Gazeta* referiam-se *exclusivamente* à situação na França. Em 22 de junho a seção *Rio de Janeiro* noticiava a restauração do trono francês, descrevendo as comemorações públicas ocorridas na Corte.

Sendo chegada a esta Corte a próspera notícia da feliz restauração do trono na *França*, e a suspensão das hostilidades determinou S.A.R dar a DEUS as devidas graças por tão assinalado benefício, baixando a sua real Capela no dia 19, acompanhado da Sua Corte, onde fez celebrar uma missa solene cantada pelos músicos de sua Real Câmara e pelos da Capela, a qual se seguiu uma eloqüente Oração, findando com o *Te Deum*, cantada pelos mesmos Músicos. Nesta noite e nas duas seguintes, esteve iluminada a cidade e navios ancorados no porto; e as fortalezas deram as salvas do costume.<sup>359</sup>

Três dias depois, em 25 de junho, o mesmo periódico publicava uma carta ao rei francês e o último boletim de Bonaparte. As publicações do jornal dos meses de julho e agosto também contemplaram os papéis oficiais franceses: no dia 27 de julho era publicada a Declaração do rei francês, Luis XVIII e, em 10 de agosto, o jornal veiculava o texto de Bonaparte no seu conselho de Estado, considerado pelo periódico “um documento para a história.” Em outubro, a notícia da volta do monarca francês ao trono, depois da súbita aparição de Napoleão em Paris, foi celebrada com grande felicidade, uma vez que a tranquilidade pública fora restituída:

A *França*, depois de oposições fomentadas e dirigidas pelos partidistas de *Napoleão*, recebeu o legítimo Rei *Luis XVIII*, que tem continuado a dar exuberantes provas de um governo paternal. As circunstâncias porém, que ultimamente assombram a *Europa*, exigindo um rigoroso castigo para aos autores e instrumentos de um pérfido conlôio (sic), ele se viu obrigado a servir-se de medidas menos pacíficas com esses traidores, impondo penas muito inferiores a tão escandaloso delito. Aquela Capital goza agora do espetáculo mais encantador (...) que restituem a tranquilidade a Europa, e ao Mundo, na presença dos Augustos Soberanos Aliados.<sup>360</sup>

No início de novembro de 1814 a *Gazeta* dava ênfase a uma importante discussão ocorrida em solo francês. Ao publicar um artigo denominado “França: Paris, 7 de julho”, o jornal expunha as

---

VERBETE “LIVRE”, p.232., v.2.

<sup>358</sup> Vejamos o anúncio que a *Gazeta do Rio de Janeiro* publicava em 24 de setembro de 1814, na Seção de Avisos. “Na loja da *Gazeta* se acha a mui moderna obra impressa em *Londres* em 1814 – *De Bonaparte e dos Bourbons*, e da necessidade de unirmos aos nossos legítimos príncipes para a felicidade da *França* e da *Europa*, por F. A. Chanteaubriand, traduzido em Português I vol., 8º por 960 réis. Para mostrar decididamente o elogio desta produção, bastará dizer que no decurso de alguns meses se venderam cinquenta e tantos exemplares em *Paris*.” GRJ, 24/09/1814, N.º 77. Esse escrito nos dá a noção de como essa idéia ganhava terreno no Brasil naquele momento.

<sup>359</sup> GRJ, 22/06/1814, N.º 50.

<sup>360</sup> GERJ, 3/10/1815, N.º 16.

discussões públicas acerca da censura na França.<sup>361</sup> Interessante observarmos que o grande destaque deste tema dentro da *Gazeta* é extremante coerente com sua linha editorial, uma vez que o periódico comungava e mantinha também uma imprensa baseada na censura de idéias. Concomitantemente com as transformações geopolíticas ocorridas na Europa, mudava-se também o olhar dos diretores da *Gazeta* para a política francesa tanto quanto para o enfoque informativo dado às folhas da mesma natureza. Em abril de 1815 já era nítida a credibilidade que o periódico destinava aos impressos de Luís XVIII:

Ainda que esgotadas as últimas folhas *Inglesas*, que recebemos, com tudo (sic) temos a vista um grande número de folhas *Francesas*, as quais posto que de uma data menos recente, contém muitas coisas dignas da atenção do público. Começamos hoje a apresentar alguns artigos extraídos do *Jornal de Debates Políticos e Literários*.<sup>362</sup>

Nota-se, portanto, que a partir de 1815 os jornais franceses serão inseridos na *Gazeta* com a mesma seriedade que as fontes inglesas, não havendo mais desconfiças explícitas acerca das notícias publicadas. Ao contrário disso, o redator passava a *valorizar* tais impressos, como no caso da publicação de 2 de agosto em que o periodista exaltava o *Jornal Universal*, de origem francesa. Essa mudança de tratamento jornalístico da *Gazeta do Rio de Janeiro* para os impressos franceses estava, é claro, estritamente associada à política cultural de D. João VI, que também dava sinais de transformação, depois de 1814, quando Portugal e França reataram as relações comerciais.

O Conde da Barca<sup>363</sup>, francófilo assumido e sucessor de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobretudo no que concernia à influencia da órbita dos conselheiros e ministros de D. João VI, foi o idealizador e organizador da *Missão Artística Francesa* patrocinada pelo governo joanino no final de 1815. Ocorrida em meados de 1816, a *Missão Artística* traria para o Brasil artistas franceses que, sob a direção de Lebreton (secretário perpétuo da classe de belas-artes em França), tinham o intuito de “facilitar o progresso das artes e proteger os artistas”<sup>364</sup> com a criação de uma Academia de Belas

---

<sup>361</sup>“(…) Os doze [artigos] seguintes dizem respeito à política da Prensa; exigem que cada impressor e livreiro seja licenciado pelo rei e juramentado. Toda a tipografia não licenciada desta maneira deverá considerar-se *clandestina*, e destruída, e os proprietários condenados em 10:000 francos e seis meses de prisão. Nenhuma obra será impressa sem uma prévia notícia, nem publicada ou vendida sem proceder o depósito de número de cópias prescrito; sendo em *Paris* na Secretaria Geral, e fora na secretaria da Prefeitura.”GRJ, 9/11/1814, N.º90.

<sup>362</sup> GRJ, 8/04/1815, N.º28.

<sup>363</sup> Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha do Brasil em 1814, e primeiro ministro em 1817, Antônio de Araújo Azevedo (1754-1817) foi sócio honorário da Academia Real das Ciências de Lisboa, e de outras Associações Científicas e Literárias. Homem de intenso pendor para as artes e a cultura. Como afirma Taunay, teve larga visão contribuindo incisivamente para as questões governamentais como a abertura dos portos, em 1808, ou para a promulgação do decreto que reatava as relações comerciais entre os franceses e portugueses, em 1814.

<sup>364</sup> TAUNAY, Afonso de, “A Missão Artística de 1816”, Publicações da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1956, p.9.

Artes.<sup>365</sup> Em março de 1816, desembarcavam no Rio de Janeiro os J.B. Debret, pintor de história; Nicolas A. Taunay, pintor de gêneros e paisagem; outro Taunay, Augusto, escultor e irmão do pintor; Grandjean Montigny, arquiteto; François Ovide, professor de mecânica; Simon Pradier, abridor e gravador em talha fina e François Bonrepos, ajudante do escultor Taunay.<sup>366</sup> Independente do destino dessa nova empreitada cultural no Novo Mundo, os franceses que entre os anos da guerra peninsular foram francamente perseguidos pelo Intendente Geral da Polícia, no Rio, apesar de serem recebidos paternalmente pelo príncipe, em março de 1816, ainda eram vistos como uma ameaça em potencial.<sup>367</sup>

Apesar disso, o perigo Napoleônico já não era mais uma realidade: era chegado o momento de D. João VI voltar ao Reino. Essa discussão suscitou muitas controvérsias políticas nos dois lados do Atlântico, sobretudo nos bastidores da política da monarquia lusa. De acordo com Ana Rosa C. da Silva, o ano de 1814 deu início a um vivo debate sobre qual deveria ser o lugar hegemônico do poder no mundo luso-brasileiro. Nas palavras da autora, tal “debate emergia em um contexto em que, se por um lado os habitantes do Reino, livres do domínio francês, almejavam reaver a antiga centralidade de Portugal no conjunto do Império, por outro, o Brasil, particularmente a capital do Rio de Janeiro, já contava com toda uma conformação de interesses e um status político-econômico não passíveis de serem simplesmente abolidos.”<sup>368</sup>

Apesar da intensa polêmica e da ocorrência de fatos políticos e diplomáticos que permeavam o destino do Império Português, os desejos de D. João VI sinalizavam para a sua permanência em terras americanas fosse por inclinação e amor pessoal ao Novo Mundo, fosse porque desde 1808 “as vastíssimas dimensões e os apregoados recursos do Brasil eram que forneciam ao velho Reino o maior de sua consideração exterior.”<sup>369</sup> Nesse contexto, independentemente dos desígnios políticos

---

<sup>365</sup> Oliveira Lima classificou como *melancolia* o desenvolvimento da dita Academia no Brasil. Para a compreensão dos fatos, ver capítulo V “Emancipação Intelectual” (pp.159-175).

<sup>366</sup> LIMA, Oliveira, op.cit.,p.168. Para o conhecimento das razões e da vida particular de cada um desses artistas, ver TAUNAY, op.cit.

<sup>367</sup> O Conde da Barca descreve nos seguintes termos a longa conversa que teve com D. João VI, sobre a chegada dos artistas franceses: “Sua Majestade, no correr da conversa que se prolongou bastante, pediu-me opinião sobre a Colônia de artistas franceses que vem estabelecer-se no Brasil e da qual já falei V. Excia. Respondi-lhe em termos gerais que *só poderia apreciá-los enquanto se comportarem como os bons franceses devem fazê-lo e que só sob esse título, me poderão ser agradáveis e recomendáveis*, seja qual for o valor que possam ter” Ofício do Conde da Barca, de 28 de março de 1816, vol.129 da Correspondência de Portugal, APUD TAUNAY, op.cit.,p.21.(grifo nosso)

<sup>368</sup> SILVA, Ana Rosa, op.cit.,p.245.

<sup>369</sup> LIMA, Oliveira, op.cit.,p.36. Para uma análise pormenorizada das questões diplomáticas que envolveram a volta do Rei para Lisboa e a influência inglesa nesse particular, ver capítulo XIII “Elevação do Brasil a Reino” (pp.335-399).

futuros da monarquia, o fato é que o Brasil, em dezembro de 1815, tornava-se Reino Unido a Portugal e Algarves. De acordo com Oliveira Lima,

A elevação do Brasil a Reino, além de ser uma afirmação solene da sua integridade territorial, foi a derivação lógica e a consequência necessária de um estado de coisas criado por circunstâncias fortuitas, mas não menos imperiosas. Em primeiro lugar era impossível esquecer mais que um momento houvera, já passado felizmente, porém bem assinalado, em que o Brasil fora a tábua de salvação da dinastia portuguesa, a âncora da monarquia batida pelas tempestades, que permitiu ao baixel desmantelado dar fundo e ver raiar no horizonte uma luz tão esperançosa que até lhe descobria uma perspectiva gloriosa.<sup>370</sup>

Essa decisão de suma importância para a reestruturação da noção de Império Português ecoou pelo Brasil “sob as múltiplas noções de *unidade, igualdade e identidade*” delineando um novo discurso dos governantes locais que compreendiam “que a nova situação implicava uma *igualdade de direitos* entre os habitantes dos dois hemisférios, o que em outros termos, embasava as reivindicações para que o Brasil continuasse definitivamente a sede da nova monarquia.”<sup>371</sup> Coincidência ou não, para além desse novo status político ter sido tema de grande relevância na *Gazeta do Rio de Janeiro*, em meados de 1816, o fato é que o jornal também sofreu mudanças estruturais em 1815, como nos esclarece Valle Cabral:

No começo de 1815 deu-se nova organização a *Impressão Régia*, posto que ainda tudo interinamente. É a segunda fase, mesmo chamada segunda criação Real da Oficina. Assim, por decreto de Fevereiro daquele ano, referendado pelo marques de Aguiar, a administração da *Impressão Régia* e da Fabrica das cartas de Jogar passou privativamente a pertencer ao Presidente do Real Erário, como inspetor d'estes estabelecimentos, pondo-se em prática as *Providencias Interinas para ao Regulamento da Real Oficina Tipográfica* que baixaram na mesma ocasião.<sup>372</sup>

A partir de então a administração da *Gazeta do Rio de Janeiro* e das Cartas de Jogar passavam para as mãos do presidente do Real Erário. Ademais, Silvestre Pinheiro Ferreira, funcionário da Coroa e imigrado para o Rio em 1809 (a partir de 1814 ganhava projeção política entre os conselheiros de D. João VI), para além de aconselhar o monarca sobre a problemática de seu regresso a Lisboa<sup>373</sup>, também se tornava membro da direção da *Gazeta*, juntamente com José Saturino da Costa Pereira, uma vez que Mariano José Pereira da Fonseca havia pedido demissão do

---

<sup>370</sup> Idem, p.341.

<sup>371</sup> SILVA, Ana Rosa, op.cit., p.250.

<sup>372</sup> CABRAL, Valle, op.cit., p.XXI. (grifo nosso)

<sup>373</sup> Para o acesso às idéias de Silvestre Pinheiro Ferreira sobre a volta de D. João VI, ver seu escrito “Memórias Políticas sobre os abusos gerais e o modo de os reformar e prevenir a revolução popular redigidas por ordem do Príncipe Regente no Rio de Janeiro em 1814 e 1815” IN Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil, tomo XXVII, parte.1, Typografia Universal de H. Laemmert e &, Rio de Janeiro, 1884, pp.1-17.

cargo.<sup>374</sup> Também foi contratado Antonio Pedro Henriques de Mello, sargento mor da infantaria miliciania da capitania do Espírito Santo, ocupando o cargo de administrador cuja função era fiscalizar o conteúdo dos trabalhos da casa.<sup>375</sup> Apesar dessa nova composição administrativa da direção do periódico, a censura permaneceu como o filtro das edições das notícias, como podemos depreender do aviso enviado pelo governo à Junta Diretora:

Pertencendo o privilégio exclusivo da *Gazeta* e periódicos que se publicam nesta corte aos oficiais da Secretaria do Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e estando incumbida da sua revisão oficial maior dela, que por tanto deve ter todo prévio conhecimento de que se houver de publicar naquela folha, previno a V.M., para fazer presente na Direção da *Régia Oficina Tipográfica*, de que todos os anúncios e notícias que a mesma Direção ou os tribunais d'esta corte houverem de fazer publicar na referida folha, sejam primeiro dirigidos pelo seu secretario ao referido official maior, para este o fazer inserir na mesma *Gazeta*, o que tudo igualmente se acaba de prevenir ao Conselho da Fazenda Junta do Comercio, e da Fazenda, dos Arsenais do exercito Fabricas e Fundições. Deus guarde a Vmce. Paço, 4 de agosto de 1815. – *Marquês de Aguiar* – Sñr. deputado que servia ao presidente.<sup>376</sup>

Concomitantemente com as mudanças administrativas ocorridas na folha em meados de 1815, notamos a proliferação de notícias referentes às discussões da temática sobre a elevação do Brasil a Reino. As informações sobre o tema que saíam no periódico, ou eram voltadas para a publicação dos documentos oficiais, que juntamente com a fala do redator, exaltava essa determinação do regente<sup>377</sup>, ou então reverenciavam a “solene recepção” da sociedade brasileira para com o D. João VI, como no caso da veiculação da fala de um representante de Mariana que foi ao Rio, única e exclusivamente com o objetivo de cumprimentá-lo.<sup>378</sup> Como já dissemos, a partir de 1816 (mas com maior ênfase a

---

<sup>374</sup> CABRAL, Valle, op.cit.,p.XXII. Considerado por Alexandre Herculano como o maior pensador português do século XIX, Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) foi internacionalista, diplomata e homem de Estado. Foi o último ministro dos estrangeiros do Reino Unido, em 1821, ano em que acompanhou D. João VI a Lisboa. Como afirma Oliveira Lima era um homem modesto, probo, integro. Teve intensa participação na política interna e soube desenvolver no ministério dos Negócios Estrangeiros, larga ação em torno das questões platinas, procurando firmar o domínio brasileiro na Cisplatina, tendo atuação decisiva na política externa naquela época. Dicionário BioBibliográfico brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional Argeu Guimarães, edição do autor, rio de Janeiro, 1938, p. 176-77. Já José Saturnino da Costa Pereira foi político e matemático e professor da Escola Militar. Nasceu na Colônia do Sacramento (então Brasil, hoje Uruguai), e era irmão de Hypolito da Costa. No conselho opinou sobre questões de fronteiras. Possui ampla bibliografia de obras didáticas sobre física, mecânica e matemática, sendo colaborar da revista literária *O Patriota*. Foi também senador do Império, antigo oficial do corpo de engenheiros e lente da Academia Militar do Rio de Janeiro. Fonte: Dicionário BioBibliográfico brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional Argeu Guimarães, edição do autor, rio de Janeiro, 1938, p. 143; Dicionário Bibliographico Portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva, V. 5, Imprensa nacional, Lisboa, 1860, p.120.

<sup>375</sup> CABRAL, Valle, op.cit.,p.XXII. O autor também nos informa que Mello ficou pouco tempo no cargo de administrador vindo a falecer em 15 de março de 1816, sendo, então, substituído interinamente por Lourenço José Álvares dos Reis, escrevente, apontador e pagador da casa, nomeação confirmada por aviso de 18 de Junho do mesmo ano.

<sup>376</sup> APUD CABRAL, Valle, op.cit.,p.XXIII.

<sup>377</sup> GRJ, 10/01/1816, N.º3.

<sup>378</sup> GRJ, 24/07/1816, N.º 59.

partir de 1817), o noticiário sobre o Brasil recebeu grande atenção dos diretores da *Gazeta*, cuja ênfase deu-se, sobretudo, em relação aos problemas políticos internos do país, bem como para as “benesses” do rei para o desenvolvimento interno das províncias. A Revolução Pernambucana em 1817 foi o fato que melhor retratou tais preocupações. Importante reiterarmos que apesar desse acontecimento perpassar as páginas do jornal foi sempre veiculada a *versão oficial* dos fatos, sendo que os rebeldes eram considerados “malvados” que fugiam “à justa punição dos seus crimes.”<sup>379</sup>

Mesmo que o enfoque da *Gazeta* tenha sempre se baseado pela vertente *oficial* dos fatos em Pernambuco, ainda assim, o jornal continuou mantendo o discurso de imparcialidade da pena jornalística como um conceito ético fundamental para a realização de um jornalismo responsável. Independente dessa posição, os diretores da folha delinearão ao longo do período –como se poderia esperar –, uma explícita política de *parcialidade* referente à divulgação das falas ofensivas ao governo, seja através da publicação dos documentos ou da veiculação de jornais que contestassem a ideologia absolutista da monarquia portuguesa.

#### 4. O discurso da imparcialidade das notícias e a relação com outros periódicos.

Apesar da *Gazeta do Rio de Janeiro* ser até 1811 o único jornal institucionalizado no país, desde 1808 o acesso, a subscrição e a leitura de outros impressos era uma realidade na Corte.<sup>380</sup> A sociedade tinha acesso a periódicos, obras literárias, almanaques e folhinhas portuguesas<sup>381</sup>, o que expressava a forte mudança no comportamento social e político, uma vez que essa situação corroborava para o rompimento restrito da leitura feita na intimidade. De acordo com a historiadora Andréa Slemian, a prática de leitura e discussão das questões políticas em estalagens e bares passava a ser atividade rotineira, naturalizando-se, portanto, o exercício da crítica.<sup>382</sup> “Como essas práticas passavam a ser comuns, assim também acontecia com as opiniões críticas que chegavam a toda a

---

<sup>379</sup> GRJ, 14/03/1817, N./39. Não trataremos acerca da ressonância dessas notícias pela ótica da *Gazeta do Rio de Janeiro* uma vez que o historiador Emilio Carlos Rodrigues Lopes já a abordou anteriormente, analisando o enfoque do periódico para esse fato histórico. Para ter acesso a sua análise ver LOPES, Emilio, op.cit., pp.193-205.

<sup>380</sup> Em 1811 D. João permitiu que fosse impresso a *Idade d'Ouro*, na Bahia. Dois anos depois, entre os 1813 e 1814, a *Impressão Régia* produziu a revista literária brasileira *O Patriota*, sob a direção de Manuel Ferreira de Araújo Guimarães.

Para um estudo detalhado sobre esses dois periódicos ver SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *A Primeira Gazeta da Bahia: Idade d' Ouro do Brasil*, Editora Cultrix, São Paulo, 1978. E sobre *O Patriota* ver OLIVEIRA, José Carlos de, *A Cultura científica no Paço de D. João: o orador dos deus das ciências*, Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1999.

<sup>381</sup> Ao analisar a circulação e sentidos dos almanaques e folhinhas portuguesas na Corte, o historiador aponta que “a população poderia usá-los como referencia para a América, indicando que, pelo menos até 1817, deixava transparecer que o Império seguia uma ordenação do tempo semelhante, em que pesem as singularidades locais” LOPES, op.cit., p.111.

<sup>382</sup> Para o conceito de crítica, ver KOSELLECK, op.cit.

sociedade através dos jornais, e que minavam as bases da ordem instituída. Era aí que a crise política se desdobrava na esfera do cotidiano, informando novas idéias e opiniões que coexistiam com aquelas predominantes da monarquia absolutista.”<sup>383</sup>

Para além da publicação de anúncios do âmbito da vida privada da sociedade fluminense, a seção de “Avisos” da *Gazeta* fazia a publicidade de muitos folhetos e periódicos convergentes à linha editorial e ideológica da folha. Na prática, ao adentrarmos no universo dessas publicações, notamos que havia um peculiar diálogo entre a *Gazeta* e os demais jornais aos quais os editores tinham acesso: muitos dos periódicos que chegavam a Corte ou eram divulgados (sendo a compra de alguns deles, inclusive, incentivada pela própria Coroa), ou eram silenciados e reprimidos, pois expunham suas críticas ao regime português abertamente.

Jornal lançado em 1811 pelo negociante português Manuel Antonio da Silva Serva, a *Idade d’Ouro* circulou na Bahia, sob licença real, só depois de o comerciante português ter garantido ao Conde de Linhares que o periódico em “nada ia prejudicar a publicação da *Gazeta* do Rio de Janeiro.”<sup>384</sup> Para avaliar tal empreitada o próprio Conde dos Arcos, governador da capitânia da Bahia, assumia a responsabilidade de fazer a revisão da folha enquanto não encontrasse uma pessoa de estrita confiança real para realizar a tarefa da censura. Ficava, portanto, patente que só seria permitida a circulação desse jornal se a narração dos fatos políticos fossem anunciadas “sem interpor quaisquer reflexões, que tendam direta ou indiretamente a dar qualquer inflexão a opinião pública”<sup>385</sup> Como nos informa Nizza da Silva, os redatores do periódico pertenciam a elite culta da época. Gonçalves Vicente Portela que ficou no cargo entre os anos de 1812 e 1816 era professor de gramática latina e seu sucessor, o Padre Inácio José de Macedo, era docente de filosofia.<sup>386</sup> Mais do que retratar o perfil individual desses homens de letras, a autora buscou compreender a relação existente entre a atividade desenvolvida dentro da redação e a concepção de *Gazeta* veiculada no Brasil, no início do século XIX, que exigiam normas rígidas de trabalho.

Em constante conexão com o tipo de imprensa praticada na Corte pela *Gazeta* do Rio de Janeiro, as falas dos redatores do periódico baiano *Idade d’Ouro* nos fornecem um riquíssimo material

---

<sup>383</sup> SLEMIAN, ANDRÉA, *O difícil aprendizado da política na Corte do Rio de Janeiro (1808-1824)*, Dissertação de Mestrado, USP, 2000, p.88.

<sup>384</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *A primeira Gazeta da Bahia...* op.cit., p.16.

<sup>385</sup> Documento Transcrito por Renato Berbet de Castro, *A primeira imprensa da Bahia e suas Publicações*, p.27. APUD SILVA, Maria Beatriz Nizza da, op.cit., p.17..

<sup>386</sup> Idem, p.24.

acerca da imprensa do tempo de D. João no Brasil, sinalizando-nos para o processo de escolha e enfoque dos temas veiculados no jornal assim como a sua íntima concepção com a idéia que esses profissionais faziam do gosto dos leitores pelas notícias políticas. Vejamos:

Todas as *Gazetas* do mundo sempre estéreis quando não há guerras ou grandes fermentações políticas; e nesse caso deve o redator enfeitar a *Gazeta* à maneira de o jornal sob pena de não ser lido, à exceção de algum caso, que toca o interesse público, o que raras vezes acontece. Por este método, que é um tanto trabalhoso, será a *Gazeta* mais curiosa, e se irão espalhando mais idéias relativas à indústria e ao saber dos homens; que foi o liberalíssimo fim para que S.A.R concedeu a imprensa no Brasil. Por algumas vezes temos nós feito a *Gazeta* debaixo deste ponto de vista; e se não tem sido sempre esse o nosso estilo, é porque as revoluções políticas nos obrigam a narrar cenas trágicas; e também porque o maior número dos leitores mais estima uma *Gazeta* cheia de guerras, ou críticas, do que uma cheia de erudição.<sup>387</sup>

O redator ainda considerava que “a maior parte dos homens quer só deleitar-se com fatos estrondosos, e na falta destes quer nutrir-se com o sal da sátira.” Ressaltava, porém, que sua atividade não permitia que inventasse fatos, assim como também não deveria usar da sátira. Por fim, ao comentar sobre a produção das notícias salientava o fato de “por muito mal feita que se fosse uma *Gazeta* todos a desejariam se ela v.g dissesse que Bonaparte tinha tomado à França; ou que o Grão Turco se achava com o seu exército em Paris. Com fatos de tal natureza todas as *Gazetas* seriam boas; mas isto é impossível.”<sup>388</sup>

Assim como a *Gazeta do Rio de Janeiro*, a *Idade d'Ouro* também comungava de um ideal de imprensa cuja missão era cumprir o papel de um relato “fiel” da História política do tempo presente. Cronologia, narração e a coleção de documentos públicos eram os pontos centrais para que esse papel fosse assimilado de maneira verossímil. É sob essa ótica que ambos os periódicos valorizavam o interesse dos leitores pelos acontecimentos políticos, uma vez que acreditavam que as *Gazetas* “são as relações de *negócios públicos*, o que constitui essencialmente a História do tempo, ou para falar com mais propriedade, a coleção de documentos para escrever a História.”<sup>389</sup>

Com o intuito de atrair mais subscritores, em 1814, o redator do periódico baiano apontava a *Idade d'Ouro* como um “substituto do livro, [assim] como o jornalismo se apresenta como o equivalente melhorado do gênero histórico” em uma clara valorização “da cultura virada para o passado, para a História.”<sup>390</sup> Tal qual a *Gazeta*, a folha baiana também omitia, propositadamente, eventos que colocassem à público as tensões sociais do tempo como, por exemplo, as constantes

---

<sup>387</sup> *Idade d'Ouro*, 1815, N°103, APUD Nizza da Silva, op.cit.,p.31.

<sup>388</sup> Idem,

<sup>389</sup> *Idade d'Ouro*, “Reflexões sobre as *Gazetas*”, 1813, n°.26 APUD SILVA, Maria Beatriz Nizza da, op.cit.,p.29.

<sup>390</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da, op.cit.,p.43.

revoltas escravas ocorridas na Bahia.<sup>391</sup> A *Idade d'Ouro* também circulava na Corte e, durante todo o período joanino foi uma folha cujo discurso e objetivos eram complementares aos implementados pela *Gazeta do Rio de Janeiro*. Do mesmo modo como fazia com o periódico produzido na Bahia, D. João VI também subsidiava outros jornais além mar. Vejamos o que dizia o redator da *Gazeta* em 1811:

Os Redatores do novo Jornal Literário e Político, intitulado: *Investigador Português em Inglaterra* participam ao respeitável público, que as subscrições se fazem nesta Corre em casa, de *João Martins Barroso*, e *Francisco José Fernandes Salazar*, aos Quartéis de *Bragança*, n. 4: na *Bahia*, em casa de *Francisco Saraiva da Fonseca*; em *Pernambuco*, na de *João Pires Ferreira*; no *Maranhão*, na de *João Ignácio de Figueiredo*. — Participam igualmente, que a subscrição anual é de 11340 réis; e que os Números que mensalmente forem saindo, serão sem falta mandados pêlos primeiros Navios saírem de *Londres*, ou *Liverpool*, e serão entregues aos Senhores Assinantes sem despesa alguma mais. — Outrossim, os Senhores que quiserem ser assinantes, e por algum inconveniente não poderem ir as casas mencionadas; poderão dirigir uma carta em que declaram seu nome, e lugar, onde moram. — Não se exige por ora o importe da assinatura, e só sim no ato da entrega dos primeiros Folhetos, cuja chegada, se fará saber pela *Gazeta* imediatamente.<sup>392</sup>

Ao veicular detalhadamente o trâmite burocrático referente ao transporte, aos valores de subscrição e aos locais de distribuição do novo jornal nas principais províncias do país, é nítido o interesse do redator em estimular seus leitores a se tornarem assinantes desta folha que em breve chegaria ao Brasil. Tal empenho, entretanto, não era, de maneira alguma, uma atitude gratuita: a produção, impressão e circulação do *Investigador Português em Inglaterra*, em meados de 1811, foi uma iniciativa do Conde de Funchal<sup>393</sup>, cujo intuito era combater – de maneira decisiva – a ressonância dos ideais políticos presentes no *Correio Braziliense*, do jornalista Hipólito José da Costa, crítico da política de D. João VI e cujas idéias ecoavam no Brasil e na Europa.<sup>394</sup>

Como afirma o historiador José Carlos de Oliveira, “O *Investigador*, áulico como toda a imprensa que era apoiada pelo governo Português, enaltecia o **Conde de Linhares**, pois seguia de perto os

<sup>391</sup> Idem, “Uma das mais violentas [revoltas escravas] ocorreu em 1814 e levou os cidadãos da Bahia a dirigirem-se diretamente ao rei, por acharem as medidas do governador pouco enérgicas para a gravidade da situação(...) A desproporção numérica entre brancos e mulatos, de um lado, e negros de outro(...)” Ibidem,,p.101.

<sup>392</sup> GRJ, 7/08/1811, N° 63

<sup>393</sup> Irmão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares, um dos mais eminentes e controversos ministros de D. João VI, D. Domingos de Sousa Coutinho, Conde de Funchal, na época, ocupava o cargo de embaixador em Londres.

<sup>394</sup> “O *Investigador Português* apareceu em Junho de 1811 e findou em Fevereiro de 1819, contando no todo 92 números em cadernos mensais, foi fundado pelo Dr. Bernardo José de Abrantes e Castro, que associou-se (sic) com o Dr. Vicente Pedro Nolasco Pereira da Cunha e com o Dr. Castro, brasileiro, formado pela Universidade de Edimburgo. Foi publicado o periódico sob os auspícios do Conde de Funchal, então embaixador na Corte em Londres, que alcançou para esta publicação o subsídio anual de cento e tantas subscrições equivalentes a soma de mil e sessenta francos pagos pelo governo do Rio de Janeiro, que mantinha em Londres esse jornal para combater as doutrinas do *Correio Braziliense*, até certo ponto hostis a Portugal.” AZEVEDO, M. D. Moreira d., “Origem e desenvolvimento da Imprensa no Rio de Janeiro”, *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo XXVIII, 4º trimestre 1865, p.182.

objetivos da revista de defender o governo português; não perdia a oportunidade para fazer apologias a quem dava a vida financeira ao periódico ou aos seus porta-vozes.”<sup>395</sup> Porém, se nos primeiros anos houve um claro incentivo da Coroa na divulgação e compra do *Investigador*, a partir de 1814, essa amistosa relação política e financeira tomou outros rumos uma vez que a redação da folha passou às mãos de José Liberato Freire de Carvalho, “que pouco e pouco foi se afastando da influência do Conde de Funchal e dando ao periódico cor mais liberal.”<sup>396</sup> Tal direcionamento levou o governo a suspender o financiamento do jornal. Como salienta João Luís Lisboa, “Proibida a sua circulação legal, *O Investigador* radicaliza as suas posições e a sua linguagem (...) Até 1816 alarga-se o coro da oposição liberal, agora colocando mais abertamente em questão o governo de Lisboa.”<sup>397</sup>

A entrada e a circulação do *Correio Braziliense* eram terminantemente proibida em ambos os lados do Atlântico português pela Coroa. Apesar disso, o acesso e a leitura clandestina desse periódico foram práticas constantes durante todo o período em que o jornal vigorou.<sup>398</sup> Cientes dessas circunstâncias, alguns dos vassallos de D. João VI também contribuíram para subverter tal situação: ao publicarem reflexões contrárias às idéias de Hipólito cujo intuito era, muitas vezes, o de bajular o rei, defendiam a ideologia oficial e colocavam a público questões eminentemente políticas. Como afirma Carlos Rizzini, os primeiros ataques escritos a Hipólito surgiram pela pena da fugaz *Abelha do Meio dia*<sup>399</sup>, de Lisboa. “Puxou a Abelha longa fieira de folhetos e periódicos brotados para setear o *Correio*, uns com o objetivo de adular a Corte do Brasil ou a Regência de Portugal e outros com o de extrair dela estipêndios: uns espontâneos e outros traçados pelo próprio oficialismo.”<sup>400</sup> Para além de discutir o conteúdo das críticas da *Abelha* ao *Correio*, interessava a Hipólito travar um profícuo diálogo com o editor do jornal português, para que pudessem debater publicamente os novos rumos da imprensa portuguesa em meados de 1809, quando vigorava uma relativa liberdade de expressão:

---

<sup>395</sup> OLIVEIRA, op.cit.p.220. (grifo original).

<sup>396</sup> Idem,

<sup>397</sup> LISBOA, op.cit.p.181.

<sup>398</sup> “Em 17 de Setembro de 1811 vê proibida a sua entrada em Portugal, mas (...) continuou a ser o mais lido entre todos os periódicos portugueses. Tanto os setores representados por *O Investigador Português* como os que se afirmavam solidários com o governo (o caso do Padre José Agostinho de Macedo) se lhe referem como incendiário, revolucionário e sedicioso, acusando-o de por em causa a própria figura do Príncipe Regente, no Brasil.” LISBOA, op.cit.p.180. Para uma discussão mais profunda e detalhada sobre os complexos trâmites acerca da entrada e circulação do *Correio Braziliense* no Brasil tanto quanto para a compreensão do processo de comunicação e produção do *Investigador Português em Inglaterra* entre os Diplomatas e gazeteiros portugueses ver RIZZINI, Carlos, *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense*, Cia Editora Nacional, São Paulo, 1957, pp.26-48.

<sup>399</sup> Notável periódico noticioso de periodicidade trissemanal, a *Abelha do Meio Dia* circulou de entre Julho de 1809 e Março de 1810 em Lisboa. Sobre o jornal, ver TENGARRINHA, op.cit.p.62.

<sup>400</sup> RIZZINI, op.cit.p.40. O destaque de Hipólito e de seu jornal foi tão intenso no período que, em meados de 1809, circulou em Lisboa uma folha denominada *Reflexões sobre o Correio Braziliense*.

Em uma das folhas que novamente se publicam em Lisboa (Abelha-do-meio-dia (sic) de 17 de Agosto) foi o Correio Braziliense atacado, e com alguma aspereza. Nada podia dar-nos maior prazer do que observar, que a liberdade de imprensa em Portugal permite fazer invectivas ao autor do Correio Braziliense, sem que o censor proibisse essas invectivas por serem um doesto. A alegria, pois que nos causa esse melhoramento na liberdade de imprensa, apenas nos deixa lugar para dizer outra coisa, senão agradecer ao editor da Abelha o favor que ele fez a sua nação em ser o primeiro a romper a marcha; Deus queira que, que passe agora a responder a outros papéis que aqui se imprimem continuamente, onde tudo quanto pertence ao governo, e a nação Portuguesa é tratado com o maior desprezo; se lá lhe não respondem por serem impressos em diversa língua, e precisarem *a sua versão do fato* nós lhos traduziremos a Português. Fazemos porém uma advertência ao Editor da Abelha, e é que não falte nunca a verdade em suas acusações, como faz insinuando que nós atacamos o Soberano.<sup>401</sup>

Para Hipólito a liberdade de imprensa era um dos maiores bens que uma nação deveria cultivar. Se essa realidade já apontava em Portugal, em meados de 1809, era ainda necessário discutir quais valores e critérios deveriam ser prioritários para que a crítica e o debate fossem construtivos: neste caso exaltou a responsabilidade com a *tradução* de papéis estrangeiros, atentando para a versão que os jornais publicavam dos fatos. A atenção pública e a influência da pena de Hipólito ganhavam contornos tão amplos aquém e além mar que a própria *Gazeta do Rio de Janeiro*, em dezembro de 1809, inseriu um artigo de um vassalo saído na *Gazeta de Lisboa*.<sup>402</sup> O texto contestava as reflexões do jornalista sobre as medidas publicadas no edital assinado pelo Intendente Geral da Polícia do Rio de Janeiro, em 30 de maio de 1809, que proibia qualquer publicação impressa sem a sua licença para circular. Vejamos a análise de F. De Correa:

Ao Editor do Correio de Londres

Senhor. – Sepultado, há tempos, em um esquecimento político por causa da minha saúde; mas desejando sempre conservar o direito de uma pátria, e de um Soberano legítimo, não posso nem como *Português*, nem como vassalo, dedicado ao serviço de S. A. R., o Príncipe Regente de *Portugal*, deixar passar em silêncio ataques reitrados (sic), que se fulminam impunemente em uma obra incendiária, intitulada *Correio Braziliense*, feita de propósito para arruinar a ordem, e tranqüilidade dos povos nesta parte do mundo. Eu estou tão intimamente persuadido da imparcialidade e exação da vossa folha, que não posso deixar de valer-me dela, rogando-vos que tenhais a bondade de ingerir as reflexões seguintes, que de certo merecerão a atenção do público, e a consideração das pessoas que pensão bem.

(...)

O Redator do *Correio Braziliense* sabe acaso que os ramos, que constituem a solidez de uma administração, dependem inteiramente dos recursos de uma polícia estabelecida, e que essa tem direito de destruir todos os meios, que tendem a perturbar a tranqüilidade dos povos, e transtornar a ordem, a segurança de um Estado?

Todo o ato feito para conservar a tranqüilidade pública é permitido na sociedade civil, pois que tem por objeto atacar somente aos maus, e mal intencionados e livrar das garras revolucionárias um povo, que confia no poder de seu governo, único protetor da tranqüilidade e segurança pública.

Sou, meu Senhor, vosso mui humilde Criado

<sup>401</sup> Correio Braziliense, Vol. III, N.º.16, pp.343-344. (grifo nosso)

<sup>402</sup> “O *Correio Braziliense*, com ser o único periódico português do tempo que podia manifesta independência, porque se editava fora dos domínios reais e tinha a sua frente um homem de espírito desassombrado e clarividente, constitui o melhor senão o exclusivo repositório das falhas da administração brasileira” LIMA, Oliveira, op.cit.,p.466.

Independente das razões pessoais do nobre português ao escrever para o jornal inglês *Correio de Londres* suas percepções acerca de Hipólito, o fato é que o texto chegou às mãos dos diretores da *Gazeta do Rio de Janeiro* que abriram espaço na folha para que essa reflexão fosse inserida e se tornasse de conhecimento público. Com isso, desejavam mostrar aos leitores que o Império Português contava com a *fiel* colaboração de seus vassallos que, além de *defenderem* a Monarquia pelo uso “correto” da palavra impressa (uma vez que apontavam os transtornos causados por figuras como Hipólito que desejavam “abalar” as estruturas da política real), compreendiam e comungavam dos mesmos “valerosos” ideais do poder, sintetizada no “*Discurso sobre a utilização dos papéis públicos na presente guerra*.”<sup>404</sup>

Não obstante o redator de o *Correio Braziliense* ter sido sempre um crítico contumaz de questões pontuais referentes à conduta política, econômica e administrativa do governo real, o jornalista nunca usou a sua pena para afrontar a figura do monarca.<sup>405</sup> Como ressaltou Rizzini, “Hipólito poupava sempre o Soberano nos seus escritos. Não há neles, ao longo do *Correio*, já não direi meras censuras ou restrições, mas a mais leve descortesia a D. João. Nada mais o indignava de faltar-lhe com o respeito.”<sup>406</sup> Tal atitude demonstrava o viés de sua produção: mais do que alcançar vôo na carreira política, essa coleção jornalística tinha o intuito de contribuir para o debate das questões do universo público apontando alternativas aos rumos políticos do Império Português traçados por D. João VI e seus ministros.<sup>407</sup> Ao refletir sobre as “Observações sobre o

---

<sup>403</sup>GRJ, 23 de Dezembro de 1809, N.º.123

<sup>404</sup> Ao debater a inserção da carta de Correa na “*Gazeta do governo*”, como denominou a *Gazeta de Lisboa*, Hipólito defendia um ponto de vista radicalmente diferente dessa situação. “A carta do pobre Correa, que apareceu no *Courrier de Londres*, foi traduzida em Português; e inserida nas páginas da *Gazeta do Governo*, em Lisboa. Nós mui sinceramente nos agleramos (sic) com este segundo ataque, que se nos faz por meio da imprensa em Portugal (...) a publicação dessa carta, na mesma *Gazeta do governo*, é, ao nosso modo de pensar, um motivo de reiterarmos os nossos elogios aos atuais governadores do Reino; porque se eles desejam principiar a dar á sua nação a liberdade de discutir por meio da imprensa, a conduta e o principio dos homens públicos nada há mais justo do que começar por ataques ao Editor do *Correio Braziliense*, que como escritor, e jornalista é também um certo homem público: e além disto é quem mais grita pela liberdade de imprensa.” Quanto á figura de “pobre Correa”, Hipólito publicava a falsidade de seu posto de encarregador dos negócios do Reino. “Esta falsidade descarada não podia ser averiguada em Inglaterra pelo Editor do *Courrier de Londres*, mas o gazeteiro do governo em Lisboa devia saber, que o ministro português em Suécia é d. José Lobo, e não admitir tal assinatura sem comento, dando assim outra prova de que lá copiam indiscriminadamente e sem critério, quantas petas encontram nas *Gazetas* de fora.” *Correio Braziliense*, vol.III, N.º 18, p.566-567.

<sup>405</sup> Para um conhecimento mais detalhado sobre as críticas e posições políticas de Hipólito José da Costa, ver RIZZINI, op.cit.,p.sobretudo os livros III, IV e V.

<sup>406</sup> RIZZINI, op.cit.,p.46.

<sup>407</sup> Segundo afirma Oliveira Lima, Hipólito José da Costa “se não foi propriamente venal, no sentido de por em almoeda (sic) a sua pena de panfletário, não foi todavia incorruptível, pois que se prestava a moderar seus arrancos de linguagem a troco de considerações, de distinções e mesmo de patrocínio oficial” (op.cit.,p.466) Possuía interesses políticos estritamente associados ao poder real, que foram concretizados em dezembro de 1822,

Comércio Franco no Brasil”, primeira obra impressa pela *Impressão Régia* no Rio, de José da Silva Lisboa, Hipólito exultava com as novas possibilidades de diálogo político:

É com prazer além de ordinário, que tenho de anunciar ao Mundo a primeira obra impressa no Brasil (já no Brasil se imprime!) O autor é bem conhecido na literatura portuguesa e tanto por ter ele a reputação já estabelecida, como pelo respeito que a sua primeira obra me inspirou pelos seus conhecimentos jurídicos; me permitirá que expondo ao público os sempre úteis raciocínios, me arrisque eu a dar a minha opinião ainda quando oposta á sua.<sup>408</sup>

Quanto à crítica às idéias de Lisboa, muito de sua análise pautava-se pelo fato de o Brasil não vivenciar a liberdade de expressão:

Justamente o estado de quase todas as nações onde não há a liberdade de falar e escrever; isto é, a nação não prospera; porque os donos e vantagens da natureza são poucos, para reparar os erros do governo; e porque se alguém descobre o remédio ao mal, não lhe é permitido indicá-lo.<sup>409</sup>

Hipólito “se batia valentemente pelos progressos de Portugal, apontando sem hesitação os abusos e recomendando as melhores reformas sem abandonar o espírito de moderação.”<sup>410</sup> Por essa postura e pela fala do redator, acima transcrita, compreendemos a preocupação do governo em barrar a circulação do *Correio Braziliense*. Apesar da atuação da censura, em Portugal o mensal *Jornal de Coimbra* (1812-1820), que ao longo do tempo se incompatibilizou com os denominados “Investigadores”, também atestava a leitura desses periódicos, apesar da proibição da Coroa. João Luís Lisboa afirma, ainda, que a folha divulgava uma ampla literatura de natureza inglesa, sendo esta um dos grandes atrativos do jornal. À medida que “o *Jornal de Coimbra* deixou de dar notícias de livros ingleses, a curiosidade dos leitores, nomeadamente dos que tinham acesso às edições estrangeiras, acentuou-se em torno dos periódicos vindos de Londres.”<sup>411</sup> O *Jornal de Coimbra* esteve entre as folhas que chegavam ao Rio, tendo atenção especial da Coroa e dos diretores da *Gazeta do Rio de Janeiro*, que anunciavam a sua subscrição na Corte, em 1813:

Na loja de *Manoel Joaquim da Silva Porto*, mercador de livros, na rua da *Quitanda* á esquina da de S. Pedro, se faz a Subscrição para o *Jornal de Coimbra*, periódico de todo o merecimento pelos objetos úteis, que contém, sendo dos mais preciosos Observações, Extratos e Notícias sobre todas as partes essenciaes, ou accessórias da arte de curar; havendo já 12 volumes para a primeira subscrição de um ano, a qual se faz por

---

quando –sob o Reinado de D. Pedro I –, fora convidado a assistir a o Ministro Caldeira Brant e a entrar para a vida diplomática. “Hipólito aceitou a incumbência com alegria, entrando logo a cartear-se com o Ministro. A 12 de novembro, comunicando-lhe os escrúpulos (ou vaidade) de Brant em ocupá-lo, distraíndo-o de afazeres lucrativos, avançava que para melhor servir a pátria “já tinha anunciado que desde o mês que vem deixava de continuara redação do *Correio Braziliense*, e intentava dar de mão a outras ocupações.” Desse modo, o jornal circulou até dezembro de 1822, tendo um total de 175 números.

<sup>408</sup> *Correio Braziliense*, Vol II, N° 12, p. 474.

<sup>409</sup> *Idem*, p.475

<sup>410</sup> LIMA, Oliveira.,p.140.

<sup>411</sup> LISBOA, op.cit.p181.

8 mil réis: também se vendem volumes avulsos a 800 réis; e podem os Senhores que já subscreveram, mandar receber o último N.º, que lhes falta.<sup>412</sup>

Seja incentivando financeiramente as folhas de interesse real, seja combatendo os jornais de tendência ofensiva ao governo, como foram os casos do *Investigador Português em Inglaterra* ou o do *Correio Braziliense*, respectivamente, o fato é que a Coroa Portuguesa sob o governo joanino concebeu a imprensa como parte fundamental de sua ação política e cultural e, conseqüentemente, em um âmbito mais amplo, como âncora de sustentação do Império Português em ambos os lados do Atlântico.

Considerado um atributo ético do bom jornalismo, manter-se “neutro” diante das informações publicadas para que os indivíduos pudessem refletir sobre o devir histórico pelo uso de sua própria razão era um paradigma das Luzes.<sup>413</sup> Se a vitória desse ideal era o desejo dos filósofos iluministas, essa prática cotidiana, no entanto, era empreitada utópica; sobretudo em tempos de guerra quando os combatentes querem exaltar os seus “acertos” e vantagens em relação aos exércitos inimigos. Com o intuito de alcançar credibilidade entre os leitores, a *Gazeta do Rio de Janeiro* defendeu por mais de uma vez a bandeira da imparcialidade.<sup>414</sup>

Um exemplo apresenta-se em 29 de agosto de 1812, quando a *Gazeta* publicou duas versões sobre o mesmo fato: um suposto terremoto ocorrido em Caracas. Na primeira inserção, o jornal veiculava as notícias da *Federal Gazette*, folha americana que descrevia em pormenores os estragos da cidade que, segundo informavam, estava arruinada com casas e igrejas destruídas. Em seguida, era divulgado o comentário do jornal inglês *Morning Chronicle*, que afirmava, com base em uma carta de D. Luis Lopes Mendes, ser *falsa* a notícia do tremor de terra em território venezuelano. Segundo a *Gazeta* inglesa, Mendes dizia que os fatos eram forjados em Martinica, com fins obscuros, e que a confederação da Venezuela “estava na mais feliz situação, e gozava de perfeita tranquilidade e harmonia.”<sup>415</sup> O curioso dessas publicações, entretanto, não foi a ocorrência do fenômeno em si, mas o destaque que a *Gazeta do Rio de Janeiro* deu ao episódio. Um acontecimento sem grandes

---

<sup>412</sup>GRJ, 26/05/1813, N.º. 43. Em 9/11/1814, N.º.90. é, novamente, citada a subscrição do mesmo jornal na *Gazeta*.

<sup>413</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre a idéia de imparcialidade e crítica na imprensa do período ver PALLARES-BURKE, Lúcia Garcia, *The Spectator – o teatro das luzes: Diálogo e Imprensa no século XVIII*, Editora Hucitec, São Paulo, 1995; KOSELLECK, Reinhart, *Crítica e Crise*, Ed. Uerj, Contraponto, Rio de Janeiro, 1999.

<sup>414</sup> Ao ser lançado o Prospecto do periódico a *Idade d'Ouro*, na Bahia, o redator do periódico discutia a questão da imparcialidade, sob uma ótica deveras diferente daquela veiculada pela *Gazeta*. “Prometer imparcialidade é denunciar indiretamente a falta dela: e todo o homem honesto muito mais o instrutivo redator, deve a si próprio, e ao público a mais estrita veracidade. Numa folha periódica tudo tem o seu lugar.” Fac-símile do Prospecto da *Idade d'Ouro* APUD SILVA, Maria Beatriz Nizza da, op.cit.27.

<sup>415</sup> GRJ, 29/08/1812, N.º70.

impactos para os habitantes da Corte tinha, particularmente, despertado o interesse dos editores do periódico, ganhando, inclusive, comentários frutíferos do redator.

*Rio de Janeiro 29 de Agosto*

A imparcialidade, que conduz sempre a nossa pena, nos induziu a pôr diante dos olhos dos nossos leitores, assim as exposições deste fatal acontecimento, como a sua negação. Todavia, não podemos anuir á asserção da Carta, que extraímos do *Morning Chronicle*. O Autor dela produz uma prova negativa, que não he de algum momento. Pelo contrário, a uniformidade, com que substancia referem esta catástrofe as *Gazetas* assim *Inglesas*, como *Americanas*, de cada ma das quais extraímos uma narração, não deduzidas de *Cartas da Martinica* que para intentos sinistros forjam aquela notícia, mas de um papel público de uma Cidade vizinha, e de uma *Carta da Terra firme*, nos parece uma prova suficiente da existência daquele terremoto. As *Gazetas* que recebemos diretamente da *América Setentrional* (de *Filadélfia*, *Washington e Baltimore*), sendo de datas muito posteriores ás citadas nas folhas *Inglesas*, e portanto não se podendo copiar dela o caso em questão, nós cremos que o testemunho acorde que elas produzem, é indestrutível pela negação de *Luis Lopes Mendes*.<sup>416</sup>

A ênfase dada ao caso, acrescentada ao discurso do responsável pelo periódico, expunha uma escolha editorial muito bem arquitetada. De maneira perspicaz, o redator utilizou-se de um episódio sem conexões ou conseqüências políticas para a monarquia portuguesa para atribuir sentido ao que parece ser uma importante função da imprensa na época considerada de credibilidade: mostrar ao leitor a *prática* - e não apenas o discurso - da *imparcialidade* da pena. Diante do público, entretanto, o redator delineava o processo da formação do viés *opinativo* dos fatos publicados que, neste caso, tendeu para a ratificação da existência do fenômeno no país vizinho.

Por mais uma vez naquele ano, a *Gazeta do Rio de Janeiro* discursou sobre a imparcialidade da escrita jornalística. Completamente diferente da retórica de fins de agosto de 1812, o comentário de 16 de dezembro daquele ano referia-se ao conteúdo de papéis franceses expostos no periódico, ainda em meio aos conflitos militares. Excepcionalmente, a fala do letrado não estava circunscrita à seção Rio de Janeiro, como de costume, mas, sim, a um espaço singular, denominado *Reflexões do Redator*.

*Reflexões do Redator*. A imparcialidade, que tem sempre guiado a nossa pena, não consente que deixemos de cotejar as expressões empoladas do boletim 18º, que já mencionamos com as singelas demonstrações de alegria, que respiram nos artigos citados, e já o leitor prevê, qual foi o intento, com que o havemos convencido da infidelidade das relações *Francesas*. A extensão do boletim não permite inseri-lo neste Em umero; porem sempre nos tocar as passagens mais sensíveis.<sup>417</sup>

Com base no principio ético da *neutralidade*, o redator justificava a inserção *fragmentada* de boletins franceses. É notório, entretanto, que não publicar o documento na íntegra, escolhendo as “passagens mais sensíveis” e antecipando as conclusões do público leitor foram ações concebidas por uma ótica particularmente *moral*. Isto é, o juízo de valor tanto do conteúdo dos boletins (que

<sup>416</sup> GRJ, 29/08/1812, N°70.

<sup>417</sup> GRJ, 16/12/812, N°101.

adjetivou ao afirmar que continham “expressões empoladas”) quanto da interpretação dos leitores que, segundo ele, compreendiam suas intenções ao optar pela seleção de determinados aspectos (e não outros) do informativo francês era a marca deste diálogo.

Em nenhum momento, é claro, a pena foi isenta. Por meio de uma argumentação sedutora e afetiva o “jornalista” demarcou seu raciocínio, tentando convencer seus leitores sobre o posicionamento “desleal” dos franceses assim como validou suas escolhas editoriais, utilizando-se de um discurso aparentemente virtuoso. Na prática, portanto, a imparcialidade da escrita foi tarefa paradoxal: ao mesmo tempo em que defendia a retórica da neutralidade diante dos fatos políticos, justificando a inserção de documentos que contradiziam a ideologia do periódico, o letrado revelava a estrutura das notícias publicadas na *Gazeta*, sempre baseadas em uma vertente opinativa.

Como pudemos notar, a atividade do redator era um ofício por demais importante e delicado na época. Essa consideração, portanto, impõe que se investigue quem foram os editores responsáveis pela *Gazeta* no período estudado para que possamos melhor compreender os possíveis perfis desses profissionais que surgiam no alvorecer do Oitocentos, no Brasil. Cotidianamente, esses “homens de imprensa” institucionalizavam uma concepção particular de imprensa ao mesmo tempo em que eram associados, pelos leitores, à palavra impressa que circulava na cidade.

Frei Tibúrcio José da Rocha é uma figura muito pouco comentada na historiografia. Como oficial da Secretaria do Estado Estrangeiro e da Guerra e primeiro redator da *Gazeta do Rio de Janeiro*, causa estranheza as raras informações divulgadas sobre a sua trajetória de vida. Dentre as fontes que o citam nenhuma nos informa sobre as datas de nascimento e/ou morte, nem tampouco sobre sua cidade natal.<sup>418</sup> Porém, é certo que pelo menos até 1824 manteve seus laços políticos com o poder monárquico no Rio, onde residia na rua do Sabão.<sup>419</sup> Apesar das pouquíssimas informações acerca da vida desse franciscano, importa-nos ressaltar que ele foi jornalista da *Gazeta do Rio de Janeiro* por quase quatro anos (1808-1812) e demitiu-se do cargo por ter se indisposto com o Conde de Galveias, possivelmente por problemas referentes à tradução do periódico. De acordo com a historiadora Teresa Cardoso, Frei Tibúrcio “tinha uma margem de liberdade bastante grande para

---

<sup>418</sup> Nos arquivos e bibliotecas brasileiros as informações sobre sua vida e trajetória são raras. O que nos consta são, apenas, pequenas biografias publicadas nos seguintes dicionários: *Dicionário Bibliographico Portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva*, V. 19, Imprensa nacional, Lisboa, 1860 e *Dicionário Bibliográfico Brasileiro Sacramento Blake*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1900. Como já dissemos, procuramos mais dados sobre o editor da *Gazeta* em vários fundos dos arquivos e bibliotecas portuguesas, porém sem sucesso.

<sup>419</sup> No Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1811, Tibúrcio José da Rocha aparece na função de redator da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Op.cit., p.229. Já nos Almanques para do Rio de Janeiro para os anos de 1816, 1817 e 1824, o eclesiástico é citado entre os secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, com endereço na rua do Sabão e da Alfândega. (p.191, p.230 e p.263 respectivamente).

escrever”, afinal, como observa a autora, tinha sido escolhido “justamente pela confiança que sabiam poder esperar de um *súdito fiel e amigo leal do Príncipe Regente*.”<sup>420</sup>

Com a demissão de Frei Tibúrcio, em 1812, o cargo de redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* ficou sob a responsabilidade de Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, matemático brasileiro, nascido na Bahia, em 1777. Profissional de grande expressão na vida intelectual e militar do Império Português, no período, Araújo Guimarães foi membro da Academia Real de Marinha, professor, político, tradutor e jornalista. Em 1798, sua tradução de parte do *Curso de Matemática* do abade Harie, compreendendo a aritmética e princípios de álgebra, recebeu aplausos de seus pares. No ano seguinte, obteve do governo uma pensão de 50\$000 anuais até concluir os estudos na Academia Real.<sup>421</sup>

Na carreira militar teve também grande ascensão. No Rio de Janeiro, foi nomeado Capitão do Corpo de Engenheiros e incumbido de fazer publicar a tradução da “Geometria” de Legendre, para a Academia Militar. Em 1812, compôs um epicedio ao Conde de Linhares e, em 1813, no mesmo ano em que lançava a primeira revista literária brasileira, “O Patriota” (1813-1814), foi promovido a Sargento Mor efetivo.<sup>422</sup> Entre 1812 e 1821, foi jornalista da *Gazeta do Rio de Janeiro* e, tal como Frei Tibúrcio, fez circular pela cidade suas impressões também calcadas na idéia de “imparcialidade da notícia” sobre a atividade que, cotidianamente, desenvolvia: o ofício de redator do primeiro jornal publicado na América Portuguesa.

Após nove anos como um dos jornalistas mais importantes do período, em agosto de 1821 Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, pediu demissão do cargo que ocupava. Tal acontecimento

---

<sup>420</sup> CARDOSO, Teresa Maria Rolo Fachada Levy, *A Gazeta do Rio de Janeiro: subsídios para a história da cidade (1808-1821)*, Dissertação de mestrado defendida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ), 1988, p.76. (grifo meu)

<sup>421</sup> Sacramento Blake, op.cit.,p.75 : Dicionário Bibliographico Portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva, V. 5, Imprensa nacional, Lisboa, 1860, p.424-425

<sup>422</sup> Ao colocar a revista em circulação na cidade, Guimarães veiculava um interessante prospecto do novo periódico em que definia a função do redator na nova revista, empreitada inédita no mundo impresso brasileiro. Vejamos o que dizia o intelectual em 1812: “Não existindo nesta Corte algum periódico além da *Gazeta*, a qual pela sua pequena extensão não he suficiente para abranger todas as notícias políticas, escapando-lhe mormente aquelas Peças Officiais mais longas, que exigirão ou a multiplicidade daqueles Números, ou uma repetida interrupção, tão desagradável ao Leitor; e não sendo em consequência possível ao Redator acomodar na mesma, como projetará, notícias literárias e mercantis, quer nacionais, quer estrangeiras, pareceu acertado lançar mão de um Jornal, que satisfizesse a todos estes importantes objetos, e que posso servisse á publicação de muitas Obras inéditas. O Redator, longe de ensoberbecer-se com o benigno gasalhado, que o Público se tem dignado conceder-lhe, conhece, e confessa a pequenez de seus talentos, e a desproporção para a árdua tarefa, a que se propõe. Todavia, socorrido em jornais estrangeiros de decidido merecimento, e (o que he mais) ajudado pelos seus úteis trabalhos, e interessantíssimas descobertas dos sábios de nosso país, esperançado em que nenhum homem de letras quererá escusar-se a cooperação de um periódico, que nos vingará da acusação de ineptos, que nos fazem autores estrangeiros, e por desgraça alguns nacionais, não receia abalançar-se a um jornal, ao qual destina o título de PATRIOTA, com a epígrafe “Eu desta glória só fico contente, Que a minha terra amei e a minha gente” Ferreira BNRJ, OR/ DOC 37,5 1B.

teve grande *notoriedade na cidade*, sendo um fato público cuja repercussão fazia parte de uma controvérsia que se pretendia coletiva e já delineava as novas características que a imprensa adquiria desde o início de 1821, quando do aparecimento de novas folhas na Corte. A discussão dava-se em torno da necessidade de vivenciar a *liberdade de imprensa* e os diversos caminhos a trilhar na formação da *opinião pública*, como veremos no último capítulo.

Seu sucessor foi o cônego Francisco Vieira Goulart, bacharel formado em Coimbra e que teve grande expressão intelectual no período. Membro da Academia Real de Ciências de Lisboa, Goulart lecionou humanidades em São Paulo, foi diretor do laboratório Químico do Rio de Janeiro além de ter sido bibliotecário da Biblioteca pública. Cônego da capela Imperial, foi também redator do *Bem da Ordem* e “era dotado de espírito ilustrado.”<sup>423</sup> Em suas leituras, encontra-se uma gama variada de temas e interesses: de obras científicas a livros considerados proibidos, apesar de membro da elite intelectual da época ligado aos interesses da monarquia lusa, o eclesiástico fazia parte de uma geração “defensora das idéias separatistas, nos meados de 1822.”<sup>424</sup> Foi redator da *Gazeta* até o final do período estudado, de agosto a dezembro de 1821.

Muitos aspectos da concepção de imprensa oficial portuguesa que vigoravam desde meados do século XVIII, com a *Gazeta de Lisboa*, fazia-se presente na *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeira folha em terras brasileiras, no início do Oitocentos. A propriedade do periódico sob as mãos dos Oficiais da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, a diagramação inicial da folha, a divulgação de obras impressas –como livros e panfletos –, em forma de anúncios, a relação com correspondentes estrangeiros, o enfoque político das notícias, sempre exaltando pessoas da órbita pessoal do monarca e a própria realza, as ausências informativas, quando as notícias contestavam a estrutura e estabilidade do governo... enfim, todas essas semelhanças apontam-nos que a *Gazeta do Rio de Janeiro* estava estritamente vinculada a uma concepção de imprensa oficial portuguesa cuja tradição perpassou todo o século XVIII, sendo uma referência fundamental para D. João VI e os “proprietários” do periódico que produziam, cotidianamente, a palavra imprensa que circularia na cidade.

Se todas essas heranças da *Gazeta de Lisboa* são aspectos fundamentais para melhor situarmos o lugar da *Gazeta do Rio de Janeiro* e, mostrarmos com qual tipo de concepção e estrutura de imprensa o periódico dialogava, é também imprescindível ressaltar que a experiência da *Gazeta do Rio de Janeiro*, por outro lado, foi marcada por peculiaridades fundamentais que, na prática, delineavam –ao longo

---

<sup>423</sup> NEVES, LÚCIA, *Corcundas e Constitucionais...*, op.cit., p.76.

<sup>424</sup> Idem,

do período joanino –, novas formas de se fazer jornalismo. A circunscrição do papel do redator e a vertente explicitamente opinativa de seus comentários, as múltiplas maneiras de diálogo com o leitor, a utilização da retórica como uma importante arma de convencimento ao utilizar-se da palavra impressa também como instrumento de poder, o delineamento de hierarquização dos lugares de onde se fala e com os quais interagia, o olhar particularizado para a Europa, a defesa de valores éticos da atividade jornalística como *neutralidade*, *veracidade*, *imparcialidade* e, as complexidades de uma realidade que era perceptível pelas páginas da *Gazeta*, constantemente apareciam na eloquência jornalística da folha deveras paradoxal, mostrando, com isso que a origem do seu nascimento foi marcada por muitos dos valores que, atualmente, perpassam a concepção jornalística da grande imprensa.

Muitas vezes, tais elementos sinalizavam quão grandes eram as diferenças entre o discurso que se pretendia veicular na arena pública e a *práxis* dessa atividade. Todas essas características marcam fortemente o papel de destaque da *Gazeta do Rio de Janeiro* não só apenas na institucionalização da palavra impressa no Brasil, mas, sobretudo, como de *precursora* do modelo de jornalismo que seria praticado, no Rio, a partir de 1821, depois da lei de 28 de agosto que decretava a liberdade de imprensa, e que foi sendo lentamente construído pela *Gazeta do Rio de Janeiro* entre os anos de 1808 e 1821.

### *Capítulo 3*

#### *Leitores e Leituras da Gazeta do Rio de Janeiro na Corte de D. João VI*

##### **1. Emissão e recepção das notícias: práticas de leitura e mudanças na concepção de imprensa.**

Desde os primeiros números da *Gazeta do Rio de Janeiro*, em setembro de 1808, é patente a preocupação dos proprietários em estruturar um espaço destinado às ocorrências cotidianas da cidade. Durante os três primeiros meses de circulação, os editores do jornal ainda pareciam experimentar a melhor forma de comunicar seus leitores sobre os leilões, a venda de livros, a chegada e saída de navios, a compra e venda de imóveis, entre tantas novas atividades vigentes na Corte. Nesse período, a seção da *Gazeta* que, a partir de 1809 seria denominada de AVISOS, sofreu algumas variações quanto à sua forma: foi publicada como ANNUNCIO<sup>425</sup>, AVISO<sup>426</sup>, LEILÃO<sup>427</sup>, AVISOS AO PÚBLICO<sup>428</sup> e NOTÍCIA<sup>429</sup> até que, em fevereiro de 1809 esse campo já aparecia com traços próprios e permanentes.

Ao final de janeiro de 1809 o redator utilizava-se de “Avisos” para noticiar a subscrição semestral do periódico, informando também que “as pessoas que quiserem fazer anúncios na *Gazeta* dirigir-se-ão daqui em diante á loja da *Gazeta*, onde se lhes tomará a devida nota, como se praticava na *Impressão Régia*” em Lisboa.<sup>430</sup> A partir de então, a sociedade fluminense passou a anunciar no jornal os fatos que lhes interessava divulgar. Já em outubro de 1808, por exemplo, os leilões eram comunicados na seção em meio a outras informações.

*Dyson, Irmãos*, e Finnie no seu armazém na rua da Quitanda, N.º60, pretendem no dia segunda-feira 31 do corrente, fazer leilão de duas caixas de irlandas de algodão avariadas que virão de Liverpool no navio

---

<sup>425</sup> GRJ, 19/10/1808, N.º11

<sup>426</sup> GRJ, 26/10/1808, N.º13

<sup>427</sup> Idem,

<sup>428</sup> GRJ, 29/10/1808, N.º14

<sup>429</sup> GRJ, 9/11/1808, N.º 17

<sup>430</sup> GRJ, 28/01/1809, N.º 40. Para o conhecimento da constituição e usos do espaço destinado aos Avisos na *Gazeta* de Lisboa, ver BELO, André, op.cit., cap.III (pp.65-95) ... e LISBOA, João Luís, op.cit., cap V (pp.87-150)

Thames, capitão Toole (...) Principlará as 10 horas da manhã, e as condições serão patentes no ato da venda.<sup>431</sup>

Pela leitura sistemática dos anúncios entre os anos de 1809 e 1821 encontramos uma ampla variedade de informações sobre a vida cotidiana das pessoas que residiam na Corte. O constante crescimento do uso desse espaço foi visível: se no início de 1809 os avisos se resumiam em meia folha da página 4 da *Gazeta*, ao final de 1821 essa seção já atingia uma página e meia do jornal, o que nos mostra a crescente importância e atenção que as pessoas direcionavam a essa atividade que se consolidou, aos poucos, como um hábito cultural dos leitores da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Os temas e enfoques são tão diversos que a delimitação desse campo como objeto de investigação histórica, por si só, já justifica um novo estudo acerca das características e importância da *Gazeta do Rio de Janeiro* para o enraizamento da imprensa na cidade entre 1808 e 1821.

Ao contemplarmos essa seção do jornal, nosso intuito é compreendermos os usos que as pessoas comuns do período fizeram da imprensa ao longo dos anos, uma vez que os anúncios nos colocam diante de uma questão fundamental vinculada à história da leitura: mostrar o leitor *ativo* e interagindo com o jornal a partir dessas narrações / relatos do cotidiano podemos visualizar os interesses que o anunciante – como leitor – desejava transmitir no momento em que optou por utilizar-se desse espaço como um meio privilegiado de interação social. Nos interessa, portanto, circunscrever como o leitor se utilizou da página impressa e quais os sentidos possíveis que esse espaço foi progressivamente ganhando na vida cotidiana das pessoas, ressaltando suas mudanças e permanências na percepção e utilização desse campo de expressão coletiva da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Como nos esclarece Roger Chartier, o ato de ler é uma prática cultural e a leitura é antes de tudo uma ação *criadora, inventiva e produtora* e não pode ser anulada no texto lido.<sup>432</sup>

Desde 1808 as compras e vendas de imóveis foi um tema particularmente destacado no espaço durante o período: ao serem publicados negócios de casas, terrenos, chácaras e sítios nos Avisos em quase todas as edições, esses anúncios demonstravam a atenção destinada ao ramo imobiliário na cidade, um problema grave desde a chegada da Corte, em consequência do grande aumento de pessoas no Rio que necessitavam de local para fixarem moradia. O crescimento desordenado da

---

<sup>431</sup> GRJ, 26/07/1809, N.º 71

<sup>432</sup> CHARTIER, Roger, “Do livro à leitura”, in R.Chartier. *Práticas de leitura*. Trad. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p.78. (grifo nosso)

capital, a falta de habitação e o aumento abusivo dos preços dos aluguéis impulsionaram medidas régias que visavam a reestruturação urbana. Em 26 de abril de 1811, por exemplo, D. João VI decretava isento de impostos por dez anos todos àqueles que edificassem casas na região que seria, posteriormente, denominada de Cidade Nova. Ainda em 1818, o monarca expedia semelhante medida para a região do mangue.<sup>433</sup>

Quem quiser comprar ou arrendar algum terreno na chácara do Areal, e Lagoa da Sentinela, <sup>434</sup>dirija-se a casa do seu dono, o sargento mór Manoel Antonio Clara, morador na rua do Areal, em N.º 3.º á esquerda.<sup>435</sup>

Quem quiser comprar uma morada de casas térreas com muitos cômodos e, acabadas a pouco, na rua dos Inválidos, dirija-se ao capitão Custódio de Sousa Guimarães, em Valongo, que tem ordem do seu dono para as vender por preço cômodo.<sup>436</sup>

Quem quiser alugar uma boa chácara com uma muito boa casa acabada de novo, com cocheira para sege e cavalheirice (sic) no fim da praça do Botafogo, entrando no caminho da Lagoa, procure na rua da Quitanda Antonio José de Brito, N.º 92.

Para além dos avisos imobiliários, muitos comerciantes / negociantes da cidade informavam seus pares sobre o andamento de suas atividades e interesses comerciais, circunscreviam o ramo de seus negócios, propunham novas parcerias e também noticiavam o fim das sociedades.

Como pelo anúncio na *Gazeta* N.º 26 de 31 do mês de março próximo passado, feita em nome de Freitas e Silva, ex-sócios de Caetano Pirro, pode entrar em dúvida e entender-se, que são os ditos Freitas e Silva que dissolveram a sociedade com aquele Pirro, e sendo bem geralmente sabido que qualquer sociedade tendo lapso de tempo, enquanto este não se acha completo, ela não se pode dissolver sem unânime consentimento de todos os sócios(...)<sup>437</sup>

Quem quiser comprar uma quarta parte de uma propriedade de casas, sitas na esquina da rua do Ouvidor, e com frente para a rua Direita, que constam de quatro lojas, e dois andares, cada uma delas com sete janelas sacadas, e três para a rua Direita, fale com Anastácio Feliciano de Bastos Teixeira, morador do primeiro andar da dita sociedade.<sup>438</sup>

Entre os múltiplos temas que apareciam na *Gazeta*, a educação foi um assunto de relevância. Muitas pessoas ofereciam seus préstimos e conhecimentos através de avisos de aulas particulares de alfabetização, gramática da língua portuguesa, francesa, inglesa, latina, vendas de dicionários e bibliotecas, fundação de colégios específicos para moços e /ou meninas etc. Tais anúncios estavam vinculados às mudanças culturais ocorridas na Corte com a vinda de D. João VI, o qual partir de então, passava a valorizar o ensino através da criação de estabelecimentos régios. Exemplos desse

---

<sup>433</sup> CARDOSO, Tereza, op.cit.p.26-35.

<sup>434</sup> GRJ, 20/06/1818, N.º 49

<sup>435</sup> GRJ, 28/02/1810, N.º 17

<sup>436</sup> GRJ, 8/06/1811, N.º 46

<sup>437</sup> GRJ, 7/04/1810, N.º 28.

<sup>438</sup> GRJ, 14/07/1810, N.º 56.

vasto interesse cultural foi a fundação da Academia Militar, em 1810, da Biblioteca Real vinda de Lisboa, do Museu Real, da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, em 1816, entre outros espaços que, ao serem institucionalizados, estimulavam a busca e o oferecimento recíproco da sociedade pelo saber. Em 1810, por exemplo, um português recém chegado de Lisboa convidava as pessoas a fazer parte de suas aulas.

O professor de primeiras letras Jordão Reinaldo, e sua família vindo de Lisboa, chegou a 19 do corrente mês de julho a esta capital: o desejo que tem de continuar a ser o educador de seus filhos o resolve a encarregar-se da direção de um colégio, aonde se vai ensinar tudo o que é preciso para ser um bom hábil negociante e um útil cidadão. Na rua dos pescadores em casa do coronel Manoel Caetano Pinto se pode falar ao dito professor, ver a sua letra.<sup>439</sup>

No ano seguinte a *Gazeta* publicava um anúncio sobre a fundação de um novo colégio:

Na casa de Lírio, no Catete, se vai abrir um colégio de educação pública, onde solidamente se ensinam todas as ciências com o método mais fácil, novo, e em pouco tempo, e onde há as melhores conveniências para a instrução de qualquer menino bem nascido; quem quiser utilizar-se deste bem, dirija-se a mesma casa a falar com o seu reitor, onde verá por extenso em um plano a solidez da casa.<sup>440</sup>

Anos depois, encontramos dois avisos referentes à prática da escrita e leitura: do aprendizado de se escrever com mais presteza e a venda de uma “livraria”, é possível que vejamos a importância que o uso da palavra ganhava na Corte.

Quem quiser aprender Stenographia Portuguesa (sic), ou arte de escrever com a rapidez da palavra, convenção adotada em todos os idiomas, e que pode ter muitas vantagens; pode dirigir-se á rua da Cadeia N.º51, da parte esquerda, das três horas da tarde por diante.<sup>441</sup>

Quem quiser comprar uma livraria que se compõe unicamente de livros próprios para qualquer advogado, ou magistrado, dirija-se a rua da Alfândega e na casa N. do lado direito tratará da compra com o encarregado da venda.<sup>442</sup>

A venda de mercadorias estrangeiras também recheava as páginas do periódico. Com a abertura dos portos e, conseqüentemente o aumento da entrada de objetos importados dos mais diversos tipos, o comércio fluminense ganhava um novo impulso e a cidade tornava-se um centro cosmopolita; não apenas pelas novas características que se redesenhavam no espaço urbano, no campo dos negócios, educação e lazer, mas, sobretudo, pela grande afluência de estrangeiros que chegavam no Rio com o intuito de fixarem residência. Aliás, foram justamente esse imigrantes, na maioria franceses e ingleses, que iniciaram, segundo Madalena Lima, uma nova mentalidade residencial na Corte, pelo fato de optarem por moradia nas praias e montanhas, locais até então

---

<sup>439</sup> GRJ, 3/08/1811, N.º 62.

<sup>440</sup> GRJ, 6/11/1816, N.º 89.

<sup>441</sup> GRJ, 21/06/1817, N.º 50.

<sup>442</sup> GRJ, 23/08/1809, N.º 99

completamente desabitados e desprezados pelos nativos.<sup>443</sup> Geralmente recém chegados da Europa, já ofertavam seus inúmeros serviços para a sociedade: da venda de artigos europeus às aulas de dança, idiomas e outros campos do saber, esses estrangeiros também eram anunciantes e, possivelmente, leitores da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Na edição de 9 de dezembro de 1818 a seção de avisos da *Gazeta do Rio de Janeiro*, ao noticiar seus leitores sobre a subscrição do jornal para o próximo ano, também nos informa sobre a participação “do grande número de estrangeiros, que se lisonjearam de contribuir” como subscritores da folha.<sup>444</sup> Vejamos alguns exemplos:

Na rua dos Ourives n.27 mora uma inglesa com casa de educação para meninas que queiram aprender a ler, escrever, contar, falar inglês e português, cozer e bordar etc. etc.<sup>445</sup>

Imber de Naagis negociante francês, que morava na rua do Rosário N.º 60, faz saber ao público que ele mudou a sua loja para a rua do Ouvidor, N.º81, e que nela tem um grande sortimento de móveis, cristais, porcelanas, pianos fortes e o grande *Rubs Antisphilitique* (sic) para os males venéreos, e que tem em português o método de se servir desse remédio no seu curativo, e um grande sortimento de livros portugueses, franceses e ingleses.<sup>446</sup>

Com licença do Desembargo do Paço. – Aula de francês e inglês para a conveniência das pessoas empregadas de dia no comércio, das seis horas da noite até as oito, em casa do alfaiate inglês, Diogo Lennon, na rua do Rosário, n.31.<sup>447</sup>

A escravidão também foi uma temática muito presente nos avisos da *Gazeta*. No geral, os anúncios dos proprietários de escravos se referiam a três aspectos principais: a venda de escravos, a fugas de cativos ou ao oferecimento de atividades específicas desses trabalhadores urbanos. Todos esses enfoques informativos estão estritamente vinculados ao tipo de escravidão praticada na cidade. No Brasil no início do século XIX, sobretudo nos centros urbanos, o trabalho escravo era reproduzido principalmente sob a modalidade de ganho. Sob o ganho, os escravos possuíam provisoriamente sua força de trabalho e, caso não tivessem uma profissão especializada, desempenhavam qualquer tipo de tarefa que fosse necessária. Quando especializados eram sapateiro, doceiro, jornaleiro, vendedor ambulante, padeiro, marceneiro, ama-de-leite, etc. Diante dessas formas peculiares de trabalho os escravos passavam a maior parte do tempo longe das vista do

---

<sup>443</sup> LIMA, Madalena Q, *Aspectos da vida cotidiana na cidade do Rio de Janeiro na visão de três viajantes estrangeiros: Debret, Rugendas e Maria Graham*, Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2000, p.86.

<sup>444</sup> GRJ, 9/12/1818.

<sup>445</sup> GRJ, 6/09/1809, N.º103.

<sup>446</sup> GRJ, 27/06/1809, N.º 83.

<sup>447</sup> GRJ, 10/06/1818, N.º 46.

senhor.<sup>448</sup> Como explica Leila Mezan Algranti, “trabalhando pelas ruas, docas e lojas; [o escravo] usufruía desse modo de uma liberdade de movimento, possivelmente, bem maior do que o escravo do campo.”<sup>449</sup> A vida na cidade também possibilitava uma aproximação social mais estreita tanto entre eles, como em relação aos outros grupos da sociedade; situação que muito contribuía para a ocorrência de fugas escravas e revoltas coletivas organizadas. Ciente dessa liberdade de movimento, tanto o intendente geral da polícia quanto os próprios senhores faziam vigilância constante dos passos dos cativos. E, quando as medidas repressivas não eram suficientes, os proprietários de escravos utilizavam-se da imprensa para tentar comercializá-los ou reavê-los. O anúncio de compra e venda de escravos era muito comum.

Quem quiser comprar um mulato, oficial de sapateiro, que tem 23 anos de idade, dirija-se á rua de S. Salvador, n.32, na *Cidade Nova*.<sup>450</sup>

Vende-se um escravo de nação *Benguela*, sem vício, doença ou defeito algum; bom barqueiro, ou canoeiro, muito hábil para marinheiro, na rua do *Senhor dos Passos*, do lado esquerdo indo para o campo na casa N.º, mas imediata ao N.º64.<sup>451</sup>

Como vimos, explicitar as especialidades do cativo também fazia parte das narrativas:

Quem quiser comprar uma preta de nação *Angola*, já ladina, que sabe cozer, engomar, ensaboar e cozinhar, com um filho mulato de seis meses, dirija-se a rua do *Cano*, N.º6 defronte de uma loja de couros.<sup>452</sup>

Quem quiser comprar um negro pedreiro, procure na rua dos *Lutoeiros*, na esquina que faz frente para a carioca.<sup>453</sup>

Quem quiser comprar uma boa ama de leite, que sabe ensaboar, engomar e o mais serviço de uma casa, e alguma coisa de cozinha, procure, procure na rua de São Bento, N.º21.<sup>454</sup>

Fugas individuais ou coletivas eram relatadas em detalhes, uma vez que interessava ao senhor ter o seu capital restituído.

Quem souber de uma preta, que fugiu no dia 20 de outubro do ano passado, por nome *Manoela*, nação *Moçambique*, idade de 14 anos, feições bonitas, delgadas de corpo, braços longos, pé, comprido, dentes

---

<sup>448</sup> ALGRANTI, Leila Mezan, *O feitor ausente. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1821)*, Petrópolis, Vozes, 1988, p.20

<sup>449</sup> Idem, 'Trabalhar ao ganho era exercer um ofício qualquer (especializado ou não) sem a interferência do senhor. O escravo fazia o que queria ou podia para, ao final do dia, ou do tempo estabelecido pelo senhor entregar a quantia estabelecida. É uma característica que conferia mobilidade ao escravo, pois o senhor podia ou não saber onde seu cativo se encontrava.

<sup>450</sup> GRJ, 10/04/1811, N.º29.

<sup>451</sup> GRJ, 3/04/1813, N.º27.

<sup>452</sup> GRJ, 4/06/1814, N.º45.

<sup>453</sup> GRJ, 6/11/1819, N.º89.

<sup>454</sup> GRJ, 26/07/1820, N.º60.

limados, vestida de vestido branco com roupinhas de folhos, procure a *José Rodrigues do Orte*, que darão boas alviças.<sup>455</sup>

Desapareceu da fazenda de *Santo Antonio*, na freguesia de *Jacutinga*, cinco escravos, três de *Moçambique* e dois *Congos*, vestidos com camisas de baeta arrouxada escura, calças de algodão, chapéus de palha, ou carapuças encarnadas, e mantas brancas de algodão de *Minas*. Quem deles der notícia, ou os conduza a mesma fazenda, e também nesta cidade na rua *Direita*, terá boas alviças.<sup>456</sup>

As publicações de avisos que se dirigiam ao universo feminino também eram freqüentes na seção: empregos domésticos com oferta salarial, vendas de novelas com enfoque moral, vendas de jóias e roupas francesas e inglesas, aulas de ballet, oferta de trabalho para mulheres brancas e pardas, livros literários com temas femininos, procura de acompanhante para ir à Europa entre outros assuntos, eram anúncios comumente encontrados nas páginas da *Gazeta*.

Precisa-se de uma mulher branca ou parda, que seja de reconhecida capacidade, e que esteja nas circunstâncias de tratar de uma casa de um homem viúvo e três filhos, advertindo que é só para cozer engomar, tratar do asseio da casa, e para estes tem escravas para ajudar, toda a pessoa que estiver nas circunstâncias de precisar do dito arranjo, procure no N. 1, na propriedade de Antonio Ferreira da Rocha, na rua d'Alfândega(...)<sup>457</sup>

A literatura também era voltada para as mulheres as quais, segundo o que depreendemos dos anúncios da *Gazeta*, pareciam se interessar por novelas.

Na loja da *Gazeta* se acham as seguintes novelas. – O bom marido, 640 réis. A boa mãe, 48 réis. A má mãe, 320. Duas desafortunadas, 320. Triste efeito de uma infelicidade, 320. Amor ultrajado, 320. Castigo da Prostituição, 320. Infelicidade vingada, 160.<sup>458</sup>

Jóias, roupas e diversos tipos de artigos importados da Europa para a casa ou para o uso pessoal eram comumente anunciados.

Joaquim Martins Pinto, na rua Direita N.º 20, tem para vender, além do grande sortimento de fazendas de bom gosto e qualidade, do qual o público está bem persuadido, chegadas ultimamente de *França*, para senhoras, vestidos de seda de todas as cores lavrados de ouro, prata e matiz, ditos de escomilhas, e fios e sedas arrendadas(...)gargantilhas de cambraias bordadas, murças (sic), ornamentos riscos para cabeça muitos chales de lã fingindo a de camelos.<sup>459</sup>

A constante presença desse tipo de anúncios na folha durante todo o período nos coloca diante da forte hipótese de que as mulheres, muito provavelmente, também eram leitoras do jornal,

---

<sup>455</sup> GRJ, 2/02/1817, N.º13.

<sup>456</sup> GRJ, 4/10/1820, N.º80

<sup>457</sup> GRJ, 25/03/1820, N.º 25.

<sup>458</sup> GRJ, 26/02/1817, N.º17.

<sup>459</sup> GRJ, 22/10/1817, N.º 85.

mesmo que não fossem assinantes.<sup>460</sup> No entanto, os anúncios destinados ao público feminino eram, geralmente, direcionados ou para mulheres pobres *livres* em busca de uma ocupação, ou para aquelas que pertenciam à elite; na maioria das vezes, as esposas dos nobres portugueses emigrados com D. João ou as ricas senhoras cariocas, já que podiam ser consumidoras dos produtos anunciados.

Infelizmente não encontramos as listas de subscrição da *Gazeta do Rio de Janeiro*, um documento que certamente nos ajudaria a analisar mais detidamente o perfil e quantidade dos assinantes do periódico ao longo dos anos, dando-nos também maior noção sobre a relação entre a tiragem do jornal e o público.<sup>461</sup> Portanto, nossos apontamentos sobre as características dos leitores são baseados na observação dos diversos tipos de anúncios que cotidianamente eram publicados na seção de avisos da *Gazeta*. Pelas suas características gerais observa-se que predominavam os avisos voltados para um público econômica e intelectualmente privilegiado: as vendas de imóveis, de bibliotecas, de livros avulsos ou de escravos, assim como as finanças do Banco do Brasil, as aulas particulares, os objetos importados e utensílios domésticos etc. compunham a tônica dos avisos sendo, na maior parte, atividades dispendiosas. Dessa percepção, podemos afirmar que os comerciantes, negociantes, estrangeiros, viajantes e mulheres *livres* da cidade constituíam, prioritariamente, as pessoas que “liam” o jornal ou, pelo menos, eram seu público alvo.

Os constantes e em numerosos anúncios de venda de livros, folhetos e impressos no Rio veiculados na *Gazeta* indicam-nos que o estabelecimento da *Impressão Régia* e a sua ampla atividade editorial, dentro dos limites circunscritos pela censura régia<sup>462</sup>, foram de grande importância para o enraizamento da prática da leitura na sociedade joanina. Os avisos literários nos revelam, ainda, os possíveis gostos e preferências do público leitor/consumidor da época: as belas letras, teologia, ciências e arte, história e jurisprudência marcavam a diversidade temática dos livros produzidos e consumidos pela sociedade joanina.<sup>463</sup> Vejamos alguns exemplos:

Saiu a luz: *Memória Histórica da invasão dos franceses em Portugal* no ano de 1807. Vende-se em brochura a 480 réis nas casas de costume.<sup>464</sup>

---

<sup>460</sup> As mulheres podiam ler o periódico, nesse período, de duas formas: ou por serem realmente alfabetizadas, ou por praticarem a leitura compartilhada, prática comum na época em que outras pessoas (alfabetizadas) liam em voz textos para um indivíduo e /ou grupo interessado na leitura.

<sup>461</sup> Procuramos esse documentos nas seções de manuscritos, impressos e obras raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, nas próprias páginas do jornal e nos almanaques do Rio de Janeiro para os anos de 1811, 1816 e 1817, publicadas nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol.282, 1969, vol. 268, 1966 e vol.270, 1966, respectivamente.

<sup>462</sup> Para compreensão dos trâmites e regras da censura de livros no período ver ALGRANTI, Leila Mezan, *Livros de devoção, atos de censura...*, cap.4 e cap.7.

<sup>463</sup> Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva essa classificação foi utilizada na época, uma herança do século XIX herdada do século anterior. SILVA, Maria Beatriz, *Livro e Sociedade...*, op.cit., p.448.

<sup>464</sup> GRJ, 29/10/1808, N.º14.

Na loja de Paulo Martin, filho, se acham as seguintes obras: *A sagrada Bíblia traduzida em português pelo padre Antonio Pereira*, 8º, 23 vol, por 28.000 réis<sup>465</sup>

Também Saiu a luz: *Carta de Heloísa á Abelardo*; nova edição em prosa. Vende-se por 320 nas lojas de Manoel Joaquim da Silva Porto, e na *Gazeta* (...) <sup>466</sup>

Saiu a luz: *Índice da 1ª parte das Preleções Filosóficas, servindo de resumo das 22 primeiras, disposto por ordem alfabética..* Acha-se na loja de livros de Francisco Luis Saturnino. <sup>467</sup>

Ao estudar o comércio de livros no período, a historiadora Lúcia Neves constatou que entre os anos de 1808 e 1812 a quantidade de anúncios de obras literárias mostrou-se superior às demais mercadorias. Segundo a pesquisadora, a média desses avisos e outros tipos de impressos na *Gazeta do Rio de Janeiro* entre 1808 e 1822 ficou em torno de 15%, enquanto “para os imóveis e escravos encontrou-se respectivamente os valores de 20% e 15,94% ficando os tecidos com uma porção inferior a 2%.”<sup>468</sup> Tais avisos, associados a aqueles que se referiam aos diversos estabelecimentos de venda de livros da cidade, nos apontam que hábitos de leitura estavam ganhando espaço e sendo interiorizados pela sociedade alfabetizada do Rio de Janeiro.<sup>469</sup> Nesse universo da cultura letrada, a historiadora Leila Mezan Algranti buscou compreender como se dava, especificamente, o processo de posse, leitura e circulação de livros religiosos na Corte. Segundo a pesquisadora, “o estudo da circulação dos livros religiosos no Rio de Janeiro pode revelar se o contato com a palavra impressa a maneira de pensar dos homens e foi, ao mesmo tempo, uma forma de divulgar uma nova visão de mundo.”<sup>470</sup>

Nesse particular, é importante lembrarmos que no Brasil, no início dos Oitocentos a prática da leitura passava por um significativo processo de transição: se nos primeiros anos ainda predominavam os aspectos da leitura vigentes no Antigo Regime – como a própria estrutura da *Gazeta do Rio de Janeiro*, os pregões, os bandos, as exposições de cartazes impressos ou manuscritos nas ruas e as leituras coletivas e geralmente em voz alta que expandiam o ato de ler para além dos

---

<sup>465</sup> GRJ, 5/08/1810, N.º71.

<sup>466</sup> GRJ, 2/12/1812, N.º97.

<sup>467</sup> GRJ, 15/08/1818, N.º65.

<sup>468</sup> NEVES, Lúcia Mª. Bastos P. das, “Comércio de livros e censura de idéias: a atividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)” IN *Ler História*, 23, 1892, p.62.

<sup>469</sup> Ao pesquisar as características desse amplo e complexo universo literário, no período, Maria Beatriz Nizza da Silva constatou que a venda de livros que “saíam á luz” e aqueles que “se achavam a venda” demonstravam dois diferentes aspectos da atividade editorial e livreira no Rio: enquanto os primeiros referiam-se aos livros produzidos e publicados na Corte, os segundos incluíam as obras importadas da metrópole. SILVA, Maria Beatriz Nizza da, “Livro e sociedade no Rio de Janeiro”, *Separata da Revista de História* n.º94, São Paulo – Brasil, 1973, p.443. Nesse artigo a historiadora também apresenta uma minuciosa pesquisa sobre o processo de produção, circulação, venda, distribuição e consumo dos livros na sociedade joanina tendo os anúncios do universo livreiro / literário da *Gazeta do Rio de Janeiro* entre 1808 e 1821 como fonte de pesquisa.

<sup>470</sup> ALGRANTI, Leila Mezan, *Livros de Devoção, Atos de Censura...* op.cit., pp.161-162.

limites impostos pela alfabetização -, já em 1821, vemos o nascimento e constituição de um novo espaço público cujo centro será a imprensa compreendida como uma arena de debates, onde as leituras individuais e privadas passaram a predominar. Essa situação, afirma Morel, permitiu “a formação de uma opinião de caráter mais abstrato, fundada sobre o julgamento crítico de cada cidadão-leitor e representando uma espécie de somatório das opiniões.”<sup>471</sup>

É preciso salientar, porém, que no período joanino prevalecia uma forma híbrida de leitura, razão pela qual não podemos limitá-la aos que eram plenamente alfabetizados. Entre as raízes arcaicas do ato de ler, própria da antiga sociedade de Corte, e as novas concepções modernas de leitura e compreensão da palavra escrita, vemos que tanto o comércio e consumo de livros quanto o enraizamento da imprensa na cidade, sobretudo quando destinada à participação do leitor na seção dos avisos foram fundamentais para constituição de um público leitor ativo que expressaria, ao final do período, suas potencialidades de leitura crítica da realidade também na esfera política.

Para além da manutenção desse tipo de avisos, em finais de 1817 notamos mais claramente uma nova postura dos leitores da *Gazeta do Rio de Janeiro* vigente nesse espaço: começava a aparecer com maior frequência relatos/narrativas individuais relativas a situações jurídicas antes restritas à esfera particular das famílias e dos negociantes. Data de vencimento de dívidas entre credores, regulamentação sobre os trâmites testamentários de heranças, brigas judiciais, questões complexas envolvendo fim de antigas sociedades tornam-se constantes nesse espaço. Em 13 de dezembro de 1817, por exemplo, José Luiz Ferreira Guimarães informava ser o testamenteiro e herdeiro de Joaquim da Rocha Moreira e Silva, sendo nomeado administrador de seus bens pela Junta do Comércio, avisando aos credores/ devedores do então falecido sobre os processos legais perante o tribunal.<sup>472</sup>

Um caso interessante ocorreu no mês de setembro de 1818 quando o negociante Francisco Antônio Malheiro, filho, utilizou-se da seção “para de uma maneira terminante *desmentir* a José Alves da Costa Basto Portugal para com o público no anúncio, que na *Gazeta* de 19 do corrente fizera.”<sup>473</sup> José Alves da Costa Basto Portugal acusara Malheiro de não ter pago uma dívida de quatro contos de réis referente ao giro financeiro dos negócios de sua loja.<sup>474</sup> Neste aviso Malheiro não só publicava a cópia do recibo de pagamento da quantia aferida, como também justificava que este

---

<sup>471</sup> MOREL, Marco, op.cit.,p.205. Para as características da leitura no Antigo Regime na França ver ROCHE, Daniel, *O povo de paris*, op.cit.,cap.7(pp.267-309).

<sup>472</sup> GRJ, 13/12/1817, N.º 100.

<sup>473</sup> GRJ, 23/09/1818, N.º76.(grifo nosso)

<sup>474</sup> GRJ, 19/09/1818, N.º75.

“anúncio cumpre fazer para que as pessoas, em cujas mãos pararem as sobreditas letras fiquem em sossego a respeito da conduta de *Malheiro*; assim como persuadidos da falsidade de *Basto*.”<sup>475</sup> Nessa disputa financeira mediada pela imprensa, vemos que tanto Basto como Malheiro buscavam persuadir o leitor sobre a má conduta moral de seu adversário; cada qual visando sobressair-se como pessoa honrada e honesta no encaminhamento de seus negócios. O uso da imprensa, nesse caso, foi compreendido como um espaço de defesa pública, de forma a esclarecer e “documentar” as controvérsias ocorridas no âmbito particular dos negócios para que as futuras transações não fossem prejudicadas.

Outra sentença curiosa apareceu na *Gazeta* em fins de novembro de 1819. D. Ana Barbosa de Miranda, testamentária de seu marido falecido, juntamente com seu pai – o tenente coronel Antonio José da Costa Barbosa –, faziam “ciente ao público” sobre a demolição das casas erguidas por Diogo Teixeira de Macedo nos terrenos de sua propriedade. Segundo D. Ana, a justiça já lhe dera “sentença a seu favor, que lhes julgou próprio o terreno.” Os proprietários justificavam essa afirmação uma vez que lhes constava “que o dito Teixeira quer vender as casas e mais benfeitorias, por isto fazem esta declaração para se não alegar depois ignorância.”<sup>476</sup>

O caso de Bárbara Rosa de Souza teve destaque nos Avisos entre os meses de setembro e outubro de 1820. Viúva de João Araújo Silva, dona Bárbara e seus filhos estavam sendo processados de forma litigiosa pelos outros herdeiros do falecido. Segundo o aviso de 30 de setembro, Francisco José da Costa e outros herdeiros faziam “saber ao público que já não só conseguiram sentença contra Bárbara Rosa de Souza” como também informava que “para no inventário o direito e a ação da mesma.”<sup>477</sup> Na edição seguinte, inseriam novamente o mesmo aviso visando dar publicidade à causa.<sup>478</sup> Entretanto, em 8 de outubro era a vez de dona Bárbara Rosa de Souza justificar aos leitores o encaminhamento sobre sua parte na questão. A viúva, afirmando-se tutora de seus filhos órfãos de pai, “anuncia ao público que deduziu embargos contra a sentença proferida na causa de libelo que lhe movem Francisco José da Costa e outros herdeiros” de seu finado marido. No anúncio, ainda publicava o valor da quantia líquida entregue ao processante, avisando aos leitores que “havendo pago tudo o mais aos mais credores, não podem todos os bens do seu casal, muito superior a aquela

---

<sup>475</sup> Idem,

<sup>476</sup> GRJ, 224/11/1819, N.º94.

<sup>477</sup> GRJ, 30/09/1820, N.º79.

<sup>478</sup> GRJ, 4/09/1820, N.º80.

quantia, ser absorvidos pelos ditos herdeiros, como anunciou na *Gazeta* de 30 de setembro João Batista Bastos, procurador dos mesmos.”<sup>479</sup>

Esses conflitos jurídicos são apenas alguns dos em inúmeros casos que passaram a fazer parte dos Avisos da *Gazeta*, a partir de fins de 1817. O que vemos, desde então, é que as pessoas começaram a narrar algumas experiências particulares de modo a divulgarem suas experiências no universo público, pois, possivelmente, já eram cientes do poder de pulverização que as notícias possuíam ao circularem como mercadorias pelas ruas da cidade.<sup>480</sup>

A imprensa mediava essas questões e passava também a ser compreendida pela sociedade como uma arena de debates capaz de legitimar as ações da vida privada, antes restritas senão à esfera do lar e da família, apenas ao mundo jurídico. Quanto ao público, este começava a acompanhar tais querelas, tornando-se um personagem importante na defesa ou ataque de certas causas. Nesse sentido, notamos que a *opinião do público* já começava a ser validada pela própria *ação e iniciativa* dos leitores da *Gazeta* que, na posição de narradores de suas próprias histórias, contavam os fatos da maneira que lhes interessava. Como nos esclarece Walter Benjamin, “os narradores gostam de começar sua história com uma descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que vão contar a seguir.”<sup>481</sup>

Os outros usos e práticas de leitura que nos remetam a história da *reação* do leitor ou a *recepção* da leitura são mais difíceis de serem apreendidos. Como salientou Robert Darnton, as pessoas lêem por diferentes motivos e de maneiras diversas; e, os documentos que nos dão acesso ao passado “raramente mostram os leitores em atividade, modelando o sentido a partir dos textos.”<sup>482</sup> Apesar dessas dificuldades, a existência de duas coleções anotadas da *Gazeta do Rio de Janeiro*, presentes na Biblioteca Nacional de Lisboa e na Biblioteca D’Ajuda, nos permitem fazer algumas aproximações quanto às distintas formas de ler e interagir com o jornal na sociedade luso-brasileira do início do Oitocentos.

Essas duas séries da *Gazeta do Rio de Janeiro* apresentam anotações com o mesmo tipo de letra e destaques uniformes, que nos sugerem que tenham sido feitas pelo mesmo leitor. Ademais, a maioria das notícias e anúncios assinalados se referem às informações ocorridas no Rio de Janeiro, aspecto

---

<sup>479</sup> GRJ, 7/109/1820, N.º 81.

<sup>480</sup> A concepção das notícias como mercadorias é defendida por Habermas, Jürgen, *Mudança Estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, trad. de Flávio R. Kothe, ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1984.

<sup>481</sup> BENJAMIN, Walter, “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, In *Obras Escolhidas. Magia, Técnica, Arte e Política*, editora brasiliense, São Paulo, 1985, p.203.

<sup>482</sup> DARNTON, Robert, *O beijo de lamourette...*, op.cit., p. 148-149.

que nos leva a crer que, possivelmente, esses leitores eram moradores residentes na Corte, se interessavam por colecionar o jornal e, de alguma forma, doaram suas coleções da *Gazeta* para as bibliotecas portuguesas em que estão arquivadas.<sup>483</sup> Nesse sentido, a análise que pretendemos apresentar parte desses registros de leitura feitos à margem do periódico, sendo uma tentativa de captar alguma forma de esses possíveis leitores lerem a *Gazeta*. Em outras palavras, buscamos visualizar práticas de leitura do tempo em que a *Gazeta do Rio de Janeiro* era produzida e circulava nos dois lados do Atlântico.

Na coleção da *Gazeta do Rio de Janeiro* presente no acervo de periódicos da Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL) encontramos registros pessoais do colecionador do jornal o qual, possivelmente, foi assinante da folha. Essa hipótese nasceu de algumas evidências. A primeira delas é que do início da circulação da folha, em setembro de 1808, até o final de 1810 observamos que não houve nenhuma interrupção numérica dos exemplares. Também para os anos de 1812, 1813, 1817, 1818 e 1819 as edições da *Gazeta do Rio de Janeiro* estão completas (incluindo-se as *Gazetas Extraordinárias*). Em contrapartida, com base nos anos de 1809, 1811, 1814, 1815, 1816, 1820 e 1821, comprovamos a existência de *lacunas* na sequência numérica dos exemplares, havendo, inclusive, importantes ausências sequenciais. Nesses aspectos os anos de 1809 e 1821 são, particularmente, centrais: enquanto para o ano de 1809 a Biblioteca Nacional de Lisboa não possui um número considerável de edições, para 1821 os números que chegaram e/ou foram conservados pela BNL são raríssimos.<sup>484</sup> Nesse sentido, observamos duas possibilidades: ou o colecionador não teve acesso a todos os exemplares ou os perdeu ou, ainda, não os conservou por alguma razão específica que desconhecemos. Importante salientarmos que a grafia que aparece nessa coleção (geralmente à margem da página) também foi a mesma para todos os exemplares em que foi inscrita na *Gazeta*, sendo mais um indicativo de que esses registros foram produzidos pela mesma pessoa.

Para além dessa suposição, ainda encontramos registros desse leitor/coleccionador que nos possibilitam algumas conjecturas acerca de sua forma particular de ler, interpretar e utilizar a *Gazeta*

---

<sup>483</sup> Talvez essa hipótese de pesquisa seja, posteriormente, derrubada. Importante ressaltarmos, contudo, que estamos em busca de um *possível* leitor do periódico.

<sup>484</sup> As edições da *Gazeta do Rio de Janeiro* para o ano de 1809 encerram-se no n.136, sendo **ausentes** os números de 54-58;60-68,70,72,74-77,84,103,104, 105,120,122,123,125,129,130. Em comparação com as demais coleções anuais que se encontram incompletas, o ano de 1821 é o que mais possui lacunas. A BNL possui apenas os seguintes exemplares: N.ºs: 4 (13 de jan.), 7(21 de jan.), 8 (27 de jan.), 9 (31 de jan.), 12 (10 de fev.), 26(31 de mar), 39(16 de maio), 106 (3 de nov). Em relação às *Gazetas extraordinárias* pudemos consultar os n.ºs 1, 2,7, e 12. Importante atentarmos que a partir de 1821 a *Gazeta do Rio de Janeiro* não só reestruturou o layout da página e a periodicidade como também imprimiu novas características às seções que compunham o jornal, além de criar peças jornalísticas que seriam fixas durante todo o ano. Tais mudanças estavam estritamente vinculadas às transformações advindas da Revolução do Porto, em 1820 e serão trabalhadas ainda neste capítulo.

do *Rio de Janeiro* de acordo com seus próprios interesses. Suas intervenções no texto nos apontam que o leitor/coleccionador lê com certa ressalva as notícias e não acredita muito nas matérias veiculadas. O que temos então: um leitor que não aceita passivamente o que os editores da *Gazeta* querem divulgar, sendo suas anotações um indício de que esse sujeito comprava o jornal periodicamente (ou assinava-o) e não necessariamente concordava com a linha editorial (e política) da folha.

Em 20 de Junho de 1812, o leitor fez o seu primeiro apontamento sobre o conteúdo veiculado no periódico. Suas observações, feitas à tinta e à margem esquerda da página, possivelmente faziam referências a duas pequenas matérias: uma intitulada “Generosidade do capitão de Mar e Guerra F. Allen, comandante da nau britânica o Rodney de 74 peças”, reportava o caso de um rapaz que caiu ao mar e foi salvo pelo capitão Allen e a outra se referia à educação pública e aos negócios estrangeiros em Connecticut, nos Estados Unidos da América. Seus comentários, no entanto, não nos são totalmente acessíveis. No processo de encadernação do periódico, foram cortadas as margens que nos permitiriam compreender plenamente seus escritos.<sup>485</sup> Já em 18 de junho de 1814 o leitor focava sua atenção no artigo “Paris 12 de Abril”, que começava assim:

O dia 12 de abril está destinado a fornecer á história da França uma das páginas mais brilhantes. A entrada de um descendente de Henrique IV na cidade de Paris – a sua chegada á igreja de NOSSA SENHORA, para dar graças a DEUS pelos milagrosos acontecimentos, que restituem aos *franceses* o paternal espectro dos *Bourbons* : - a sua volta ao palácio de seus pais, depois de tão prolongada desgraça, tal é a pintura que os historiadores tem de pintar e da qual daremos um breve e imperfeito esboço (...) <sup>486</sup>

Nessa pequena introdução, há um importante registro de que a matéria realmente foi lida. A frase “tal é a pintura que os historiadores tem de pintar” está grifada à tinta e, à margem esquerda, encontramos a seguinte anotação - *os historiadores* - em uma explícita referência àqueles que detinham o saber da *versão* dos fatos que era publicada no jornal. Se atentarmos para o sentido da frase a qual o coleccionador faz menção, podemos dizer que ele já explicitava um viés *cuidadoso* na sua leitura. Implicitamente, questionava a maneira como as notícias eram inseridas na folha, uma vez que o redator –ao comentar os acontecimentos de Paris que descreveria a seguir - situava a análise dos historiadores de forma imperativa já que afirmava: “tal é a pintura que os historiadores tem de pintar...”

Essa leitura *cuidadosa* a qual nos referimos aparece mais detidamente, dias depois, na publicação de 29 de junho. Na matéria intitulada *Londres 5 de Abril*, extraída de fonte inglesa, era veiculados os despachos de militares ingleses sobre as batalhas entre o exército russo e francês na cidade de Vitry:

---

<sup>485</sup> GRJ/ BNL, 12/06/1812, N.º50. .

<sup>486</sup> GRJ/ BNL, 18/06/1814, N.º49. .

Hoje se receberam despachos do R Hon Lord *Burghers*, e do tenente general o Hon. Sir. *Charles Stewart*, K.B., dos quais as cópias são as seguintes.

*Fere Champenoise*

My Lord. - Ainda que tenho muita dúvida de que este despacho chegue á vossa mão, aproveito anciosamente a primeira ocasião de informar-vos de acontecimentos, que tiveram lugar desde a minha última carta, e que até o momento presente tem sido acompanhado dos mais gloriosos sucessos(...)

Interessado no assunto, o leitor grifava á tinta as palavras acima sublinhadas ao mesmo tempo em que explicitava suas sugestões que, certamente, visavam um uso mais apurado da língua portuguesa.

E porque não, cujas cópias? Eu sugiro ainda que anciosos, o acento, que ansiosas!<sup>487</sup>

O militar inglês registrava os avanços militares do exército russo na França, afirmando que o general Angerowsky “atacou um considerável corpo de infantaria, matou e aprisionou muitos, e tomou 20 peças de artilharia.” Já ao comentar a reação dos franceses ressaltava suas marchas militares, narrando que “o inimigo imediatamente depois começou a desfilar de todas as suas posições perto de *Arny* dirigindo-se sobre *Vitry*.” Essa pequena descrição parecia interessante aos olhos atentos do nosso personagem. Sua leitura, focada mais uma vez na construção da estrutura gramatical do texto, salientava (por grifos à tinta) que escrever “imediatamente depois” era um vício de linguagem, considerada, por ele, (á margem esquerda da página) um pleonismo.<sup>488</sup>

Mais adiante, a carta relatava o contra-ataque dos russos. Segundo afirmava o militar inglês o “Príncipe Real de *wirtemberg* os seguia, e lhes fez dano considerável.” Este ponto da narrativa também teve a consideração da pena de nosso companheiro. Ao sublinhar os pronomes pessoais do caso oblíquo – os e lhes -, questionava: “os e lhes refere-se às virgulas inimigo?”<sup>489</sup>

A consequência desse “dano considerável” foi detalhada no documento. De acordo com *Burghersh*, um correio francês fora atacado pelos russos trazendo à tona as informações secretas sobre o paradeiro de Bonaparte que, segundo ele, se encontrava nas redondezas. Desse episódio resultou que

O marechal Ney convidou o comandante de *Vitry* a entregar-se, ameaçando-o de passar á espada, toda a guarnição; sem embargo este recusou; e *Vitry* está ainda em nosso poder.

Por uma carta interceptada de *Bonaparte*, se descobriram os objetos de seus movimentos. O príncipe *Schwartzenerg*, por consequência, fez alto ao seu exército sobre o *Marne* na noite de 23, havendo os franceses passado inteiramente para a outra margem daquele rio.

Bonaparte havendo-se posto sobre a nossa linha de comunicação com a retaguarda, e formada a nossa junção com o exército do Marechal *Bluncher* pela chegada do general *winzingerode* de *Chalons* a *Vitry*, foi

---

<sup>487</sup> Idem, Ibidem,, .

<sup>488</sup> GRJ/BNL, 29/06/1814, N.º 52.

<sup>489</sup> Idem,

determinado que os dois grandes exércitos aliados marchassem sobre Paris. Com este fim todo o exército abalou ontem, e avançou em uma coluna sobre esta praça.(...) <sup>490</sup>

As duas expressões e o verbo sublinhados são três registros de leitura deixados à tinta pelo leitor da *Gazeta*. Para além dos grifos, o leitor ainda fez uma chave ( } ) no parágrafo em que os militares ressaltavam as ações de Bonaparte e as conseqüências de suas ordens para a estrutura e o equilíbrio das forças francesas. À margem direita da página, completava suas anotações expressando possíveis indicações gramaticais ou quiçá dúvidas de compreensão de texto. Talvez, ainda, estivesse registrando suas discordâncias interpretativas. Porém, o fato é que, infelizmente, a grafia nos é incompreensível e, conseqüentemente, nos impede que conheçamos como foi sua reação diante dessas informações. Apesar da dificuldade de leitura, suas marcas textuais nos levantam algumas suposições. Ainda que seja mister o interesse de nosso colecionador da *Gazeta* pelas normas gramaticais da língua portuguesa, é importante observarmos que as expressões realçadas são, exatamente, aquelas que se referem às *ações* pessoais de duas personalidades envolvidas no caso; o comandante *Vitry* que “sem embargo este recusou...” e o príncipe Schwartzenerg que “por conseqüência, fez alto ao seu exército sobre o *Marne* na noite de 23 (...).” Quanto ao destaque concedido ao verbo *abalar*, é bem possível que o leitor estivesse voltado ou para os questionamentos acerca da veracidade da informação (perguntando-se se realmente houve um abalo) ou ainda demonstrasse sua preocupação em conhecer os *resultados* das artimanhas militares dos russos em solo francês que, por este prisma, *abalaram* os rumos da guerra. Ao final da carta, o tenente Burghersh finalizava seu relato do conflito concluindo que tais “foram os triunfantes resultados de ontem”, frase também grifada pelo nosso companheiro que, à esquerda, registrava à divisão silábica “fan”; muito provavelmente referindo-se à paroxítona “triunfantes.” Para além desse enfoque gramatical mais técnico, podemos ainda supor que ele estivesse examinando o porquê de os resultados serem denominados como triunfantes, em uma crítica implícita ao olhar *parcial* do narrador inglês.

A matéria intitulada *A suas Majestades o imperador da Rússia e o rei da Prússia* também foi objeto da atenção do possível colecionador. A reportagem transcrevia um diálogo entre os chefes de Estado russo e prussiano em que refletiam sobre os rumos militares vividos pelos seus países durante as guerras napoleônicas.

Senhores. – *Paris* está ocupada pelos vossos exércitos triunfantes. Recebei a homenagem mais lisonjeira para conquistadores generosos, o prêmio da vitória o mais aprazível e o mais raro, as bênçãos dos vencidos.

Vencidos! – Ah! Esta denominação, que todavia não exclui a idéia de glória, não pode pertencer-nos.” <sup>491</sup>

---

<sup>490</sup> Idem,

<sup>491</sup> GRJ/ BNL, 29/06/1814, N.º52.

Depois de circunscreverem seus papéis nas batalhas político-militares que há anos travavam contra Napoleão e seu exército, as autoridades da Rússia e da Prússia explicitavam sua concepção acerca do imperador francês, tema que parecia despertar a curiosidade do leitor da *Gazeta*.

Os nossos desejos vos convidarão: eles ajudarão a vossa santa cruzada, contra o flagelo das nações, contra aquele mostro estrangeiro, *á nossa pátria*, que exalçado (sic) por uma felicidade, de que lhe era indigno, ao cume de um Estado abalado por partidos, perverteu a energia de um povo generoso, abusou daquela energia, a fim de loucamente declarar guerra contra a liberdade do mundo e até, para assim falar, contra aquele mostro, a quem pela sua elevação foi dado despovoar e destruir; que do *Báltico* aos *Pirineus* arrancou os filhos aos pais, para fazê-los instrumentos, ou vítimas de sua devorada tirania, e obrigou os mesmos pais a fazerem preces contra o bom sucesso das armas de seus filhos.<sup>492</sup>

Ao dialogar com as informações veiculadas nessa reflexão, sobretudo aquelas que exaltavam a “santa cruzada, contra o flagelo das nações, contra aquele monstro estrangeiro”, o possível colecionador parecia querer entendê-las, interrogando-as á margem direita da página: “Que confissão?”<sup>493</sup> Se em um primeiro momento seu questionamento não nos coloca diante de um sentido mais explícito sobre o conteúdo do tema que o despertava, uma leitura mais atenta nos permite fazer conjecturas: não nos parece absurdo que o nosso leitor quisesse saber como a realza tinha tanta certeza do apoio de seus súditos contra Bonaparte, por isso se perguntava, em outras palavras, onde estava publicada a confissão de adesão coletiva à causa antibonapartista, considerada uma santa cruzada, que tanto os protagonistas reais faziam questão de exaltar no jornal. Mais à frente, referia-se ao uso da palavra devorada: ao grifá-la, também registrava suas dúvidas gramaticais voltadas para a interpretação de texto, perguntando: “ou devoradora?”<sup>494</sup> Nesta inquirição aludia à tirania do Imperador francês, que, segundo o texto, tanto mal causara ao mundo e às famílias.

A continuidade do diálogo entre os chefes de Estado convergia agora para o papel da França no conflito.

A *França* não pode gozar descanso – não pode tornar ao seu antigo lugar, na classe das outras nações *Europeias* – não pode (francamente o dizemos) inspirar-lhes confiança em seus tratados, senão debaixo da sobra tutelar da legítima autoridade.

Ah! ao menos, no meio de longos e culpáveis erros, ao menos, se nos fará esta justiça, que *nenhum Francês* ousou sentar no trono de *Luis XVI*. \*

O irmão daquele infeliz – daquele santo Monarca – seu legítimo sucessor, o descendente do bom *Henrique*, o Soberano dos *Franceses*, não está ainda entre nós.

Permiti, senhores, que debaixo dos vossos auspícios, uma deputação dos fiéis *Franceses* vá lançar-se a seus pés –oferecer-lhe uma homenagem expiadora (sic)- suplicar-lhe, que restitua á *França* a presença, do

---

<sup>492</sup> Idem, (grifo original).

<sup>493</sup> Ibidem,,

<sup>494</sup>GRJ/ BNL, 29/06/1814, N.º52.

seu Rei e fixe com vossas majestades, neta já purificada Capital, as bases inalteráveis da tranquilidade da Europa.<sup>495</sup>

Toda essa discussão sobre o lugar da *França* e dos *franceses* na conjuntura das guerras napoleônicas também fez parte das ponderações de nosso leitor. Ao sublinhar as palavras e expressões que lhe despertavam algum interesse, registrava seus comentários à margem da página. Quando reverenciou a expressão “ao menos”, questionava o porquê de sua repetição: “Ao qual está repetida? apenas....” Apesar de esse comentário circunscrever suas interrogações e reticências acerca de suas idéias sobre o emprego repetitivo da mesma expressão, o leitor também registrava um outro tipo de “incômodo” com as informações veiculadas. Ao fazer um “\*” ao lado de Luiz XVI, interrogava: “\* Seriam Corsos os que condenaram Luís XVI á morti?” Tal interrogação evidenciava, mais uma vez, sua leitura *cuidadosa* acerca da realidade política francesa. Ao relativizar o *olhar* da realeza, publicado no jornal, demonstrava suas possíveis discordâncias quanto ao encaminhamento dos rumos políticos pela ótica absolutista<sup>496</sup>, uma vez que na época também eram *corsos* aqueles que perseguiam seus inimigos.<sup>497</sup> Não satisfeito ainda observava a construção dos tempos verbais. Ao se referir ao fato do “descendente do bom *Henrique*, o Soberano dos *Franceses*, não está ainda entre nós”, anotava: “verbo esta oração pretérito.” Quanto a sua atenção para a “já purificada Capital” (Paris), citava: “a,a,a, id.”, provavelmente mencionando, mais uma vez, o uso abusivo do artigo “a” ou, quiçá, a sonoridade da frase quando verbalizada.

Os apontamentos de leitura encontrados na publicação de 9 de novembro de 1816 são completamente diferentes das observações presentes nas edições da *Gazeta do Rio de Janeiro* para os anos de 1812 e 1814. Antes, porém, um parêntese: a coleção da folha do ano de 1816 estaria completa, se não fosse a ausência do n.º. 89. No entanto, exatamente na edição de n.º. 90, do já citado 9 de novembro, o leitor explicava as razões de tal “ausência”:

Falta a *Gazeta* n.º. 89 em consequência de não me haver sido restituída por Pedro José Campos a quem a emprestei para ler o primeiro documento publicado à cerca da expedição enviada ao Rio da Prata, e remetida ao general Le Cox, o qual era atacado naquelle documento pelo seu ajudante general Sebastião Pinto de Araújo Corrêa parente do conde da Barca Antônio de Araújo, então Ministro de Estado.<sup>498</sup>

---

<sup>495</sup> Idem, (os grifos em itálico são originais)

<sup>496</sup> Idem, Ibidem,,

<sup>497</sup> SILVA, Moraes, op.cit., p. 480. VERBETE “CORSOS.” Para além desse significado eram Corsos também aqueles que nasciam na Córsega, como o próprio Napoleão Bonaparte.

<sup>498</sup> GRJ/ BNL, 9/11/1816, N.º90.

Nessa justificativa, o leitor da *Gazeta* circunscreveu importantes aspectos presentes no processo de leitura, circulação e recepção de um periódico produzido no início do século XIX, no universo luso-brasileiro. Sua fala nos indica que, provavelmente, ele era mesmo o colecionador e, provavelmente, assinante da folha. Ademais, o leitor não só nomeava a quem havia emprestado o exemplar do jornal, como também registrava os motivos desse empréstimo, ressaltando que a matéria interessava diretamente a outrem, também interlocutor da folha (mas não assinante), que certamente fazia parte de seu círculo social. Nesse sentido, seu relato aponta-nos que a atividade de leitura podia envolver muitas pessoas com interesses específicos e, por isso mesmo, com focos diversificados entre si. Elucida, ainda, que provavelmente um exemplar da *Gazeta* circulava e era lido por mais de um indivíduo, demonstrando que para além dele – assinante –, havia outros personagens envolvidos com a circulação e a recepção das notícias produzidas pelos editores da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Em outras palavras, mostra-nos que não era preciso ser colecionador, subscritor ou assinante do periódico para ser seu leitor, situação que nos aponta para a *multiplicidade de formas de leitura* no raiar do século XIX.

# GAZETA DE J A-



# DO RIO NEIRO.

SABBA DO 9 DE NOVEMBRO DE 1816.

Doctrina . . . vim promouet insitam,  
Rectique cultus pectora roborant. HORAT.

Extracto de huma Gazeta de Gibraltar de 21 de Setembro. — Continuação.

**M**adrid 12 de Setembro de 1812. — O Ministro de S. M. Britannica nesta Corte transmittio a S. Ex. D. Pedro Cevallos, para informação de S. M. os seguintes documentos relativos ao glorioso resultado da expedição contra Argel, os quaes forão levados a Barcelona por huma embarcação de guerra Inglesa, e remettidos d'alli a S. Ex. Sir Henry Wellesley, Embaixador Extraordinario de S. M. Britannica nesta Corte.

## I.

Abordo da não de S. M. — *Queen Charlotte* — na Bahia de Argel a 31 de Agosto de 1816. — Senhor. — Tenho a honra de informar a V. Ex. que, em conformidade das Ordens de S. A. R. o Principe Regente, eu cheguei aqui com a esquadra de S. M. que se acha debaixo do meu commando, para receber satisfação das atrocidades praticadas recentemente em Bona por ordem do Dey de Argel.

O Dey fiado nas suas forças fez pouco caso das requisições, que lhe propuz em nome do Principe Regente; e eu me vi por tanto obrigado a valer-me dos meios, que o Governo de S. M. pôz á minha disposição, para perfeitamente fazer sentir a este Chefe feroz os insultos, que elle fez á nação Inglesa.

Tenho a satisfação de informar a V. Ex. do bom exito das Armas de S. M., e da inteira destruição da Esquadra Argelina, e tambem tenho que congratular-me a mim e a V. Ex. de se achar extinta a escravidão dos Christãos, e concluida a paz, segundo as condições, que dictou o Principe Regente, de cujo Tratado vai incluso hum extracto.

Rogo a V. Ex. de querer ter a bondade de communicar esta noticia, e offerecer os meus devidos respeitoes a S. M. Catholica.

Deus guarde a V. Ex. muitos annos. *Exmouth*.  
P. S. Embarcação hoje para Hespanha 162 escravos Hespanhoes.

## II.

Condições de Paz, que forão publicadas no *Chronicle* extraordinario de 10 do corrente.

## III.

Minuta de huma conversação entre o Dey de Alger e o Capitão *James Brisbane* da Não de S. M. — *Queen Charlotte* — que teve lugar a 29 de Agosto de 1816 por ordem do Almirante Lord *Exmouth*.

„ Eu fiz saber ao Dey que Lord *Exmouth* „ esperava que elle desse huma satisfação pelo insulto feito ao Consul d'Inglaterra, pelo máo „ tratamento que lhe fez, e pelo insulto, que disto resultou á nação Britanica.

„ O Dey respondeu que elle estava pronto „ a fazê-lo, e perguntou o que eu queria.

„ Então repliquei-lhe — Estaes arrependido das „ medidas violentas, que adoptastes contra o Consul „ de Inglaterra n'hum accesso de paixão, e pedis vós perdão dellas? Sim: respondeu o Dey.

„ Eu instei então em que o Dey se dirigisse „ se em pessoa ao Consul, e que repetisse na „ presença dos seus Ministros o que acabava de „ proferir.

(Assignado) *James Brisbane* Capitão.

O Bargantim de guerra o *Heron*, que trouxe o Capitão *Brisbane*, tinha a bordo o dinheiro, que levava para *Genova*, e huma outra Embarcação

*Outra a Gazeta n.º 89 em consequencia de não me haver sido restituída por Pedro José Langens a quem a emprestei para ler o primeiro documento publicado a cerca da expedição enviada ao Rio do prouto; immo, tendo ao General Le Cor, o qual era atacado naquella documentação pelo seu Adjuncto General Sebastião Ribeiro de Arriaga Correo, parente do Lord de Arriaga Antonio de Arriaga, então Ministro de Estado.*

*Gazeta do Rio de Janeiro, 9/11/1816, N.90. Coleção do Acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa. Neste número encontramos a justificativa do possível assinante/coleccionador da folha sobre o empréstimo da edição N.º 89. A grafia manteve-se a mesma em todas as edições em que apareceu inscrita nos diferentes números da Gazeta.*

A partir 23 de abril de 1817 começa a aparecer nesta coleção da *Gazeta* uma série de rubricas que se mantém até o final do período, em 1821. Ora feitas à tinta, ora a lápis, essas “marcas textuais” estavam circunscritas, na maioria das vezes, às seções “Notícias Marítimas” e “Avisos”, podendo também (mesmo que em menor número) serem encontradas na parte noticiosa do periódico. Na edição de 24 de setembro de 1817, por exemplo, o leitor deixava registrado seu foco de interesse temático neste campo. Com a rubrica *DB* salientava algumas matérias do jornal: a situação em Paris, que se referia ao socorro dos pobres na França, o traslado das cinzas de Abelardo e Heloísa por ordem do governo para a igreja de St. Germain, a seção de Ciências e Artes, que informava as novas aquisições artísticas de D. João VI pelo Conde de Funchal e, por fim, as notícias de Paris sobre os usos da serradura de madeira.<sup>499</sup>

A rubrica *DB*, foi muito usada pelo leitor para demarcar o foco do seu olhar para as informações que mais lhe chamavam a atenção, presente constantemente na ampla gama de seus interesses circunscritos às seções noticiosas, “Notícias Marítimas” e “Avisos”. Quanto às “Notícias Marítimas”, *DB* geralmente referia-se à entrada e à saída de paquetes internos das demais províncias do país, e/ou navios com destinos interatlântico sobretudo das localidades da África, Europa e Brasil. Em 19 de julho de 1817, por exemplo, o leitor utilizava-se de *DB* para aludir à entrada de um navio na Bahia, chegado no dia 15 de julho.<sup>500</sup> Já em 29 de dezembro de 1819, o leitor assinalava *DB* à margem esquerda do aviso real que notificava a graça concedida a Theodósio Bonassi que a partir de então poderia “carregar neste porto quaisquer gêneros nacionais ou estrangeiros para o de Lisboa, onde se lhes dará entrada e descarga na alfândega como se fosse embarcação portuguesa.”<sup>501</sup>

Apesar de *DB* ser a rubrica mais recorrente nessa coleção da *Gazeta*, há ainda a criação de outros tipos de marcas textuais que, por serem mais específicas, também delimitavam seus pólos de interesse das notícias. São elas: “*Paq*”, referente aos paquetes que entravam / saíam do Rio de Janeiro e da Inglaterra, “*Bab / Ba*”, indicativa do comércio e economia da Bahia e “*L*”, que circunscrevia os paquetes que entravam / saíam de Lisboa. A edição de 7 de maio de 1817 é, nesse sentido, exemplar. Para o mesmo aviso publicado em “Notícias Marítimas”, o leitor registrava três dessas rubricas *Paq*, *L* e *DB*, todas referindo-se à entrada de navios de natureza inglesa, portuguesa e

---

<sup>499</sup> GRJ/ BNL, 24/09/1817, N.º77.

<sup>500</sup> GRJ/ BNL, 19/07/1817.

<sup>501</sup> GRJ/ BNL, 29/12/1819, N.º104.

canadense.<sup>502</sup> Quanto aos “Avisos”, as rubricas são geralmente um “DB”, um “α”(ao contrário), um “–“ (traço) ou, ainda um “X.”

Os anúncios de livros foram um tema muito presente no seu rol de interesses: de obras poéticas à literatura política e histórica, o leitor teve constante atenção para com as novidades impressas no mercado livreiro. Em junho de 1817 registrava as *Obras poéticas* de Garção e a tradução em português de *Henrida*, de Voltaire<sup>503</sup>; já em agosto era a vez de destacar o *Exame dos artigos históricos e políticos que contém na coleção periódica intitulada Correio Braziliense, no que pertence ao Reino de Portugal.*<sup>504</sup> Em outubro de 1817 salientava seu interesse pela obra *Verdades sobre avinda do Anti-Cristo*, vendido na loja da *Gazeta*, por 960 réis.<sup>505</sup> A educação também foi assunto de grande destaque da sua pena. Já em 1817 assinalava (com ênfase) dois avisos desse tema saídos na *Gazeta*. Com dois “X” referia-se às aulas particulares de O. P. A Ribis, professor de línguas francesa e inglesa na Corte e, mais adiante, destacava com 3 “X” a notícia sobre o aprendizado de *Stenographia portuguesa*, ou arte de escrever com rapidez da palavra.<sup>506</sup> Dentro dessa temática, seu olhar também estava voltado para a subscrição de jornais<sup>507</sup>, venda de dicionário clássico histórico e mitológico<sup>508</sup> e livros publicados em inglês.<sup>509</sup> O ensino de línguas estrangeiras, particularmente inglês e francês, esteve sempre entre suas prioridades.

A despeito desses interesses mais voltados para o universo cultural, o comércio de escravos na cidade foi foco de sua atenção. Em março de 1818 marcava a venda de uma escrava, vinda da Bahia para o Rio que, segundo o aviso, era boa lavadeira, que engoma[va] liso e cozinha[va].<sup>510</sup> Ao fim de maio, enfatizava a venda de uma burra com leite em São Cristóvão e de “uma preta da nação *Benguela*, de idade de 20 anos, que sabe engomar, cozinhar e etc.”<sup>511</sup> Os escravos realmente pareciam fazer parte de seus negócios: venda de mulatos<sup>512</sup>, crioulas<sup>513</sup>, negro cozinheiro<sup>514</sup>, preta ladina com

---

<sup>502</sup> GRJ/ BNL, 7/05/1817.

<sup>503</sup> GRJ/ BNL, 21/06/1817, N.º 50.

<sup>504</sup> GRJ/ BNL, 13/08/1817. N.º 65.

<sup>505</sup> GRJ/ BNL, 15/10/1817. N.º 83.

<sup>506</sup> GRJ/ BNL, 21/06/1817, N.º 50.

<sup>507</sup> GRJ/ BNL, 27/11/1819, N.º 95.

<sup>508</sup> GRJ/ BNL, 29/05/1819, N.º 43.

<sup>509</sup> Idem,

<sup>510</sup> GRJ/ BNL, 4/03/1818, N.º 19.

<sup>511</sup> GRJ/ BNL, 30/05/1818, N.º 43.

<sup>512</sup> GRJ/ BNL, 6/06/1818, N.º 45.

<sup>513</sup> GRJ/ BNL, 20/06/1818, N.º 50.

<sup>514</sup> GRJ/ BNL, 18/07/1818, N.º 57.

filho<sup>515</sup>, escravas domésticas<sup>516</sup> e escravos com ofícios especializados de alfaiate<sup>517</sup>, ferreiro ou sapateiro<sup>518</sup> eram cotidianamente ressaltados em suas leituras de jornal, aspecto que nos mostra a grande importância concedida a essa atividade. Nas temáticas mais gerais, notamos seu interesse por leilões<sup>519</sup>, artigos importados que iam de sortimentos de seda e lã vindos da França<sup>520</sup> a chapéus, vestidos, flores entre outros gêneros chegados de Paris.<sup>521</sup> Móveis domésticos<sup>522</sup>, pianos<sup>523</sup> e vendas de diversas qualidades de música vocal e instrumental vindas da Itália<sup>524</sup>, entre tantas outras mercadorias apontavam para o fato de ele pertencer a uma classe social economicamente privilegiada. Isto é, esses aspectos nos colocam diante da hipótese de que este indivíduo pertencia à elite econômica e intelectual dos luso-brasileiros, podendo ser um comerciante, traficante de escravos, colecionador de livros...

Como pudemos notar, as marcas textuais e os comentários presentes nas edições da coleção da *Gazeta do Rio de Janeiro*, arquivada na Biblioteca Nacional de Lisboa, sobretudo na seção noticiosa, nos sugere que o assinante fazia uma leitura *cuidadosa* do periódico particularmente em dois aspectos: suas observações quanto às temáticas políticas veiculadas na folha e também quanto às suas construções gramaticais ou sugeriam mudanças ou questionavam as construções das frases, do conteúdo e de seus sentidos intrínsecos. Tais características, juntamente com as rubricas feitas em “Avisos” apontam-nos que esse colecionador da *Gazeta* possuía um bom nível de instrução formal, sendo conhecedor não só das regras de gramática e estilística da língua portuguesa, como também um atento observador e/ou estudioso das questões políticas de seu tempo, uma vez que suas inserções referenciavam fatos e personagens da história então recente da Europa, e do mundo luso-brasileiro.

Na Biblioteca D’Ajuda encontramos uma outra coleção da *Gazeta do Rio de Janeiro* anotada desde o primeiro número, em 10 de setembro de 1808. Nessa data, o leitor assinalava com um “X” a seção então denominada de NOTÍCIA, que informava os leitores sobre as obras que estavam no

---

<sup>515</sup> Idem,

<sup>516</sup> GRJ/ BNL, 1/08/1818, N.º 61.

<sup>517</sup> Idem,

<sup>518</sup> GRJ/ BNL, 29/05/1819, N.º 43. .

<sup>519</sup> GRJ/ BNL, 20/06/1818, N.º 50. .

<sup>520</sup> GRJ/ BNL, 26/09/1818, N.º 77. .

<sup>521</sup> GRJ/ BNL, 30/12/1818, N.º 104. .

<sup>522</sup> Idem,

<sup>523</sup> GRJ/ BNL, 11/10/1817, N.º 79. .

<sup>524</sup> GRJ/ BNL, 21/08/1819, N.º 67. .

prelo da *Impressão Régia, Memória Histórica da invasão dos franceses em Portugal, em 1807* e *Observações sobre o comércio franco do Brasil*.<sup>525</sup>

Para além do usual “X”, que compôs uma importante rubrica nesta coleção da *Gazeta*, sendo usado quase que na totalidade dos seus apontamentos tanto para a seção noticiosa quanto de avisos, o colecionador também fez uso de diferentes códigos textuais capaz de circunscrever seus campos de interesse informativo sendo, basicamente, de três tipos: “X)” ou “(X” – menos corrente e usual que o “X”, outro tipo de inserção que aparecia no jornal e “L” – geralmente utilizado para as informações referentes à Lisboa. Tais marcas eram feitas a lápis e possuem as mesmas características gráficas durante todo o período em que aparece no jornal, exceto para o ano de 1818, cuja coleção da *Gazeta do Rio de Janeiro*, apesar de completa, não possui nenhum registro em seus exemplares.

Esse colecionador, possivelmente, era assinante do periódico. Algumas evidências nos levaram a sugerir tal situação: as publicações anuais da *Gazeta* para os anos de 1808 a 1814 estão completas, assim como aquelas referentes aos anos de 1816 a 1820. Importante ressaltar que a Biblioteca d’Ajuda **não possui** as coleções anuais da *Gazeta do Rio de Janeiro* de 1815 e 1821, dois anos chave na história da evolução política do Império Português. Como sabemos, em 1815, o Brasil era elevado a Reino Unido de Portugal e Algarves e em 1821 o país vivia as consequências políticas da Revolução do Porto, de 1820, que acabou por desencadear o processo de independência do Brasil, em 1822. Além disso, as regras de encadernação não foram fixas: ou os números eram encadernados pelas seqüências das edições publicadas que, geralmente, se intercalavam às *Gazetas* extraordinárias ou então, encadernavam-se separadamente as *Gazetas* e as *Gazetas* extraordinárias, que possuíam uma encadernação especial, seguindo a seqüência das publicações. Para o ano de 1813, por exemplo, a encadernação do periódico foi separada em *Gazetas* e *Gazetas extraordinárias*, ao contrário de 1820 em que as edições usuais e extraordinárias foram intercaladas pelas datas de saída e veiculação do periódico. Dentro dessas suposições, também encontramos uma rubrica do leitor na edição da *Gazeta* de 10 de outubro de 1812 que nos reforça a idéia de que ele era provavelmente subscritor da folha. O anúncio assinalado pelo leitor era dirigido aos assinantes do periódico e referia-se ao valor das subscrições de obras que futuramente seriam impressas. O aviso ressaltava, ainda, que “os senhores assinantes que não obstante não serem convocados pessoalmente se compreenderão na lista, uns por dever, outros por amizade do autor, se quiserem anuir a assinatura.”<sup>526</sup> Importante

---

<sup>525</sup> GRJ / Biblioteca d’Ajuda, 10/09/1808, N.º1.

<sup>526</sup> GRJ / Biblioteca d’Ajuda, 10/10/1812, N.º82. .

ressaltar que era comum no período os subscritores do periódico custearem as edições de livros de seus pares para assim garantir a produção e circulação da obra.

Desde os primeiros números da *Gazeta*, o tema da Restauração em Portugal atraía a atenção do nosso leitor, fosse na seção Noticiosa ou na de Avisos. Notícias sobre a região do Algarve<sup>527</sup>, decisões militares do Conselho de Guerra em Lisboa que exigia a defesa da pátria<sup>528</sup>, prelados religiosos<sup>529</sup> e congratulações ao rei em defesa do Reino<sup>530</sup>, assim como obras que reverenciavam a expulsão dos franceses do território nacional<sup>531</sup> eram constantemente assinalados pelo colecionador que, até janeiro de 1810, observava o que era reportado no jornal sobre os fatos portugueses ocorridos em meio às invasões francesas.<sup>532</sup> A relação das pessoas que concorriam para o socorro dos vassalos de D. João, residentes em Portugal, também foi assunto digno de sua nota: nesse particular, seus apontamentos registravam o interesse para a atuação de determinados súditos, como se vê na edição de 1º de fevereiro de 1809, quando assinalava os nomes de Francisco da Costa Chagas Dito, Antonio Rodrigo de Moura Telles, Tomé Joaquim da Silva e José Francisco de Paula.<sup>533</sup>

Ademais, seu interesse pelos assuntos ocorridos na órbita real foi visível. Desde abril de 1809 já referenciava às mercês reais concedidas á Ordem de Cristo<sup>534</sup>, tema que acompanhou de perto até 1812. Em 11 de janeiro de 1811 marcava o decreto que concedia a mercê a Cypriano Ribeiro Freire, nobre do conselho de D. João VI que a partir de então se tornava presidente da Real Junta de Comércio, Agricultura Fábricas e Navegação.<sup>535</sup> Já em agosto de 1812 contemplava a atenção do regente para com os irmãos Amaro e Manoel Velho da Silva, ambos fidalgos da casa real que, pelos seus “bons serviços” ao rei recebiam mercês da Coroa.<sup>536</sup> As notícias de falecimento de personalidades ilustres da política portuguesa também tiveram a marca de sua pena. Se em maio de 1812 registrava a morte de D. Pedro Carlos, infante de Espanha e genro de D. João; no mês seguinte observava atentamente a reportagem acerca do falecimento do Marques de Pombal, morto aos 64

---

<sup>527</sup> GRJ / Biblioteca d'Ajuda, 28/09/1808, N.º5. .

<sup>528</sup> GRJ / Biblioteca d'Ajuda, 1/02/1809 N.º41. .

<sup>529</sup> GRJ / Biblioteca d'Ajuda, 28/06/1809, N.º83. .

<sup>530</sup> GRJ / Biblioteca d'Ajuda, 19/10/1808, N.º9.

<sup>531</sup> GRJ / Biblioteca d'Ajuda, 5/08/1809, N.º94.

<sup>532</sup> GRJ / Biblioteca d'Ajuda, 17/01/1810, N.º5.

<sup>533</sup> GRJ / Biblioteca d'Ajuda, 1/02/1809, N.º41.

<sup>534</sup> GRJ / Biblioteca d'Ajuda, 5/04/1809, N.º59. Para outros registros do leitor sobre as doações de Mercês da Ordem de Cristo ver edição de 28/12/1808 e 3/08/1811

<sup>535</sup> GRJ / Biblioteca d'Ajuda, 9/01/1811, N.º3.

<sup>536</sup> GRJ / Biblioteca d'Ajuda, 26/08/1812 N.º69.

anos. Nessa reportagem, o assinante marcava o parágrafo em que o redator circunscrevia a estima do príncipe regente para com o ex-ministro de Estado de D. José I.<sup>537</sup>

Em janeiro de 1811 o leitor ressaltava duas informações sobre os fatos ocorridos na cidade de Argel, África. Na edição do dia 12 interessava-se pela iniciativa de alguns vassalos que “querendo dar uma demonstração pública do seu patriotismo e zelo” concorriam para o socorro dos *cativos* em Argel<sup>538</sup>; já a publicação do dia 30 referenciava a relação dos vassalos contribuintes para o resgate dos *portugueses* na cidade africana. Tais registros sinalizam-nos que, possivelmente, o nosso colecionador mantinha relações comerciais e/ou financeiras na capital da Argélia ou muito se interessava pelo conhecimento da política interatlântica do Império Português ou, ainda, foi um dos contribuintes.

Para os assuntos mais gerais, seus apontamentos são voltados para os anúncios referentes ao universo literário e cultural da Corte: livros e impressos que chegavam e circulavam no Rio de Janeiro, despachos de D. João VI, construção do teatro de S. João, loterias e leilões são alguns dos temas que lhe chamavam a atenção. Quanto aos livros, o assinante freqüentemente rubricava obras das mais diversas temáticas: história, jurisprudência, política, novelas de enfoque moral etc. compunham o rol de suas prováveis leituras. Porém, notamos uma atenção toda especial para as obras científicas voltadas para a medicina. Em março de 1811, por exemplo, interessava-se pelo livro *Ensaio Sobre a Arte de Formular, extraído dos elementos de Terapêutica de Mr. Aliber*<sup>539</sup>; em outubro do mesmo ano registrava a publicação da obra *Método novo de curar segura e prontamente o antraz ou carbúnculo*.<sup>540</sup> Já em fevereiro de 1812 assinalava, entre outras obras, a *Memória sobre o encéfalo-cele, acompanhada da observação de um hydro-encéfalo-cele curado no Hospital real Militar da Corte do Rio de Janeiro*<sup>541</sup> e, quase um ano depois, em janeiro de 1813, ressaltava a venda da nova obra sobre o *Tratado da inflamação, precedido da Fisiologia, e Patologia*.<sup>542</sup> Importante salientarmos que nosso intuito não é traçar o perfil detalhado desse leitor mas, antes, mostrar alguns aspectos e temas que compunham sua forma particular de dialogar com as notícias e matérias jornalísticas publicadas na *Gazeta do Rio de Janeiro*, da qual era colecionador.

Ao centrarmos nossa atenção nos diferentes modos de ler desses dois leitores da *Gazeta do Rio de Janeiro*, queremos ressaltar as várias facetas que envolviam a atividade da leitura e reiterarmos a idéia de Chartier de que esse processo é uma ação interpretativa individual e particularmente

<sup>537</sup> GRJ / Biblioteca d'Ajuda, 3/06/1812, N.º 45.

<sup>538</sup> GRJ / Biblioteca d'Ajuda, 12/01/1811, N.º 4. (grifo nosso)

<sup>539</sup> GRJ / Biblioteca d'Ajuda, 06/03/1811, N.º 18. (grifo nosso)

<sup>540</sup> GRJ / Biblioteca d'Ajuda, 9/10/1811, N.º 81.

<sup>541</sup> GRJ / Biblioteca d'Ajuda, 29/02/1812, N.º 18.

<sup>542</sup> GRJ / Biblioteca d'Ajuda, 16/01/1813, N.º 18.

complexa para cada leitor. Nas palavras do historiador “os atos de leitura que dão aos textos significações plurais e móveis situam-se no encontro de maneiras de ler, coletivas ou individuais herdadas ou inovadoras, íntimas ou públicas e de protocolos de leitura depositados no objeto lido.”<sup>543</sup> Como vimos, cada um criou seus próprios códigos de registros de leitura e interpretação das notícias, cujos temas e interesses foram focados de diferentes maneiras. Apesar dessas peculiaridades, é fundamental ressaltarmos que ambos os assinantes parecem ter sido coleccionadores da *Gazeta do Rio de Janeiro* e bem possivelmente compreendiam a atividade de coleccionar como uma forma de terem em casa, sob suas mãos, a crônica personalizada de seu próprio tempo da qual eles também se consideravam pequenos cronistas. Como define Antonio de Moraes e Silva, a crônica é a “história escrita conforme a ordem dos tempos, referindo a eles as coisas que se narram.”<sup>544</sup> Sob essa perspectiva o ato de coleccionar cronologicamente as edições tinha também relevância para os leitores contemporâneos da época de D. João VI. Como um dos pilares da concepção de imprensa da *Gazeta do Rio de Janeiro*, a cronologia era concebida como “a ciência das épocas memoráveis, e sucessos, que elas se referem, com os modos de calcular os tempos”<sup>545</sup>, idéia que, como vimos fazia sentido também para esses dois possíveis assinantes do periódico. Ademais, como define o historiador Romian Krysztof, certas peças de coleção, as quais podemos incluir as publicações anuais de periódicos, são fontes de prazer estético que “permitem adquirir conhecimentos históricos e científicos.” O ato voluntário de as possuir, organizando-as de modo particular, salienta o autor, “conferem prestígio, enquanto testemunham o gosto de quem as adquiriu, ou as suas profundas curiosidades intelectuais, ou ainda a sua riqueza ou generosidade ou todas as qualidades conjuntamente.”<sup>546</sup>

Seja sob a forma de comentários, sugestões ou apenas rubricas das mais diversas formas, vemos que cada coleção da *Gazeta do Rio de Janeiro* arquivada nessas duas bibliotecas portuguesas conta-nos uma história particular de um tempo de profundas transições políticas no mundo europeu e, sobretudo, luso-brasileiro. Nesse contexto, os colecionadores/leitores se autoconcebiam como *ativos* participantes dessas transformações, já que na época o ato de assinar um periódico era “um gesto repleto de significado, era um ato de opinião.”<sup>547</sup> Como define Marco Morel, ser um leitor ativo, nesse período, era uma forma priorizar o diálogo entre os literatos e os grupos dirigentes, que

---

<sup>543</sup> CHARTIER, op.cit., p.78.

<sup>544</sup> SILVA, Antonio Moraes, *Dicionário ...* op.cit., p.497.

<sup>545</sup> Idem,

<sup>546</sup> KRYSZTOF, Romian, “COLEÇÃO”, In LE GOFF, J.(org.), *Enciclopedia Einaudi, Memória-História*, IN/CM, Porto, 1984, vol. 1, p.54.

<sup>547</sup> MOREL, Marco, op.cit.,p.212.

formavam um público privilegiado para uma nova constituição do saber.<sup>548</sup> As marcas textuais desses dois leitores nos colocam diante de duas hipóteses: certamente eles viveram no Rio de Janeiro entre os anos de 1808 e 1821 e regressaram para Lisboa com D. João VI. Lá provavelmente doaram suas coleções particulares da *Gazeta* para as instituições portuguesas (Biblioteca Nacional de Lisboa e Biblioteca d'Ajuda) ou quiçá, os familiares as tenham vendido para as bibliotecas, uma vez que os estabelecimentos não conservaram a data de entrada das coleções. Apesar disso, instituições portuguesas as mantêm até hoje na forma que originalmente foram produzidas.<sup>549</sup> Ao entregá-las para instituições públicas, provavelmente, desejavam perpetuar a sua própria memória do tempo em que foram agentes da história de seu tempo...

A diversidade nos usos e leitura do público para com os periódicos seja na inserção dos anúncios seja nas rubricas criadas como códigos particulares de interação com a imprensa só nos reafirmam que a leitura do jornal e os usos que as pessoas faziam do espaço destinado para suas próprias manifestações no período joanino estavam voltadas para a consolidação de novas maneiras de conceber e viver o universo público. As vivências culturais cotidianas da sociedade luso-brasileira na relação com a palavra impressa foram tão intensas que uma das mais importantes reivindicações da Revolução do Porto foi a liberdade de imprensa. Porém, o debate sobre a liberdade de imprensa não se restringiu ao espaço político das Cortes. Ao contrário, já despontava primeiramente, nos próprios jornais da época (*Gazeta de Lisboa*, *Correio do Porto* e *Gazeta do Rio de Janeiro*), revelando uma mudança significativa na concepção de imprensa e prática jornalística. Nos próximos itens desse capítulo, pretendemos captar não só esse debate, nas páginas dos jornais, como também circunscrever as transformações que ele provocou na emissão e recepção das notícias.

## 2. Imprensa, Revolução do Porto e os ecos políticos no Rio de Janeiro (1817-1820)

Cinco dias depois da eclosão do movimento liberal na cidade do Porto, a *Gazeta de Lisboa* noticiava os acontecimentos ao norte do país. Em 29 de agosto era publicada em primeira página uma proclamação que definia os fatos ocorridos no Porto como “o horrendo crime de rebelião contra o poder, a autoridade legítima do nosso Augusto Soberano, EL-REI Nosso Senhor”, ressaltando que as atitudes dos rebeldes era fruto de “alguns poucos indivíduos mal intencionados

---

<sup>548</sup> Idem,

<sup>549</sup> Diferentemente da coleção da *Gazeta do Rio de Janeiro* presente nos arquivos do AEL, cujas publicações anuais estão microfilmadas, as outras duas coleções arquivadas na BNL e na Biblioteca d'Ajuda firmam encadernadas em diferentes volumes anuais.

[que] alucinando os chefes dos corpos das tropas daquela cidade; poderão desgraçadamente influí-los” quebrando, desse modo, o juramento de fidelidade ao monarca ao se atreverem “a constituir por sua própria autoridade naquela cidade um governo a que dão o título de Governo Supremo do Reino.”<sup>550</sup>

Num. 205.

An. 1820.

# GAZETA DE LISBOA.



COM PRIVILEGIO DE SUA Magestade.

QUARTA FEIRA 30. DE AGOSTO.

LISBOA 29 de Agosto.

## PROCLAMAÇÃO.

**P**ortuguezes! O horrendo crime de rebelião contra o poder, e Authoridade legitima do nosso Augusto Soberano, ElRei Nosso Senhor, acaba de ser commettido na Cidade do Porto.

Alguns poucos Individuos mal-intencionados, allucinando os Chefes dos Corpos da Tropa daquella Cidade, pudérão desgraçadamente influí-los para que, cobrindo-se de opprobrio, quebrassem no dia 24 do corrente o juramento de fidelidade ao seu Rei, e ás suas Bandeiras, e se atrevessem a constituir, por sua propria Authoridade, naquella Cidade hum Governo a que dão o titulo de Governo Supremo do Reino.

Bem conhecião os perversos, que maquinárão esta conspiração, que só poderião conseguir extraviar corações Portuguezes occultando-lhes, debaixo de apparencias de hum juramento illusorio de amor e fidelidade ao seu Soberano, o primeiro, e tremendo passo que lhes fizerão dar para o abismo das revoluções, cujas consequencias podem ser a subversão da Monarquia, e a sujeição de huma Nação sempre zelosa da sua independencia á ignominia de hum jugo estrangeiro.

Não vos illudais pois, fideis e valerosos Portuguezes, com semelhantes apparencias: he evidente a contradicção com que os revoltosos, protestando obediencia a ElRei Nosso Senhor, se subtrahem á Authoridade do Governo legitimamente estabelecido por Sua Magestade, propondo-se, como declarão os intrusos, que a si mesmos se constituirão debaixo do titulo de Governo Supremo do Reino; a convocar Côrtes, que sempre serão illegaes, quando não forem chamadas pelo Soberano; e a annunciar mudanças, e alterações, que, quando muito, devião limitar-se a pedir, por isso que só podem emanar legitima, e permanentemente do Real consentimento.

*Gazeta de Lisboa*, 30/08/1820, N.º 205. Nesta edição da gazeta oficial, a sociedade lisbonense tomava conhecimento dos fatos ocorridos na cidade do Porto, seis dias antes.

<sup>550</sup>GL, 29/08/1820, N. 205.

Ao circunscrever os fatos do Porto pela órbita de um *crime* praticado contra El Rei e a sagrada instituição monárquica, o redator da *Gazeta de Lisboa* tentava delinear a atuação dos governadores do Reino como símbolo da *fidelidade* ao monarca e aos seus preceitos divinos, que a sua figura –mesmo distante – legitimava. Nesse discurso, incitava seus leitores a conter o instinto de “rebeldia”, considerado o passo derradeiro para o ‘abismo das revoluções’ para assim não sucumbirem às idéias subversivas daqueles que denominavam de perversos revoltosos.<sup>551</sup> Registrava ainda as ações dos governadores do Reino que, segundo afirmava, “continuarão a dar todas as providências que tais circunstancias imperiosas ditam, e que lhes são prescrita pelos mais sagrados deveres do seu cargo.”<sup>552</sup>

Realmente, até meados de setembro, os governadores do Reino guerreariam contra a evolução do movimento pelo uso da diplomacia e a força das palavras. A regência governativa de Lisboa organizou um corpo militar para combater os revolucionários do Porto<sup>553</sup> no mesmo período em que eram veiculados artigos na *Gazeta de Lisboa*, que circunscreviam as falas e ações dos revoltosos como “insidiosas *falsidades* com que os malévolos procuram excitar desconfianças contra as intenções de um governo.”<sup>554</sup> Segundo o jornal, era seu dever “informar” o público para que este “esteja *exatamente instruído* da situação dos negócios, para *poder por isso ajuizar*, e reduzir ao seu justo valor as várias, exageradas, e *fabulosas notícias* com que os *mal intencionados* procuram alucinar os ânimos dos incautos.”<sup>555</sup>

A conjuntura era de tal forma crítica e insustentável, que, em 15 de setembro, os governadores do Reino decidiram se antecipar às determinações da Junta Provisional do governo Supremo do Porto e instituíam uma junta governativa (o governo interino), acatando a exigências dos “rebelados”, ao convocarem as antigas Cortes.<sup>556</sup> A partir de então, mudava-se o discurso da *Gazeta de Lisboa*, que passava a defender o desejo de “toda a nação”, em uma clara referência à liberdade que possuíam para dirigirem os destinos do Reino. Em 15 de setembro o redator refletia:

“(…) chegou o momento de sufocar, pela unanimidade de votos da Nação, o gérmen de civis discórdias; já são livres de acanhados terrores as vozes dos Portugueses; conseguiu-se enfim uma justa e moderada liberdade neste dia, duas vezes memorável (...)”<sup>557</sup>

---

<sup>551</sup> Idem,

<sup>552</sup> Idem,

<sup>553</sup> VARGUES, Isabel, op.cit.,p.57.

<sup>554</sup> GL, 7/09/1820, N.º214. (grifo nosso)

<sup>555</sup> GL, 8/09/1820, N.º 215. (grifo nosso)

<sup>556</sup> VARGUES, Isabel, op.cit.,p.57.

<sup>557</sup> GL, 15/09/1820, N.º 221.

Importante ressaltar que, a escolha do dia 15 de setembro foi estrategicamente arquitetada pelos representantes políticos de D. João: nessa data o país celebrava a Restauração de Portugal e o livramento do jugo francês em 1808, dia muito especial para também comemorar a tão almejada “*regeneração* que nos torna dignos da sociedade das nações européias, e da nossa antiga e imarcescível (sic) glória.”<sup>558</sup> Na mesma publicação, parágrafos mais adiante, o redator encerraria suas considerações com um discurso inimaginável nos tempos que a força do Antigo Regime se fazia incontestável. Vejamos o que dizia o surpreendente comentário do jornalista:

Longo tempo há que desempenhamos a difícil tarefa da redação da *Gazeta*; estreitados, por obediência, a notícias insignificantes, sentíamos verdadeiro desgosto em ocultar aos nossos patriotas muitas notícias estrangeiras essenciais: a sair deste acanhado círculo; e agora com muito maior razão poderemos anunciar essas notícias, unicamente ligados à aquela *prudente moderação* que é *necessária* nas *Gazetas* oficiais.<sup>559</sup>

Nesta fala, o gazeteiro escancarava todo o processo de censura que ele próprio considerava perverso colocando em xeque a confiabilidade das notícias produzidas na *Gazeta de Lisboa* até então. Segundo ele, se a moderação das palavras era “necessária”, sim, em uma *Gazeta* oficial, o fim da censura de idéias já era uma grande conquista para que pudessem alcançar as *luzes* através de uma prática de imprensa mais livre. A *liberdade* de imprensa, nesse caso, tinha por objetivo revigorar a discussão pública das opiniões, através da possibilidade de se comunicar sem as antigas amarras da censura. Tal foi a amplitude da questão e o debate coletivo que se iniciava sobre os novos rumos da imprensa que, dias depois, em 21 de setembro, era ratificada uma portaria com o fim de regular a censura prévia e facilitar a liberdade de imprensa. De acordo com Tengarrinha, apesar do governo provisório de Lisboa considerar este assunto como tema de primeira importância, desejavam apoiá-lo *desde que* “fosse respeitada a religião, o rei e a dinastia, a Constituição futura, os bons costumes e as nações estrangeiras.”<sup>560</sup> Nesse sentido, vislumbrava-se as primeiras reflexões, ainda muito tênues e conservadoras, do que seria a acirrada discussão sobre o projeto das Cortes, que definiria, em 1822, os limites sobre a liberdade de imprensa em Portugal.

No Porto, o jornal *Correio do Porto* defendia a bandeira revolucionária com base na idéia de *regeneração*.

Quando no sempre memorando e imortal dia vinte e quatro de Agosto, se ouviu o patriótico brado proclamador de nossa liberdade e independência nacional, e mensageiro feliz de nossa necessária Regeneração; vivificante alegria que ele mui naturalmente incitou, anunciando o término dos males pretéritos.<sup>561</sup>

---

<sup>558</sup> GL, 15/09/1820, N.º 221.

<sup>559</sup> GL, 15/09/1820, N.º 221 (grifo nosso)

<sup>560</sup> TENGARRINHA, op.cit., p.124.

<sup>561</sup> *Correio do Porto*, 3/10/1820, N.º 6.

A exaltação de um novo futuro *regenerador* era a tônica da retórica do periódico, significando o passo definitivo para a obtenção da tão almejada liberdade. De acordo com Ana Rosa C. da Silva, a *regeneração* foi entendida pelas elites ilustradas e revolucionárias portuguesas não como uma ruptura, mas, antes, como um *resgate* “do constitucionalismo da monarquia lusitana que se opunha à idéia de um “Estado Absolutista superdimensionado em suas funções e visto como responsáveis pelos males que assolavam o país.”<sup>562</sup> Na prática, afirma a historiadora, reatavam-se laços tradicionais existentes entre o soberano e o povo “através de uma lei fundamental – a Constituição – indicativa dos meios de apoio entre ambos.”<sup>563</sup> A repercussão dos fatos políticos revolucionários era de interesse de toda a nação portuguesa, sobretudo no que se referia aos seus desdobramentos no Brasil; mais particularmente, em relação à atitude de D. João VI, frente à decisão soberana de convocarem as Cortes para instituírem uma constituição.<sup>564</sup>

Em 5 de setembro de 1820, os governadores do Reino enviavam ao Rio as primeiras cartas de ofícios de portugueses e os seus próprios documentos, informando para o monarca as providências da Regência de Lisboa que convocara as Cortes com o objetivo de apaziguar a situação. As notícias chegaram a Corte pouco mais de um mês depois, em 17 de outubro, e propagaram-se rapidamente. Lúcia Neves encontrou um registro da Polícia do Rio de 20 de outubro que “comprovava que soldados espanhóis tinham sido presos porque, em um domingo, depois das três horas da tarde, passavam pelas ruas do Rio de Janeiro cantando coisas que parecia ser o seu hino constitucional.”<sup>565</sup> O fato é que as notícias de um projeto revolucionário em Portugal já eram de conhecimento dos brasileiros, como atestava uma folha inglesa traduzida e publicada pelo *Correio do Porto*, no início de outubro.<sup>566</sup> Assim eram anunciadas as informações sobre o estado do Brasil:

Um periódico de *Londres*, diz no dia 4 do corrente o que se segue:  
Temos notícia do *Rio de Janeiro* até o 1º de Agosto. São de natureza importante pois, que nos induzem a crer que o *Brasil* está muito inquieto, não sendo improvável que a Revolução de Portugal se estenda além do *Atlântico*. Cartas da *Bahia*, *Pernambuco*, e outras terras do norte do *Brasil*, escritas por pessoas mui

---

<sup>562</sup> SILVA, Ana Rosa, op.cit.,p.285.

<sup>563</sup> Idem,

<sup>564</sup> Ao analisar o sentido das Cortes para a sociedade portuguesa a historiadora Iara Lis define que tal processo tinha o intuito de dar “um novo sentido à soberania, na sua origem, na sua atribuição, no seu desempenho, e, pela primeira vez, emergia uma concepção política enlaçada à idéia de nação.” op.cit., p.85.

<sup>565</sup> Apud NEVES, Lúcia, *Corcundas e Constitucionais...* op.cit.,p.112. ANRJ Cód. 327. 20/10/1820.

<sup>566</sup> Ao comentar a troca de informações políticas no Rio de Janeiro a historiadora Cecília H. L. Salles Oliveira afirma que “Joaquim Gonçalves Ledo, Clemente Pereira e Manuel Joaquim da Silva Porto sabiam da movimentação política em Portugal, antes mesmo da deflagração do “pronunciamento” de agosto de 1820. O irmão de Custódio, fixara residência na cidade do Porto desde os fins do século XVIII, quando se formara em medicina na Universidade de Coimbra e, por seu intermédio, Ledo conhecia as circunstâncias políticas do Reino, até porque, Custódio estava envolvido na Revolução” OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini Salles Oliveira, *A astúcia liberal. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*, Edusp e Icone, São Paulo, 1999, p.109.

respeitáveis exprimem receios de próximos rompimentos; e até dão a entender que o Projeto de uma Revolução em Portugal era conhecida no Brasil já em Junho passado. <sup>567</sup>

NUMERO 39. CUSTA 30 REIS. ANNO DE 1820.

# Correio do Porto.

COM PERMISSÃO DO SUPREMO GOVERNO  
PROVISÓRIO DO REINO.

Sub. à Praça de S. Tereza. }  
Publicação diariamente. }

Fama . . . .  
... nuntia veri,  
Virg. Aeneid. L. 4.



---

SEXTA FEIRA 10 DE NOVEMBRO.

---

**RIO DE JANEIRO.**

(Extracto da Gazeta de 30 d'Agosto.)

**SUA Magestade** Houve por bem fazer as Mercês seguintes:

*José Ferreira Pinto Basto Junior*, Mercê do Habito da Ordem de Christo.

O Doutor *Antonio Pinheiro d'Azavedo e Sá*, a Co-nexia Doutoral da Sé de Lamego.

*Antônio Marcos da Cruz*, hum Beneficio simples da Ordem de S. Bento d'Avis, na Collegiada de Santa Eufemia de Penella, e o Habito da referida Ordem para o ter a titulo do mesmo Beneficio.

*Joaquim Francisco Madeira*, a Capella Curada de Santa Iria, no Termo da Villa de Serpa, da Or-dem de S. Bento d'Avis.

*Fr. Feliciano Antonio Telles*, a Coadjutoria e fu-tura successão do Priorado da Igreja Matriz de N. Senhora d'Oliveira da Villa de Camora Corrêa, da Ordem de S. Thiago da Espada.

*Lazaro Soares d'Almeida Corte Real*, o Officio de Escrivão da Camara e Saude de Villa Nova de Por-timão.

*João Bernardo de Menna Heredia Pena Falcão de Mendonça*, o Officio de Tabellião do Público, Ju-dicial e Notas da Villa de Castello Rodrigo.

*José Feliz de Souza*, Mercê de renúncia do Offi-cio de Tabellião do Público, Judicial e Notas da Villa de Louzã, para seu filho *José Feliz de Sou-sa Germano*.

*José Ricardo Viagas d'Oliveira*, Mercê do Officio de Tabellião de Notas da Cidade d'Elvas.

*José Corrêa de Miranda*, Mercê dos Officios d'Es-crivão da Camara, e Almotaçaria da Villa d'Oca-nha.

**ITALIA.**

(Conclusão do Discurso do Presidente do Parlamento.)

No centro da geral desventura da Europa a Hes-panha se havia visto afflicta com todos aquel-les males com que Deos costuma provar a constan-cia, e a virtude dos Povos. Subjugada por hum Exercito Estrangeiro bellicoso, e até então tido por invencivel, destruido o seu Commercio, revoltadas as suas Colonias, reduzida a cinzas sua Marinha, debandado seu Exercito, seu Rei prisioneiro; es-cutão os Hespanhoes a voz da Religião e da Honra Nacional, despertão, e lembrão-se que são decen-dentes dos Gonzalos e dos Mendozas, correm, ás ar-mas, derrotão o inimigo, e animão a Europa ater-rada, recobráo suas antigas Cortes, resgatão o seu Rei, e fazem humia Constituição que nos serve de modello, e que será hum monumento de razão pó-litica para todas as Nações do Universo. Senhor: esta Constituição he filha de humia larga experien-cia, e fructo dos trabalhos luminosos dos Publicis-tas da Europa do meiado do seculo passado. Ella achou o verdadeiro ponto de apoio, e de contacto entre os direitos dos Povos, e as prerogativas dos Monarcas. Ella tem sabido distribuir aos filhos a herança dos Avós, e deixando ao Pai humia racio-navel latitude para as suas disposições, roubou apar-tar-se dos extremos viciosos, que deixão sempre ás Nações a incerteza da sua sorte. Esta Constituição procede e se eleva qual magestosa pyramide: fór-ma sua espaçosa e solida base na declaração dos di-reitos e deveres dos Cidadãos: prosegue assegurando com humia bem calculada eleição, a verdadeira e boa nomeação dos Representantes Nacionais, chá-mando sempre em seu auxilio a Religião, consuli-

---

**HESPAÑHA.**

Madrid 31 d'Outubro.

Os Periodicos estrangeiros que hoje recebemos trazem noticias de Londres até 19, de Paris até 23, de Viena até 15, de Polonia até 3, e de Hollan-da até 16.

A Camara baixa do Parlamento Ingles prorogou as suas Sessões até 23 de Novembro. O General *Pepé* entrou em Palermo no dia 5 d'Outubro, sem se derramar humia gota de sangue. Na Sessão do Par-lamento de Napoles do dia 4 foi o Ministro d'El-Rei perguntado: Se S. M. havia escripto, como se

*Correio do Porto*, 19/11/1820, N.º 39. Nesta edição, as notícias do Brasil publicadas na *Gazeta do Rio de Janeiro* foram reverenciadas pelo periódico.

<sup>567</sup> *Correio do Porto*, 20/10/1820, N.º 21

Como não era possível comprovar a *veracidade* do conteúdo dessas cartas, importava ao redator delinear as possíveis conexões entre Brasil e Portugal, em um momento político tão delicado. Assim, colocava em pauta as prováveis interpretações dos súditos de El Rei do outro lado do Atlântico quando a par dos acontecimentos, ressaltando que, na América também se vivia um período de instabilidade e insatisfação política acerca dos rumos do Império. Diante desse cenário, interessa-nos analisar aqui quando e em que termos a Revolução do Porto foi noticiada pelas páginas da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

É fato, porém, que ao final de 1820 era traduzido na Bahia um folheto em francês intitulado *Le Roi et la Famille Royale de Bragance Doivent-Ils, dans les Circonstances Presentes, S'aourner à Portugal, ou Bien Rester au Brésil?* que, apesar de anônimo, teve sua autoria atribuída a Caillhé de Geine, intendente da polícia da Bahia. O escrito suscitava uma polêmica que já vinha sendo delineada dentro dos gabinetes de alta política: o rei e a família real deveriam ficar no Brasil ou voltar para Portugal? O folheto defendia explicitamente o abandono de Portugal e a manutenção do absolutismo monárquico no Brasil, sendo também contrário às Cortes.<sup>568</sup> Esse impresso teve grande impacto na Corte onde gerou importantes discussões. Para além da opinião do autor, é interessante notarmos que, se iniciava a discussão pública de temas políticos de grande relevância para o destino da Nação, em que a *pluralidade de opiniões* era a tônica principal do debate. A ressonância dessa leitura foi de tal monta que, a própria *Gazeta do Rio de Janeiro*, em meados de julho de 1821, anunciava a sua venda “devidamente” analisada.<sup>569</sup> Apesar dessa polêmica fazer parte das discussões de alto escalão ministerial do governo joanino e ser uma consequência direta da Revolução do Porto, esse fato político só ganharia as páginas da *Gazeta do Rio de Janeiro* em 9 de novembro de 1820, em edição *extraordinária* do periódico.<sup>570</sup> As notícias foram assim enunciadas:

*Rio de Janeiro.*

O espírito de inquietação e o desatinado desvario, que tem atacado o meio dia da *Europa*, desgraçadamente soprou sobre uma das mais belas cidades de *Portugal*, e corrompendo ânimos ambiciosos, e indiscretamente amigos da novidade, causou tumultos efêmeros, que a prudência do Governo se apressou a atalhar e a extinguir. Para darmos aos nossos Leitores uma idéia deste abominável acontecimento, basta copiarmos a seguinte PROCLAMAÇÃO(...)

---

<sup>568</sup> NEVES, Lúcia, op.cit.,p139.

<sup>569</sup> “Na loja da *Gazeta* se acha vertido em Português e analisado o folheto francês que há tempos se espalhou no Rio de Janeiro, que tinha por título O Rei e a Família real devem nas circunstâncias presentes voltar para Portugal ou ficar no Brasil, por 960 réis.” GRJ, 31/07/1821.

<sup>570</sup> Dias antes, em 4 de novembro, a *Gazeta* veiculava uma obra, na seção de avisos, cujo assunto aparentemente inofensivo, provavelmente tinha interesses bem circunscritos. O título da obra intitulava-se *Reflexões Morais e históricas sobre as máximas de um homem de honra e probidade*, cujos quatro volumes eram vendidos a 6400 réis. Ao anunciá-la o redator expressava sua opinião acerca do conteúdo: “obra muito útil à mocidade e a todas as pessoas, que se querem conduzir bem no mundo.”

Nesta data, o jornal publicava a proclamação veiculada pela *Gazeta de Lisboa* em 29 de agosto, além de diversos artigos e ofícios saídos na edição da folha portuguesa em 2 de setembro, quando os Governadores do Reino ainda se mantinham na posição de defensores da ordem monárquica absolutista sendo contrários aos desdobramentos da Revolução.<sup>571</sup> Como vemos, o comentário do redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* explicitava a *versão monárquica* dos fatos ocorridos no Porto. Segundo Araújo Guimarães, as reações liberais e a tentativa de implantação de uma monarquia constitucional com a convocação das Cortes eram acontecimentos passageiros, sem maiores conseqüências para a sustentação da monarquia absolutista portuguesa, graças á ação prudente, enérgica e fiel dos Governadores do Reino.

Depois do dia 9, todas as outras publicações da *Gazeta do Rio de Janeiro* do mês de novembro referir-se-iam *exclusivamente* á situação política européia, dando especial atenção aos acontecimentos na França e na Inglaterra.<sup>572</sup> As edições do jornal tentavam passar ao leitor a impressão de normalidade e não mais vincularam o recorte editorial da folha aos fatos ocorridos no Porto. Quanto ao desenvolvimento do processo revolucionário em Lisboa e a adesão dos Governadores do Reino às Cortes, a Constituição e as mudanças no enfoque informativo da *Gazeta de Lisboa*, nem uma palavra sequer.

O periódico propositadamente *silenciava* a crise institucional do Antigo Regime na tentativa derradeira (e desesperada) de conter os ecos liberais vindos do além mar. Infelizmente para a monarquia, já não era mais possível manter a lógica discursiva que há treze anos sustentava as páginas da *Gazeta*. Em 1821, começava uma árdua batalha pela vigência da monarquia constitucional: mais uma vez, a *Gazeta do Rio de Janeiro* seria o porta-voz dos objetivos da realeza. Só que a partir de então a folha assumiria uma complexidade jamais vista anteriormente, como se verá a seguir.

Em 19 de dezembro, a *Gazeta de Lisboa* noticiava as decisões reais de D. João VI que, ironicamente, chegavam pelo brigue *Providência*. A divulgação de que o monarca “mandava anunciar anistia geral e, autorizava as Cortes convocadas pelos precedentes Governadores do Reino, estranhando contudo como incompetente a sua convocação sem o concurso da Real Pessoa” fazia-se pública. O redator também comunicava aos portugueses que logo em breve, assim “que concluídas as mesmas Cortes, e sendo remetidas às propostas delas para serem legalizadas com a

---

<sup>571</sup> GERJ, 9/11/1820, N.º 8.

<sup>572</sup> Para o conhecimento da temática do periódico nos dias subseqüentes ver as edições entre os dias 15/11 a 29/11, num total de cinco exemplares.

régia sanção, teriam os *portugueses* no meio de si a sua real pessoa, ou a de algum de seus augustos filhos.”<sup>573</sup>

Devido a Revolução do Porto e sua repercussão dos dois lados do Atlântico, impunha-se uma nova cultura política que se delinearia ao longo de 1821 e 1822, também no nascimento de um novo vocabulário político dos homens ilustrados.<sup>574</sup> Nesse cenário, o principal expoente e locus de debate, mais uma vez, foi a imprensa que, desde dezembro de 1820, era reestruturada pelo governo interino do Reino, em Lisboa, o qual determinava que “do primeiro de janeiro do ano próximo de 1821, por diante, a *Impressão Régia* se denomine = Imprensa Nacional = por ser esta uma *propriedade da nação*.”<sup>575</sup> Paralelamente a essa decisão, o último exemplar da *Gazeta de Lisboa* veiculado ao final de 1820, também informava seus leitores sobre as mudanças de título e concepção do periódico, que passaria a ser denominado *Diário do Governo*.

A partir de então, as perspectivas para a produção tipográfica periódica em Portugal eram realmente inovadoras. Como nos informa Tengarrinha, a “atividade jornalística começava a atingir uma envergadura nunca até aí nem de longe alcançada, bastando dizer que só em Fevereiro de 1821 saíram em Lisboa 17 jornais políticos.”<sup>576</sup> Ademais, nas Cortes e na composição dos temas de suma relevância para a Constituição, a regulamentação da liberdade de imprensa compôs uma das mais acirradas discussões entre os deputados. A questão foi de tamanha urgência que em 5 de fevereiro Soares Franco (ex-redator da *Gazeta de Lisboa* no período das Guerras Napoleônicas) apresentava um *projeto de decreto sobre liberdade de imprensa extraído em grande parte do regulamento espanhol*.<sup>577</sup>

Enquanto no início de 1821, em Portugal, a vigência das Cortes já circunscrevia aspectos importantes da monarquia constitucional a ser instituída no Império Português, no Brasil delineavam-se as primeiras adesões às Cortes e à Constituição ao mesmo tempo em que emergiam

<sup>573</sup> GL, 19/12/1820, N.º 304.

<sup>574</sup> Utilizo aqui o termo *Cultura Política* definido por Lúcia Neves. De acordo com a autora o conceito é “uma construção histórica que se adapta e se transforma em sintonia tanto com os acontecimentos quanto com as atitudes dos indivíduos e dos grupos, cujos objetivos, por sua vez, ela define. (...) a Cultura política de uma sociedade compõe-se não só de conhecimentos e crenças que fundamentam as práticas possíveis no interior de um sistema político, como as normas estabelecidas para definir os direitos e deveres dos participantes como cidadãos. Abrange ainda as posturas que asseguram a identidade e delimitam as fronteiras das comunidades a que pertencem indivíduos e grupos, legitimando ou desqualificando as suas reivindicações; e também os simbolismos através dos quais exprimem os seus valores e reforçam essas formas de solidariedade.” NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*, Revam: FAPERJ, Rio de Janeiro, 2003, pp. 25-26. Nesta mesma obra a historiadora faz uma análise minuciosa acerca do sentido dos termos políticos para os homens ilustrados da época e como essa mudança no vocabulário político teve intrínseca relação com a dinâmica própria da sociedade na qual surgiam.

<sup>575</sup> ANTT, *Ministério do Reino*, Livro 325, p.39. Documento direcionado à Joaquim Antonio Xavier A. da Costa, assinado por Manoel Fernandez Thomaz, importante dirigente do governo interino.

<sup>576</sup> TENGARRINHA, op.cit., p.125.

<sup>577</sup> Idem, Ibidem,,

novos embates políticos na esfera pública, principalmente no Rio de Janeiro. De acordo com Ana Rosa C. da Silva, as notícias da revolução vintista tiveram repercussões *diferenciadas* em todo o Brasil, marcadas por *especificidades* regionais.<sup>578</sup> Apesar do interesse historiográfico e político que essa questão suscita, nosso foco de análise está voltado para a compreensão do cenário do Rio de Janeiro, no período, e as mudanças que essa conjuntura provocou na rearticulação das forças políticas na Corte. Sobremaneira, interessa-nos delinear tanto a nova compreensão dos atores sociais acerca da importância que, gradativamente, foi tendo o espaço público e, em especial, os usos e sentidos que esses personagens passaram a tecer para a palavra impressa, assim como repensar o papel da *Gazeta do Rio de Janeiro* nesse processo e o seu diálogo com as novas produções periódicas nascidas no primeiro semestre de 1821.

Em janeiro de 1821, um caso inusitado chamava a atenção de Paulo Fernandez Vianna, Intendente Geral da Polícia no Rio de Janeiro. Ao ter conhecimento de uma tipografia na Corte de propriedade de Manuel Mendes Dinis, na região de Matacavalos, o funcionário real tomava importantes medidas: para além de denunciar sua existência aos órgãos superiores, mandava seus subordinados “dar-lhe busca e apreendê-la, conduzir a minha presença aquele em cujo poder se achasse”, já que lá se “imprimia algumas coisas para fora, e bem surtida de letras para fazer uma maior impressão” sendo esta atividade “coisa muito irregular [já que] *he privativa do Governo a Imprensa*.”<sup>579</sup> Vianna comunicava essa situação aos diretores da *Imprensa Régia* pedindo auxílio para o encaminhamento da questão. A resposta dos administradores da tipografia não demoraria a sair, sendo o veredicto *a favor* de Manuel Mendes Dinis, uma vez que afirmavam ter autorizado o estabelecimento, alegando que “era permitido ao mesmo Manuel Mendes Diniz, em razão de sua arte de fundir, justificar letras, matrizes e moldes, o ter os acima mencionado efeitos e outros muitos mais em sua casa, muitos deles com expressa licença e outros por consentimento da Direção, sem ter

---

<sup>578</sup> O Pará foi a primeira província a aderir ao projeto constitucional em 1º de Janeiro de 1821, seguido do Maranhão e do Piauí. Em 10 de fevereiro era a vez da Bahia. Segundo a historiadora, “nesta capitania, assim como na de Pernambuco, o movimento resultou, em grande parte, da ação de brasileiros libertos da revolução de 1817, cujos ânimos conseguiram ser totalmente sufocados pelos esforços dos respectivos governadores locais.” A autora ressalta ainda que, apesar das províncias do norte e nordeste terem aderido prontamente ao constitucionalismo, isso não significava que houvesse “uma perfeita unissonidade de tendências e motivações seja nas capitanias seja dentro no interior dos próprios governos locais, onde desde cedo pulsavam disputas pelo controle da situação.” Apesar das particularidades regionais, todas essas capitanias faziam oposição ao despotismo do Rio de Janeiro. Já nas províncias do sul e sudeste, o processo teria influência não só dos grupos locais, mas também pela própria presença do regente depois de abril de 1821. SILVA, Ana Rosa, op.cit., p.292-293.

<sup>579</sup> Cf. CABRAL, Valle, op.cit., p.XXXV. De acordo com o bibliógrafo, essa carta cujo original se guarda no arquivo da Imprensa Nacional, foi toda escrita pelo punho do referido Intendente e remetida para os diretores da *Impressão Régia*. O Intendente também anexava à carta o auto de busca e apreensão, que também foi publicado por Valle Cabral., op.cit.,p. XXXI –XXXVII.

prejuízo da Oficina.”<sup>580</sup> Os administradores aproveitavam a oportunidade para ressaltar que, “toda legislação e papéis diplomáticos que emanassem de qualquer repartição do real serviço, todas as mais impressões de nada ofendem este privilégio, ficando sujeitas às leis gerais ou as ordens que possa haver”.<sup>581</sup> O documento foi assinado por José da Silva Lisboa, José Bernardes de Castro e José Saturnino da Costa Pereira.<sup>582</sup>

O interessante desse diálogo, entre os funcionários públicos da monarquia, foi a atitude dos diretores da *Impressão Régia* para com as novas tipografias e produções impressas supostamente independentes no início de 1821; posição que muito se diferenciava daquela mantida em meados de 1809, quando anunciavam na *Gazeta do Rio de Janeiro* a apreensão de uma *Gazeta* manuscrita na Corte, contendo blasfêmias contra Beresford. Naquela época, o então redator frei Tibúrcio José da Rocha afirmava que, “a vulgarização destas falsas notícias tem por particular objeto semear a desunião, e desconiança entre este Governo, e o de S. M. *Britânica*”, razão pela qual os produtores das notícias sentiam-se autorizados “a desmentir completamente tudo o que contém aquele infame papel contra cujos faltos (sic), ou contra os que procuram vulgarizá-lo, mandará certamente S.A.R proceder com toda a severidade das leis”.<sup>583</sup> Importante ressaltarmos que ambos os posicionamentos estavam intrinsecamente associados às especificidades de cada contexto histórico do Brasil, onde a concepção de imprensa (e a repressão aos escritos) marcava suas *particularidades* com as metas políticas do governo joanino. Obviamente, a iniciativa de Manuel Mendes Diniz não prejudicava os interesses dos produtores da imprensa na Corte, mas, já sinalizava para um aspecto de relevância: como cidadão da monarquia luso-brasileira, Diniz se sentia a vontade para empenhar suas energias em iniciativas tipográficas outras (mesmo sob consentimento dos diretores da oficina real), que produzissem impressos paralelamente aos da *Impressão Régia*. Anos antes, essa situação seria quase impossível dentro do Rio de Janeiro, sendo compreendida como uma ameaça à ordem; uma ação de ousadia e afronta ao poder real.

Já em meados de 1821, entretanto, o Rio vivia um momento ímpar no que concerne a circulação da palavra escrita. De acordo com o historiador Marco Morel, desde que chegara a notícia da Revolução do Porto na capital, a cidade presenciava a multiplicação de manuscritos (cartas,

---

<sup>580</sup> Segundo Valle Cabral, Manuel Mendes Diniz iniciou seu trabalho de aprendiz de fundidor de letras da *Impressão Régia*, em 1811, conservando-se empregado no estabelecimento até sua o ano de sua morte, em 1825. op.cit., p. XXXVIII

<sup>581</sup> APUD CABRAL, Valle, “Resposta dos diretores da *Impressão Régia*”, op.cit., p.XXXVII-XXXVIII. (grifo nosso).

<sup>582</sup> Idem.

<sup>583</sup> GRJ, 29 de Novembro de 1809, N. ° 127

anotações, papéis públicos) que produziam burburinhos, comentários, enfim, novas reflexões sobre a política no espaço público; uma atividade que atingia todas as classes de pessoas, inclusive os escravos que, com gritos e vozes públicas esquadrihavam uma importante atuação política no espaço urbano, domínio em que muitas vezes se sentiam senhores. Essas mudanças produziam consigo um constante jogo de apropriações de sentidos.<sup>584</sup> Na realidade, desde de 1820, a cena política brasileira contava com o aparecimento de novos protagonistas, eram eles: os proprietários de terras e comerciantes do Recôncavo da Guanabara e do Campo de Goitacazes os quais, ao se aliarem aos negociantes de gêneros de abastecimento e varejistas, além de bacharéis e militares, constituíram um forte grupo que se contrapunha aos interesses das famílias portuguesas e negociantes de *grosso trato*, ambos articuladores das esferas de decisão do Estado.<sup>585</sup> Esse grupo, denominado de *liberais*, tinham em Joaquim Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa, José Clemente Pereira, Luis Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho e Manoel dos Santos Portugal seus líderes; homens que “desde fins do século XVIII, buscavam construir fortunas e ascender na esfera pública”<sup>586</sup> e se contrapunham aos políticos que compunham a alta burocracia portuguesa, representada pela nobreza emigrada, os comerciantes de *grosso trato* como a família Carneiro Leão e os ministros de estado, entre eles Silvestre Pinheiro Ferreira e Vilanova Portugal.

O grupo dos *liberais* foram os condutores do processo da manifestação militar de 26 de fevereiro de 1821, ocorrido no largo do Rocio, em plena capital do Império Português. O evento político exigia o juramento do rei à constituição de Lisboa e a substituição dos ministros de Estado e das pessoas que ocupavam os principais cargos políticos. Eram partidários da volta de D. João VI para Portugal, sob uma perspectiva de uma monarquia constitucional, cuja sede seria em Lisboa.<sup>587</sup> Paralelamente a essas reivindicações, as atitudes do regente escancaravam a forte crise pela qual passava a monarquia portuguesa; cujo impasse era sinalizado para toda a sociedade fluminense inclusive com importantes contornos na imprensa.

Em 18 de fevereiro, o monarca determinava a volta de D. Pedro a Portugal. No dia 24, a *Gazeta do Rio de Janeiro* notificava em publicação *extraordinária* o decreto real que afirmava: “exigindo as circunstâncias em que se acha a monarquia, justas e adequadas providências para consolidar o

---

<sup>584</sup> MOREL, Marco, *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1840)*, Editora Hucitec, São Paulo, 2005, p.230.

<sup>585</sup> OLIVEIRA, Cecília, op.cit..

<sup>586</sup> Idem, p.107.

<sup>587</sup> Para a compreensão dos múltiplos interesses desse grupo, suas divergências políticas e as estratégias de luta ver OLIVEIRA, Cecília, cap.III. (107-196) e NEVES, Lúcia, *Corcundas e Constitucionais*, op.cit, parte II e parte III (119-285.)

trono, e assegurar a felicidade da nação”, o rei enviava o Príncipe Real ao Reino “munido de autoridade e instruções necessárias, para por logo em execução as medidas e providências, a fim de restabelecer a tranqüilidade geral daquele Reino; para ouvir as representações e queixas dos povos; e para estabelecer as reformas e melhoramentos, e as leis que possam consolidar a constituição portuguesa.”<sup>588</sup>

Essa fala evidenciava os novos pressupostos do discurso real: como soberano vinculado a uma constituição, *partilhava* dos poderes da nação e era por ela escolhido, devendo *obediência* às leis que a sociedade legislava e promulgava nas Cortes. O espaço de negociação pelo veto real estava agora sujeito a uma determinação coletiva vinculada aos trâmites do poder legislativo: ao ditar a volta de D. Pedro I para Portugal, o monarca tentava conservar sob suas mãos as rédeas da situação, que visava, em última instância, garantir a unidade do Império Português mantendo sua legitimidade.<sup>589</sup> A circunstância era deveras controversa; razão pela qual no dia 23 de fevereiro D. João tornava pública a relação dos membros da comissão da “Junta das Cortes” do Reino D. Brasil<sup>590</sup>, ratificando –no dia seguinte –, a aprovação no Reino do Brasil da Constituição que estava sendo preparada em Portugal.

Esses dias de intenso conflito e tensão na órbita governamental tiveram na manifestação de 26 de fevereiro de 1821 o seu ápice. Segundo Cecília Salles Oliveira, tal demonstração evidenciava o choque de posições políticas entre o governo e um grupo de cidadãos livres descontentes, que mantinham importantes relações comerciais e de parentesco na Europa, cujas redes de contato com a maçonaria os aproximava dos revolucionários vintistas. Na praça do Rocio, D. Pedro I se comprometia a levar todos os pedidos dos revoltosos (a tropa, o povo e os oficiais) a seu pai, inclusive com os nomes do novo ministério.<sup>591</sup> Depois de reunir-se com D. João, que consentiu todas as reivindicações, D. Pedro I voltou à praça e leu o decreto real de 24 de fevereiro. Ao ser ovacionado com os vivas da população, o príncipe alcançava o seu objetivo: dissimular a derrota de

---

<sup>588</sup> Decreto publicado na GERJ, 24/02/1821, N.º3. Na publicação do periódico a assinatura do Regente datava de 22 de fevereiro de 1821, folha 132 do Livro 8º.

<sup>589</sup> SOUZA, Iara, op.cit. pp.86 -93. Nessas páginas a autora também analisa detalhadamente as medidas de D. João e suas tentativas de opor-se a vigência legal das Cortes.

<sup>590</sup> Salles Oliveira afirma que os membros da comissão “eram os mesmos homens que no decorrer do governo joanino haviam acumulado enormes fortunas e se assenhorado da administração pública” Como entre esses homens estava Tomás Antonio Vilanova Portugal, Palmela e o Conde dos Arcos, isso representava a perpetuação do mesmo poder político e das antigas condições de mercado. “Com isso não concordavam os liberais fluminenses que buscavam estabelecer instrumentos jurídicos que legitimasse a sua dominação sobre o mercado e a esfera pública.” op.cit., p.116.

<sup>591</sup> SOUZA, Iara, op.cit., p.95.

D. João VI cedendo às exigências do povo. Era a primeira vez que D. Pedro I ocupava a praça pública de maneira decisiva na cena política.<sup>592</sup>

Às onze horas da manhã, D. João ia ao Rocio para *reafirmar* as palavras e o compromisso do filho. Também aclamado, o rei reverenciava o povo com beija-mãos, sinalizando para a “reorganização da ordem.” Pelas publicações da *Gazeta do Rio de Janeiro*, notamos que o leque informativo, entre os meses de março e abril, referiram-se quase que exclusivamente a situação política vivida pelo Império Português. O dia 26 de fevereiro tornava-se uma data simbólica tanto no discurso do periódico – durante o primeiro semestre de 1821 em favor do soberano e de suas ações posteriores – como na própria prática política e na ressignificação do espaço público.<sup>593</sup> Dois dias depois da parada militar no Rossio, o redator assim descrevia os fatos do dia 26, considerado por ele *memorável*:

A multiplicidade de circunstâncias, a celeridade, com que se sucedem quase que instantaneamente; os vantajosos resultados, que se colheram e a *geral tranqüilidade no meio dos acontecimentos* quase sempre rubricados com sangue, absorvendo as mais sisudas reflexões, roubam ao escritor a faculdade de comunicar aos leitores as idéias, que tem enleado a sua alma, e sentimentos, que em plena efusão se patentearam. Bastando, portanto, transmitir uma *singela e verdadeira exposição* do que houve de mais notável neste dia singular a aqueles, que não tiveram a satisfação de o presenciar, e confessando de antemão quanto este objeto é desproporcionado à nossa franqueza, esperamos que a mesma grandeza do assunto eclipse a insuficiência do escritor.<sup>594</sup>

A *Gazeta* tentava manipular os fatos, de modo a descrevê-los sempre pela ótica da conciliação entre o governo e os revoltosos, sem apontar qualquer traço de conflito ou reivindicação. Era necessário veicular essa versão dos fatos até porque os produtores das notícias estavam conscientes de que na cidade circulavam diversas versões sobre os acontecimentos de Portugal, que chegavam pelas correspondências. Razão pela qual (juntamente com o apoio do governo), tentavam restringir as interpretações da maneira que melhor coubesse aos objetivos do projeto político da monarquia. Nesse momento, portanto, o espaço público já vivia sob a ação coletiva de diferentes projetos sobre o futuro do Império.<sup>595</sup> Nessa empreitada, o redator também circunscrevia a sua atividade

---

<sup>592</sup> Idem, p.96. De acordo com Iara Lis, no início do século XIX “a praça pública participava da lógica da política, pois funcionava como um lugar privilegiado da liturgia do poder e quase um último recurso para solicitar algo ao governante ou desafiá-lo.” Quanto a atuação de D. Pedro neste episódio a historiadora analisa que a atitude do príncipe “sintetizava um modo de agir mais correto e condizente com a intenção política liberal, que não reprimia a revolta, o descontentamento, mas, ao contrário, não dispensa a cena pública, antes sabe domá-la.” Op.cit., pp.97-99.

<sup>593</sup> Nesse aspecto, Morel faz uma importante análise sobre a importância do uso do teatro e sua expressão política durante 1821, principalmente em relação ao episódio de 26 de fevereiro em que D. João VI aceitava a constituição que estava sendo produzida em Portugal.

<sup>594</sup> 28/02/1821, N°17

<sup>595</sup> Sobre essa situação ver também a interpretação de Oliveira, Cecília, op.cit., p.109.

jornalística: ele reportava os acontecimentos antes expondo suas impressões emocionais e as dificuldades de seu ofício em transmitir a *multiplicidade* das diversas ocorrências, pondo em questão a validade de seus comentários. Se, assim, implicitamente, admitia a *parcialidade* de seu olhar, fazia-o, porém, de maneira dúbia: restringia sua fala pelo viés da *verdade*, da *singeleza* e da *franqueza*, valores exaltados para atingir os sentimentos do leitor; um apelo para que seus interlocutores confiassem na veracidade dos fatos, justamente porque o jornalista se colocava em uma posição *humilde*; a qual mesmo passível de erro, dizia buscar o bem de toda a nação.

Na mesma data, a *Impressão Régia* também publicava o *Suplemento à Gazeta* N.º 17, com o intuito de complementar as informações da mesma edição. No entanto, em tal adendo, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães imprimia um olhar *diferenciado* para os fatos.

(...) Retumbou no *Brasil* a voz, que alçaram nossos Irmãos em *Portugal*, e o fogo do nobre patriotismo, acendendo-se nos peitos generosos dos habitantes do *Rio de Janeiro*, **rompeu as prisões que o detinham, e se manifestou com o maior entusiasmo**. O Povo instigado pelo desejo de ver melhorada (sic) a sua situação, ambicionando a glória de regenerar a Pátria, mas não podendo por si só ultimar tão grande obra, convidou a cooperação daqueles que, por mais de uma vez tem salvado, e achou no brio, valor e honra dos mesmos, o auxílio, de que precisava (...)<sup>596</sup>

Ao atentarmos para os dizeres do jornalista, notamos a estrita semelhança com a fala dos vintistas, impresso (como vimos) no *Correio do Porto*. Os revolucionários são compreendidos como irmãos e Guimarães aclamava a chegada dessas idéias e notícias no Rio que, de maneira justa, impulsionava o povo a reivindicar melhores condições. Se para o redator essa era uma atitude de patriotismo, sendo a *regeneração* da pátria o objetivo coletivo de toda a sociedade, é bom lembrarmos que o termo *regeneração* foi inicialmente utilizado pelos revolucionários. Nessa publicação, Araújo Guimarães rompia com uma prédica rigorosamente voltada para a glorificação do monarca, assumindo, inclusive, a existência de condições adversas para o povo na monarquia absolutista de D. João VI. Isso tudo dito em um jornal cuja propriedade estava nas mãos dos ministros do rei. Nesse sentido, é bem provável que os diretores do periódico buscassem uma rearticulação do discurso da folha, aproximando-a da ótica dos insurgentes, na tentativa de minar a oposição e conter as conseqüências adversas desse processo. Apesar dessa suposta ruptura no enfoque da *Gazeta*, também vemos importantes permanências. O redator narrava a alegria e júbilo do povo, afirmando ser “impossível descrever os transportes de prazer e satisfação, com que todos se abraçavam.” Além disso, também focava sua atenção mais nas descrições das festas e iluminações ocorridas da cidade, do que na descrição do movimento revolucionário.

---

<sup>596</sup> *Suplemento à Gazeta* N.º 17 - 28/02/1821. (negrito nosso)

Todas essas transformações delineavam, a partir de meados de 1821, uma nova realidade no Brasil: iniciava-se, na Corte, as incipientes manifestações de ordem pública, através da publicação de panfletos e do nascimento de novos jornais a serem veiculados na cidade, juntamente com a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Os cafés e as livrarias tornavam-se, sobretudo depois do movimento constitucionalista de fevereiro de 1821, um *locus* privilegiado das discussões políticas daquele tempo, “abandonando-se muito lentamente as formas típicas de comunicação do Antigo Regime, tais como bandos, impressos ou manuscritos nas ruas, proclamações em voz alta, entre outros”<sup>597</sup>; uma característica marcante das formas de expressão pública no mundo luso-brasileiro até então.<sup>598</sup> Em março, surgiam três jornais no Rio: *O amigo do Rei e da Nação*<sup>599</sup>, *O Bem da Ordem*<sup>600</sup> e *O Conciliador do Reino Unido*<sup>601</sup> que, juntamente com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, debateriam questões políticas fundamentais: as Cortes, o constitucionalismo, o papel do redator na sociedade, a idéia de opinião pública e, por fim, a liberdade de imprensa; uma exigência dos revoltosos vintistas luso-brasileiros aceita pelo Príncipe, em 26 de fevereiro de 1821.

*O Conciliador* nasceu em 1º de março, na véspera do decreto real que determinava o fim da censura prévia. O periódico era de propriedade de José da Silva Lisboa, visconde de Cairu, diretor da *Gazeta do Rio de Janeiro* desde 1808 e também censor régio. Com laços tão fortes com a monarquia, obviamente que a linha editorial do jornal visava legitimar o poder de D. João VI, em uma tentativa de sustentação da sua tão frágil e abalada soberania. Na folha de estréia, o redator especificava o público leitor a quem se dirigia, já os esclarecendo também o que entendia por opinião:

Compatriotas d’aquem e d’alem mar ! Amantes do Reino Unidos de Portugal e Algarves e da *legítima* dinastia da augusta Casa de Bragança, que duas vezes, depois da horrída (sic) e dominação estrangeira, nos tem restaurado o NOME e o SER de portugueses !

Esse vocativo, estruturado de maneira tão respeitosa e valorativa ao rei e a nação, colocava em pauta a defesa do Império luso-brasileiro, deixando claro que apoiava a monarquia constitucional e as Cortes pela benevolência intrínseca do monarca em permiti-la, ação que ostentava

---

<sup>597</sup> Idem, p.36.

<sup>598</sup> Para uma análise pormenorizada sobre o início das alterações nos processos arcaicos de comunicação no Brasil e sua passagem para a modernidade da imprensa, baseada no conceito de opinião pública, ver Morel, Marco, op.cit., cap.6.

<sup>599</sup> *O Amigo do Rei e da Nação* – redator foi Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva. Periódico foi publicado em três partes, entre os meses de março e junho de 1821. O texto é apresentado em forma de artigo.

<sup>600</sup> *O Bem da Ordem*. Redator cônego Francisco Vieira Goulart. Periódico veiculado em dez partes, de março a dezembro de 1821. O AEL contém os n.ºs 1,3,4,5,6,7,8 e 9, os quais consultei. É escrito em forma de editorial. Apresentava, em seus números, uma continuidade temática do que foi tratado/ discutido em números anteriores.

<sup>601</sup> *O Conciliador do Reino Unido* – redator José da Silva Lisboa, visconde de Silva Lisboa. Folha publicada em sete números, no formato in-quatro, de 1º de março a 28 de abril de 1821, ao final da publicação o jornal contava com 67 páginas, todas numeradas. O AEL contém os exemplares de nº IV a VII, os quais foram consultados.

“simultaneamente o triunfo da realeza em El-Rei nosso libertador, a piedade filial do PRÍNCIPE HERDEIRO [e] a imóvel fidelidade do povo.”<sup>602</sup> Quanto ao conceito de opinião, o jornalista afirmava:

Diz-se que a *opinião* é a rainha do mundo, o que é *grande verdade*: em vão se luta contra ela, quando está fortemente pronunciada: só cegos voluntários não viam os sinais dos tempos. É inútil e mortífera a vacilação e demora, quando oculta e irresistível *força das cousas* impele para a ação e obra. Então a *resolução* é a cardeal virtude da cabeça das nações<sup>603</sup>

Se prestarmos bastante atenção ao que proclamava Silva Lisboa, veremos que seu discurso era *complementar* à fala de Araújo Guimarães, veiculadas no *Suplemento da Gazeta* N.º17, no dia anterior. Como assinalava o censor régio, era estéril a luta contra o que já estava estabelecido pela “força das coisas” e era imposto como questão dominante na sociedade. Portanto, acreditava que a ação digna e inteligente era *acatar* o que o dizia a “rainha do mundo” sem, contudo, aceitá-la de forma passiva; uma vez que sua voz, apesar de suprema, não era uníssona, fator este que exaltava o uso da razão no ato de opinar. Tal aspecto corrobora a nossa visão de que a *Gazeta do Rio de Janeiro* mudava o enfoque de seu discurso jornalístico, uma vez que essa publicação, além de ser produzida por um dos diretores da *Impressão Régia*, também teve autorização prévia da Coroa para circular. Nesse momento, era mister para os ilustrados como Silva Lisboa compreender o reinado da opinião até para ser possível delimitar os sentidos que se desejava produzir, de forma a *esclarecer* seus leitores dos riscos e consequência dessas escolhas.

Segundo Marco Morel, inicialmente os homens ilustrados concebiam a opinião pública “como o reinado da sabedoria, da prudência, e da razão, e sendo assim antagônica á exaltação política a revolução, ás transformações bruscas da ordem.” Ao evocar a opinião como a “rainha do mundo” Silva Lisboa não estava tendo arroubos de originalidade; antes repetia uma expressão propalada à exaustão “durante o alvorecer da modernidade política expressa nos diversos liberalismos.” Com isso, tentava circunscrevê-la como “um produto simbólico e abstrato com força moral e jurídica – soberana no Reino da razão”, seguindo o antigo paradigma de que para propagar as *luzes* era preciso antes refletir sobre o caminho do progresso e da civilização visando, neste caso, a defesa da ordem e da moderação.<sup>604</sup>

Assim, nos números 5, 6 e 7 *O Conciliador do Reino Unido* debateria as vantagens e prejuízos da liberdade de imprensa. Nessas edições, Lisboa criticava as idéias de um folheto anônimo impresso

---

<sup>602</sup> *O Conciliador do Reino Unido*, N.º I, p.1

<sup>603</sup> *Idem*, p.5.

<sup>604</sup> MOREL, Marco, *op.cit.*, p.208.

no Brasil que circulava na Corte e defendia a absoluta liberdade de imprensa; para o autor, o meio mais viável de conhecer a opinião pública. Ao comentar tais reflexões, o censor imprimia seu parecer sobre o tema.

*Liberdade de imprensa* é hoje reclamada sem limites, como direito do homem e do cidadão pela mania do século, e fantasia de sofistas, que confundem a *saudável reforma* com a *horrorosa mudança* na constituição do Estado. Estes pregoeiros de desordens, dizendo ter chegado a *idade da razão*, opinião ser *de boa razão*, que a tipografia, sendo uma descoberta tão útil a humanidade, se converta em *maquina infernal*, para explosões revolucionárias, vagas criminações (sic), calúnias atrozes, e propagação de erros terríveis em escritos incendiários, de pior efeito que os atentados de Erostrato e Nero, para abrasarem templos e Reinos. Até *módico fermento corrrompe toda a massa*.<sup>605</sup>

Ao exaltar a bandeira da prudência e da cautela para com os escritos públicos, Lisboa apontava todos os males da liberdade de imprensa, contextualizando o seu leitor sobre a situação da prensa na Inglaterra e nos Estados Unidos da América. Didaticamente, tentava provar ao seu interlocutor que nesses países, considerados teoricamente livres e democráticos, também havia restrições aos escritos. Enquanto na Inglaterra “nunca foi livre a imprensa para se atacar a religião e constituição estabelecida, nem para caluniar e ludibriar a autoridade soberana”, ainda possuía escritores e estadistas britânicos de renome que consideravam os “abusos da liberdade de imprensa um dos *lados fracos* do seu Governo.”<sup>606</sup> Já nos Estados Unidos, apontava o viés antidemocrático da constituição, pela análise do escritor *Fisher Ames*, que considerava: “a ânsia de sólida instrução (...) muito contribui a obstar as excentricidades do prelo livre.”<sup>607</sup> Tais analogias são melhores compreendidas quando entendemos que “era na qualidade de homens livres e iguais em direitos e poder, que [esses homens de política e letras] se enfrentavam pelo predomínio de interesses e propostas, julgando-se “cidadãos” com condição idêntica a dos políticos britânicos e norte-americanos e a dos promotores da Revolução de 1820.”<sup>608</sup>

Ao colocar na órbita de discussão Brasil e Portugal, Silva Lisboa pensava a livre circulação de escritos de forma *diferenciada*. Para o literato, em “Portugal podem correr devassos no vulgo papeis anômalos e impertinentes que, no Brasil são inflamatórios e perigosos”<sup>609</sup>, o que transformava em malefício o suposto benefício da liberdade do prelo, razão pela qual defendia a “franqueza do prelo conforme as circunstâncias do país.”<sup>610</sup> Nesse sentido, ao evocar a razão e a cautela, Lisboa tentava

<sup>605</sup> *O Conciliador do Reino Unido*, N.º VI, p.50. (grifo original)

<sup>606</sup> *O Conciliador do Reino Unido*, N.º VII, p.59. O autor citava David Hume e Pitt para mostrar a solidez do que dizia.

<sup>607</sup> Idem, p.61.

<sup>608</sup> OLIVEIRA, Cecília, op.cit., p.131.

<sup>609</sup> Idem, N.º VI, p.52.

<sup>610</sup> Idem, p.48. Vejamos o que dizia na íntegra Silva Lisboa: “Uma cousa é uma coisa terrível de não deixar os escritos respirarem, submetendo-os a viga férrea de Censores: e outra é não haver a necessária consideração aos

conceber os limites necessários para a liberdade de expressão; buscando diferenciar a idéia de opinião pública dos princípios e atitudes revolucionárias ainda tão presentes no imaginário coletivo. Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva<sup>611</sup>, redator de *O Amigo do Rei e da Nação* também refletia sobre o futuro da prensa no Brasil, apontando as consequências desse decreto na sociedade fluminense.

Nas praças, nas ruas, no teatro, no centro das famílias, e em todas as conversações, o grande feito é quem ocupa as atenções de todos; e esperançados em novos melhoramentos, que de instante a instante irão surgindo, o pobre, o rico, o grande, o pequeno, sem diferença ao abrigo das leis, já não tremem de violência. (...) O público por justos motivos existia queixoso, e talvez indignado: agora que a verdade já não é mais crime, agora que a verdade já pode intrépida aversinar-se (sic) ao trono, o Soberano cada vez mais, que a linguagem muito raras vezes tocou nos seus ouvidos.<sup>612</sup>

Apesar da exaltação das novas possibilidades para a prática da “livre” escrita no universo público, suas ponderações sobre a situação circunscreviam a busca de alternativas sensatas para melhor regular a circulação dos escritos. Afirmava ser a liberdade de imprensa “mais um benefício, que devemos ao Soberano”, razão pela qual reverenciava a aclamação do cidadão benemérito e o tremor do criminoso, pois “os mesmos tipos, que apontarem as virtudes, hão também assinalar os delitos.” Defendia, ainda, que a censura de impressos deveria ser feita nos originais e não no prelo – como o decreto determinava – na tentativa de restringir as possíveis transgressões de impressores e livreiros á manutenção da boa ordem.<sup>613</sup>

Nesse sentido, para além dessas primeiras considerações impressas ainda manterem um tom áulico de reverência do monarca, constituíram um importante passo nas discussões públicas sobre temas de interesse social coletivo, já que circunscreviam a *diversidade* de *olhares* sobre os mesmos assuntos. Enquanto para Silva Lisboa, o decreto de 2 de março teve o intuito de “satisfazer o voto do povo, e produzir a prosperidade nacional”<sup>614</sup>, para Carvalho e Silva, foi um “passo que imperiosas circunstâncias exigiram, medidas que eram indispensáveis” no momento pelo qual passava o poder monárquico e a sociedade.<sup>615</sup> Importante ressaltarmos que, apesar disso, essas vozes públicas estavam sempre calcadas na razão e na prudência: dois aspectos que, como vimos, delimitavam a concepção dos homens ilustrados da época, ou seja, que a opinião é a rainha do mundo. Publicado

---

tempos e lugares, para se proporcionar a franqueza do Prelo conforme as circunstancias do país. Pela laxidão á este respeito se abandonaria o Estado á mercê de insidiosos, e entusiastas que não antolhão (sic) o futuro.” (p.48.)

<sup>611</sup> De acordo com Lustosa, Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva “era um homem de oportunidades, tipo comum do tempo, que aproveitava a ocasião para melhor cotejar o poder.” Nascido em Parnaíba, Piauí, formou em direito em Coimbra.

<sup>612</sup> *O Amigo do Rei e da Nação*, s.d., p.5.

<sup>613</sup> *O Amigo do Rei e da Nação*, n.1s.d., p.7.

<sup>614</sup> *O Conciliador do Reino Unido*, N.º V, p.37.

<sup>615</sup> *O Amigo do Rei e da Nação*, n.1 s.d., p.6.

em 7 de março na *Gazeta do Rio de Janeiro*, o decreto que suspendia a censura prévia era assim anunciado pelo redator:

Limitando-nos porém a considerações parciais, temos neste momento de mencionar o Decreto de 2 de Março corrente, como uma época notável na história *Portuguesa*.

A *liberdade de Imprensa*, era sem dúvida, uma consequência dos princípios liberais, que haviam induzido a SUA MAJESTADE a adotar uma nova ordem de coisas; mas segundo o sentimento de *Montesquieu*, as formalidades da justiça são necessárias á liberdade. SUA MAJESTADE se deliberou portanto a sancionar aquela franqueza, de que se tem derivado tantos progressos à proporção das luzes, e à comunicação das notícias. Mas como (segundo a opinião do mesmo grande Estadista) *o espírito de moderação de vê ser o do legislador; e o bem político como o bem moral, se acha sempre entre dois limites*, a sabedoria do Governo soube coibir os excessos, que tão graves e profundas feridas tem feito na religião cristã (...)<sup>616</sup>

Araújo Guimarães referiu-se a *Montesquieu* para validar o posicionamento prudente da Coroa até 1821. O novo momento era bem vindo para a nação portuguesa e objetivava os benefícios que as luzes trariam para a sociedade. Fosse na época em que a censura prévia vigorava no governo joanino, fosse agora com a sua suspensão, o fato era que a pena da *Gazeta* sempre considerava as atitudes do regente baseadas na sensatez, voltada para o bem estar de todo o corpo social, tal qual a justificativa real do decreto em que o monarca o dirigia às “pessoas doutas e zelosas do progresso da Civilização e das Letras.”<sup>617</sup> As prerrogativas desse documento admita que a “censura dos escritos opunha a propagação da verdade”, assim como reverenciava “os abusos, que uma ilimitada liberdade de imprensa podia trazer a religião, á moral, ou a pública tranqüilidade.”<sup>618</sup> D. João assim regulava os direitos dos editores e impressores:

Todo o impressor será obrigado a remeter ao diretor dos estudos, ou quem suas vezes, dois exemplares das provas, que se tirarem de cada folha da Imprensa, sem suspensão dos ulteriores trabalhos; a fim de que o diretor dos estudos, distribuindo alguma uma delas a algum dos censores régios; e ouvindo o seu parecer, deixe prosseguir na impressão, não se encontrando nada digno de censura: ou a faça suspender, até que se faça as necessárias correções, no caso unicamente de se achar, que contém alguma coisa contra a religião, a moral e os bons costumes, contra a constituição ou pessoa do Soberano, ou contra a pública tranqüilidade: ficando ele responsável ás partes por todas as perdas e danos, que de tal suspensão e demoras provierem(...)<sup>619</sup>

Como podemos perceber, a circulação de impressos continuava atrelada ao olhar externo, á vigilância de homens da órbita real responsáveis pela “boa” condução das discussões. Na realidade, portanto, esse decreto mais teorizava do que punha em prática as liberdades apregoadas pelo regente: ao mesmo tempo em que tirava a censura dos manuscritos, transferia-a para as provas tipográficas. Tal mudança, segundo Valle Cabral, “foi mais prejudicial que a própria censura prévia

---

<sup>616</sup> GRJ, 7/03/1821, N.º 19 (grifo original)

<sup>617</sup> Decreto de 2 de Março de 1821 IN GRJ, 7/03/1821, N.º19.

<sup>618</sup> Idem,

<sup>619</sup> Ibidem,,

para as obras manuscritas”, já que nas novas circunstâncias “tinha o autor ou editor a obrigação de ir submetendo à aprovação as páginas dos seus escritos, fazendo desde o começo as despesas de composição e impressão, para ficarem sujeitas, ao cabo de algumas folhas impressas, a ser a obra proibida pelos censores.”<sup>620</sup> Apesar disso, o Rio via florescer os primeiros debates políticos entre jornais, uma absoluta novidade para os fluminenses. Para Isabel Lustosa, mesmo sendo bem comportadas, essas folhas já representavam um avanço na consolidação do debate público, uma vez que “aventuravam-se, ainda que cautelosamente, em discussões de natureza política, especulações sobre a natureza do Reino Unido e da família real e exaltações ao regime liberal, até então ausentes das publicações conhecidas.”<sup>621</sup> Além disso, tais folhas aparecerem-nos, hoje, como uma importante *documentação* do período, capaz de esboçarem um complexo quadro sobre a estruturação da imprensa no Brasil, mesmo que em cores ainda muito sutis. O nascimento desses periódicos exemplifica o começo da proliferação de jornais que passaram a fazer parte da vida impressa fluminense, durante o primeiro semestre de 1821, isto é, *antes* da lei de liberdade de imprensa, em 28 de agosto, já evidenciando as nuances de um intrincado jogo político, que ganharia fortes tonalidades a partir do segundo semestre e, sobretudo, durante 1822.

Como analisa Lúcia Neves, as divergências entre as diferentes facções davam o tom da ampla efervescência vivida na época, sobretudo no que se referia às diversas facetas possíveis acerca da conservação do Império Português. Segundo a autora, para a elite portuguesa “tratava-se de reestruturar o império luso-brasileiro sob a luz do constitucionalismo, mas com o centro claramente situado em Portugal. Para o grupo coimbrão, devia-se seguir na mesma direção, mantendo-se a união, mas superando-se o antigo sistema colonial, sem qualquer retrocesso em relação ao período vivido na condição de Reino Unido.” A questão era ainda mais delicada para os brasilienses, da geração de 1790, para os quais “não ficava excluída a hipótese de um império exclusivamente *brasileiro*, caso fossem ameaçados os princípios de liberdade e igualdade de direitos, que julgava estabelecido.”<sup>622</sup>

---

<sup>620</sup> CABRAL, Valle, op.cit., p. XXXI. De acordo com o contemporâneo do período, José Domingues Moncorvo, ao referir-se a esse decreto apregoava que “a liberdade que nasce com o homem, de exprimir os seus pensamentos, apesar de ser garantida pelo príncipe herdeiro à face do povo, passou a ser uma chimera, e tratada com irrisão pelo chamado decreto de liberdade de imprensa de 2 de Março de 1821.” MONCORVO, José Domingues de Attaíde, “Sobre os acontecimentos dos dias 21 e 22 de Abril de 1821 na Praça do Comércio do Rio de Janeiro. Escrita em Maio do mesmo ano por uma testemunha presencial”, IN Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil, tomo XXVII, parte primeira, Rio de Janeiro, Tipografia Luis dos Santos, 1864, p.273.

<sup>621</sup> LUSTOSA, Isabel, op.cit., p.101.

<sup>622</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos P., “Corcundas e Constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822), ed. Revan, RJ, 2003, p. 52.

Esses atores sociais da elite intelectual que trabalhavam nesses periódicos, ao debaterem assuntos tão polêmicos no universo público, redesenhavam o papel do redator na sociedade, enraizavam a importância da imprensa na Corte, questionavam o enfoque noticioso da *Gazeta do Rio de Janeiro* e, acima de tudo, propunham novos prismas de compreensão para os mesmos fatos políticos de destaque na *Gazeta*. Em suma, “dialogavam” com a folha oficial ao mesmo tempo em que traçavam novos aspectos tanto em relação à *qualidade* da notícia veiculada na cidade até então, como também no que diz respeito ao papel e participação do *leitor* nessa nascente esfera da vida cultural fluminense, que marcava o início da prática da liberdade de expressão. A fala de Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, na primeira edição de o *Amigo do Rei e da Nação* é, nesse sentido, exemplar. O redator assim descrevia o célebre dia 26 de fevereiro:

O inimitável Príncipe Real, instruído de que algumas tropas, no início de alta noite começavam reunir-se no Largo do Rossio, não hesita, não lhe importa o crítico de tais instantes, e só e inerte (ele desconhecia os seus vassalos, nem de armas precisa quem tem um português honrado) voa à frente delas que, entre mil armas o recebem: então inquire quais são os seus desejos; e mal o sabe, mal o conhece que os mesmos são os da Nação inteira (...) <sup>623</sup>

Mesmo sob um discurso áulico, é importante que percebamos como a *qualidade* da informação estava sendo trabalhada por outros olhares, que não apenas o da *Gazeta*. Nesse contexto, o incipiente circuito de novos jornais e a proliferação de outras vertentes de pensamento na cidade teve apoio e publicidade também nas páginas da *Gazeta*, que noticiava a venda desses periódicos e os números que iam surgindo. Vejamos o aviso de 7 de abril daquele ano.

Sairão á luz: O N.º 3º do *Bem da Ordem*, e o N.º 5 do *Conciliador do Reino Unido*. Vendem-se nos lugares de costume a 80 réis.

Saiu á luz: *Discurso sobre a liberdade da Imprensa*. Vende-se na rua da Alfândega N.º 14; Reimprimiu-se uma folha do *Gênio Constitucional da Cidade do Porto, que instrui o Povo para a eleição de Deputados*, vende-se na loja de *Manoel Joaquim da Silva Porto*, por 80 réis (...) <sup>624</sup>

Para além do anúncio desses periódicos, notamos que a própria *Gazeta* veiculava papéis com temas antes espinhosos para a Coroa, como a liberdade de imprensa e o encaminhamento das eleições para deputados nas Cortes. Era agora *necessário* informar sobre assuntos que a própria sociedade impunha, sob diferentes ângulos, pois, desde fins de 1820, a prática política apontava para novos pressupostos sobretudo no modo de os atores sociais conceberem e produzirem a imprensa, cuja marca tornava-se a *pluralidade de vozes* e o *debate público de questões políticas*.

---

<sup>623</sup> *Amigo do Rei e da Nação*, s.d., N.º 1.

<sup>624</sup> GRJ, 7/04/1821, N.º 28.

### 3. As transformações na *Gazeta do Rio de Janeiro* e a demissão do redator régio.

O mês de abril de 1821 marcaria definitivamente a cena política na Corte. O momento era de tensão política e crise econômica; razão pela qual as tropas de linha ameaçavam novas manifestações contestatórias na cidade.<sup>625</sup> Desde 7 de março que D. João já anunciava a sua volta à Lisboa, convocando também a reunião de eleitores paroquiais, para escolherem os representantes das comarcas que, por fim, elegeriam os deputados para comporem as Cortes.<sup>626</sup> Uma semana depois, em 14 de março, sua decisão era publicada na *Gazeta do Rio de Janeiro*, em primeira página. O decreto que proclamava a partida do rei, primeiro rememorava todo o contexto histórico europeu desde a saída do monarca e sua Corte de Portugal até o momento então presente: ressaltava a Revolução do Porto, o valor da constituição política “conforme aos princípios liberais que, pelo incremento da luzes se a acham recebido por todas as nações” e a importância das Cortes gerais; para, só então, anunciar o seu retorno ao Velho Mundo; narrado nesses termos:

(...) Mas, sendo a primeira e sobre todas essencial condição do pacto social, nesta maneira aceito jurado por toda a nação, dever o Soberano assentar a sua residência no lugar onde se ajuntarem as Cortes, para lhe serem prontamente apresentadas as leis, que se forem discutindo, e dele discutindo, e dele receberem sem delongas a sua indispensável sanção (...) Cumpria, pois que cedendo ao dever que me impôs a PROVIDÊNCIA, de tudo sacrificar pela felicidade da nação, Eu resolvesse, como tenho resolvido, transferir de novo a minha Corte para a cidade de *Lisboa*, antiga sede e berço original da monarquia (...)

Em seguida, apontava a sua decisão de deixar D. Pedro no Brasil:

E deixando nesta Corte ao meu muito amado prezado filho, o Príncipe real do Reino Unido, encarregado do Governo Provisório deste Reino do *Brasil*, enquanto nele não se achar estabelecida a constituição geral da nação.

Porém, em fins de abril, havia mais de um mês que os decretos assinados por D. João estavam em tramitação, no Rio, o que gerava grande ansiedade dos diversos grupos políticos em disputa. A situação era tão crítica que, Silvestre Pinheiro Ferreira admitia a proposta de “entregar aos próprios

---

<sup>625</sup> Ao rememorar a situação do Rio neste período, o memorialista José Domingues de Attaíde Moncorco descreve que “Tal é em miniatura o horrível quadro do Rio de Janeiro em semelhante época, e tal a apaga que esta cidade leal e hospitaleira recebeu daqueles a quem acolheu, elevou e nutriu por tantos anos. Ela via-se onerada de impostos mal aplicados e novos no país, sem marinha, sem comércio e sem numerário, com uma Corte que ostentava luxo asiático; e como se ainda estes males não fossem sobejos, o Rio de Janeiro via germinar no seu seio mil partidos diversos e destrutores, e é nesta lamentável conjuntura que estes bons súditos viam igualmente a partida precipitada do seu rei” MONCORCO, op.cit., p.274.

<sup>626</sup> Para a compreensão desse intrincado sistema eleitoral e interesses políticos em jogo ver OLIVEIRA. Cecília, op.cit., cap.3.

autores da desordem a manutenção da pública tranquilidade.”<sup>627</sup> Foi nesse cenário que D. João concordou em antecipar a reunião que garantiria os moldes do governo de D. Pedro, marcada para 22 de abril. Como afirma Cecília Salles Oliveira, “entre os dias 19 e 20 foram afixados editais nos principais lugares públicos da cidade determinando a antecipação da junta para o dia 21”;<sup>628</sup> medida habilmente arquitetada pelos nobres emigrados e comerciantes de grosso trato que objetivavam o controle das decisões, impedindo, com isso, a presença e voto dos comerciantes do campo de Goitacazes e do Recôncavo. Ainda segundo a historiadora, “na perspectiva dos mentores da decisão caberia à Junta Eleitoral enfatizar que, a partida do rei era irreversível mas o fundamental era conseguir que os eleitores avalizassem a instauração da regência [de D. Pedro] tal como havia sido montada pelo Conde dos Arcos, Barão de Santo Amaro, por Pereira de Almeida, Sebastião Tinoco da Silva e Carneiro Campos”, todos homens do rei.

Acontece que os liberais não aceitaram tais mudanças e, juntamente com o apoio de tropas milicianas e regimentos policiais organizaram uma manifestação na Praça do Comércio<sup>629</sup>, contando com o apoio do “povo” (a quem consideravam como massa de manobra), para pressionar o governo e tentar eleger as diretrizes e os representantes que atendessem aos seus interesses. Ansiosos pelo exercício do poder, o grupo de Ledo defendia alguns princípios da Constituição Espanhola de 1812, dentre os quais, aquele que designava o poder soberano aos cidadãos. Além disso, queriam “garantir os direitos individuais de propriedade e liberdade, os preceitos constitucionais [que] afiançavam a liberdade de imprensa e a extinção da censura prévia.”<sup>630</sup> O “povo”, na maioria alijado do processo eleitoral, compôs a multidão na praça. Como nos esclarece Marco Morel, a noção de povo “era estabelecida segundo critérios de representatividade da época, no quadro do liberalismo constitucional e das eleições censitárias e indiretas que serviam para designar os parlamentares.”<sup>631</sup> Porém, essa multidão que não possuía direitos políticos representativos, mas que impostavam suas vozes de maneira ativa nas decisões a serem tomadas, já começavam a caracterizar, segundo Morel, a

---

<sup>627</sup> FERREIRA, Silvestre Pinheiro, *Memórias e Cartas Biográficas, sobre a Revolução Popular e o ministério do Rio de Janeiro desde 26 de fevereiro de 1821 até o regresso de S.M O Sr. D. João VI com a Corte para Lisboa e os votos de homens de Estado que acompanharam S.M. (2ª Parte) Anais da Biblioteca Nacional*. Volume III, (fascículo I) Rio de Janeiro, Leuzinger e Filhos, 1877, Carta XXII, p.182-183.

<sup>628</sup> OLIVEIRA, Cecília, *op.cit.*, p.138.

<sup>629</sup> Como afirma Cecília Oliveira, “A Praça do Comércio era um grande e luxuoso edifício construído no governo joanino com o auxílio de negociantes fluminenses, portugueses emigrados e negociantes ingleses. Fora solenemente inaugurado em maio de 1820 e localizava-se no centro comercial da cidade.”*Op.cit.*, p.140. Para conhecer os sentidos intrínsecos a utilização das praças no Rio de Janeiro no período como espaço público também de disputas políticas, ver MOREL, Marco, *op.cit.*, p.164-165.

<sup>630</sup> OLIVEIRA, Cecília, *op.cit.*, p.142.

<sup>631</sup> MOREL, Marco, *op.cit.*, p.189.

acepção moderna de “Povo”, segundo a qual “não apenas os comerciantes, seus agregados e clientes, mas também diferentes camadas da população, que iam marcando presença na cena urbana, como membros das elites letradas e mesmo membros da “plebe.””<sup>632</sup>

Ao contrário do que esperavam os liberais, os mascates, artífices, caixeiros, milicianos, homens pobres livres, sapateiros, professores régios ourives e outros tantos, também intervieram nas propostas políticas, exigindo que seus interesses fossem contemplados. Uns desejamos a volta de D. João a Portugal, outros sua permanência no Brasil. Tinha também aqueles que pleiteavam a vigilância e proibição dos navios no cais do Porto do Rio, para impedir a fuga de moedas, pois os boatos eram de que a comitiva real havia feito “estudada rapina” nos cofres do tesouro público. Porém, em uma explosão dos ânimos, todos exigiam que a constituição espanhola vigorasse interinamente.<sup>633</sup>

Tal encaminhamento mostrava que o “povo” nem sempre se submetia passivamente às decisões e projetos políticos defendidos pela elite proprietária de terras; representando um perigo tanto para os nobres emigrados e ricos negociantes fluminenses quanto para o grupo liberal. O reboição, o acirramento de exigências e pontos de vista díspares e conflituosos, em meio às idas e vindas das comissões responsáveis por informar D. João sobre as decisões, acabou por alterar o comportamento dos eleitores. Devido às circunstâncias, D. Pedro autorizou a atuação repressiva das tropas de linha e de regimento da divisão portuguesa que, violentamente, puseram fim à manifestação, deixando mortos e feridos.<sup>634</sup>

O episódio teve diferentes versões dos personagens envolvidos, mas, sobremaneira, interessantes referir àquela publicada na *Gazeta do Rio de Janeiro*.<sup>635</sup> Em 25 de abril, Araújo Guimarães dava publicidade aos fatos ocorridos na Praça do Comércio.

Havendo dado nos números precedentes quanto dizia respeito à convocação do povo para as eleições dos compromissários; preferindo a interessantes notícias a publicações de seus eleitores, esperávamos ansiosamente o momento de comunicar aos leitores a lista de eleitores da província e deputados que legitimamente deviam defender os direitos, que a constituição jurada por SUA MAJESTADE, outorgasse a cada um dos cidadãos. Confessamos ingenuamente que nos entregávamos de antemão a sentimentos de júbilo por uma acizada (sic) eleição, e nos felicitávamos do desempenho de tão grato

---

<sup>632</sup> MOREL, Marco, op.cit., p.165.

<sup>633</sup> MONCORVO, José Domingues, op.cit., p.277.

<sup>634</sup> Segundo José Domingues Moncorvo “A 6ª companhia do batalhão de caçadores de Portugal, tendo a sua testa o major graduado Peixoto, apresentou-se na frente da porta do edifício em linha de batalha com 25 filas de frente, e deu para dentro uma descarga de 50 litros, e logo dobrando filas entraram no salão, e carregaram a baioneta calada os cidadãos desacompanhados que se achavam dentro (...) Outras pessoas do povo foram indistintamente mortas e, um número maior, lançando-se ao mar com precipitação, encontrou nas ondas a morte que evitava. Porém, o que denegria estes soldados desencaminhados e ferozes, foi que, não contentes de tirarem a vida de seus próprios concidadãos, traficavam nelas, recebiam ou roubavam o que achavam de mais precioso, e saquearam os móveis da prata do serviço da casa”, op.cit., p.288.

<sup>635</sup> Para conhecer as outras versões desse fato ver OLIVEIRA, Cecília, op.cit.,p.144-145. e MONCORVO, José Domingues, op.cit..

dever. Mas quanto são errado os juízos dos homens! Malograram-se as nossas esperanças, e na dor mais pungente devemos ser fiéis expositores de acontecimentos desastrosos, que tiveram origem na inconsideração, progresso na exaltação de sentimentos ilegais, e fim em desgraças, que a maior vigilância não pudera antever. Havendo procurado com o maior desvelo a verdade, sempre nosso norte referiremos quanto extraímos de fontes legítimas(...)<sup>636</sup>

Nesse relato jornalístico, o redator expunha a *imprevisibilidade* dos fatos previamente organizados no espaço público, confessando que, o caminhar das discussões públicas independiam dos “verdadeiros” desejos e sentimentos daqueles que, na sua visão, lutavam de maneira nobre e civilizada pela ordem da pátria. Se a atual circunstância apontava o *desastre* do desfecho programado pelas autoridades, era justamente porque o “povo” que participara da Assembléia tinham exposto “seus diversos quereres vindos das ruas, com seus boatos ganhavam a voz e se expressava, reivindicando a sua participação em uma praça pública investida de caráter político”<sup>637</sup>, em que seus membros exigiam de D. João a implantação da Constituição Espanhola.<sup>638</sup> Ironicamente, se antes o redator exaltava a importância desse encontro justamente pela presença do “povo”, era precisamente este a quem ele excluía da órbita das decisões, considerando-os inimigos da causa pública. Linhas à frente, o jornalista narrava o início da confusão:

Os amigos da ordem aguardavam em silêncio o resultado daquela respeitável assembléia, quando por inesperada fatalidade *inimigos da Causa Pública* sofregamente procuravam medidas violentas, e providências arrebatadas. Discursos sediciosos, vozes tumultuosas substituíram a tranqüilidade e sangue frio necessários em deliberações de tanta importância. Objetivos alheios aquela assembléia, e portanto nulos, sucederam aos legítimos fins, a que ela se propunha, e rumores anárquicos ressoaram no que deveria ser o sagrado alcaçar (sic) da liberdade. Abster-nos-emos de particular circunstâncias desairosas, e nos ocuparemos somente daqueles fatos mais notáveis, cujo silêncio seria condenável em um Cidadão que ama a verdade, e é inabalavelmente aferrado ao verdadeiro amor da Pátria (...)<sup>639</sup>

O discurso do redator, nesta data, revelava muito da concepção que a *Gazeta do Rio de Janeiro* possuía dos agentes sociais populares imersos na condução do processo político então em curso: populacho sem rosto, descontraído em seus ideais, porém extremamente perigoso, pois consciente de sua capacidade senão de alcançar as mudanças pretendidas, de enxergar e expor as mazelas reais. Ao descrever os conflitos do momento, a *Gazeta* explicitava os problemas sociais vigentes no seio da monarquia luso-brasileira, em que as contestações à legitimidade do poder do monarca eram a tônica da fala desse “populacho.” O periódico já não mais mantinha a imagem de conciliação e reverência que sempre tentara passar na relação entre todos aqueles que compunham e sustentavam o poder

<sup>636</sup> GRJ, 25/04/1821, N.º33. (grifo original)

<sup>637</sup> SOUZA, Iara, op.cit., p.103.

<sup>638</sup> Para compreender a discussão sobre a Constituição Espanhola de Cádiz de 1812 ver LIMA, Oliveira, op.cit., SOUZA, Iara, op.cit. e OLIVEIRA, Cecília, op.cit..

<sup>639</sup> GRJ, 25/04/1821, N.º33. (grifo original)

político do rei; ao contrário, cada vez mais expunha os problemas, lutas e conflitos dos diversos interesses sociais, mesmo que seu discurso mantivesse o antigo viés *parcial* em favor da monarquia e dos defensores do rei.

Ao comentar a ação da 6ª companhia de caçadores ocorrida na porta do prédio da Praça do Comércio, Araújo Guimarães noticiava o caso nesses termos: “Foi então que um dos caçadores postados na entrada da praça, foi apunhalado por um dos que estavam dentro, o que deu motivo a que os seus camaradas, sem esperar ordem alguma, matassem aquele homem, e depois outro, puxou por uma pistola, disparando-a, mas não matou ninguém. Apesar disto, o batalhão continuou a marchar sossegadamente por que assim lhe tinha sido ordenado(...)” Quanto a circulação das armas na cidade, o redator assim declarava: “Mas aquele acontecimento desgraçado, além de malograr tão pacíficas disposições, se mostrou ainda premeditado, não só pelas petições que se encontraram, requerendo a constituição *espanhola*, mas também pelas muitas armas, que deixaram na fuga muitos dos que escaparam, como floretes e terçados, que os soldados apanharam na sala, e que se acham em depósito.”<sup>640</sup>

A grande repercussão desses fatos e a nova ordem que vigorava para o uso da palavra na cidade possibilitaram a emergência de uma fala que contestava as informações veiculadas na *Gazeta*, que acima transcrevemos. José Domingues Moncorvo, ao escrever suas memórias sobre essas ocorrências em maio de 1821, afirmando ser uma testemunha ocular do caso, afrontava publicamente Araújo Guimarães. Dizia ele: é “uma inadvertência o gazeteiro da Corte afirmar que este paisano [Miguel Feliciano de Souza<sup>641</sup>] puxara um punhal e, o cravara no seio de um soldado, quando o contrário se depreende, não só das razões de probabilidade, mas até própria confissão dos militares que tiveram a desgraça de assistir a este ato.”<sup>642</sup> Quanto às informações da presença das armas no conflito, Moncorvo também acusava o gazeteiro, que, segundo ele, fora responsável por “nova inadvertência quando avançou á face de toda a cidade que se acharam muitas armas, e que estavam em depósito, sem declarar onde” uma vez que ele alegava ser de conhecimento público a presença de um “batalhão de caçadores e um parque de artilharia, fazendo sempre o serviço de campanha até o dia 26, em que a Sua Majestade fez-se de vela para os seus Estados da Europa.”<sup>643</sup>

Independente da veracidade das duas versões, o fato é que como gazeteiro da Corte, a narração de Guimarães, possivelmente, foi composta com o intuito de salvaguardar a credibilidade e a

---

<sup>640</sup> GRJ, 25/04/1821, N.º33.

<sup>641</sup> Segundo o memorialista foi o primeiro cidadão morto pelas baionetas das tropas reais.

<sup>642</sup> MONCORVO, José Domingues, op.cit., p.287-288.

<sup>643</sup> Idem, p.289.

confiança da figura do rei, da sua corte e de todos os órgãos públicos da monarquia, sobretudo as tropas militares e a *Impressão Régia*; tipografia real que há treze anos produzia e veiculava a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Se por essa época a *Gazeta do Rio de Janeiro* já não era mais a única folha institucional da capital do Império, e seus “concorrentes” também estavam aptos a noticiar os mesmos fatos e eventos por ângulos análogos ou mesmo contraditórios ao que veiculava a *Gazeta*, fica-nos mais claro que, nesse caso em especial, o redator tinha mais um motivo para fortalecer a *sua* versão dos fatos.

Todavia, precisamos compreender que, o sentido de liberdade de imprensa no período era outro: não existia, naquele tempo, a preocupação com o contraditório. O órgão oficial se concebia como o guia, o condutor da verdade, como a mais alta referência, sendo seus redatores os próprios historiadores do cotidiano. Completamente diferente das *Gazetas* portuguesas do século XVIII, no início do XIX os redatores exprimiam *opiniões* sobre os temas em questão, as quais deveriam ser interpretados como a visão mais coerente e, portanto, mais “verdadeira” dos acontecimentos. Nesse caso, é claro que a noção de verdade esteve sempre atrelada à égide dos interesses monárquicos. Contudo, a partir de 1821, com as novas produções jornalísticas seja no Reino seja no Rio, deu-se início a debates e a controvérsias entre os jornais, os quais consideravam o papel do redator, a importância da opinião pública e a determinação do processo político como temas caros aos destinos da nação, a qual lhes cabia a missão de educar. Porém, essa prática evidenciava, acima de tudo, que esses homens ilustrados questionavam a noção de verdade impressa na folha real que há muito parecia ser imutável.<sup>644</sup>

Quatro dias depois do fatídico sábado de aleluia de 21 de abril, cuja repercussão fora enorme, D. João VI partia para Portugal acompanhado por duas fragatas, nove transportes, mais ou menos quatro mil pessoas que compunham a comitiva real e cinquenta milhões de cruzados que deixavam o Erário de fato vazio.<sup>645</sup> No entanto, como relata Alexandre de Melo Moraes, desde que chegaram as notícias da Revolução do Porto D. João “vivía triste, abatido, embezerrado (sic), pressentindo mais tarde as suas desgraças”, que culminariam em abril de 1821. Segundo o memorialista, “D. João VI não queria deixar o Brasil porque muito o amava, porém a Rainha D. Carlota, o filho D. Miguel e toda a gente do Paço e os que com eles se relacionavam suspiravam pela volta.”<sup>646</sup>

---

<sup>644</sup> Nesse particular agradeço ao Prof. Dr. Tiago C. P. dos Reis Miranda pela inestimável contribuição no avanço da pesquisa e na sugestão de novos ângulos de visão do período, discutidos em reuniões sobre a pesquisa em Lisboa.

<sup>645</sup> LIMA, Oliveira, op.cit., p.688.

<sup>646</sup> Moraes, Alexandre de Melo, op.cit., pp.155-158.

A despedida do Brasil foi feita às pressas, sem alarde. O silêncio e a pouca pompa que a monarquia considerava para este importante evento demonstrava o medo do monarca com as possíveis manifestações, assembléias ou mobilizações populares reivindicativas. Nas palavras de Oliveira Lima, D. João VI *regressava menos rei do que chegara*. Em 28 de Abril de 1821, coincidentemente um sábado, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães noticiava, no número 34, o retorno do soberano ao Velho Mundo:

Depois de SUA MAJESTADE haver dado tantas e tão evidentes provas de amor aos seus vassalos, e de desvelo pela sua prosperidade, das quais trasladamos algumas na *Gazeta* extraordinária N.º 8, embarcou com a sua real família na madrugada de quarta feira 25 do corrente (...) No dia seguinte 26 do corrente pelas 6 horas da manhã, começou a nau *D. João VI*, que condizia a SUA MAJESTADE, a suspender o ferro e o mesmo fizeram todas as outras embarcações, de que se compunha aquela esquadra (...) Um excelente dia, um vento do NE, fresco e aturado fizeram sobressair esta cena brilhante, e ao mesmo tempo dolorosa (...) <sup>647</sup>

Nesta mesma edição, a *Gazeta* publicava na seção **Rio de Janeiro** o primeiro artigo de D. Pedro I na imprensa, intitulado *Habitantes do Brasil*, em que o regente comunicava seus súditos acerca dos objetivos gerais de sua real administração. Neste dia, sob as rédeas do Príncipe Regente, inaugurava-se uma nova fase na vida da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Seis dias após a partida de D. João VI, a *Gazeta do Rio de Janeiro* já aparecia sob um novo formato e com importantes alterações, começando pelo *layout*, que se tornava mais conciso em seus caracteres. José Bernardes de Castro deixara a direção do estabelecimento, sendo provável a sua volta para Lisboa com D. João VI. A partir de então, a condução da *Gazeta* mudava de mãos: no lugar do desembargador português, entrava o cônego Francisco Vieira Goulart, nomeado por aviso régio já em 18 de maio. <sup>648</sup> Ao mesmo tempo, iniciava-se o novo governo de D. Pedro I que, durante todo o tempo que esteve no poder, utilizou-se muito da pena na arena pública. <sup>649</sup> Nesse sentido, é bem provável que as mudanças visíveis nas páginas da *Gazeta* estejam atreladas a esses dois fatos de suma importância. <sup>650</sup> A edição n.35, de 2 de maio de 1821 esclarecia seus leitores acerca dessas alterações.

---

<sup>647</sup> GRJ, 28/04/1821, N.º34.

<sup>648</sup> Cabral, Valle, op.cit., p.XXXI.

<sup>649</sup> Para conhecer o debate sobre o viés jornalístico de D. Pedro I ver SOUZA, Iara, op.cit.. e LUSTOSA, Isabel, op.cit..

<sup>650</sup> Esses apontamentos por ora aparecem-nos apenas como conjecturas, uma vez que ainda está por ser feita uma pesquisa mais aprofundada da história da *Gazeta do Rio de Janeiro* no governo de D. Pedro I. Nosso estudo, apesar de perceber essas mudanças é voltado sobretudo para o governo de D. João VI.

Tendo sucessivamente crescido a afluência de notícias, e desejando dar a maior latitude possível a esta folha, mudamos para o presente formato, sem todavia alterar o preço atual, apesar de indispensável aumento de despesa. E tendo a transladar as sessões das Cortes posteriores as seis já anunciadas, serão mais freqüentes a Extraordinárias, para não demorarmos o conhecimento de seus mais importantes resultados.

Não querendo porém limitar esta medida a uma extensão material, desejamos e solicitamos a cooperação de todos os amigos do bem público, comunicando-nos as suas luzes por cartas dirigidas nesta cidade á loja da *Gazeta*, e de fora pelo correio (francas de porte), cujo conteúdo transcreveremos até mesmo literalmente, quando for conforme os verdadeiros princípios da política constitucional, e da bem entendida liberdade, segundo permitir o concurso e a importância das matérias.<sup>651</sup>

De maio até o final do ano de 1821, a folha veicularia novas seções jornalísticas que marcavam a reestruturação do periódico, também associada às mudanças ocorridas na esfera pública que agora colocava em questão a disputa pelo domínio da palavra impressa na cidade. Quanto à periodicidade, a folha tornou-se trisemanal, a partir de 20 de junho de 1821, passando a circular as terças, quintas-feiras e aos sábados. Tal fato foi anunciado no N.º 49:

Terminando com este mês a subscrição da *Gazeta* para o primeiro semestre deste ano, e sendo necessário aumentar o número de *Gazetas* no seguinte, por não ser ainda suficiente a extensão do novo formato; e desejando com tudo que os subscritores, tenham maiores vantagens do que o precedentemente, e ao mesmo tempo que não cresça o preço das *Gazetas* avulsas, se tem estabelecido que do 1º de Julho em diante haja em cada semana três *Gazetas* nos dias terça, quinta e sábado, além das extraordinárias que forem necessárias, e que o preço da subscrição seja de 6\$000 réis por semestre, muito inferior ao que corresponderia proporcionalmente; continuando a vender-se cada uma por 80 réis por semestre. Quem quizer subscrever, dirija-se á loja de *Paulo Martin*, na rua da *Quitanda*, N.º 33.<sup>652</sup>

Ao utilizar-se da palavra como uma arma de convencimento, o redator tentava persuadir seus assinantes das vantagens financeiras do empreendimento, relacionando-a ao fluxo de “notícias interessantes” e ao novo formato do periódico, os dois aspectos que haviam impulsionado o aumento do preço. Ademais, desejava prová-los que a folha faria jus às suas propostas, não medindo esforços para mantê-los “informados” diariamente, se necessário fosse. Esse discurso tinha um sentido muito particular: naquele momento a *Gazeta* precisava não só conservar seus antigos

Tendo sucessivamente crescido a afluência de notícias, e desejando dar a maior latitude possível a esta folha, mudamos para o presente formato, sem todavia alterar o preço atual, apesar de indispensável aumento de despesa. E tendo a transladar as sessões das Cortes posteriores as seis já anunciadas, serão mais freqüentes a Extraordinárias, para não demorarmos o conhecimento de seus mais importantes resultados.

Não querendo porém limitar esta medida a uma extensão material, desejamos e solicitamos a cooperação de todos os amigos do bem público, comunicando-nos as suas luzes por cartas dirigidas nesta cidade á loja da *Gazeta*, e de fora pelo correio (francas de porte), cujo conteúdo transcreveremos até mesmo literalmente, quando for conforme os verdadeiros princípios da política constitucional, e da bem entendida liberdade, segundo permitir o concurso e a importância das matérias.<sup>651</sup>

De maio até o final do ano de 1821, a folha veicularia novas seções jornalísticas que marcavam a reestruturação do periódico, também associada às mudanças ocorridas na esfera pública que agora colocava em questão a disputa pelo domínio da palavra impressa na cidade. Quanto à periodicidade, a folha tornou-se trisemanal, a partir de 20 de junho de 1821, passando a circular as terças, quintas-feiras e aos sábados. Tal fato foi anunciado no N.º 49:

Terminando com este mês a subscrição da *Gazeta* para o primeiro semestre deste ano, e sendo necessário aumentar o número de *Gazetas* no seguinte, por não ser ainda suficiente a extensão do novo formato; e desejando com tudo que os subscritores, tenham maiores vantagens do que o precedentemente, e ao mesmo tempo que não cresça o preço das *Gazetas* avulsas, se tem estabelecido que do 1º de Julho em diante haja em cada semana três *Gazetas* nos dias terça, quinta e sábado, além das extraordinárias que forem necessárias, e que o preço da subscrição seja de 6\$000 réis por semestre, muito inferior ao que corresponderia proporcionalmente; continuando a vender-se cada uma por 80 réis por semestre. Quem quizer subscrever, dirija-se á loja de *Paulo Martin*, na rua da *Quitanda*, N.º 33.<sup>652</sup>

Ao utilizar-se da palavra como uma arma de convencimento, o redator tentava persuadir seus assinantes das vantagens financeiras do empreendimento, relacionando-a ao fluxo de “notícias interessantes” e ao novo formato do periódico, os dois aspectos que haviam impulsionado o aumento do preço. Ademais, desejava prová-los que a folha faria jus às suas propostas, não medindo esforços para mantê-los “informados” diariamente, se necessário fosse. Esse discurso tinha um sentido muito particular: naquele momento a *Gazeta* precisava não só conservar seus antigos subscritores, mas também conquistar novos leitores, uma vez que, desde março de 1821, já não era mais o veículo de comunicação por excelência na cidade. Na prática, há pouco mais de três meses, a *Gazeta* experimentava uma situação inusitada: cotidianamente, convivia com a “concorrência” de outros jornais, razão pela qual era mister que a folha expusesse tantas “vantagens” na subscrição do periódico.<sup>653</sup>

---

<sup>651</sup> GRJ 2/05/1821, N.º 35.

<sup>652</sup> GRJ, 20/06/1821, N.º 49.

<sup>653</sup> Na realidade, a maioria dos jornais cujo enfoque político e informativo diferia radicalmente do da *Gazeta*, passaram a ser veiculados, sobretudo a partir do segundo semestre de 1821.



# GAZETA

## DO

### RIO DE JANEIRO.

SABBADO 2 DE JUNHO.

Diaria da Regência de 16 de Fevereiro.

CORTES. — Sessão Decima septima, 15 de Fevereiro.

**N**O impedimento do Excellentissimo Sr. Arcebispo da Bahia, occupou o seu lugar o Sr. Vice-Presidente Manuel Fernandes Thomaz. Leo-se a acta da antecedente Sessão, que ficou approvada.

O Sr. Borges Carneiro, apresentou o seu protesto contra o Art. 4.º das Bases da Constituição, o qual deu motivo á questão sobre qual devia ser a fórma dos protestos em casos identicos, e se leu o Art. do Regulamento Interino das Cortes sobre este objecto, depois do que, se decidiu, que os protestos tivessem lugar, não avulsos, mas lançados nas actas.

Pedio o Sr. Borges Carneiro, que se remetterssem á Commissão da Fazenda os papeis, que lhe fossem relativos, para continuar esta nos seus trabalhos, e foi satisfeito, dando o Sr. Presidente as ordens para isso. Igualmente pedio que fossem tratados os dois objectos sobre o Requerimento dos Estudantes da Universidade, e o dos presos da Cadeia, e se decidiu que estes negocios não erão tão urgentes como o da discussão sobre as Bases da Constituição.

Principiou portanto a discussão sobre a liberdade da Imprensa, dizendo o Sr. Antonio Pereira, pertendia conciliar os differentes pareceres da Assembléa, propondo houvesse huma Censura prévia; mas de tal sorte feita que os Censores fossem responsaveis dos abusos, tanto das obras censuradas como daquellas, que devendo correr livres, não as deixassem passar; formando hum Tribunal composto de Pessoas das mesmas Cortes, que conhecessem daquella responsabilidade, e a quem elles tivessem que responder, cujo Tribunal deveria participar da

opinião do mesmo Congresso, sendo por consequência a Nação, por meio destes representantes, quem verdadeiramente fosse a Censura de factos escritos.

O Sr. Serpa refutou esta opinião, dizendo, que não só isto não conciliava a diversidade de opiniões, senão que era huma verdadeira prohibição da liberdade de Imprensa, que seria muito difficil achar homens, que quizessem ser Censores com tal responsabilidade; que da liberdade d'Imprensa resulta hum bem aos Governantes, e aos Governados, porque hums conhecem a opinião publica, e os outros tem hum meio seguro para a sua illustração; e que era o seu parecer não houvesse Censura prévia em materias Politicas, e que a devia haver nas do Dogma e Moral.

O Sr. Borges Carneiro, disse que de nenhum modo estava pela proposição do Sr. Antonio Pereira, porque ainda que o Tribunal, que se pertendia, se compozesse dos Deputados das Cortes, os quaes se presumia nesse caso serem de idéas liberaes, podião muito bem não o serem, e não corresponderem ao resultado, que se pertendia; mas ainda que o fossem, devendo ter huma dependencia do Governo pelos seus empregos &c., não deixarião por isso de se accommodar ás opiniões do Governo, que quanto a ser a Nação a que por este meio censurasse os escritos, não era conforme, porque muitas vezes acontecia nas Juntas de Censura, que, por amigos, ou por condescendências, sendo a Obra dada a hum, os outros se conformavam com o parecer, que este dava; e que no caso proposto poderia acontecer o mesmo; seria por isso hum só homem a bussola de pensar de outro homem; e citou alguns exemplos, que provavam esta opinião. Que quanto ao que o Sr. Serpa dizia de Censura prévia em materias de Religião, elle não podia assentir, porque qualquer livro se podia julgar continha estas materias.

Formato da Gazeta do Rio de Janeiro a partir de maio de 1821. Sob o reinado de D. Pedro I a folha ganharia novas seções e caracteres.

Gazeta do Rio de Janeiro, 2/06/1820, N.º 44.

A partir de maio de 1821, portanto, a *Gazeta do Rio de Janeiro* não só reestruturou o *layout* e a periodicidade, como também imprimiu novas características às seções que compunham o jornal, além de criar peças jornalísticas que seriam fixas durante o restante do ano como, por exemplo, o espaço denominado **Lisboa**. Nascida em maio, essa seção era descritiva e as informações referiam-se às decisões das Cortes em Portugal. Ao mesmo tempo, publicava diferentes enfoques temáticos e apontava as conclusões a que tinham chegado os deputados para, assim, comporem as leis da então embrionária constituição monárquica. Era comum também aparecer a opinião do redator antes de veicular os decretos constitucionais. O exemplo referente ao artigo que admitia a liberdade de imprensa é nos elucidativo:

*LISBOA 14 de Julho*

Dom João por graça de Deus, e pela constituição da monarquia, Reino Unido de Portugal, Brasil, e Algarves, d'aquém e d'alem mar em *África*, &c. Faço saber a todos os meus súbditos que as Cortes decretaram o seguinte:

As Cortes gerais, extraordinárias, e constituintes da nação *portuguesa*, querendo desenvolver e determinar os princípios, que sobre a liberdade de imprensa esclareceram nos artigos oitavo, nono, e décimo das bases da constituição, por conhecerem que aquela liberdade é o apoio mais seguro do sistema constitucional, decretaram o seguinte.

TITULO I

*Sobre a extensão da liberdade de imprensa*

Art.1.º. Toda a pessoa pode da publicação desta lei em diante imprimir, publicar, comprar, e vender nos *Estados portugueses*, quaisquer livros ou escritos sem previa censura e com as declarações seguintes (...) <sup>654</sup>

Já na seção **Cortes**, o jornal reportava as falas dos diferentes deputados em relação a um assunto específico debatido nas reuniões desde meados de 1821, quando D. João VI aceitou a transição para o sistema constitucional. Vejamos:

*CORTES. –Sessão I 10 – 15 de Junho*

Declarou o Sr. presidente aberta á sessão as 8 horas e sendo lida a ata antecedente, foi julgada conforme, e se aprovou.

O Sr. *Pereira do Carmo* disse: “Na Sessão de ontem fui de voto, que os diplomáticos *portugueses* nas Cortes estrangeiras deviam ser imediatamente processados, como havia já demonstrado na sessão de 9. porquanto não carecem de leis (como alguém falsamente supôs) que qualifiquem o crime, e lhe assinem pena; ou estes diplomáticos se considerem cidadãos *portugueses*, ou piratas, violadores dos direitos das gentes, como lhes chamaram alguns Ssr. deputados. (...)”

Entrou em discussão a lei de imprensa, depois de aprovados vários artigos se adiou a discussão, para a sessão seguinte, levantando-se esta ao meio dia. <sup>655</sup>

Em **Correspondência**, eram publicados as *cartas de leitores* e os *abaixo-assinados* da sociedade. Ao longo do ano, o espaço ganhou relevância no periódico, uma vez que possibilitou uma crescente participação dos leitores nas questões políticas, que opinavam sobre os assuntos vigentes no período. Esse novo e importante campo, apontava para o nascimento de um novo diálogo entre leitor e

---

<sup>654</sup> GRJ, 20/10/1821, N.º100.

<sup>655</sup> GRJ 20/10/1821, N.º100.

redator, cuja visibilidade era agora pautada por ambas reflexões, que eram evidenciadas nas páginas da *Gazeta*.

Senhor Redator, - Apresso-me em fazer chegar á sua notícia o capítulo de uma carta, que recebi do *Maranhão* em data de 23 de fevereiro do corrente, que V.m fará inserir na *Gazeta*, achando digno disso. Um doutor juiz de Fóra, *Manoel da Costa Barradas*, vindo do *Pará* para desembargador desta região (*Maranhão*) fretou uma escuna *Americana*, e vindo mais a mulher, no dia 10 deste mês na ilha de *D. João* foram acometidos por um Corsário roubando-lhe tudo quanto traziam do *Pará*, sem respeitarem a bandeira *Americana*, conduzindo o dito de desembargador e sua mulher para bordo do corsário, onde lhe pedirão doze mil pesos pela sua liberdade, responderão-lhes que nada mais possuíam, tornarão-lhes que o pedissem ao *Americano*, para lhe pagar 24 horas depois desaltar (sic) em terra, onde fica. Quando deixará de gemer a humanidade, Senhor Redator, principalmente a *nação portuguesa*? Quando redobrar a sua dignidade que se faça respeitável ás de mais *nações*, porque os corsários não se apresam no mar e seria fácil o saber –se d’onde saem, e onde entram, o que já sem tem provado; por tanto toca aos nossos ministros nas Cortes estrangeiras o fazerem as suas obrigações. – Sou seu venerador –  
P. F. B.<sup>656</sup>

A sustentação dessa peça jornalística, portanto, explicitava uma possível mudança na concepção da folha: ao permitir que a voz do leitor se tornasse parte integrante da estrutura do jornal, a *Gazeta do Rio de Janeiro* mostrava sua particular tentativa de inserir-se em um processo de ordem mais ampla: a formação da opinião pública que, em 1821, ainda delineava suas tênues nuances no Brasil. Nesse ínterim, é imperativo ressaltar que, as cartas *publicadas* mantinham um discurso complementar ao do redator. No que concernia ás opiniões políticas, os produtores da *Gazeta do Rio de Janeiro* não compreendiam a idéia de opinião pública vigente a partir do século XVIII, nas acepções do termo circunscritas por Habermas e Koselleck. Se assim fosse, os proprietários teriam que aceitar a formação da instância crítica em oposição ao Estado, admitindo que a crítica é a morte do rei, que passaria a ser julgado como homem, cidadão.

O termo opinião pública apareceu pela primeira vez na *Gazeta* em 24 de julho de 1821, na seção *Correspondência*. Antonio Maria Quartir rogava ao redator da folha que fizesse a inserção das notícias recebidas de S. Paulo, cujo conteúdo relatava “os diferentes sucessos, que ali tiveram lugar até a instalação do Governo Provisório em o dia (sic) 23 de junho.” O jornalista não só publicou as correspondências paulistanas, como também circunscreveu o conteúdo das informações sob o título “*Exposição do estado da opinião pública em S. Paulo antes da instalação do Governo Provisório, e narração dos acontecimentos do dia 23 de junho de 1821.*”<sup>657</sup> O texto contextualizava o estado de ânimo da sociedade paulista com o conhecimento da Revolução do Porto, os problemas vividos pela província e as conseqüências políticas advindas de um importante processo de insatisfação social generalizada que

---

<sup>656</sup> GRJ 9/06/1821, N°46.

<sup>657</sup> GRJ, 24/07/1821, N.º 62.

colocava a instalação de um Governo Provisório como uma alternativa defendida pela opinião pública. Vejamos:

Logo as primeiras notícias da regeneração de Portugal as idéias liberais se tornaram familiares entre todas as classes de cidadãos; e a organização e instalação de um Governo Provisório, composto por homens sábios, e ornados de patriotismo foi um veto geral. A *opinião pública* a favor desta acisada (sic) medida, que só deveria prevalecer, e a única que poderia ganhar ascendentes sobre os espíritos para os por ao abrigo de dissensões (sic) intestinas, tomou em breve tempo uma força insuperável.<sup>658</sup>

Para o narrador, opinião pública era a voz que dizia vigorar na *maioria da sociedade paulista*, sendo baseada em valores como a prudência e bom senso, ambos intrínsecos ao “correto” uso da razão. Como bem nos lembra Morel, as formulações acerca desse conceito “mudavam dependendo do local e época em que eram pronunciadas, mesmo que o vocabulário fosse o mesmo, o que às vezes encobre conteúdos diferentes”<sup>659</sup>, chamando-nos desse modo, a atenção para sua riqueza e diversidade. O autor ressalta, ainda, que apesar das diversas idéias vigentes na época, o conceito aparecia na cena pública como instrumento de legitimidade política.

Para a *Gazeta do Rio de Janeiro*, particularmente, o ato de contribuir para a formação da opinião pública, nesse momento, estava muito mais vinculado ao *ato de publicar as notícias sem omissão*<sup>660</sup> do que permitir aos leitores que expusessem seus olhares divergentes, possibilitando a autêntica prática da crítica.<sup>661</sup> A relevância dessa percepção tomou tal vulto no jornal que até as cartas cujos conteúdos eram “indesejáveis” passaram a ser *anunciadas* em ***Correspondência***, apesar de não serem publicadas. Em 2 de junho de 1821 o redator comentava:

*Devemos acusar* o recebimento de duas cartas uma do Luso Constitucional e outra do admirador da época de 1821, ambas *não são da natureza de se poderem transcrever nessa folha pelo seu conteúdo*, sendo aliás conveniente que não fiquem anônimos os autores de semelhante cartas porque *a verdade não aborrece a luz*. Se buscam o bem porque se escondem? Não nos chegando o espaço para cousas necessárias, qual sacrificaremos a objetos de pouco interesse, porque não tratamos dos vedados?<sup>662</sup>

Guimarães circunscrevia a presença de opiniões divergentes da concepção de imprensa da folha, colocando o leitor a par da existência dessas interpretações. Contudo, deixava a cargo de cada

---

<sup>658</sup> Idem,

<sup>659</sup> MOREL, Marco, op.cit., p.210-211.

<sup>660</sup> GRJ, 24/03/1821, Nº 24. Nessa edição o redator justificava o seu trabalho nos seguintes termos: “Sendo nosso empenho não retardar um momento as notícias, que cheguem ao nosso conhecimento, demos ontem o extrato do Diário do Governo de 2 de fevereiro Sendo porém depois algumas sessões das Cortes, as comunicamos hoje para não sermos *de maneira alguma tachados de omissão*.” (grifo nosso). Como vemos, o discurso do redator já apontava uma diferença central na concepção de imprensa. Agora era necessário justificar de maneira mais incisiva a edição das notícias, uma vez que se mudava também a relação delineada com o público leitor.

<sup>661</sup> De acordo com Koselleck, “A crítica é uma arte de julgar. Sua atividade consiste em interrogar a autenticidade, a verdade, a correção ou a beleza de um fato para, a partir do conhecimento adquirido, emitir um juízo que como indica o emprego da palavra também pode se estender aos homens.” KOSELLECK, op.cit., p.93.

<sup>662</sup> GRJ, 2/06/1821. (grifo nosso)

um (por sua própria conta e risco), procurar conhecer e discutir essas posições que não cabiam nas páginas da *Gazeta*. Da mesma forma que dialogava com os leitores, também chamava os autores dessas cartas para uma conversa “franca”, convidando-os a exporem suas identidades; um passo considerado fundamental para o início de novas práticas de se conceber e produzir a imprensa.<sup>663</sup> Claro que, ao chamar os escritores para um debate supostamente de “igual para igual”, o redator visava conhecer os cidadãos que ameaçavam a ordem política pelo uso da palavra. Esse convite à discussão, no entanto, sugere-nos ser mero jogo de retórica: o objetivo da *Gazeta*, provavelmente, era provar aos seus leitores que o jornal caminhava em direção as *luzes* (sob o uso crítico da razão) as quais os conduziam para a prática de uma nova imprensa. Na realidade, no entanto, os proprietários da *Gazeta*, sob os momentos iniciais do governo de D. Pedro I, buscavam mais consolidar uma nova legitimidade política de cunho liberal – cujos liberalismos políticos no início do século XIX se afirmavam como reação e resposta aos princípios revolucionários – do que enraizar verdadeiras mudanças na concepção de imprensa explicitamente vinculada ao poder.<sup>664</sup>

A seção ***Advertência***, apesar de ser também uma novidade na folha, não foi, contudo, uma peça fixa no jornal. Foi neste campo, entretanto, que, em 19 de maio de 1821, o redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* publicou uma réplica aos ataques feitos na edição n.º 7 do jornal *O Bem da Ordem*, quando questionado acerca do modo pelo qual a *Gazeta do Rio de Janeiro* havia transcrito as idéias da Constituição Portuguesa. O cônego Vieira Goulart, redator d’ *O Bem da Ordem*, assim afirmava:

me constituo na necessidade de procurar o N.º 62 do Diário da Regência de Portugal, publicado em 13 de Março, onde se acham as ditas bases, já sancionadas, e por onde se conhece a pouca exatidão da folha, que a referida *Gazeta* transcreveu, não obstante asseverar o Redator dela que ali lançava o sentido essencial daquelas bases(...)<sup>665</sup>

Em seguida, *O Bem da Ordem* publicava na *íntegra* a mesma documentação - a Constituição Portuguesa – e o fez, segundo Viera Goulart, em nome do *interesse público do cidadão*, ou seja, do público leitor do jornal. Ao defender das acusações, Guimarães afirmava que “apenas chegaram as nossas mãos as primeiras sessões das Cortes, nos apressamos a copiá-las, e apesar da irregularidade de correspondência, os nossos esforços superaram dificuldades, e o público foi informado com a possível prontidão daquele respeitável congresso”, uma vez que o jornal tinha copiado

---

<sup>663</sup> Em junho de 1821 o redator reforçava na seção *Advertência*, essa questão da identidade dos autores das cartas, dizia ele: “Na *Gazeta* de N.º 44 declaramos que convinha não ficassem anônimos os autores das cartas, que nos fossem enviadas; apesar disto temos quase diariamente recebido cartas semelhantes, em algumas das quais lemos reflexões atendíveis, porém que revertem diretamente contra algum indivíduo, ou corpo, e que portanto cumpriria que a assinatura tornasse responsável os respectivos escritores(...)” *GERJ*, 19/06/1821, N.º17.

<sup>664</sup> MOREL, Marco, op.cit., cap.2.

<sup>665</sup> *O Bem da Ordem*, N.º 7, p.62. s.d.

“simplesmente os Diários da Regência, poupando-nos a acrescentar a mínima reflexão na *Gazeta* N.º30 a sessão undécima (de 6 de Fevereiro), que desafiou do muito sábio redator do *Bem da Ordem* a censura que apareceu no N.º7.” Em seguida, o gazeteiro da Corte replicava as análises de Vieira Goulart, rogando-o que mostrasse “ao público como a *Gazeta* desta Corte se inseriu naquela questão política.”<sup>666</sup>

A tréplica de Goulart saía impressa no N.º 9 do seu periódico, quando ele já compunha o posto de diretor da *Gazeta*. Longa e pormenorizada, sua observação versava sobre as regras e os sentidos léxicos e gramaticais da língua portuguesa, a qual tentava convencer os leitores de que “o senhor redator da *Gazeta* não queria entender de propósito o que eu dizia, queria fazer-me dizer o que lhe parecia.”<sup>667</sup> Apesar dessa afronta, contudo, o redator do *Bem da Ordem* afirmava ser Araújo Guimarães “uma pessoa respeitável por si, e pelo seu emprego público, as quais sempre fazem sair a pena fora da modéstia.” Ao questionar a “exatidão do que [a *Gazeta*] transcreve em tais fontes”, também colocava o público na posição de juiz dessa disputa, já que os pedia: “o público literato dará [razão] a quem tiver melhor.”<sup>668</sup>

Essa contestação pública foi muito profícua e as controvérsias, debatidas entre os meses de maio e junho de 1821, se referiam a duas temáticas principais: o papel do redator na sociedade (enfocando a atividade interpretativa dos documentos e fatos políticos publicados e, conseqüentemente, o aspecto acerca da veracidade das notícias) e a preocupação em inserir o leitor nas discussões de foro público, delineando, assim, uma das primeiras tentativas de tentar conduzir a opinião pública, ao circunscrever seus interesses. Lúcia Neves nos elucida, porém, que “seria um anacronismo nesse momento histórico referir-se à idéia de *opinião pública* como uma “pluralidade de indivíduos que se exprimem em termos de aprovação ou sustentação a uma ação, servindo de referencial a um projeto político definido” com o poder de alterar os rumos dos acontecimentos.”<sup>669</sup> A autora ressalta que, no Brasil, “em 1821-1822, era de cima para baixo que a opinião pública se impunha às demais opiniões individuais, cabendo aos homens de letras o papel de produzi-la. Ao invés de manipuladores de idéias, estes transformavam-se em porta-vozes de uma evidência.”<sup>670</sup>

Em meio a essas controvérsias, surgia o *Diário do Rio de Janeiro*, em 1º de junho de 1821. Primeira folha informativa de circulação diária na Corte e também no Brasil, o periódico foi fundado

---

<sup>666</sup> GRJ, 19/05; 1821, N.º40.

<sup>667</sup> Para acompanhar detalhadamente os meandros desta polêmica ver O Bem da Ordem, N.º 9, p.81-91. s/d.

<sup>668</sup> O Bem da Ordem, N.º 9, p.90-91. s/d.

<sup>669</sup> NEVES, Lúcia, *Corcundas e Constitucionais...*, p.111.

<sup>670</sup> Idem,

por Zeferino Vito de Meirelles, redator que ascendera na *Impressão Régia*, de operário a administrador, passando pelos cargos de apontador, corretor e almoxarife<sup>671</sup>, que obtivera licença real para imprimir seu jornal durante seis meses na Imprensa Nacional.<sup>672</sup> De vida longa, o *Diário do Rio de Janeiro* sobreviveu até meados de 1878, quando foi, definitivamente, fechado. A veiculação do Plano desse jornal na cidade já caracterizava suas diferenças com os demais periódicos então vigentes. No princípio de cada edição, eram publicadas as observações metereológicas, feitas no dia antecedente, as horas do nascimento e da passagem pelo meridiano, e do oceano do sol em cada um dos respectivos dias, e semelhantemente o nascimento e o ocaso da lua. A linha editorial *Diário do Rio de Janeiro* estava focada nas informações locais de utilidade pública. O jornal noticiava basicamente fatos do cotidiano da cidade: furtos, assassinios, reclamações, divertimentos, espetáculos, observações metereológicas, marés, correios; anúncios de escravos fugidos, leilões, compras, vendas, achados, aluguéis entre tantos outros temas. Sua popularidade crescente o fez ser conhecido como *Diário do Vintém*, pelo preço, e *Diário da Manteiga* porque trazia os preços, entre outros gêneros, da manteiga que chegava à Corte para o consumo da população.<sup>673</sup>

Diferentemente das folhas que nasciam no período com o intuito de discutir questões eminentemente políticas, o *Diário do Rio de Janeiro* fazia apologia à monarquia portuguesa, tecendo elogios à família real e à pátria, o que circunscrevia os vínculos de Zeferino Vito de Meirelles aos valores monárquicos vigentes. Em 4 de julho de 1821, por exemplo, ao anunciar a venda do jornal *Despertador Nacional* e publicar uma resenha sobre o novo periódico, o redator relaciona-o aos “benefícios da constituição” para o Império Português, um importante aspecto do discurso político da época presente no jornal, o que **não** o coloca como veículo de comunicação omissa nas questões de ordem política.<sup>674</sup>

As **Notícias Particulares** e os **Anúncios** eram considerados pelo redator a *matéria principal do Diário*<sup>675</sup>, na prática, um importante espaço destinado à expressão dos leitores que assim contribuíam para o enraizamento da imprensa na cidade, também pela sua própria perspectiva dos fatos que desejavam relatar. Como afirmou Zeferino Vito de Meirelles, apesar dessas novas possibilidades de

---

<sup>671</sup> Idem, p.81.

<sup>672</sup> AZEVEDO, Moreira de, op.cit., p.186.

<sup>673</sup> AZEVEDO, Moreira de, op.cit., p.186.

<sup>674</sup> Neste aspecto minha interpretação é deveras diferente de Nelson W. Sodré e Lúcia M. B. Pereira das Neves. Os dois pesquisadores defendem que o *Diário do Rio de Janeiro* foi uma folha “omissa nas questões políticas” nas palavras de Sodré ou ainda “não apresentava opiniões política”, na visão de Neves. O meu parecer é de que esse jornal apenas não explicitava seu posicionamento político de maneira a debater questões da época na esfera pública, mas possuía um claro posicionamento político: era partidário do governo regencial de D. Pedro I.

<sup>675</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 8/06/1821, N.º 8. (grifo original)

leitura, criação e interação entre público e editor, nem todos tinham suas falas contempladas na folha: antes de suas informações e opiniões tornarem-se *públicas* era necessário que estas tivessem “afinidade” com a linha editorial do periódico. Assim, em 2 de agosto, Meirelles consentia a publicação de um importante fato em “Notícias Particulares”:

Manuel Ferreira de Araújo Guimarães faz saber, que desde hoje deixa de ser o redator da *Gazeta* desta Corte, e agradece ao público ilustrado o favor e benignidade com que acolheu o seu trabalho no espaço de nove anos.<sup>676</sup>

Nessa mesma data, a *Gazeta do Rio de Janeiro* também veiculava a despedida de seu antigo e fiel funcionário: o redator Manuel Ferreira de Araújo Guimarães que, por nove anos, contribuíra de forma incessante para a manutenção e enraizamento da folha do rei, a despeito das crises econômicas e políticas pelas quais passou a monarquia portuguesa durante o governo joanino.<sup>677</sup> Publicado na página 4, seu adeus era assim intitulado:

#### ***O redator ao respeitável público.***

No momento, em que deixo de ocupar-me da redação deste periódico, julgo da minha obrigação agradecer o respeitável público a bondade, com que tem tolerado as faltas inseparáveis da minha inaptidão, no longo espaço de nove anos, em que fui encarregado desta árdua empresa. Recordando o estado de descrédito e quase abandono, em que achei esta folha, e não devendo atribuir os sucessivo progresso, que ela tem feito em reputação e em interesses, aos meus contínuos esforços (sem cooperação nem auxílio estranho), nem querendo, como alguns, dar tudo às circunstâncias, que tão variadas tem sido neste intervalo, cumpre-me reconhecer que a benevolência do público ilustrado tem sido a causa principal desse sucesso, e lamentar que a escassez de meus talentos acrescessem nos últimos tempos tantos estorvos imprevistos, que não me permitiram fazer estéreis, mas sinceros desejos. Hoje porém que este periódico (por motivos econômicos) passa a melhor mãos, estou certo que ficando sem aplicação a indulgência do público, terá só exercício a sua admiração, e espero a satisfação de ver suceder a insuficiência de minhas fadigas planos acertados e oportuna execução.<sup>678</sup>

Neste encerramento, o redator agradecia a benevolência e ajuda do público leitor ao longo dos anos, o qual tivera tolerância e paciência para com seus inevitáveis erros que, segundo ele, eram

---

<sup>676</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 2/08/1821, N.º 2.

<sup>677</sup> Em relação aos problemas econômicos enfrentados pela tipografia, Valle Cabral nos informa que por decreto de 31 de Outubro de 1811 e 17 de Fevereiro de 1815 foi anexada à *Impressão Régia* a Real Fábrica das Cartas de Jogar, cuja administração também ficou sob a incumbida da Junta Diretora da *Impressão Régia*. No ofício de 5 de julho de 1816, os diretores do estabelecimento esclareciam que “a razão que moveu o benéfico ânimo de sua majestade para incorporar em 1811 a fábrica de cartas á régia oficina tipográfica, é hoje tanto mais poderosa quanto **é impossível que esta oficina continue a subsistir sem subsídios reditos da mesma fábrica**; tendo alias aquela oficina servido á sua majestade com a impressão de obras que montam á mais de 15 contos de réis, quantia que em obras ulteriores para o real serviço não pode deixar de crescer, sem que se veja d’onde possa ser suprimida, uma vez que pela arrematação da dita fábrica fique a régia tipografia privado do dote que a soberana beneficência se dignou conceder-lhe, conhecendo a impossibilidade de manter-se pelos próprios recursos; como se vê do calculo máximo de suas despesas.” Razão pela qual acreditamos que cartas de jogar foram responsáveis pela manutenção financeira da *Impressão Régia*. APUD CABRAL, Valle, op.cit., p. XXXI-XXXII.

<sup>678</sup> GRJ, 2/08/1821, N.º 66.

intrínsecos a sua inaptidão para as letras. Porém, apesar de exaltar a ajuda de seus leitores, considerando-a essencial para a manutenção de um bom jornalismo, não deixava de reverenciar questões “adversas” que o impossibilitaram de realizar seu trabalho da maneira que lhe convinha. Recordava alguns obstáculos enfrentados por ele, para que o jornal ganhasse nova vida, quando da sua entrada na redação em 1812. Também colocava a público que, mesmo passando para “melhores mãos”, ele deixava a escrita da *Gazeta* em condições infinitamente superiores do que quando aceitara a árdua tarefa de redigir e reportar as notícias daqui e d’além mar, cujo mérito ele dividia, principalmente, com seus leitores. Se o público tinha, sim, um papel central no discurso de Araújo Guimarães, era mister também que o jornalista utilizava-se dessa prédica sedutora para atraí-los, possivelmente na tentativa de que eles reconhecessem seus esforços na constituição de seu trabalho.

A despedida de Guimarães nas páginas da *Gazeta do Rio de Janeiro* e a inserção da notícia de sua saída do jornal no *Diário do Rio de Janeiro*, teria importantes desdobramentos ao longo do mês de agosto de 1821, tornando-se um tema de *notoriedade* na cidade. Dois dias depois, era a vez do novo redator da *Gazeta* apresentar seu trabalho ao público delineando as diretrizes da sua pena. Diferentemente do que acontecera com Guimarães, que tivera um pequeno espaço na página 4 para comunicar a sua saída e agradecer aos seus leitores por tantos anos de colaboração, o profissional que agora se tornava responsável pela escrita e produção das notícias na folha, inseria suas reflexões na primeira página, com os holofotes voltados para si. Tal publicidade foi estrategicamente arquitetada pelos diretores do periódico, uma vez que o cônego Francisco Vieira Goulart além de novo redator da *Gazeta*, era membro da direção da tipografia. Ademais, interessava-os também dar ressonância ao fim da fase em que Guimarães fora jornalista da *Gazeta*, pois sua figura era associada ao período do governo de D. João VI, cuja concepção absolutista fora cotidianamente reverenciada por sua pena durante nove anos. A apresentação de Goulart no cargo que recentemente assumira já delineava as dificuldades intrínsecas à profissão das letras:

Se em todo o tempo foi empresa difícil escrever para o público, cujas idéias, sentimentos e opiniões são tão diferentes, como as fisionomias, muito mais o é na conjuntura presente, em que a mesma afluência de matéria deixa o escritor muitas vezes perplexo na escolha e preferência de assuntos que lhe deve apresentar.<sup>679</sup>

A comunicação do eclesiástico esclarecia acerca dos múltiplos vieses da atividade jornalística. Se a subjetividade era característica intrínseca ao olhar e às escolhas do profissional, como afirmava, mais difícil do que o trabalho de produção e edição das notícias era conseguir agradar a todos os leitores, sobretudo, em um momento político tão delicado como o que o país então passava. O

---

<sup>679</sup> GRJ, 4/08/1821, N.º 67.

segundo semestre de 1821 foi marcado especialmente por um crescente antagonismo entre portugueses e brasileiros que, a despeito de suas divergências políticas, davam origem a novos partidos, em meio às resoluções vindas das Cortes de Lisboa.<sup>680</sup> O redator assumia tais empecilhos, associando o manejo da ocupação jornalística à obra de seu antecessor. Ao referenciá-lo, entretanto, o fazia de maneira dúbia, deixando ao leitor a idéia de que fora iniciativa de Guimarães abandonar sua missão pedagógica cujo intuito era ilustrar o público sob os raios das verdadeiras luzes.

Atualmente convencido desta verdade, e com sumo receio de não poder satisfazer cabalmente a expectação de um público judicioso, que tomo sobre mim a árdua tarefa da redação desta *Gazeta*, e muito principalmente quando esta ocupação vem de ser exercida por um literato tão conspícuo, e a cuja eloquência está o mesmo público já desde de muito afeito. Mas se o mesmo literato *desdenha ilustrar com suas luzes a sociedade*, de que é tão digno membro, alguém há de suprir tão grande falta; muito embora o faça imperfeitamente; e então o público que faz justiça imparcial saberá relevar os defeitos do novo redator, vendo que ele põe todo o seu desvelo em satisfazer o melhor possível à obrigação que contraíra, posto que o não consiga. Para que melhor possa merecer esta consideração, o mesmo redator adotará o plano estabelecido pelo seu antecessor.<sup>681</sup>

Com esta fala, Goulart deixava *exclusivamente* a cargo de Guimarães a responsabilidade de sua demissão do periódico, isentando a direção da *Gazeta* de qualquer participação no conflito. No discurso do jornal, portanto, o afastamento do gazeteiro da redação do jornal era voluntário; uma falha imperdoável para com os seus leitores, uma vez que o jornalista menosprezava o compartilhar de seu saber ilustrado, guardando-o, mesquinhamente, só para si. O cônego terminava sua apresentação informando que a *Gazeta* daria continuidade à transcrição das Cortes, às notícias oficiais e as ocorrências de costume da cidade, mas priorizaria os “discursos e reflexões que julgar conveniente para *difundir*, e manter entre os povos *na maior pureza os princípios liberais*, fundados na primitiva equidade natural em que deve estar radicalmente imbuído todo o cidadão constitucional, a fim de não transpor a meta que lhe prescreve o dever.”<sup>682</sup>

Essa exposição ascendeu os ânimos de Guimarães que, sentindo-se publicamente afrontado e injustiçado, escrevia uma carta a Vito de Meirelles, pedindo-lhe que a inserisse no *Diário do Rio de Janeiro*. A publicação das cartas do ex-redator da *Gazeta* preencheriam quase duas páginas da folha de Meirelles que, em 8 de agosto, lhe concedia publicidade na seção ***Notícias Particulares***.

*Senhor Redator,*

Como se tem falado *diferentemente* sobre o anúncio que inseri na *Gazeta* e, o que V. M teve a bondade de publicar no seu Diário N.º 2; e cumpra (para evitar quaisquer *sinistra* interpretação) que o público seja informado das causas e da maneira, com que fui *despedido* da redação da *Gazeta*, rogo a V.M que transcreva no seu Diário mais próximo a seguinte carta da secretaria de Estado dos negócios estrangeiros

<sup>680</sup> NEVES, Lúcia, *Corundas e Constitucionais*, op.cit., p.291.

<sup>681</sup> GRJ, 4/08/1821, N.º 67.

<sup>682</sup> GRJ, 4/08/1821, N.º 67. (grifo nosso)

e da guerra, que me foi remetida na noite do dia 31 de julho, assim como a resposta que a ela dei no dia seguinte pela manhã, no que fará particular obsequio. Ao seu venerador M. F.A.G.<sup>683</sup>

Em seguida, o jornal inseria a carta de Guimarães que ele dizia ter recebido dos oficiais da Secretaria do Estado Estrangeiro e da Guerra e a sua resposta ao documento, que oficializava a sua demissão. De acordo com a correspondência veiculada pelo jornalista, os diretores da *Gazeta* lhe solicitava que “do 1º de agosto próximo queira o S.S. descontinuar a dita redação, e que logo que Paulo Martin remeta a conta corrente da mesma *Gazeta*, se apressaram a enviar-lhe o antigo ajuste de sua conta o que lhe houver de pertencer segundo o antigo ajuste que fica por este destratado.” Os oficiais alegavam que a demissão teria ocorrido por *motivos econômicos*, fazendo questão de esclarecê-lo que “*não existe nenhuma razão senão a que fica dita*, porquanto o merecimento literário e incansável atividade de S.S. não deixam nada a desejar a este respeito” para que tenham optado por essa atitude.<sup>684</sup>

Na resposta aos diretores, apresentada na folha, Guimarães dirigia-lhes cordatas saudações; primeiro agradecendo-lhes a “honrosa carta” com que o haviam obsequiado, para depois explicitar os problemas intrínsecos a tal aviso, segundo ele, nem esperado nem merecido. De acordo com o jornalista tinha-se a questão da composição do próximo número da *Gazeta*, “cuja prova estavam já em sua casa, e que hoje entram no prelo, e portanto cumpriria avisá-lo ao menos um dia, antes por necessidade, ainda quando a civilidade não exigisse mais algum.” Araújo Guimarães também os acusava de estarem rompendo a convenção de 1º de janeiro de 1813, aceita pelo oficial maior Pedro Francisco Xavier de Brito, já falecido, que os obrigava a satisfazer as condições de possíveis demissões da redação da *Gazeta* com três meses de antecedência da parte de quem tomara a decisão. Alegava terem-lhe prescrito a decisão “peremptoriamente [com] 3 horas para a suspensão da sua tarefa”, mas terminava sua fala dizendo-se “muito feliz em abrir mão desde este (sic) momento de uma empresa, em que sacrificou o seu descanso, e comprometeu a sua vida.”<sup>685</sup>

Para Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, que além de redator da *Gazeta* era docente da régia academia militar, o fato de ele ter sido demitido de seu cargo público soava-lhe como uma profunda desonra, da qual necessitava retratar-se publicamente. Utilizando-se da imprensa para tal empreitada, inseria essas cartas com o intuito de *documentar* as “verdadeiras” razões de sua demissão, em uma atitude que visava sua redenção diante de seus leitores. Com essa astuta estratégia, tanto Guimarães quanto os diretores da *Gazeta* buscavam garantir notoriedade à versão dos fatos que desejavam

---

<sup>683</sup> Diário do Rio de Janeiro, 8/06/1821, N.º 8. (grifo nosso)

<sup>684</sup> Diário do Rio de Janeiro, 8/06/1821, N.º 8. (grifo original)

<sup>685</sup> Diário do Rio de Janeiro, 8/06/1821, N.º 8.

validar no espaço público. Nessa empreitada, ambas as falas já evidenciavam o papel do leitor que lhes importava imprimir: mais do que nunca o público tornara-se juiz dos fatos, cabendo-lhes a missão de decidir por aquele discurso que mais lhe parecesse verossímil.

O *Diário do Rio de Janeiro* mediou essa controvérsia de maneira ímpar na cidade. Ao inseri-la em *Notícias Particulares*, Meirelles visava restringi-la a um debate isolado, uma vez que esse espaço era destinado à participação do leitor e sua expressão diante de temas de interesse tanto do âmbito da vida privada como de foro público. Ao mesmo tempo, utilizava-se de tal debate para dar credibilidade a sua folha, já que cedia suas páginas para dar voz a um intelectual ilustre na cidade, cuja presença (e tema debatido), certamente, dariam publicidade ao seu jornal.

Ao analisarmos todos esses acontecimentos, notamos que, a idéia e a importância do leitor como peça primordial para uma nova prática de imprensa tornara-se fundamental para os homens de letras que se enveredavam pelas trilhas do jornalismo. Por se conceberem como seres ilustrados dotados de razão, esses literatos acreditavam ter a missão pedagógica – esclarecedora – de educar o **povo**, levando-os para o caminho das luzes e da civilização. De acordo com Morel, os novos redatores “desejavam contribuir para incorporar a sociedade estas camadas que, de classes perigosas ou ameaçadoras, poderiam transformar-se em elementos úteis e integrados, por meio da educação e cultura, ao trabalho e a um determinado grau de cidadania.”<sup>686</sup> Ao se auto intitularem *agentes da opinião* que se tornava *pública*, tinham a clara consciência de que o público a quem se dirigiam também era *receptor* das mensagens que eles veiculavam e também *criadores* de novas interpretações, intrínsecas à subjetividade da palavra, que agora era convertida em coisa pública. Segundo Morel, os autores se relacionavam com seus leitores através de um jogo de imagens cujas faces eram constituídas pelo espelho e pela miragem. “Espelho onde se constroem e se consolidam posições e identidades a partir da própria referência. Miragem, onde se busca, às vezes em vão, um público e uma opinião que só existem nas aspirações de quem lê ou escreve”<sup>687</sup>, esclarece o historiador.

Em *O Bem da Ordem*, por exemplo, Vieira Goulart enunciava suas propostas circunscrevendo seu diálogo “para os leitores menos instruídos e os que não tem meio de o serem de outro modo” já que exaltava “a falta de livros e a penúria de estabelecimentos tipográficos.”<sup>688</sup> Nessa disputa de interesses políticos e literários, mediado pelo domínio da palavra impressa, portanto, os leitores apesar de serem concebidos como passivos no sentido de serem iletrados, pobres e não comporem

---

<sup>686</sup> MOREL, Marco, op.cit., p.217.

<sup>687</sup> Idem, p.212.

<sup>688</sup> O Bem da Ordem, s.d, N.º1.

as rodas de discussão das camadas intelectualizadas deveriam ser o alvo de suas ações e esforços culturais.<sup>689</sup>

A última referência que saiu na imprensa sobre a demissão de Manuel Ferreira de Araújo Guimarães deu-se em 25 de agosto de 1821, quando a *Gazeta do Rio de Janeiro* publicava um requerimento com a licença de sua alteza real. Neste documento, os proprietários da *Gazeta* contavam detalhadamente todos os vieses da questão. Entre as principais retratações, alegavam nunca terem visto a minuta do contrato de 1º de janeiro de 1813, nem estarem cientes da condição do aviso prévio de três meses para a demissão, a qual considerava inválida. Dizendo-se insultados, os oficiais também descreviam todo o trâmite financeiro que então havia perpassado as relações entre o redator e a direção do periódico, alegando ser Araújo o único infrator. Nessa publicação, afirmavam que o redator pedia, em 14 de maio, um aumento na sua gratificação que, segundo ele, era justa devido á mudança de formato e aumento da folha. Nesta mesma data o jornalista propunha-se, pela segunda vez, a ocupar a vaga da direção do jornal.

A primeira tentativa de tornar-se diretor da *Gazeta do Rio de Janeiro* ocorrera em janeiro de 1820 quando o filósofo, professor e político português Silvestre Pinheiro Ferreira se desligaria de sua função de membro diretor do periódico para assumir um posto na diplomacia do Império. José Bernardes de Castro, José da Silva Lisboa e José Saturnino da Costa Pereira deram continuidade à direção do periódico a três mãos. Nessa ocasião, Guimarães tentou assumir a vaga deixada pelo seu chefe, mas não foi admitido. A Junta declarou que “quatro deputados eram motivo de empates de pareceres, e que eram desnecessários mais de três em um pequeno estabelecimento de pouquíssimas transações.”<sup>690</sup>

Novamente, em maio de 1821, a junta reportou-se a sua informação do ano anterior, alegando – dessa vez - que Francisco Vieira Goulart já se ocuparia do cargo.<sup>691</sup> Neste mesmo mês, resolveu a Junta encomendar mais três prelos e uma porção de tipos em Londres, sob a alegação de que era grande o fluxo de obras para serem impressas na régia oficina tipográfica e sendo insuficientes os

---

<sup>689</sup> Idem,

<sup>690</sup> CABRAL, Valle, op.cit., p. XXX. Como conselheiro de D. João VI Silvestre Pinheiro Ferreira foi o homem que mais profundamente contribuiria nas discussões sobre o rumo do Império, uma vez que desde 1814 conquistara uma intervenção política mais ativa ao dar início à reflexão sobre a preservação da integridade do Império da Monarquia portuguesa cuja figura e lugar de permanência do rei era uma questão de suma importância.<sup>690</sup> A ressonância de suas palavras na órbita ministerial ganhava tal força que, em janeiro de 1820, o filósofo, professor e político português.

<sup>691</sup> CABRAL, Valle, op.cit., p.XXXII.

prelos que existiam para dar pronta expedição ás obras compostas<sup>692</sup>, o que aumentava os gastos financeiros e o volume de trabalho.

Em resposta, o oficial-maior da Secretaria dos Negócios Estrangeiros prometia-lhe analisar a viabilidade do pleito, até o final de julho, quando os rendimentos semestrais e as novas assinaturas do jornal já tivessem sido feitas. Segundo o que afirmavam os empregadores, Araújo Guimarães se antecipara ao prazo estipulado, propondo ao secretário de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiro uma representação que contemplasse uma de suas duas alternativas: ou ele se encarregava tanto da redação como da total administração da *Gazeta* e tinha direito a receber metade do seu rendimento liquido, ou se incumbia somente da redação da folha, com a gratificação de 100 mil réis por mês mais uma cota dos dividendos de iguais as dos oficiais proprietários. Ambas as condições foram consideradas exorbitantes; razão pela qual não chegaram a nenhum acordo com Araújo.

D. Pedro I foi o principal interlocutor nessa querela pública. Ao lhe dirigirem a palavra sobre a conduta de Guimarães, os proprietários da *Gazeta* acusavam-no de ter cometido “não pequena maldade em denunciar ao público que esta infração fora perpetrada pelos suplicantes”, cuja finalidade era “atacar a honra e probidade dos suplicantes, fazendo por tão estranho modo seu nome e caráter odioso e desprezível na sociedade de que são membros.” Em meio aos treze diretores nomeados na justificativa saída na *Gazeta*, eis que encontramos Tibúrcio José da Rocha, nosso misterioso frei e primeiro redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* entre 1808 e 1812. Essa informação nos coloca que, possivelmente, o franciscano viveu no Rio até a sua morte sempre a ocupar a órbita dos homens ilustres da monarquia, fosse como religioso ou (ex) funcionário real.<sup>693</sup> Dois meses depois de findada essa questão, em outubro de 1821, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães fundava *O Espelho*, um jornal em que o redator publicaria artigos insultuosos contra os portugueses, mas defenderia explicitamente D. Pedro I, que faria uso de sua pena nesta folha.

Todas essas mudanças ocorridas na esfera pública fluminense, a partir de meados de 1821, colocavam em pauta o papel da atividade do homem de letras na sociedade que estes vislumbravam para si através de seus escritos e a clara preocupação que possuíam em consolidar a imprensa como o espaço institucionalizado de debates políticos. O surgimento de periódicos como *O bem da Ordem*, *O amigo do Rei e da Nação* e o *Conciliador do Reino Unido*, durante o primeiro semestre de 1821 e o caso da demissão de Guimarães, no mês de agosto, demonstra que o viés hierárquico da transmissão do

---

<sup>692</sup> Idem,

<sup>693</sup> A pesquisa acerca das informações sobre a vida de Frei Tibúrcio José da Rocha é detalhada no capítulo 2 dessa dissertação.

conhecimento para a sociedade fluminense dava-se, sobremaneira, com base nas concepções particulares dos homens ilustrados.

As características deste processo, no entanto, demarcavam que, ao mesmo tempo em que o papel do jornalista se constituía como figura central em meio às discussões políticas, a sua atuação e credibilidade no que concernia a “independência da pena” existiam, nesse período, apenas quando vinculada ao poder. Portanto, nos primeiros meses de 1821 até 28 de agosto, quando D. Pedro publicava a lei que suspendia definitivamente a censura prévia, a Corte assistiu o florescimento da multiplicidade de periódicos que, apesar de lutarem pela autonomia da palavra, através da liberdade de expressão política, serviam – voluntariamente – à sustentação do poder monárquico português.

Nesse longo trilhar de treze anos – entre 1808 e 1821 – em que acompanhamos o processo do nascimento e estruturação da imprensa à sua inicial expressão como palco mediador dos debates políticos no Brasil, é central a importância da *Gazeta do Rio de Janeiro*, um periódico que, mesmo sendo um produto típico do Antigo Regime Português que expressava uma visão política oficial do poder, foi um jornal que evidenciou em suas páginas toda a complexidade intrínseca à produção, circulação e recepção da palavra impressa no Brasil, no alvorecer do século XIX.

## CONCLUSÃO

*Os exploradores do passado não são homens completamente livres. O passado é seu tirano. Proíbe-lhe conhecer de si qualquer coisa, a não ser o que ele mesmo lhe fornece[conscientemente ou não] (...) Em nossa inevitável subordinação em relação ao passado, ficamos [portanto], pelo menos livres, no sentido de que, condenados sempre a conhecê-lo exclusivamente por meio de seus vestígios, conseguimos todavia saber sobre ele muito mais do que ele julgara sensato nos dar a conhecer.*

Marc Bloch<sup>694</sup>

Esta dissertação procurou compreender a importância da *Gazeta do Rio de Janeiro* para a monarquia luso-brasileira e, assim, verificar qual o papel desempenhado por esse jornal nos momentos finais do absolutismo monárquico português, entre 1808 e 1821, anos em que D. João VI residiu no Brasil. Também o fato de a *Gazeta do Rio de Janeiro* ter sido o primeiro periódico a circular por nossas terras, simbolizando o marco da introdução da imprensa no país, foi uma questão que muito nos impulsionou a historicizá-la. Nesse sentido, procuramos sistematizar as dimensões da concepção jornalística do periódico tanto no seu aspecto discursivo (pelas falas /comentários do redator e divisão das diferentes seções) quanto no que se refere à participação do público leitor, quando interagia com a folha e a utilizava como um novo espaço possível de expressão na sociedade.

Ao recuperarmos alguns momentos do século XVIII no Velho Mundo, em que a imprensa, como afirma Robert Darnton, já era concebida como uma *força ativa na história*<sup>695</sup>, vimos que países como Inglaterra, França e Portugal consolidaram relações particularizadas com a prensa tipográfica, mostrando-nos que cada sociedade tem uma maneira *sui generis* de conceber e utilizar a imprensa sem, contudo, deixar de explicitar a grande complexidade existente no processo de produção e circulação de idéias intrínsecas à palavra impressa. Em Portugal, particularmente, procuramos ressaltar as possíveis relações estruturais e políticas existentes entre a *Gazeta do Rio de Janeiro* e a tradição da imprensa oficial portuguesa vigente durante o século XVIII com a *Gazeta de Lisboa*, que circulava no Reino desde 1715. Constatamos, com isso, que a *Gazeta do Rio de Janeiro* já nascia fortemente articulada com uma concepção específica de imprensa oficial praticada em Portugal, mas que apesar das semelhanças e diálogos políticos com o periódico português (especialmente pelo fato de o amplo processo de edição e veiculação das notícias estar estritamente vinculado aos interesses políticos da

---

<sup>694</sup> BLOCH, Marc, *Apologia da História...* op.cit., pp.75-78.

<sup>695</sup> DARNTON, Robert, *Revolução Impressa...* op.cit., p.15.

realidade portuguesa), também apresentava características próprias e originais ao meio em que estava sendo produzida.

Ademais, durante todo o período joanino, a *Gazeta do Rio de Janeiro* circulou nos dois lados do Atlântico, era lida e transcrita por periódicos portugueses, evidenciando que a circulação de informações entre Brasil e Europa foi uma atividade constante nesses anos, sendo um dos grandes focos de preocupação da Monarquia Portuguesa. Nesse jogo retórico, os diretores da *Gazeta do Rio de Janeiro* arquitetavam seu discurso sempre tendo em vista uma perspectiva transatlântica cujo intuito era também manter vivo – através das notícias do jornal – um elo político entre os súditos e o monarca, já que este se encontrava em terras americanas. É mister ressaltarmos que apesar de o discurso do redator do periódico ter sempre sido pautado pelo viés da imparcialidade das notícias, os diretores da folha delinearão um olhar *parcial* para as fontes impressas que transcreviam e publicavam no jornal, sobretudo em relação aos eventos políticos que envolviam a monarquia portuguesa, como no caso das guerras napoleônicas ou da Revolução do Porto, ao mesmo tempo em que buscavam dialogar com os valores jornalísticos vigentes na imprensa portuguesa, entre os anos de 1808 e 1821.

Pelas páginas da *Gazeta*, observamos também uma clara linha editorial: ao mesmo tempo em que tentava censurar a entrada de periódicos críticos à administração real, como no caso do *Correio Braziliense*, incentivava a compra de jornais convergentes com as diretrizes governamentais. Nesse sentido, a direção do periódico composta por ministros reais concebia a imprensa como um dos focos centrais de sua ação política e cultural, sendo esta parte de um projeto político mais amplo: a sustentação do Império Português em ambos os lados do Atlântico.

A seção de Avisos da *Gazeta do Rio de Janeiro* também teve importância capital na circunscrição de aspectos relevantes do universo sociocultural da Corte no período joanino. Foi nesse espaço que os habitantes da cidade anunciavam seus múltiplos interesses vinculados à vida privada e cotidiana. Tais relatos nos possibilitaram averiguar os diversos tipos de interesses desses anunciantes (e possíveis leitores do periódico) ao mesmo tempo em que nos apontava para as especificidades dos usos que as pessoas comuns faziam da imprensa. Especialmente depois de 1817, entrevemos novas formas de esses atores sociais interagirem com a palavra impressa que circulava na cidade. A partir de então, começava a aparecer mais frequentemente algumas narrativas individuais que se referiam às situações jurídicas que antes estavam restritas à esfera particular das famílias e dos negociantes. Nesse sentido, notamos que a imprensa tornava-se palco dessas discussões sendo agora também compreendida pela sociedade como uma arena de debates capaz de legitimar as ações da vida

privada, antes circunscritas ao âmbito do lar ou então da esfera jurídica. Nesse contexto, emergia uma importante figura: o público leitor que passava a acompanhar tais conflitos, julgando o desenrolar dos fatos da maneira que melhor lhe conviesse, validando, assim, sua *opinião* no espaço público.

Em meados de 1821, o Rio de Janeiro vivia um momento ímpar em sua história. Com a notícia da Revolução do Porto em final de 1820 e as transformações na esfera política advinda desse processo, já no primeiro semestre de 1821 surgiam novos jornais que, mesmo sendo produzidos sob a licença real, sinalizavam para novas formas de se produzir e conceber a imprensa, até porque o decreto real de 2 de março supostamente suspendia a censura prévia. A partir de então, começaram a ocorrer debates e controvérsias entre os periódicos, os quais discutiam publicamente temas caros à nação: o papel do redator, a importância da opinião pública e a condução de processos políticos. Inserida nessas transformações, a direção da *Gazeta do Rio de Janeiro* mudou o enfoque jornalístico de suas matérias que passaram a relatar com maior nitidez os problemas e conflitos vividos pela monarquia portuguesa.

Com a volta de D. João VI para Lisboa e sob o governo de D. Pedro I a *Gazeta do Rio de Janeiro* entraria em uma nova fase. Para além da criação de outras seções jornalísticas, em agosto de 1821 também ocorria a demissão de Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, redator régio que por nove anos utilizava sua pena em favor da realeza. Sua saída do jornal tornou-se um fato de grande notoriedade na cidade, tendo contornos importantes na própria *Gazeta*. A folha oficial, ao justificar publicamente as razões da demissão do gazeteiro, demonstrava quão diferente se encontrava o universo público, como um espaço mais aberto à crítica.

Para além de todas as questões políticas que envolviam a produção das notícias na *Gazeta do Rio de Janeiro* além da circulação e recepção das informações no espaço urbano, o jornal foi um ícone fundamental para a história da imprensa no Brasil. Mesmo que durante todo o período joanino o discurso jornalístico da folha representasse os interesses da Coroa portuguesa, a *Gazeta* também foi responsável por veicular valores jornalísticos hoje presentes na grande imprensa. Há pouco menos de duzentos anos a folha do rei já se preocupava com periodicidade, sistema de assinaturas, vendas avulsas e espaço para anúncios. Falava em neutralidade, isenção jornalística, imparcialidade e diferentes versões dos fatos. Os comentários do redator circunscreviam o valor da opinião e do diálogo com o leitor que, paulatinamente, conquistava um espaço importante nas páginas do jornal.

Na prática jornalística, portanto, a história da *Gazeta do Rio de Janeiro* evidencia muitos aspectos da vida fluminense no tempo de D. João VI no Brasil: os conflitos de poder e interesses políticos, as

peculiaridades de cada um dos espaços que compunham a estrutura da folha, as tensões dentro da redação e os valores socioculturais vigentes na sociedade de corte constituíram-se discursos que as seções jornalísticas da *Gazeta* nos permitiram visualizar. Todos esses aspectos redesenharam os códigos de sociabilidade no Rio de Janeiro da época joanina, nas esferas pública e privada do amplo tecido social que se compõe a memória coletiva. Foram os diferentes sujeitos históricos, cada qual com o seu poder de intervenção na mensagem impressa que circulava pela cidade, que permitiram que a difícil tarefa de estruturação e consolidação da imprensa no espaço urbano se tornasse uma prática intrínseca à idéia de progresso e civilização. Os leitores fossem eles colecionadores ou não da *Gazeta*, foram *agentes* responsáveis por construir *versões* possíveis do mesmo fato. Esses atores sociais liam o jornal de maneira particular, delineando novos significados e práticas de leitura, cujas singularidades permitiam a cada qual contar uma história diferente de seu tempo, marcada por embates e transformações.

## ***FONTES E BIBLIOGRAFIA***

### *FONTES*

#### **1. ARQUIVOS E BIBLIOTECAS EM PORTUGAL**

##### **1.1 Arquivos Nacionais da Torre do Tombo**

Fontes Manuscritas.

*Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça*, Maço n. 163

*Real Mesa Censória*, Cx. 178.

*Ministério do Reino*, Governadores do Reino, Registro de Cartas ao Príncipe Regente, L. 318

*Ministério do Reino*, Livro 325.

##### **1.2 Biblioteca Nacional de Lisboa.**

Seção de Periódicos.

*Correio do Porto* (1820)

*Correio da Tarde* (1809)

*Correio de Lisboa* (1812).

*Diário Lisbonense* (1809-1813)

*Gazeta de Lisboa* (1820)

*Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1821)

*Minerva Lusitana* (1808)

*O Mensageiro* (1809)

##### **1.3 Biblioteca D'Ajuda**

Seção de Periódicos.

*Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1814; 1816-1820)

## 2. ARQUIVOS E BIBLIOTECAS NO BRASIL

### 2.1. Arquivo Edgar Leuenroth.

Periódicos.

*Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1821)

Diário do Rio de Janeiro (1821)

O Bem da Ordem (1821)

O Conciliador do Reino Unido (1821)

O Amigo do Rei e da Nação (1821)

### 2.2. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

*Fontes Manuscritas.*

Prospecto da Revista literária *O Patriota*, fundada em 1813, por Manoel Ferreira de Araújo Guimarães (editor do periódico e redator da *Gazeta do Rio de Janeiro*, no período).  
OR –Doc. 37, 5 , 13.

MORÃES, Alexandre de Melo, *Dados sobre a chegada ao Rio de Janeiro da Família Real, problemas de habitação para a comitiva, vida social e política, hábitos da família real, volta para Portugal, falecimento de D. João e Pedro I como imperador*, S. I, s.d, Original (transcrição de Celina Coelho, maio de 2001.)  
II-30, 23, 6, 7.

Fontes e Documentos Impressos:

Os almanaques abaixo elencados constam na coleção de revistas da Biblioteca do IFCH/UNICAMP.

ALMANAQUE histórico da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o ano de 1799 IN Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol 21.

ALMANAQUE da cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1811 IN Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol.282.

ALMANAQUE histórico da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o ano de 1816 IN Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol 268.

ALMANAQUE histórico da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o ano de 1817 IN Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol 270.

ALMANAQUE histórico da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o ano de 1824 IN Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol 278.

Anais da Imprensa Nacional In CABRAL, Alfredo Vale, *Anais da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1881.

AZEVEDO, M. D. Moreira d., “Instrução Pública nos tempos coloniais do Brasil”, Revista do Instituto Histórico Geográfico e Brasileiro, Rio de Janeiro, 1892, vol.2, nº 55.

\_\_\_\_\_, “Origem e desenvolvimento da Imprensa no Rio de Janeiro”, Revista do Instituto Histórico Geográfico e Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo XXVIII, 4º trimestre 1865.

BARBOSA, Antonio da Cunha, “Origem e desenvolvimento da Imprensa colonial brasileira”, Revista do Instituto Histórico Geográfico e Brasileiro, Rio de Janeiro, nº63, Rio de Janeiro, 1900, pp. 239-262.

FERREIRA, Silvestre Pinheiro, “Memórias Políticas sobre os abusos gerais e o modo de os reformar e prevenir a revolução popular redigidas por ordem do Príncipe Regente no Rio de Janeiro em 1814 e 1815” IN Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil, tomo XXVII, parte.1, Typografia Universal de H. Laemmert e &, Rio de Janeiro, 1884.

MONCORCO, José Domingues de Attaíde, “Sobre os acontecimentos dos dias 21 e 22 de Abril de 1821 na Praça do Comércio do Rio de Janeiro. Escrita em Maio do mesmo ano por uma testemunha presencial”, IN Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil, tomo XXVII, parte primeira, Rio de Janeiro, Typografia Luis dos Santos, 1864.

## BIBLIOGRAFIA

### Livros, Artigos e Teses.

ALEXANDRE, Valentim, *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na Crise do Antigo Regime Português*, Edições Afrontamento, Lisboa, 1993.

ALGRANTI, Leila Mezan, *O feitor ausente. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1821)*, Petrópolis, Vozes, 1988

\_\_\_\_\_, *D. João VI: os bastidores da independência*, Rio de Janeiro, Ática, 1987.

\_\_\_\_\_, “Censura e comércio de livros no período de permanência na corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821)”, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1999.

\_\_\_\_\_, “Os bastidores da censura na corte de D. João”, In *Anais do seminário internacional D. João VI um rei aclamado na América*, Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 2000.

\_\_\_\_\_, *Livros de Devoção, atos de censura: cultura religiosa na América Portuguesa*, Ed. Hucitec e fapesp, São Paulo, 2004.

ALMEIDA, Luis Fernand de, *Páginas dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.

ARAUJO, Ana Cristina, *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*, Livros Horizonte, Lisboa, 2003., p.68.

- ARENDT, HANNAH, *Da Revolução*, SP, Ática-Brasília, Ed. da UnB, 1988.
- BAHIA, Juarez, *Jornal, história e técnica*, 3ed., São Paulo, IBASA, 1972.
- BASTOS, José Timóteo da Silva, *História da Censura intelectual em Portugal. Ensaio sobre a compreensão do pensamento português*, Lisboa, Moraes, 1983.
- BELO, André, *As Gazetase os Livros. A Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso*, Imprensa de Ciências Sociais, estudos e investigação 21, Lisboa, 2001.
- BENJAMIN, Walter, “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, In *Obras Escolhidas. Magia, Técnica, Arte e Política*, editora brasiliense, São Paulo, 1985.
- BLOCH, Marc, *Apologia da História ou o ofício do historiador*, Jorge Zahar editora, Rio de Janeiro, 2001.
- CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy, *A Gazeta do Rio de Janeiro: subsídios para uma história da cidade (1808-1821)*, Dissertação de Mestrado, UFRJ, RJ, 1988.
- CAVALCANTE, Berenice, “Os letrados da sociedade colonial: as academias e a cultura do iluminismo no final do século XVIII” . Acervo. *Leituras e leitores. Revista do Arquivo Nacional* n°s 1-2, vol.8, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, jan./dez. 1995.
- CAVALVANTI, Nireu Oliveira, “A livreria do Teixeira e a circulação de livros na cidade do Rio de Janeiro em 1794”, IN *ACERVO*, ,revista do Arquivo nacional, v.8, jan/dez de 1995.
- CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org), *A História Contada: capítulos de História social da literatura no Brasil*, Ed. Nova Fronteira Rio de Janeiro, 1998.
- CHARTIER, Roger, “Do livro à leitura”, in R.Chartier. *Práticas de leitura*. Trad. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CHAUÍ, Marilena, “Os Intelectuais e a Política” In *Opinião pública e Revolução: aspectos do discurso político na França revolucionária*, Ed. Nova Stella, EDUSP, SP, 1989.
- DANTAS, Júlio, “Os jornais manuscritos do século XVIII”, *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, N° 4, 1941.
- DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel, *Revolução Impressa: a imprensa na França (1775 - 1800)*, Edusp, São Paulo, 1996.
- DARNTON, Robert, *O grande massacre de gatos*, São Paulo, Paz e Terra, 1986.
- \_\_\_\_\_, *Boemia Literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*, São Paulo, Cia das Letras, 1989.
- DIAS, Maria Odila da Silva, “Aspectos da Ilustração no Brasil”, *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Brasileiro*, Rio de Janeiro, vol.278, 1968.
- FALCON, Francisco José Calazans, *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*, 2ªed., Ed. Ática, SP, 1993.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral “Uma Gazeta Manuscrita no Brasil” IN *Anais do Museu Paulista*, T. XXXIII, 1984.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz, “Leitores do Rio de Janeiro: bibliotecas como jardins das delícias, Acervo. *Leituras e leitores. Revista do Arquivo Nacional* n°s 1-2, vol.8, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, jan./dez. 1995.

GODECHOT, Jacques, *Europa y América en la época napoleónica (1800-1815)*, Ed.Labor, Barcelona, 1969.

HABERMAS, Jurgen, *Mudança Estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, trad. de Flávio R. Kothe, ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1984.

HESPANHA, A. M, *As vésperas do leviatã. Instituições e poder político.Portugal –século XVII*, Livraria Almeida, Coimbra, 1995.

KOSELLECK, Reinhart, *Crítica e Crise*, Ed. Uerj, Contraponto, Rio de Janeiro, 1999.

KRYSZTOF, Romian, “COLEÇÃO”, In LE GOFF, J.(org.), *Enciclopedia Einaudi, Memória-Hitória*, IN/CM, Porto, 1984, vol. 1.

KURY, Lorelai Brilhante e a FILHO, Oswaldo Munteal, “Cultura Científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro” IN *ACERVO*, revista do Arquivo nacional, v.8, jan/dez de 1995.

LIMA, Madalena Q, *Aspectos da vida cotidiana na cidade do Rio de Janeiro na visão de três viajantes estrangeiros: Debret, Rugendas e Maria Graham*”, Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

LISBOA, João Luís Lisboa, “News and newsletters in Portugal” IN *Enlightenment, Revolution and the periodical press*, Voltaire Foundation, Oxford, 2004.

LISBOA, João Luis, MIRANDA, Tiago C.P.dos Reis e Olival, Fernanda, *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora(1729-1731)*., vol.1, Edições Colibri, 2002.

LISBOA, João Luís, *Ciência e Política. Ler nos finais do Antigo Regime*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1992

LOPES, Emilio Carlos Rodrigues, *Festas Publicas, Memória e Representação: um estudo sobre manifestações na Corte do Tio de Janeiro(1808-1822)*, Ed. HumanitasFFLCH/USP, São Paulo, 2004.

LUSTOSA, Isabel, *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência*, São Paulo, Cia das Letras, 2000.

MALERBA, Jurandir, *A corte no exílio: Civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*, Cia das Letras, São Paulo, 2000.

MANCHESTER, Alan K, *Preeminência Inglesa no Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1973.

LIMA, Oliveira, D. *João VI no Brasil*, 3ª ed., Topbooks, 1996.

MARQUES, Maria Adelaide Salvador, *A Real Mesa Censória e a Cultura nacional*, Coimbra, Coimbra Editora, 1963.

MARTINS, Wilson, *A palavra impressa: história do livro, da imprensa e da biblioteca*, 2ªed., ed. Ática, São Paulo, 1996.

MATTOSO, José, *História de Portugal : olíberalismo*, vol.5, Editora Estampa, Lisboa, 1994.

MAXWELL, Kenneth, *Pombal :paradox of the englightenment*, Cambridge University Press, Cambridge, 1995.

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis, e OLIVAL, Fernanda, *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*, Vol. 1 (1729-1731), Edições Colibri, Lisboa, 2002.

MEDINA, João, *História de Portugal: dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Ediclube, Lisboa, 1993.

MORAES, Rubens Borba de, *Livros e Bibliotecas no Brasil colonial*, São Paulo, Livros Técnicos e Científicos, 1979.

\_\_\_\_\_, *Bibliografia brasileira do Período Colonial*, São Paulo, IEB, 1969.

MOREL, Marco, *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial*, Editora Hucitec, São Paulo, 2005.

NASCIMENTO, Milton Meira, *Opinião pública e Revolução: aspectos do discurso político na França revolucionária*, Ed. Nova Stella, EDUSP, SP, 1989, p.65

NEVES, Lúcia Maria Bastos P., *As Representações Napoleônicas em Portugal: imaginário e política*, Tese como requisito ao concurso público para obtenção do título de professor titular, UFRJ, 2002.

NEVES, Lúcia Mª. Bastos P. das , “Comércio de livros e censura de idéias: a atividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)” IN *Ler História*, 23, 1892, p.61-78.

\_\_\_\_\_, *Livreiros franceses no Rio de Janeir: 1808-1823*. In BESSONE, Tânia Mª Tavares (org.), *História hoje: balanços e perspectivas*, Rio de Janeiro, Anpuh, 1991.

\_\_\_\_\_, “Leitura e leitores no Brasil: 1820-1822: o esboço frustrado de uma esfera pública de poder”, Acervo. *Leituras e leitores. Revista do Arquivo Nacional* n°s 1-2, vol.8, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, jan./dez. 1995.

\_\_\_\_\_, “Folhetos e panfletos: um instrumento da educação política entre as camadas populares (1820-1823).” In FERNANDES, Rogério e ADÃO, Áurea, *Leitura e escrita em Portugal e no Brasil, 1500-1970*. Actas do 1º Congresso luso-brasileiro da História da Educação, vol 1., Porto: Sociedade Portuguesa da Ciência e Educação, 1998.

\_\_\_\_\_, *Corcundas, constitucionais e pés de chumbo: A cultura política da independência (1820-1822)*, Ed Revan, FAPERJ, Rio de Janeiro, 2003.

NEVES, Lúcia M<sup>a</sup>. Bastos P. das & FERREIRA, Tânia M<sup>a</sup> T. Bessone, “O medo dos abomináveis princípios franceses: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil”, IN Acervo, Rio de Janeiro, vol.4.

NEVES, Lúcia M<sup>a</sup>. Bastos P., *As Representações Napoleônicas em Portugal: imaginação e política (c.1808-1810)*, Rio de Janeiro, 2002. (mimeo).

OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini Salles Oliveira, *A astúcia liberal. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*, EDUSP e ICONE, São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, João Carlos de, *A cultura científica no paço de D. João: o orador do deus da ciência*, dissertação de mestrado defendida pela UFRJ, 1999.(mimeo).

PALLARES-BURKE, Lúcia Garcia, *The Spectator – o teatro das luzes: Diálogo e Imprensa no século XVIII*, Editora Hucitec, São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_, *As muitas faces da história*, Editora Unesp, São Paulo, SP, 2000.

PASSOS, Alexandre, *A imprensa no período colonial*, Departamento da Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1952.

POPKIN, Jeremy D., “Jornais: a nova face da notícia”, IN DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel, *Revolução Impressa: a imprensa na França (1775 - 1800)*, Edusp, São Paulo, 1996.

RIZZINI, Carlos, “O livro, o jornal e a tipografia no Brasil” Livraria Kosmos Editora, Rio de Janeiro, 1946.

\_\_\_\_\_, *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*, Cia Editora Nacional, São Paulo, 1957.

ROCHE, Daniel, *O Povo de Paris, ensaios sobre a cultura popular no século XVIII*. Trad. de Antonio de Pádua Danesi, EDUSP, SP, 2004

\_\_\_\_\_, “A censura e a indústria editorial”, IN DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel, *Revolução Impressa: a imprensa na França (1775 - 1800)*, Edusp, São Paulo, 1996.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *A Primeira Gazeta da Bahia: Idade d’ Ouro do Brasil*, Editora Cultrix, São Paulo, 1978.

\_\_\_\_\_, *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, Cia Nacional, São Paulo, 1978.

\_\_\_\_\_, “Livro e sociedade no Rio de Janeiro”, Separata da Revista de História n.º94, São Paulo – Brasil, 1973.

SILVA, Ana Rosa Cloquet da, *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros no crepúsculo do Antigo Regime Português: 1750-1822*, Tese de Doutorado, Unicamp, 2000.

SCHUKTZ, Kirsten, *Tropical Versailles: empire, monarchy, and Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro 1808-1821*, ROUTLEDGE, New York London, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck, *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Iara Lis Carvalho, *Pátria Coroada: o Brasil como Corpo Político Autônomo 1780-1831*, Ed. Unesp, 1999.

SOUZA, Laura de Melo e (org.), *Cotidiano e vida privada na América Portuguesa, História da vida privada no Brasil*, São Paulo, Cia das Letras, 1997.

SCHWARCZ, Lília M., AZEVEDO, Paulo César de e COSTA, Ângela Márquez da, *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*, Cia das Letras, SP, 2002.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos, “A cidade de D. João V”, in: *D. João V. Conferências e estudos comemorativos do segundo centenário da sua morte (1750-1950)*, Lisboa, Publicações Culturais da CML, 1952.

SOUZA, Iara Lis Carvalho, *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*, Ed. da Unesp, São Paulo, 1999. SCHWARCZ, Lília Mortiz, *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*, São Paulo, Cia das Letras, 2002.

STOIANI, Raquel, *Da Espada à Águia: construção simbólica do Poder e Legitimação Política de Napoleão Bonaparte*, Dissertação de Mestrado, Usp, 2002.

TAUNAY, Afonso de, “A Missão Artística de 1816”, Publicações da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1956.

TENGARRINHA, José, *História da imprensa periódica portuguesa*, 2ªed, Editora Caminho, Lisboa, 1989.

TUCCI, Maria Carneiro (org.), *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*, SP, Edusp, 2002.

TULARD, Jean, *L'Anti Napoléon*, Paris, 1965.

VALENTIM, Alexandre, *Os sentidos do Império: Questão nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamentos, Lisboa, 1993.

VICENTE, Antonio Pedro, *Panfletos anti Napoleão*, in MEDINA, João, *História de Portugal: dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, Ediclube, Lisboa, 1993.

VILLALTA, Luiz Carlos, *Reformismo ilustrado e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*, tese de doutorado, USP, 1999.

\_\_\_\_\_, “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura” IN SOUZA, Laura de Melo e (org.), *Cotidiano e vida privada na América Portuguesa, História da vida privada no Brasil*, São Paulo, Cia das Letras, 1997. pp.331-385.

### **Obras de Referência**

BLAKE, Augusto Vicctorino Alves Sacramento, Dicionário Bibliográfico Brasileiro, 7 vols., Rio de Janeiro, Conselho Federal da Cultura, 1970.

BOBBIO, Norberto (Org.) *Dicionário de Política*, Ed. Universidade de Brasília, 2ª edição, Brasília, 1986.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubens Borba de, Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro, São Paulo, Edusp/Livraria Kosmos Editora, 1993.

Dicionário Bibliographico Portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva, Imprensa Nacional, Lisboa, 1860.

*Novo Manual da Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1992.

SERRÃO, Joel, *Dicionário de História de Portugal*, Livraria Figueirinhas, Porto, vol.III SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal: a instauração do liberalismo (1807-1832)*, vol. VII, Editora Verbo, 3ªed., Lisboa.

SILVA, Mª Beatriz Nizza da, (Coordenação), Dicionário da Colonização Portuguesa no Brasil, Lisboa, São Paulo, Editora Verbo, 1994.

SILVA, Antonio de Moraes, *Diccionario de Língua Portuguesa Recopilado*, Tipographia Lacerdina, 1813, 2v.

VAINFAS, Ronaldo, (Direção), Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808), Ed. Objetiva, Rio de Janeiro, 2000.